



UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL (UCS)
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

JOÃO PAULO BORGES DA SILVEIRA

**NEM TUDO QUE PARECE É: AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS
CAXIENSES E AS SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO
MUNICIPAL**

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. FLÁVIA BROCCHETTO RAMOS

CAXIAS DO SUL/RS

2022

JOÃO PAULO BORGES DA SILVEIRA

**NEM TUDO QUE PARECE É: AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS
CAXIENSES E AS SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO
MUNICIPAL**

Texto de tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade de Caxias do Sul (UCS), como requisito final para obtenção do diploma de Doutor em Educação.

Linha de pesquisa: Processos Educacionais, Linguagem, Tecnologia e Inclusão.

Orientadora: Prof^a Dr^a Flávia Brocchetto Ramos.

CAXIAS DO SUL/RS

2022

Ficha catalográfica

S587n Silveira, João Paulo Borges da.
Nem tudo que parece é: as bibliotecas comunitárias caxienses e as suas relações com o poder público municipal [recurso eletrônico] / João Paulo Borges da Silveira. – 2022.
312 p.

Tese (doutorado) – Universidade de Caxias do Sul – UCS, Programa de Pós-graduação em Educação, Caxias do Sul/RS, 2022.
Orientadora: Dr^a. Flavia Brocchetto Ramos.
Modo de acesso: World Wide Web.
Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>.

1. Biblioteca comunitária 2. Prática educativa 3. Educação não-formal 4. Educação popular 5. Política Pública 6. Caxias do Sul/RS I. Ramos, Flávia Brocchetto, orient II. Título.

CDU 37.035

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA N°30

Aos vinte três do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, às nove horas, foi transmitido por videoconferência, sob a presidência da professora Dra. Flávia Brocchetto Ramos, a sessão de defesa da Tese de Doutorado de João Paulo Borges da Silveira, intitulada “Nem tudo que parece é: as bibliotecas comunitárias caxienses e suas relações com poder público municipal”. A Banca Examinadora foi composta pelos seguintes professores: Dra. Elisa Campos Machado (UNIRIO), Dra. Renata Braz Gonçalves (FURG), Dra. Nilda Stecanela (UCS) e Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS). Aberta a sessão, o doutorando foi convidado a fazer a apresentação de sua tese, seguida de arguição pelos examinadores. Logo após, a sessão foi suspensa, e a Banca Examinadora reuniu-se reservadamente para avaliar o trabalho apresentado pelo doutorando, tendo sido **aprovado cum laude**, com o que faz jus ao título de Doutor em Educação. A Presidente da Banca encerrou as atividades comunicando ao doutorando que a presente Ata tem validade por noventa dias, como documento comprobatório de conclusão do curso. Durante esse período, deverá fazer a submissão dos arquivos em versão digital no repositório institucional, com as correções sugeridas pela Banca Examinadora e solicitar à Secretaria-Geral deste Programa de Pós-Graduação o encaminhamento do Diploma. Nada mais havendo a constar, a presente Ata, lida e considerada conforme, vai assinada pelas autoridades acadêmicas elencadas acima. **Em tempo**, a banca destaca a relevância dos resultados alcançados e a qualidade do trabalho e indica a publicação e popularização dos resultados em diferentes suportes.

Caxias do Sul, 23 de fevereiro de 2022.

Dra. Flávia Brocchetto Ramos (presidente – UCS)

Dra. Dra. Terciane Ângela Luchese (UCS)

Participação por videoconferência

Dra. Nilda Stecanela (UCS)

Participação por videoconferência

Dra. Elisa Campos Machado (UNIRIO)

Participação por videoconferência

Dra. Renata Braz Gonçalves (FURG)

AGRADEÇO...

À Universidade de Caxias do Sul (UCS) pela criação e manutenção do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEdu), no qual tive a honra de fazer parte, bem como pela bolsa de estudos concedida a mim, como docente da instituição, que oportunizou meu doutoramento.

Ao PPGEdu e toda sua equipe de docentes pela qualidade do Programa e zelo com nossa constituição como pesquisadores/as e cidadãos/ãs conscientes de nossas responsabilidades com a Educação e com a Sociedade.

À minha orientadora Flávia Brocchetto Ramos pela parceria neste percurso no campo da pesquisa em Educação e pelo olhar atento e sempre afetuoso, contribuindo com a minha caminhada, compreendendo meus tempos, possibilidades e limitações.

Às professoras Elisa Campos Machado, Nilda Stecanela, Renata Braz Gonçalves e Terciane Ângela Luchese, por aceitarem a tarefa da leitura atenta de meu texto de qualificação e posteriormente o de tese, contribuindo para o processo de pesquisa, mas também de minha constituição como pesquisador, me inspirando com suas trajetórias.

Ao curso de Biblioteconomia da UCS, que desde 2014 tem me possibilitado o exercício da docência, constituindo-me professor, pesquisador e ser humano, ensinando, mas fundamentalmente aprendendo, tendo a oportunidade de fazer o que mais gosto na docência: estar em contato com *o outro*.

À Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e ao seu Sistema de Bibliotecas (SIB), pela possibilidade do afastamento para cursar pós-graduação e, no meu retorno como bibliotecário, poder qualificar as atividades, os produtos e os serviços ofertados em prol de nossa comunidade acadêmica com responsabilidade e ética.

À minha família, mãe Marisa, pai João e irmã Janaina, que têm sido meus pilares de sustentação nessa trajetória de estudos e pesquisa.

Aos meus amigos e minhas amigas, irmãos e irmãs que a vida me deu, pessoas que sabem da importância do doutoramento para mim e me fortalecem a cada conversa e incentivo: Fábio, Fernando, Gabriela, Gláucia, Glenda, Thays e Uirys.

À Samuel pela amizade de longa data e por acreditar que tudo sempre daria certo, me apoiando e ajudando a levantar diante dos obstáculos da vida.

À Simone, amiga e parceira de trabalhos de todas as horas, das viagens aos cafés, das caminhadas aos telefonemas para saber se estava tudo bem, estando do meu lado e se preocupando comigo durante esta trajetória em Caxias.

À minha turma de doutorado, seres fundamentais nessa longa e por vezes, solitária caminhada que traçamos no processo de doutoramento, mas que com vocês se tornou mais bonita e leve: Alexandre, Cassiane, Débora, Dilnei, Flávia, Joanne, Marcelo, Mariana, Milena, Sirlei e Valdete.

Aos demais amigos/as do PPGEdu, algumas amizades que começaram a se entrelaçar antes mesmo do meu ingresso no Programa, pessoas com que pude contar, apoiar e ser apoiado durante esta caminhada: Cláudia, Cristian, Daniela, Flávia e Mirley.

Grato à todas e todos!

Eu só peço a Deus

Mercedes Sosa

Letra de Raul Ellwanger

*Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria*

*Eu só peço a Deus
Que a injustiça não me seja indiferente
Pois não posso dar a outra face
Se já fui machucada brutalmente*

*Eu só peço a Deus
Que a guerra não me seja indiferente
É um monstro grande e pisa forte
Toda pobre inocência dessa gente*

*Eu só peço a Deus
Que a mentira não me seja indiferente
Se um só traidor tem mais poder que um povo
Que este povo não esqueça facilmente*

*Eu só peço a Deus
Que o futuro não me seja indiferente
Sem ter que fugir desenganado
Pra viver uma cultura diferente.*

RESUMO

Alicerçada no campo da Educação e em diálogo com a Biblioteconomia, esta tese estuda as bibliotecas comunitárias na perspectiva de espaços de transformação social no viés da educação não-formal. O problema de pesquisa visa a responder a seguinte questão: Quais as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias para o local, em especial, na promoção da autonomia e cidadania dos/as usuários/as e dos territórios? Neste caminho, o objetivo geral buscou analisar as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias relacionadas ao acesso à leitura e à informação, para a conquista de autonomia e de cidadania aos/às usuários/as e dos territórios, em Caxias do Sul/RS. Como justificativa para a pesquisa aponta-se a necessidade de acesso à leitura e à informação em comunidades periféricas, em especial nas bibliotecas comunitárias caxienses. O referencial teórico apoia-se no conceito de bibliotecas comunitárias com Machado (2008; 2009), Fernandez e Machado (2016; 2018) e Castrillón (2018) e no campo da Educação na perspectiva da Educação não-formal e da Educação popular com Freire (1979; 1980; 2011; 2017a; 2017b). As fontes utilizadas para análise foram documentos produzidos pela Biblioteca Pública Municipal de Caxias do Sul, entrevistas realizadas com agentes públicos/as e agentes de leitura, escrita de diário de observação direta, documentos jurídicos e publicações oficiais do *site* da Prefeitura Municipal. O exame dos dados foi a partir da Análise de conteúdo, de Bardin (2016), considerando as suas quatro etapas: organização, codificação, categorização e inferência. A cidade de Caxias do Sul tinha até 2020, quando teve início a pandemia de COVID-19, 17 bibliotecas comunitárias em atividade, sendo que três foram investigadas como estudos de casos. A pesquisa revelou a influência da Prefeitura Municipal na implantação dessas bibliotecas, de 2008 a 2016, sendo todas criadas pelo poder público e não pelas próprias comunidades, como deveria acontecer em se tratando de bibliotecas comunitárias. A relação posta entre poder público e as unidades é de dependência para suas manutenções, se aproximando de vínculo de subordinação, em que a Prefeitura ora se coloca como criadora e coordenadora das bibliotecas comunitárias, ora apenas como prestadora de assessoria técnica. O discurso oficial supõe relação de parceria a partir de 2008, mas este estudo revela que as intenções de criação dos espaços são anteriores ao início dessa ação, vindo da década de 1990, sendo que o Plano Municipal de Cultura (2011) veicula a intenção do poder público de absorver e assumir as unidades em sua rede de bibliotecas. Este estudo considera que as bibliotecas comunitárias caxienses são bibliotecas públicas de bairro, negligenciadas pelo poder público municipal, que ao longo dos anos, em diferentes gestões desde a instalação das primeiras bibliotecas tomaram posturas diferentes em relação ao projeto inicial, o que acarretou momentos e relações distintas e de tensão e na omissão na continuidade do atendimento realizado.

Palavras-chave: biblioteca comunitária; prática educativa; educação não-formal; educação popular; política pública; Caxias do Sul/RS.

ABSTRACT

Grounded in the field of Education and in dialogue with Librarian Science, this doctoral dissertation studies community libraries from the perspective of spaces for social transformation in the bias of non-formal education. The research problem aims to answer the following question: What are the potentialities of educational practices developed in community libraries for the place, especially in promoting the autonomy and citizenship of users and territories? Thus, the general goal was to analyze the potential of educational practices developed in community libraries related to access to reading and information, in the purpose of achieving autonomy and citizenship for users and territories in Caxias do Sul - Rio Grande do Sul. As a justification for the research, it is pointed out the need for access to reading and information in peripheral communities, especially in community libraries in Caxias. The theoretical framework is based on the concept of community libraries from authors such as Machado (2008; 2009), Fernandez & Machado (2016; 2018) and Castrillón (2018), and on the field of Education, Paulo Freire (1979; 1980; 2011; 2017a; 2017b) regarding the perspective of non-formal education and popular education. The sources used for analysis were documents produced by the Municipal Public Library of Caxias do Sul, interviews with public officials and reading agents, direct observation writing journal, legal documents and official publications on the City Hall website. Data analysis was based on Bardin's Content Analysis (2016), considering its four stages: organization, coding, categorization and inference. Until 2020, when the COVID-19 pandemic began, the city of Caxias do Sul had 17 community libraries in operation, three of which were investigated as case studies. The research revealed the influence of City Hall in the implementation of these libraries, from 2008 to 2016 all of them were created by the government and not by the communities themselves, as should happen in the case of community libraries. The relationship established between the government and the facilities is one of dependence for their maintenance, approaching a bond of subordination, in which the City Hall is sometimes placed as the creator and coordinator of community libraries, sometimes only as a provider of technical assistance. The official discourse assumes a partnership relationship from 2008 onwards, but this study reveals that the intentions of creating spaces predate the beginning of this action, coming from the 1990s, and the Municipal Culture Plan (2011) conveys the intention of the public power to absorb and take over the units in its library network. This study considers that community libraries in Caxias are neighborhood public libraries, neglected by the municipal government, which over the years, in different administrations since the installation of the first libraries, took different positions in relation to the initial project, which resulted in moments of distinct relationships, tensions and in the omission in the continuity of the service performed.

Keywords: community library; educational practice; non-formal education; popular education; public policy; Caxias do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Procedimentos de construção de dados em estudos de casos.....	96
Figura 2 – Centro Comunitário que abriga a Biblioteca Comunitária 1.....	118
Figura 3 – Estrutura da Biblioteca Comunitária 1.....	119
Figura 4 – Parte do acervo da Biblioteca Comunitária 1.....	122
Figura 5 – Prefeito José Ivo Sartori inaugura Biblioteca Comunitária 2.....	130
Figura 6 – Vista geral da Biblioteca Comunitária 2.....	131
Figura 7 – Espaço para comunidade na Biblioteca Comunitária 2.....	131
Figura 8 – Espaço para agente de leitura e gestão da biblioteca.....	132
Figura 9 – Complexo que abriga a Biblioteca Comunitária 3.....	143
Figura 10 – Estantes e acervo da Biblioteca Comunitária 3.....	147
Figura 11 – Estrutura da Biblioteca Comunitária 3.....	147
Figura 12 – Convite para inauguração da Biblioteca Comunitária Vila Ipiranga	162
Figura 13 – Estrutura da Biblioteca Comunitária Vila Ipiranga.....	163
Figura 14 – Logomarca das bibliotecas comunitárias caxienses.....	164
Figura 15 – Localização das bibliotecas comunitárias caxienses.....	188

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos que foram analisados na pesquisa documental.....	98
Quadro 2 – Perfil das agentes de leitura entrevistadas.....	102
Quadro 3 – Perfil dos/as agentes públicos/as entrevistados/as.....	106
Quadro 4 – Bibliotecas comunitárias pesquisadas na cidade de Caxias do Sul.....	114
Quadro 5 – Relação das primeiras dez bibliotecas comunitárias inauguradas.	161
Quadro 6 – Bibliotecas comunitárias inauguradas em 2009.....	165
Quadro 7 – Relação das bibliotecas comunitárias inauguradas ou previstas para 2010.....	166
Quadro 8 – Bibliotecas comunitárias inauguradas em 2011.....	168
Quadro 9 – Projeto das bibliotecas comunitárias submetidos e aprovados à LIC Municipal (2007-2017).....	176
Quadro 10 – Bibliotecas comunitárias inauguradas entre 2014 e 2016.....	181
Quadro 11 – Bibliotecas comunitárias caxienses ativas (em março de 2020)..	186
Quadro 12 – Prefeitos e vice-prefeitos/as de Caxias do Sul (1997-2021).....	198
Quadro 13 – Bibliotecas comunitárias caxienses como política pública?.....	242

LISTA DE SIGLAS

ALCA	Academia Caxiense de Letras
AMOBs	Associações de Moradores de Bairros
ANPED	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRAPCI	Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
DLL	Departamento do Livro e da Leitura
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IPTU	Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIC	Lei de Incentivo à Cultura
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
MEI	Micro Empresa Individual
ONG	Organização Não-Governamental
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEC/RS	Plano Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul
PEL/RS	Política Estadual do Livro do Estado do Rio Grande do Sul
PILAR	Programa Primeira Infância Leitora
PIM	Programa Primeira Infância Melhor
PMC	Plano Municipal de Cultura da Cidade de Caxias do Sul

PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNC	Política Nacional da Cultura
PNL	Política Nacional do Livro
PNLE	Política Nacional de Leitura e Escrita
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PPA	Plano Plurianual
PPEL	Programa Permanente de Estímulo a Leitura
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROLER	Programa Nacional de Incentivo a Leitura
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde na Família
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RNBC	Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
SARG	Síndrome respiratória aguda grave
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UBS	Unidade Básica de Saúde
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNIVATES	Universidade do Vale do Taquari
UPF	Universidade de Passo Fundo

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	16
1.1	CARTA ÀS LEITORAS E AOS LEITORES.....	16
1.2	O PESQUISADOR.....	18
1.3	A COMPREENSÃO DO TEMA.....	22
1.4	A PESQUISA.....	26
1.4.1	O problema.....	26
1.4.2	Os objetivos.....	26
1.4.2.1	Objetivo geral.....	26
1.4.2.2	Objetivos específicos.....	26
1.4.3	Relevâncias do estudo.....	27
1.5	O LUGAR DO PESQUISADOR NA INVESTIGAÇÃO.....	30
2	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, JUSTIÇA SOCIAL E RESISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS.....	32
2.1	ACESSO À LEITURA E À INFORMAÇÃO PARA TODOS/AS?.....	32
2.2	AFINAL, O QUE SÃO BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS?.....	43
2.3	ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CIDADANIA, AUTONOMIA E TERRITÓRIO.....	55
3	TESSITURAS COM O CAMPO DA EDUCAÇÃO.....	63
3.1	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS À LUZ DE PAULO FREIRE.....	63
3.2	MOVIMENTOS SOCIAIS POR EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E POPULAR.....	75
3.3	LÓCUS: CONTEXTUALIZANDO A CIDADE DE CAXIAS DO SUL/RS.....	86
4	CAMINHOS DA PESQUISA.....	92
4.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	92
4.2	CAMPOS DO ESTUDO.....	112

5	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES COMO <i>LOCUS</i> DO ESTUDO.....	116
5.1	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA 1.....	117
5.2	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA 2.....	127
5.3	BIBLIOTECA COMUNITÁRIA 3.....	142
5.4	A BUSCA PELO COMUNITÁRIO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS.....	151
6	CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES.....	152
6.1	GÊNESE E IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS.....	156
6.2	DISCURSO DE ACESSORIA E DESEJO DE EMANCIPAÇÃO.....	171
6.3	NOVOS ARES À CIDADE E A ESCASSEZ DE RECURSOS ÀS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS.....	182
7	O COMUNITÁRIO E SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO.....	193
7.1	OS ANTECEDENTES DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS.....	194
7.2	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES: DESEJO, PROJETO OU POLÍTICA PÚBLICA?.....	204
7.3	RELAÇÕES ENTRE AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E O PODER PÚBLICO.....	213
7.4	VÍNCULOS E SUBORNIZAÇÃO: TÊNUES RELAÇÕES.....	223
8	AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES EXISTEM E RESISTEM: ATÉ QUANDO?.....	238
8.1	(A FALTA DE) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COM O LIVRO, A LEITURA E AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM CAXIAS DO SUL.....	239
8.2	O QUE FAZEM AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES?.....	253
8.3	O QUE FALTA PARA SEREM DE FATO COMUNITÁRIAS?.....	259

8.4	O FUTURO: O QUE SE DESEJA ÀS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS?.....	266
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	275
	REFERÊNCIAS.....	285
	APÊNDICE A – TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	302
	ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/UCS).....	307

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Me movo como educador, porque, primeiro, me movo como gente (FREIRE, 2017a, p. 92).

1.1 CARTA ÀS LEITORAS E AOS LEITORES

Caras e caros, convido-as/os a acompanharem-me na leitura deste texto, escrito a duas mãos, mas com orientação sábia e generosa ao longo dessa trajetória. Texto escrito em diferentes momentos e revisado em inúmeras ocasiões, em instantes de águas mansas, mas também em outros de bastante turbulências, pois a viagem nunca termina, apenas colocamos um ponto final para não se tornar uma pesquisa infinita, já que os ritos são necessários. Esta que se diz uma tese de doutorado, ou ao menos eu assim a denomino, afinal, é isso que esperam de mim e deste texto, não se esgota nas palavras que virão, pois as mãos ao digitar não acompanham a elaboração de ideias na mente, que nem sempre se transformam em palavras codificadas, sendo uma pequena parte vinda ao papel, ou melhor, à tela do computador e que a partir de agora as apresento.

Gostaria que a escrita deste texto fosse mais leve, em tom poético e literário, sem perder a cientificidade, como requer uma tese. Não leve no sentido pessoal, dado que a mim foi prazeroso escrever cada linha (mesmo com os altos e baixos do período), mas me refiro leve a vocês, leitoras e leitores. Por vezes, as minhas palavras são mais secas e breves, ou, como dizem, um pouco mais acadêmicas. Não que eu tenha pesquisado em dicionários palavras bonitas e rebuscadas para encantar quem me acompanha, mas tenho o (mau) hábito de ser muito direto, quando poderia encontrar expressões consideradas mais suaves, ou mesmo sendo mais generoso e explicativo em minhas proposições a vocês, leitoras e leitores. Contudo, espero que o texto seja claro o suficiente para me fazer compreender naquilo a que me propus.

Muito dessa linguagem dita como um pouco mais acadêmica vem de minha formação inicial na área das Ciências Sociais, de minha trajetória de constituição de pesquisador e também da necessidade de me enquadrar no esperado pela própria academia em muitos momentos, afinal quem não produz perece, e a rigidez se faz

presente no meio científico; por vezes, adequar-se é (o mal) necessário. De todo modo, espero que a leitura não seja penosa para você, pois a mim enche os olhos, nem cito pela escrita em si, mas pelo conteúdo que desenvolvi nesta minha caminhada (nem sempre fácil) junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), da Universidade de Caxias do Sul (UCS), constituindo-me pesquisador no campo da Educação.

Tomo a ousadia, como muitos a consideram, de escrever por mim mesmo, com—minhas palavras, as ditas acadêmicas e as do mundo, em primeira pessoa, aproximando-me de você. Ao mesmo tempo em que este texto precisa ser acadêmico, já que é uma tese, anseio que não fique se empoeirando em estantes, ou melhor, nos tempos modernos, ocupando *bits* em um banco de dados. Creio que a escrita em primeira pessoa possa me ajudar nesta tarefa, de me aproximar de futuras leitoras e futuros leitores, mas sobretudo, da minha própria pesquisa, campo de estudo e do meu eu pesquisador, considerando que a tese representa apenas uma parte de minha trajetória de estudos e práticas, que continuarão após a obtenção do diploma, que me coloca como um pesquisador mais qualificado perante a comunidade (ao menos a científica).

Escrever em primeira pessoa foi um prazeroso desafio em que me coloquei, que motivou ao mesmo tempo que desacomodou, pois foi meu primeiro exercício com este formato de escrita e de me expressar no mundo (ao menos o acadêmico), mas um período longo que é um doutorado me proporcionou isto, além da escrita em primeira pessoa, bem como crescimento pessoal e pesquisador. Um desafio em uma trajetória também desafiadora, mas tenho certeza de que esse caminho foi a melhor escolha, o campo da Educação permite, me senti acolhido e assim o fiz. Escrevo por e a partir de mim.

Agora que já tecemos um primeiro contato, apresento-me, para que me conheçam, para lá do tal do currículo acadêmico por si só, mas, acima de tudo, como educador, bibliotecário e professor, um cidadão inquieto com o presente, e esperançoso com o futuro.

E, sim, já adianto que entendo serem as bibliotecas importantes elementos de transformação social. Convido-lhes a virem comigo!

1.2 O PESQUISADOR

Escrever sobre si não é fácil. Penso ser mais cômodo escrever a respeito dos outros, como fiz em minha dissertação¹, sob o viés biográfico. Mas falar de mim é necessário, mesmo que seja breve para não lhe cansar a leitura. A escrita sobre minha trajetória torna-se relevante, já que é a partir dela que surge meu tema de pesquisa, que fundamenta e circunda este texto de tese: as bibliotecas comunitárias e as suas práticas educativas. Saber quem sou e a partir de onde falo contribui para que entendam minhas reflexões que virão ao longo do texto.

Sou oriundo do sul gaúcho, nascido em Rio Grande/RS no ano de 1988. Filho de pai carpinteiro e mãe dona de casa, os livros impressos não foram presença constante em minha casa na infância. Eles, os livros, pelo que me recordo, me foram apresentados por volta de quatro ou cinco anos, através de minha única irmã, quatro anos mais velha do que eu, que ingressou na escola antes de mim e assim teve contato e pôde me trazer livros, ainda que sejam nas primeiras oportunidades os didáticos e alguns poucos literários que trazia de empréstimo na rudimentar biblioteca da escola que frequentava. No mais, conhecia até então apenas livros ‘de adulto’, alguns romances que minha mãe lia ou sobre agricultura do meu avô; o contato com a literatura infantil chegou mais tarde.

O meu acesso direto aos livros foi ocorrer aos sete anos, quando ingressei na primeira série em outra escola, a qual mantinha também rudimentar ambiente informacional. Contudo, apesar de hoje compreender que o espaço não era o ideal, à época era um encanto: apesar de pequeno e escuro, podíamos frequentá-lo uma vez por semana, mesmo que apenas para trocar o livro, sem práticas educativas ocupando tal espaço. Além das atividades na escola, havia as lições tomadas em casa por minha irmã, que se tornou cúmplice em minha alfabetização e na aproximação cada vez maior com os livros e o mundo da leitura.

Os anos escolares foram transcorrendo e, no final do Ensino Médio, como acontece para uma parcela (privilegiada) de jovens brasileiros/as, é chegada a hora do vestibular. Por morar em uma cidade com universidade pública, federal e de qualidade, sabia que teria a oportunidade de ser o primeiro membro do núcleo

¹ SILVEIRA, João Paulo Borges da Silveira. “**Somos, sem modéstia, [...] um homem de teatro**”: os manuscritos de Coriolano Benício como documentos (auto) biográficos. 178f. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

familiar a ingressar no (distante para nós) universo acadêmico e a conquistar uma profissão que não demandasse o esforço físico que meu pai realizava ao longo de sua vida para sustentar a família.

Aos 17 anos, a escolha para o vestibular foi o curso de Ciências Econômicas; apesar de ter batido na trave, não foi gol. Após o término do Ensino Médio e tendo conseguido uma bolsa para realizar um curso preparatório visando a prestar um novo vestibular, me aprofundo em conhecer a universidade e seus cursos, então me surge aos olhos a Biblioteconomia, a qual começo a conhecer através de *folders* e *site* institucional e decido que seria minha escolha no vestibular.

Após os estudos e a realização do processo seletivo, eis o resultado: aprovado. Aos 19 anos, em 2007, início minha trajetória como futuro bacharel em Biblioteconomia na Universidade Federal do Rio Grande, a FURG. Já no início da graduação, admirando minhas professoras (sim, duas mulheres inspiradoras, professoras Gisele e Renata) e tendo minha irmã como referência, pois havia se tornado professora no curso de Magistério, decido que esse seria meu foco profissional: tornar-me bibliotecário e constituir-me professor universitário para quem sabe, no futuro, trilhar a docência na área da Biblioteconomia.

Durante a graduação, tive a oportunidade de participar de grupos de pesquisa, de eventos, escrevi e publiquei resumos e artigos, sempre buscando qualificar minha formação para atingir meus objetivos profissionais (mas que também iam me constituindo como pessoa). Desde o meio da graduação até o último ano, decidi escolher e me preparar para a seleção de mestrado, guiado a dialogar com os campos da Biblioteconomia e da História (graduação que iniciei e não concluí), mas cujos rumos me levaram à seleção e à aprovação no curso de mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), âmbito que poderia unir ambas as formações em torno de um único estudo.

No final de 2010, concluo a graduação em Biblioteconomia e, no início de 2011, começo o curso de mestrado. Algum tempo depois, início uma especialização em Gestão em Arquivos e, após, uma segunda, na área de Educação, a qual me abriu os olhos para a futura seleção, que ainda não sabia na ocasião, mas que viria a fazer para o doutorado em Educação, área e campo em que me encontro e de onde parte a escrita deste texto.

Em 2012, iniciam-se minhas experiências como bibliotecário, tendo atuado desde então em diferentes tipologias de biblioteca: escolar, pública, especializada e hoje trabalhando em biblioteca universitária, junto à FURG, instituição que me acolheu na realização do curso superior e que me permitiu me tornar bibliotecário e me descobrir professor ainda na graduação, hoje pertencendo à equipe do seu Sistema de Bibliotecas.

Entre idas e vindas nos percursos da vida, em 2013, tenho a primeira oportunidade via concurso público para atuar como professor efetivo. Atravesso o País e início minha trajetória docente no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), na qual permaneci por alguns meses, até 2014. Diferentes motivos me trazem de volta ao sul, e no mesmo ano me é oportunizada a segunda experiência docente, junto à UCS, também atuando na formação de futuros bacharéis e bacharelas em Biblioteconomia, instituição em que continuo exercendo a docência e que me possibilitou a continuidade de meus estudos, agora em nível de doutorado.

A docência tem suas exigências, uma delas é a qualificação de seus/suas docentes. Aliando ao anseio profissional, o meu gosto pela pesquisa, reconhecendo a qualidade da UCS e de seus programas de pós-graduação, decido realizar o processo seletivo para o PPGEdU da instituição, campo em que estou envolvido, como professor e bibliotecário e que tão bem acolhe e abre-se ao diálogo muitas vezes interdisciplinar entre profissionais de diferentes formações, em prol de um campo tão significativo que é a Educação.

Na concepção e significação de um tema e projeto de pesquisa para o processo seletivo, que articulasse a minha trajetória com as bibliotecas, a Educação e também com o PPGEdU da UCS (área de concentração e linhas de pesquisa), e que ao mesmo tempo tivesse uma agenda afim comigo, a orientadora e claro, contribuição social, me veio um *insight* sobre uma lembrança da infância, que me marcou de tal forma que talvez, mesmo de forma indireta, me levou à Biblioteconomia, compreensão que tenho hoje, distanciado temporalmente do acontecido e do momento de minha escolha profissional.

Se a memória não me trai, na sexta série do Ensino Fundamental, aos 12 anos, a professora de História solicita à turma uma pesquisa, que não se restringia à biblioteca da escola, pois necessitaria de outras fontes que ali não encontraríamos. Foi recomendado que fôssemos ao centro da cidade para que a tal pesquisa

histórica pudesse ser realizada na biblioteca pública, uma vez que a escola se localizava em um bairro considerado periférico, tendo em vista a distância da região central e suas condições socioeconômicas.

Ao chegar em casa após a aula, conversando com minha mãe e contando sobre a manhã na escola, comunico-lhe sobre o trabalho escolar a ser feito e solicito liberação e recursos para me deslocar com colegas ao centro da cidade para realizar a pesquisa. Anos depois, já adulto, pude compreender a expressão no rosto de minha mãe, um misto de surpresa e apreensão, somada com as palavras dela, que busco reproduzir: “Como vocês vão entrar naquela biblioteca [que é imponente em um prédio histórico]? Aquele lugar não é para nós”.

Mesmo no auge de um menino de 12 anos, nascido e criado no mesmo bairro considerado periférico, não compreendia, à época, que houvesse lugares que ‘não fossem para nós’. Hoje, olhando-me em perspectiva, a partir de uma dimensão temporal, como assiná-la Stecanela (2012), distanciando-me do fato vivido, me desafio e consigo olhar e compreender esse e outros acontecimentos, as relações que estabeleci comigo e com os outros, assim como aquela biblioteca visitada e com a realidade social e econômica que pertencia. A maturidade me fez compreender que a questão não era o lugar, mas a forma como minha mãe se sentia diante da sociedade e de sua realidade, do que uma biblioteca pode representar, ou seja, o mundo das letras, do poder, da erudição e de pessoas que ‘têm cultura’, como se nós não a tivéssemos ou não soubéssemos nos comportar em um espaço como aquele.

As andanças durante a vida, nas universidades, com a Biblioteconomia, por bibliotecas e pelas cidades e suas comunidades, trouxeram-me perguntas, sem a pretensão de respostas únicas sobre o fato narrado em minha infância: E se tivéssemos bibliotecas públicas para além do centro das cidades? E se as comunidades criassem as suas bibliotecas, com ou sem, mas não esperando apoio público? Mesmo sabendo que existem diferentes bibliotecas comunitárias em todo o Brasil, fiquei ainda me questionando: e se existisse uma no meu bairro naquela época? Como seria a trajetória da minha mãe e a minha? E do trabalho escolar que precisei realizar no centro da cidade? Como teria sido a vida de meus/minhas colegas de escola, parentes e vizinhos/as que residiam/residem naquele bairro se tivessem tido acesso à leitura e à informação, para além do que é selecionado e transmitido pelos meios de comunicação?

As respostas para essas perguntas, eu nunca as terei, apenas reflito até hoje, visto que os fatos ficaram no passado, mas tenho clareza de que bibliotecas mudam vidas ou, como afirmei no início deste texto, penso serem as bibliotecas importantes elementos de transformação social, em diferentes magnitudes, realidades, tempos e espaços.

Neste contexto, entendo as bibliotecas comunitárias como espaços de acesso à leitura e à informação, de desenvolvimento social, estímulo à cidadania e conquista da autonomia, individual, dos grupos e dos próprios territórios. Desta forma, as bibliotecas comunitárias tornaram-se meu objeto de estudo no doutorado, a partir de caminhos, reflexões e diálogos que apresento a vocês nesta tese, unindo história particular que motiva o estudo a uma demanda que considero social, política, cultural e ética.

1.3 A COMPREENSÃO DO TEMA

As questões sobre o acesso e uso das bibliotecas rondam o meu viver e nele se mantêm desde quando eu era estudante do Ensino Fundamental. No percurso do Doutorado em Educação, coloco em destaque uma das possibilidades de acesso à leitura e à informação pelo viés da biblioteca comunitária. Nessa dimensão, a escolha do tema de pesquisa foi feita, aliás trata-se de um tema de vida – pois considero que as bibliotecas de um modo geral são fundamentais para a cidadania e o reconhecimento e a conquista de direitos.

Com o tema de tese escolhido e que me acompanhou nesta trajetória de doutorado, se tornou necessário compreender o que já foi e tem sido investigado em torno de meu objeto de pesquisa. Para muito além de uma formalidade do texto acadêmico, de apresentar uma revisão de literatura ou da compreensão da real necessidade de estudo inovador requerido pelo grau acadêmico, conhecer o que tem sido pesquisado permitiu-me lapidar o objeto de estudo e construir minha pesquisa, transpor para o papel as minhas reflexões e vivências nesta trajetória, buscando de uma ou várias formas contribuir para o campo científico da Educação, da Biblioteconomia e das próprias bibliotecas comunitárias, bem como com as políticas públicas de acesso à leitura e ao livro. Mais do que ambição, é o desejo de contribuir.

Diante da missão de conhecer o que já foi produzido em torno de meu objeto de pesquisa, realizei as buscas no mês de agosto de 2018 nos seguintes meios: a) Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); b) anais publicados a partir das reuniões científicas nacionais bianuais organizadas pela Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED); c) Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); e, d) Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

O período temporal de buscas nas bases citadas foi delimitado entre 2009 e 2018, com exceção da BDTD, em que não limitei temporalmente as publicações, pois considero relevante conhecer o todo das pesquisas realizadas em nível de pós-graduação no Brasil. Os termos selecionados e recuperados giram em torno do objeto de pesquisa: 'biblioteca comunitária' e 'biblioteca popular'², este último por vezes utilizado na área da Educação, considerado como sinônimo do primeiro, conforme discutirei mais à frente no trabalho.

A primeira base escolhida para a revisão de literatura foi a BDTD, na qual realizei pesquisa por trabalhos a partir da 'Busca avançada' que tivessem os termos selecionados (e os seus plurais), nos títulos, palavras-chave ou resumos das produções. Na primeira imersão, por 'biblioteca comunitária', recuperei nove estudos e, por 'biblioteca popular', recuperei três trabalhos.

Dos doze estudos recuperados, seis não seriam recuperados se a limitação temporal de dez anos fosse aplicada, em especial a tese de Machado (2008), que se constitui em importante referencial a respeito das bibliotecas comunitárias no Brasil e que já conhecia antes de explorar a base. Destes, são dez dissertações e duas teses, oriundas de PPGs em Ciência da Informação (oito), Educação (três) e interdisciplinar (um).

Dentre as temáticas pesquisadas nos trabalhos, destaco duas que mais se aproximam de minha proposta: Alves (2017), investigou quatro bibliotecas comunitárias recifenses, caracterizando as comunidades e os ambientes informacionais, por meio de seus acervos, serviços, usuários e práticas leitoras e culturais realizadas; e Machado (2008), compreendeu as bibliotecas comunitárias

² Paulo Freire, no livro *A importância do ato de ler em três artigos que se complementam* (cuja primeira edição foi em 1982, sendo a primeira obra publicado pelo autor após a volta dos seus 15 anos no exílio), utiliza a expressão bibliotecas populares para se referir a espaços como as bibliotecas comunitárias, assim como outros autores, conforme discutirei no capítulo dois deste trabalho.

como prática social, com o objetivo de investigar as políticas públicas para fortalecimento e ampliação de ambientes comunitários. Ambos os estudos se fundamentam no referencial teórico da Ciência da Informação.

A partir dessa primeira exploração na BDTD, concluo que a temática das bibliotecas comunitárias não é inédita em produções de teses e dissertações no País. Contudo, sob o viés do estudo de práticas educativas, que é um conceito chave em minha pesquisa, não encontrei trabalho semelhante considerando o caminho percorrido, o que aponta para o potencial de meu estudo que está sendo desenvolvido no curso de doutorado em Educação.

No âmbito da ANPED³, realizei buscas nas últimas cinco edições do evento, que acontece a cada dois anos, (portanto, de 2009 a 2017), e não encontrei trabalhos dentro da temática que pesquiso nesta tese, a partir dos dois termos utilizados. Apesar disso, considerei importante trazer esses resultados para ressaltar que há um caminho a ser trilhado em estudos que investiguem as bibliotecas de um modo geral na área da Educação. Em especial, a área das bibliotecas comunitárias carece de estudos no contexto dos eventos nacionais da ANPED, sendo, também, um caminho para diagnosticar as potencialidades do meu estudo na área da Educação.

A terceira base de dados selecionada para a revisão de literatura foi a BRAPCI, que é um repositório específico da área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, que armazena a produção dos periódicos científicos nacionais e internacionais da área, bem como anais dos principais eventos nacionais. A pesquisa foi realizada no módulo simples, por meio dos termos delimitados já assinalados, sendo possível recuperar documentos cujos termos são contemplados nos títulos, palavras-chave e resumos.

Na busca por ‘biblioteca comunitária’, recuperei vinte e três trabalhos, todos oriundos de periódicos científicos da área da Biblioteconomia. Desses, selecionei dezoito para análise, sendo que cinco traziam o termo pesquisado em outros contextos, não se constituindo como a temática central da produção. Buscando pelo termo ‘biblioteca popular’, recuperei dois textos, sendo que um deles continha o termo como secundário na sua proposta.

³ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). Reuniões científicas – nacional. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>. Acesso em: 13 ago. 2018.

Entre os artigos recuperados na BRAPCI e que possuem relação direta com a minha proposta, nenhum deles dialoga com meu problema e objetivos. Contudo, é importante considerar que há outros/as pesquisadores/as, e não só no Brasil, se debruçando na temática e buscando compreender como as bibliotecas comunitárias podem contribuir para as comunidades, bem como no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade.

A última base de dados selecionada foi o Portal de Periódicos da CAPES, que acolhe periódicos e artigos científicos de todo o mundo, dessa forma, alguns artigos localizados já haviam sido encontrados na BRAPCI. Para o termo 'biblioteca comunitária', recuperei vinte e sete documentos, dos quais sete já haviam sido encontrados na BRAPCI. Então, dos vinte artigos, selecionei quatro que dialogam com minha pesquisa, através de leitura prévia e posterior análise. Em buscas com o termo 'biblioteca popular', foram identificados noventa e seis artigos, sendo que nenhum foi selecionado após análise dos resumos, cerca de 90% eram em língua espanhola e o termo aparecia como plano de fundo de outras discussões, ou seja, as bibliotecas não eram objetos da escrita.

Entre os artigos recuperados, as autoras Alves (2017) e Machado (2008) já tiveram suas dissertação e tese respectivamente encontradas na BDTD, de modo que os artigos que emergiram do Portal de Periódicos são oriundos de suas pesquisas anteriores. As mesmas autoras também foram recuperadas na BRAPCI, o que me permite considerá-las nomes importantes nas pesquisas com e sobre bibliotecas comunitárias no Brasil.

Os textos de Quintero Castro e Bornacelly Castro (2018) e Thomazi (2016) *et al* apresentam perspectivas sobre o funcionamento e os/as usuários/as de diferentes bibliotecas comunitárias, tanto no Brasil como na Colômbia, sem dialogarem de forma direta com a minha proposta de pesquisa, ou seja, a contribuição das práticas educativas para as comunidades e seus territórios. Ambos os estudos analisam esses ambientes informacionais sob a perspectiva da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, e não da Educação, lentes que utilizo para compreender e analisar as bibliotecas comunitárias.

A partir da amostra de estudos publicados em torno do conceito de bibliotecas comunitárias nos campos da Educação e da Biblioteconomia, pude lapidar minha proposta de pesquisa, almejando a inovação que o grau acadêmico requer. Na próxima seção, apresento minha proposta de pesquisa nesta tese.

1.4 A PESQUISA

A partir do mapeamento e do panorama dos trabalhos que têm sido desenvolvidos e publicizados nas bases escolhidas para este estudo, conforme abordei na seção anterior, tenho elementos para lapidar meu tema de pesquisa a partir de meu objeto, que são as bibliotecas comunitárias. A seguir apresento o problema de pesquisa, seus objetivos e aponto as relevâncias deste estudo nos meios social, científico e pessoal.

1.4.1 O problema

Quais as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias para o local, em especial, na promoção da autonomia e cidadania dos/as usuários/as e dos territórios?

1.4.2 Os objetivos

1.4.2.1 Objetivo geral

- Analisar as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias relacionadas ao acesso à leitura e à informação, para a conquista de autonomia e de cidadania aos/às usuários/as e dos territórios.

1.4.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a trajetória de criação das bibliotecas comunitárias pertencentes ao estudo, a partir do fortalecimento social do grupo e de sua cultura popular;
- Investigar os perfis de agentes de leitura e usuários/as das bibliotecas comunitárias estudadas para compreender, ao menos em parte, as suas necessidades de informação;
- Observar espaços, acervos, produtos e serviços informacionais disponibilizados pelas bibliotecas comunitárias visitadas;

- Refletir acerca de práticas educativas realizadas nas bibliotecas comunitárias, a fim de apontar as suas potencialidades e aplicabilidades em outros espaços; e,
- Compreender como as bibliotecas comunitárias podem contribuir para o desenvolvimento do território e para a conquista de autonomia dos/as usuários/as enquanto processo de liberdade e ato de cidadania.

1.4.3 Relevâncias do estudo

As relevâncias de pesquisa são entendidas como justificativas para o desenvolvimento deste estudo no âmbito do PPGEdU da UCS e na linha de pesquisa *Processos Educacionais, Linguagem, Tecnologia e Inclusão*. Aponto as suas perspectivas nos contextos social, científico e pessoal, as quais discutirei a seguir.

No âmbito social, o presente estudo visou a compreender uma demanda por acesso à leitura e à informação, sobretudo em regiões consideradas periféricas se comparadas aos centros urbanos, uma vez que as bibliotecas comunitárias, na maioria das vezes, são constituídas nessas regiões. A própria criação desses ambientes informacionais já indica carência e necessidade de informação por parte dos/as moradores/as, que se unem na busca por igualdade no acesso à leitura e à informação, por não terem muitas vezes outras oportunidades, como bibliotecas públicas ou escolares em seus arredores. Objetivei, então, compreender os processos e as motivações específicas para a criação das bibliotecas comunitárias caxienses que compuseram o campo empírico de meu estudo, considerando que cada unidade irá apresentar um contexto distinto.

Apesar de o trabalho não ter tido como propósito elaborar um guia ou roteiro para criação de bibliotecas comunitárias, considero que conhecer os aspectos que levaram à criação das bibliotecas estudadas pode estimular o desenvolvimento de novas e o fortalecimento de bibliotecas comunitárias já existentes, como, por exemplo, na própria cidade. Assim como, a partir deste estudo, pretendi identificar, apresentar e contextualizar práticas educativas que poderão fundamentar ações em novos e diferentes ambientes, além dos analisados nesta pesquisa. Desta forma, meu estudo pode subsidiar ações coletivas das próprias comunidades ou mesmo a

partir de projetos ou políticas públicas no que tange às bibliotecas comunitárias, mas também ao acesso à leitura e à informação em diferentes cenários.

O/a pesquisador/a na área da Educação deve buscar compreender as realidades estudadas, sem a pretensão de realizar julgamentos ou apontar falhas, como afirma Souza (2015), reconhecendo as respostas construídas a partir do campo em suas contribuições do social e do humano. Ainda de acordo com a autora, diante das respostas do mundo e do poder da compreensão, cabe aos/as pesquisadores/as orientar-se para ação visando a apoiar a transformação de uma ou mais realidades. Assim, me guiei ao longo do percurso da pesquisa em campo e na escrita deste texto de tese.

No campo científico, este trabalho objetiva contribuir com as pesquisas sobre Educação não-formal e Educação popular, pelo viés das bibliotecas comunitárias, conjuntura carente de estudos no campo da Educação, no contexto brasileiro, como apresentei em seção anterior, área do PPGEdu da UCS à qual este estudo se vincula e que, como foi demonstrado, por exemplo, nas reuniões científicas da ANPED, nas quais não recuperei nenhum trabalho nessa temática.

No contexto do PPGEdu-UCS, aponto que poucos estudos têm sido desenvolvidos focalizando ou tendo como plano de fundo ambientes não-formais de Educação, que muitas vezes são espaços pouco valorizados no âmbito das próprias Ciências da Educação de uma forma geral, se comparado com os ambientes formais, considerando o volume de produção científica (teses e dissertações) sobre o espaço escolar formal, por exemplo, neste Programa, conforme apontam Belusso, Silveira e Kloss (2018).

Já na esfera pessoal, tão relevante quanto a social e a científica, considerando que toda pesquisa de pós-graduação é desenvolvida por um/a indivíduo/a, acompanhado de um/a orientador/a, o que não torna a caminhada menos solitária e longa, portanto, me reconhecer na temática a ser aprofundada nesta trajetória foi de suma importância, inclusive para que lograsse êxito no trabalho até a sua conclusão (ou como prefiro dizer, a ocasião do ponto final, para que a pesquisa não se torne infinita).

Nesta perspectiva, o presente estudo partiu de meu interesse pessoal pelas bibliotecas comunitárias, consciente de compromisso social e ético enquanto cidadão, mas também na qualidade de educador, atuando como professor e bibliotecário, atividades que desempenho e que estão relacionadas à Educação.

Objetivei, também, de alguma forma contribuir com o campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, aproximando-os e abrindo diálogo com a Educação, mediante temas comuns, como as bibliotecas comunitárias e suas práticas educativas por meio do acesso à leitura e à informação.

Desta forma, considerando as três proposições de relevâncias: social, científica e pessoal, entendo que este trabalho tem potencial para contribuir com a sociedade de forma ampla, vinculando teoria e prática em torno de ações educativas desenvolvidas pelas bibliotecas comunitárias analisadas, podendo colaborar para responder a problemas sociais concretos, como a desigualdade entre seres humanos e a necessidade de fomento às políticas públicas como estímulos à justiça e à equidade social. Aponto, ainda, a importância do diálogo com os meios populares, que, muitas vezes, encontram obstáculos de várias ordens para chegar à academia ou mesmo, para que sejam campos de estudos em pesquisas científicas, de forma ética e compromissada em dar respostas e contribuições para a qualidade de vida dessas comunidades.

Agora que já expus a vocês, leitoras e leitores, a minha proposta de estudo, a partir do problema de pesquisa, seus objetivos e relevâncias para a sua elaboração, faz-se necessário explicitar o ‘como fazer’, ou seja, os caminhos que percorri ao longo da pesquisa ou ainda como também são chamados: os procedimentos metodológicos previstos para o seu desenvolvimento.

O estudo é de caráter explicativo, de natureza qualitativa, com dois delineamentos: pesquisa bibliográfica e estudo de casos múltiplos. O campo de investigação são as bibliotecas comunitárias da Cidade de Caxias do Sul/RS, sendo selecionados três ambientes para ida a campo. Como recursos para construção dos dados, foram utilizados: observação em campo (com escrita de diário), pesquisa documental e realização de entrevistas com seis sujeitos/as envolvidos/as nessas bibliotecas.

A interpretação dos dados foi a partir da Análise de Conteúdo de Bardin (2016), na perspectiva qualitativa. Aponto que a pesquisa foi avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)⁴ da UCS. No Capítulo 4 detalho os procedimentos metodológicos do estudo.

⁴ Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) n°: 20721919.8.0000.5341. Parecer n°: 3.721.260 (constante no anexo A desta tese).

1.5 O LUGAR DO PESQUISADOR NA INVESTIGAÇÃO

No percurso e na constituição desta pesquisa, a partir dos meus estudos e reflexões, realizadas mesmo antes de meu ingresso no Programa, nas discussões traçadas e nas idas e vindas da escrita, comecei a me questionar a respeito do meu lugar de pesquisador em relação às bibliotecas comunitárias, as quais me dediquei a conhecer os seus espaços e possíveis práticas educativas, mas que, de todo modo, não são a minha vivência cotidiana, ou seja, não são o chão onde piso e vivencio, pois não resido nessas comunidades.

Ao iniciar esta investigação, questionei-me se eu não seria mais um pesquisador entre tantos, que vai a campo, ‘retira’ aquilo de que precisa para o seu estudo, sem levar ou deixar algo ou, ao menos, ter relação direta (para além da obtenção do título de Doutor) com o seu objeto de estudo, ou seja, com o grupo, para as pessoas. Não resido nas comunidades que visitei (e pouco visitei, pois não esperava uma pandemia no meio da trajetória de pesquisa, como relato no Capítulo 4) e, conseqüentemente, não faço parte dessas vivências. Entretanto, reflito que, mesmo não integrando esses grupos, posso dialogar com eles, tendo por base minha formação e trajetória como educador e estando residente na cidade de Caxias do Sul/RS, que me acolheu e abriu oportunidades profissionais, mas também de vida, como vivenciar a experiência desta tese em diferentes comunidades.

Djamila Ribeiro, no seu livro *O que é lugar de fala?*, discute a partir do feminismo negro, algo que é permeável a diferentes contextos, inclusive a este estudo. A autora discorre sobre o lugar social de fala de determinados grupos, que muitas vezes são silenciados, em virtude das relações de poder que se estabelecem na sociedade brasileira. Meu estudo constitui-se como um ponto de vista, a partir do lugar que falo, daquilo que estudei, vi, ouvi e vivi. Não estabeleço julgamentos ou me propus a trazer ‘a verdade’ de algo, o que seria leviano e desrespeitoso, como pesquisador, mas sobretudo como cidadão engajado no campo da Educação. A ética no âmbito da pesquisa científica também apresenta caráter político, de alteridade e de respeito à presença e à fala do outro (SEVERINO, 2014), por esse caminho tentei seguir ao longo da pesquisa, nos lugares que visitei e com as pessoas com quem dialoguei.

Ribeiro (2017, p. 64) nos alerta que o falar “[...] não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”, bem como de ser visto e ouvido. Não se trata

de, com esta tese, ocupar lugar de fala dos/as moradores/as dessas comunidades estudadas, mas de abrir espaço para que eles/as próprios/as possam no futuro (e por que não no presente, através ou motivados por este estudo) falar por si sós, sem a necessidade de interlocutores/as (como um/a pesquisador/a, por exemplo), ocupando assim espaços comuns para nós, leitoras e leitores, que são os bancos universitários, incluindo a pós-graduação.

Enquanto educador e pesquisador, tenho vivências que me aproximam das realidades a serem encontradas, mesmo em outros contextos, como narrado na seção sobre as relevâncias deste estudo, no qual exponho minhas motivações pessoais para com a escolha pelas bibliotecas comunitárias. Desta forma, mesmo não sendo membro das comunidades pesquisadas, e, portanto, não sendo seu porta-voz, me aproximo e abro diálogo com elas, em especial a partir do ato de escuta, pois a humanização se faz necessária entre os seres humanos, e o diálogo pode ser esse caminho de e para a práxis.

Ribeiro (2017) considera o direito à fala como processo de humanização, que é uma vocação aos seres humanos, como sustentava Freire, humanização muitas vezes “[...] negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores” (FREIRE, 2017, p. 40). Sendo assim, este estudo não visa a falar ‘sobre eles/as’, mas falar ‘com eles/as’, com as comunidades e compreender como as bibliotecas comunitárias e suas práticas educativas por meio do acesso à leitura e à informação, em vias da Educação não-formal e da Educação popular, podem contribuir para o desenvolvimento local e para a conquista da autonomia como processo de liberdade e ato de cidadania, para as pessoas e para os territórios. Mais do que um desejo, tenho como responsabilidade.

Como diria Mercedes Sosa, em canção que compõe a epígrafe de meu trabalho e cujas palavras faço minhas:

*Eu só peço a Deus
Que a dor não me seja indiferente
Que a morte não me encontre um dia
Solitário sem ter feito o que eu queria*

Então, vamos adiante! Pois, ao pesquisar, compreender, refletir e agir, a práxis se faz necessária! Vocês me acompanham?

2 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, JUSTIÇA SOCIAL E RESISTÊNCIA NOS TERRITÓRIOS

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela (FREIRE, 2017a, p. 42-43).

2.1 ACESSO À LEITURA E À INFORMAÇÃO PARA TODOS/AS?

Em tempos de globalização, era do conhecimento, sociedade da informação, aldeia global e infodemia, o Brasil vê aumentar as taxas de desemprego, como, por exemplo, no ano de 2019, chegando a 11,9% da população ativa, com 12,6 milhões de brasileiros/as sem emprego, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁵. Ainda segundo o órgão, no ano de 2020, com a pandemia de COVID-19, o Brasil registrou aumento nesses dados, passando a ter 13,5% da população desempregada, o que leva a um somatório de 13,4 milhões de pessoas, um aumento considerável e agravado pela crise epidemiológica da COVID-19, mas também política e econômica que o País enfrenta.

Os dados consolidados da PNAD Contínua de 2019 e 2020 mostram que a taxa de subutilização da força de trabalho (composta por pessoas desocupadas ou subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial) se ampliou de 18,5%, em 2019, para 19,8% da população em 2020, representando um volume de 27,6 milhões de pessoas em 2019, recorde desde o início do registro da série, passando para 31,2 milhões de brasileiros/as em 2020. O IBGE aponta que as pessoas querem trabalhar, mas faltam oportunidades e a culpa muitas vezes recai na falta de mão de obra qualificada, na falta de preparação

⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 24 mar. 2021.

dos/as trabalhadores/as, na formação que por vezes lhes é negada ou dificultada pelo Estado, logo quem deveria proporcionar o acesso e equidade a todos/as.

Analisando a pesquisa publicada pelo IBGE referente ao ano de 2019⁶, observo que as diferenças de gênero ainda permanecem sensíveis, com níveis de ocupação que correspondem a 73,7% e 54,5% respectivamente entre homens e mulheres, para pessoas com 15 anos ou mais. Entre as regiões do País, o distanciamento entre os dados também se faz presente de forma marcante: na região Sul 83,9% dos/as trabalhadores/as do setor privado possuem carteira assinada, na região Norte a taxa é de 59,0%. Já a taxa de desocupação dos/as respondentes à pesquisa que se declararam brancos/as (10,2%) ficou abaixo na média nacional (12,7%), sendo que as taxas dos declarados/as pardos/as (14,5%) e pretos/as (16,0%) estão acima.

Se, no cenário econômico, os índices não são animadores, no campo da Educação outros dados também preocupam. De acordo com o relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do ano de 2019⁷, o País não atingiu as metas estabelecidas para os Anos Finais do Ensino Fundamental (obteve uma média de 4.9 - a meta era 5.2) e para o Ensino Médio a situação é ainda mais preocupante (4.2 - a meta era 5.0). Os melhores resultados aparecem no âmbito dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com IDEB de 5.9 - a meta era de 5.7, o que talvez seja alento e esperança para a melhoria da qualidade da Educação Básica para as novas gerações, se os dados se mantiverem favoráveis ao longo dos próximos anos. Contudo, se faz necessário acompanhar como o período de pandemia e ausência física das salas de aulas impactará os dados dos próximos anos.

Nesse cenário, o País caminha para a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), já na sua quarta versão, que reestrutura os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, o que tem gerado euforia e ânsia na formação de professores/as e nos rumos da Educação brasileira, ao mesmo tempo em que gera discussões a respeito tanto da necessidade de documento padrão, quanto da padronização dos currículos de nosso imenso e

⁶ Os dados completos da PNAD Contínua referentes a 2020 não estavam completos no *site* do IBGE quando da escrita deste texto.

⁷ BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **IDEB**: resultados e metas, 2021. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=8016221>. Acesso em: 22 mar. 2021.

diverso País. O desafio está na implementação da Base de forma geral e uniforme no território brasileiro, evitando que novas lacunas se formem entre estudantes de diferentes regiões e/ou matriculados/as nas redes pública e privada.

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil⁸, realizada em 2019 e publicada em 2020, na sua quinta edição, aponta que, em relação aos/às participantes do estudo, 52% leram ao menos um livro nos três meses anteriores à realização da pesquisa, sendo que 20% afirmam ler em bibliotecas, mas dentre estes/as leitores/as, somente 3% utilizam-se de bibliotecas comunitárias. Entre os/as leitores/as, 7% apontam que não leem mais por falta de bibliotecas; já entre os/as não leitores/as, 34% apontam que não possuem tempo para leitura e 16% justificam que não sabem ler ou não possuem proficiência em leitura, por isso não leem.

Ainda de acordo com a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, o acesso ao livro se dá em sua maioria por compra (41%) e pouco via empréstimo em bibliotecas públicas e/ou comunitárias (7%), por exemplo, embora o livro ainda seja um bem que pode ser caro, tendo em vista o imenso Brasil marcado por suas desigualdades sociais e econômicas. Em muitas situações, compra-se um livro ou compra-se o leite e o pão; nesses casos, a escolha não é difícil. Outro dado que chama a atenção é que, entre os/as respondentes da pesquisa, 31% nunca compraram um livro em sua vida, seja por falta de recursos ou por falta de incentivo e reconhecimento da importância da leitura.

No ano de 2019, a pesquisa revelou que a média de livros inteiros lidos era de 2,55 por indivíduo, 7% utilizam bibliotecas por não conseguirem comprar as obras que desejam ler, e 82% dos/as respondentes raramente ou nunca frequentam algum tipo de biblioteca. Será por falta de tempo, principal justificativa apontada na pesquisa, ou também a falta de acesso? Entre os/as respondentes que frequentam bibliotecas às vezes ou sempre, 53% utilizam na escola ou universidade, 54% a pública e 4% a comunitária.

Esses dados anunciam um pouco do panorama brasileiro, desde o agravamento do desemprego nos últimos anos aos índices da educação e da leitura no País. Segundo o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas⁹, há 6.057 unidades

⁸ RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL. 5. ed. 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura-IPL_dez2020-compactado.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

⁹ SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Informações das bibliotecas públicas, 2019. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/>. Acesso em: 22 abr. 2021.

como estas no Brasil, praticamente uma por município, o que me permite concluir que há cidades com mais de uma, o que poderá gerar municípios sem nenhuma. Um exemplo disto é a própria cidade de Caxias do Sul, a qual possui duas unidades, a Biblioteca Pública Municipal Doutor Demétrio Niederauer, dedicada ao público em geral, e a Biblioteca Parque Largo da Estação, especializada em literatura infantil e destinada a esse público em específico, criadas respectivamente em 1947 e 2013.

Com relação às bibliotecas, em especial as escolares, o Censo Escolar da Educação Básica¹⁰ de 2020, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), informa que apenas 43,2% das escolas públicas (média entre estaduais e municipais) possuem biblioteca em suas estruturas. Por outro lado, nas escolas privadas, o percentual de unidades com biblioteca sobre para 64,9%. Apesar disso, a Lei 12.244 de 2010, em seu artigo 1º expressa: “As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei”¹¹, sendo que o período para a lei vigorar era de até dez anos, portanto, até 2020, mas o prazo foi ampliado, cabendo às instituições de ensino se adequarem até 2024 – agora é dever de toda a sociedade acompanhar e fiscalizar para que a lei seja implementada e cumprida.

Já no que se refere às bibliotecas comunitárias, não há dados oficiais ou diagnósticos abrangentes que deem conta de número mesmo que aproximado nesses ambientes, a partir de suas características específicas. A Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC)¹², movimento que atua conectado, sem vinculação institucional e que, portanto, não tem obrigação ou ambição de representar a totalidade desses espaços, está presente em nove Estados, com onze redes locais e contempla cento e quinze bibliotecas comunitárias articuladas às suas redes. Contudo, o número de bibliotecas comunitárias no Brasil é maior, uma vez que a RNBC não realiza um diagnóstico de todas, mas apenas um registro das que estão vinculadas às suas redes locais.

Mas, afinal, que biblioteca os/as leitores/as podem utilizar para atender suas demandas? Sejam leitores/as de fato, como se diz, de leitura literária para prazer,

¹⁰ BRASIL. Ministério da Educação. **Censo escolar da educação básica de 2020**: resumo técnico. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 25 mar. 2021.

¹¹ BRASIL. **Lei 12.244 de 22 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 25 mar. 2021.

¹² REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS (RNBC). Redes e bibliotecas, 2021. Disponível em: <https://rnbc.org.br/redes-e-bibliotecas/>. Acesso em: 25 mar. 2021.

deleite ou fruição, ou mesmo leitores/as de jornal, receita de bolo ou pesquisas para atender suas necessidades e, assim, terem acesso à leitura e à informação em seu dia a dia?

Caberia uma série de possíveis respostas para estas duas perguntas, como que locais se costuma frequentar, se é vinculado/a a alguma instituição, se o/a indivíduo/a está estudando ou trabalhando etc. Bibliotecas escolares, universitárias e especializadas são apenas alguns dos tipos em que podemos classificar as bibliotecas, mas esses três exemplos são segmentados, contemplam públicos próprios, seja professores/as, educandos/as, funcionários/as ou mesmo a comunidade que possui vínculo com algum desses espaços e/ou que reside ao redor dessas bibliotecas, pois nem sempre essas unidades estão abertas a públicos externos.

Quando, por exemplo, se é adulto/a e não se está estudando para ter acesso à biblioteca escolar ou universitária, as opções de acesso à leitura e à informação ficam restritas, ao menos de acesso à materialidade do livro ou outros documentos. É importante esclarecer que, para se ter acesso, não precisa ser somente em bibliotecas, pois depende de que informações necessita e que leitura se quer fazer, mas, sem dúvidas, as bibliotecas se constituem como espaços possíveis de acesso ao conhecimento, ao entretenimento e à cultura.

O meu olhar neste estudo, assim como foco central da tese, é refletir sobre as bibliotecas, com os pés no campo da Educação, desse modo, compreendo-as como espaços sociais e culturais, que entre as suas atividades selecionam, armazenam, organizam, preservam, disponibilizam e disseminam materiais diversos, visando a atender as necessidades e demandas informacionais, educacionais e recreativas de sua comunidade, tendo por base o seu público alvo e em potencial. Portanto, nem toda biblioteca possui como característica atender a 'todos/as', cabendo este papel às bibliotecas chamadas públicas em um primeiro momento, até por sua missão de instituição vinculada aos poderes públicos, além de serem espaços que mais frequentemente encontramos nos cenários das cidades, ou, ao menos, assim deveria ser.

A biblioteca pública, por consenso, seria um espaço que proporciona igualdade de acesso para todos/as os/as cidadãos/ãs, sem fazer restrição ou diferenciação de idade, raça, sexo, gênero, orientação, crença, status social, etc., tendo como forte característica a disponibilização à comunidade de todo tipo de

conhecimento, ao menos de uma forma ampla e abrangente, portanto, com acervos generalistas, dentro de suas possibilidades. Diante dessa contextualização, a biblioteca pública é presumida como um ambiente, em princípio, democrático no que tange à sua razão de existir, abrangendo toda a sociedade.

A biblioteca pública é compreendida como “[...] um ambiente realmente público, de convivência agradável, onde as pessoas possam se encontrar para conversar, trocar ideias, discutir problemas, auto instruir-se e participar de atividades culturais e de lazer” (BIBLIOTECA PÚBLICA..., 2000, p. 17). Pelo menos, assim deveria se constituir, apesar de nem todas as bibliotecas públicas serem iguais, sendo que aqui estão expostas linhas gerais.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre biblioteca pública (1994) define-a como “[...] o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros”. O conceito é amplo e visa a agregar sob o mesmo prisma todas as unidades de informação de caráter público em suas funções, não em relação à sua instituição mantenedora, pois, por exemplo, uma biblioteca escolar municipal é ligada ao ente público, mas não a faz ser pública (dentro do que representa o conceito), pois descreve perfis segmentados de sujeitos a serem atendidos, compreendendo, portanto, a comunidade escolar.

Sobre as bibliotecas públicas serem examinadas como centros de informação, Ferraz (2014, p. 22) alarga a compreensão por esse tipo de ambiente também poder se caracterizar como “[...] um centro de promoção cultural, atuando como veículo para o exercício da cidadania” e assim, contribuindo para o fortalecimento dos laços sociais e culturais de sua cidade e região e podendo ainda subsidiar ações que promovam a igualdade e/ou a equidade, conforme cada proposta.

Machado (2009, p. 85) aponta que as bibliotecas públicas:

No Brasil são criadas por leis estaduais e municipais e possuem vínculo direto com um órgão governamental, estado, município ou federação, os quais respondem por sua manutenção por meio de recursos humanos, financeiros e materiais. Atende as demandas da população que reside ou frequenta a região em que está localizada. São criadas para atender as necessidades informacionais de uma ou mais comunidades, ou seja, seu público é heterogêneo, o que significa que pode trabalhar com várias comunidades [...].

As bibliotecas públicas são criadas e mantidas por entes públicos, visando a atender a todos/as que necessitam de informação. Todos/as podem se utilizar de seus espaços, produtos e serviços, sem a necessidade de vínculo formal com alguma instituição para ser atendido/a, onde o/a leitor/a necessitaria apenas de um cadastro para realizar o uso de determinados produtos e serviços, como empréstimo domiciliar de materiais.

Ressalto que o que faz uma biblioteca ser pública não é apenas a gratuidade de seus produtos e serviços, uma vez que toda e qualquer biblioteca vinculada a instituições públicas deve fazê-lo (ou deveria fazer). O que permite a uma biblioteca ser caracterizada como pública é o atendimento e o acesso a todo/a e qualquer cidadão/ã.

Em contraponto a esse entendimento (inclusive) generalista que faz parte do imaginário coletivo, Suaiden (2000) afirma que a biblioteca pública acaba por perder prestígio e poder ao tentar 'ser tudo para todos/as', a partir do momento em que tenta atender a todos os públicos, com as suas necessidades mais variadas, pois as expectativas e inquietações costumam ser exigentes, em cenários cujas realidades nem sempre são favoráveis para atender a todas elas. As bibliotecas públicas acabam muitas vezes por não conseguirem atender com qualidade, devido à sobrecarga de demandas que lhe são impostas.

O Manifesto da IFLA/UNESCO (1994) aponta as missões das bibliotecas públicas, que se relacionam com a informação, a educação e a cultura, dentre elas destaque: criar e fortalecer hábitos de leitura em todas as faixas etárias; estimular a imaginação e a criatividade; apoiar a educação em todas as suas formas – formal e não-formal; possibilitar acesso a diferentes expressões culturais, respeitando e valorizando a diversidade cultural; promover o desenvolvimento humano integral, com foco nas potencialidades e das liberdades individuais; assegurar acesso à informação a todos/as os/as cidadãos/as; e proporcionar recreação e lazer à comunidade frequentadora da biblioteca.

Ainda nesse sentido, Almeida Júnior (2013) destaca quatro funções das bibliotecas públicas: educacional, como suporte à educação formal, mas cuja atribuição deve ser das bibliotecas escolares, cabendo às públicas contribuir para a educação não-formal e continuada; cultural, não apenas de 'proporcionar cultura' ou oferecer 'bons livros', mas sim, em reconhecimento, valorização e respeito a todas as culturas; de lazer ou recreacional, propiciando entretenimento através da leitura,

produtos e serviços ofertados nessa seara; e informacional, não apenas proporcionando acesso às informações contidas em livros e outras fontes, mas também a informação utilitária, como aquelas que atendem às necessidades do dia a dia das pessoas, que podem estar em materiais ou mesmo serem obtidas no contato entre as pessoas.

Com um rol de missões tão variado como o seu público possível, espera-se que as bibliotecas públicas mantenham acervos variados e muitas vezes generalistas, pois as demandas podem ser por uma leitura literária, o jornal diário, a receita de um bolo ou uma pesquisa escolar. Este último exemplo é um de seus desafios, uma atribuição que muitas vezes lhe é dada por inexistência ou precariedade das bibliotecas escolares, de maneira substancial nas escolas públicas.

Suaiden (1980) já apontava que apenas parte da população nos contextos analisados, à época, conhecia e utilizava a biblioteca pública do seu município, havendo uma massa de não usuários/as que desconheciam a unidade, fazendo com que as autoridades não investissem na ampliação e aprimoramento de tais bibliotecas. Nesse mesmo sentido, Flusser (1980) ressalta o papel significativo do não-público, como aqueles/as cidadãos/as que são marginalizados/as e esquecidos/as pelo sistema, pois não basta ter a biblioteca aberta, é também preciso que, dentre vários fatores, as pessoas se sintam confortáveis para a utilização do espaço, pois se nem todos/as a conhecem, adentram, exploram e se sentem pertencentes, a biblioteca de fato não será pública ou, pelo menos, não será para todos/as.

Romper com as barreiras impostas ao não-público (ou não leitores/as) para a utilização das bibliotecas, em especial as públicas, não é tarefa fácil, pois cada indivíduo apresentará as suas justificativas. Suaiden (2000, p. 57) já alertava: “O preço do livro associado à falta de tempo e motivação para a leitura e a carência de bibliotecas públicas e escolares conduzem ao processo de desinformação”, cada vez mais latente, em especial nas últimas décadas com a (pseudo) democratização da *internet* e do acesso à informação, além de corroborar com o processo de desinformação, sendo que as *fakes news* (assim nomeadas, pois sempre existiram em alguma medida, mas que se potencializaram com a *internet* e as redes sociais) chegaram para desequilibrar o jogo entre verdades e pós-verdades.

Reflico também sobre a abstração do conceito de democratização no acesso à informação e a concepção de que as bibliotecas públicas são para todos/as, mas que todos/as seriam esses/as? Será que as bibliotecas estão preparadas para atender a todos, todas e todes? O aparente simples uso da língua formal já pode nos indicar quem nem 'todos' cabem no 'todos', ou ainda, se sintam 'acolhides' e 'respeitades'.

O acesso ao acervo oportuniza acesso a todos/as? Um cadeirante conseguiria entrar na biblioteca ou uma pessoa cega conseguirá saciar as suas demandas por leitura e informação com as coleções existentes, sendo elas acessíveis (ou não)? E que todos/as seriam esses/as se as bibliotecas funcionam em horário tido como comercial, período no qual grande parte da população trabalha, e se as bibliotecas se localizam, por escolhas de gestores/as públicos/as, em pontos estratégicos e onde as relações de poder se manifestam mais veementemente junto ao centro histórico, administrativo e comercial das cidades. Além disso, todos, todas e todes se enxergam na constituição das coleções e do que é oferecido pelas bibliotecas? Quem de fato tem a oportunidade de utilizar das bibliotecas públicas?

Almeida Júnior, em 1997, em sua obra *Sociedade e Biblioteconomia*, trazia posicionamentos que ecoam (ainda) nos dias de hoje, como um discurso de parte das pessoas que atuam em bibliotecas:

Nós possibilitamos à população o direito de entrar em nossas bibliotecas – afinal, as portas estão abertas – de utilizar seus espaços – basta querer – mas, infelizmente, nada podemos fazer se a maioria da população não tem instrumental adequado para fazer uso dela (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 15).

O autor provoca-nos a refletir sobre o quanto o trabalho das bibliotecas e de suas equipes são ou poderiam (ou na verdade, não poderiam) ser neutros e imparciais, inclusive como ato (a)político, no qual alerta: “Parece que a informação é concebida de forma desvinculada da estrutura e das relações sociais, pairando acima dos conflitos de classe” (ALMEIDA JÚNIOR, 1997, p. 15), como se o que acontece fora dos espaços das bibliotecas, no sentido do social, político e econômico não afetasse a comunidade e a própria biblioteca, assim como as demandas de uso das bibliotecas e a busca por informação.

Retorno aos dados da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, em sua 5ª edição, de 2019, que aponta alguns dados expressivos: 7% dos/as participantes afirmam que não leram mais nos últimos três meses antes da realização da pesquisa porque não havia biblioteca por perto; 30% precisaram devolver à biblioteca o livro que estavam lendo naquele momento, interrompendo assim a sua leitura; quanto ao acesso à materialidade do livro, 18% o possuem através da biblioteca da escola e 7% por meio da biblioteca pública ou comunitária (o dado não identifica o quantitativo de cada tipologia); e 56% dos/as respondentes apontam a biblioteca como um lugar quase restrito para pesquisar e estudar, no imaginário social é onde o silêncio impera, como um lugar frio e, para muitos/as, esquecido no tempo e no cenário das cidades.

No ano de 2019, entre os/as respondentes da referida pesquisa, 86% apontam que não há biblioteca comunitária em seu bairro ou desconhecem a sua existência, já em relação à biblioteca pública, esse percentual cai para 53%, mesmo assim, 82% nunca frequentaram ou raramente frequentam bibliotecas em suas diferentes tipologias. Um dado em especial chamou-me a atenção: 19% dos/as participantes entendem que, se as bibliotecas fossem mais próximas de suas casas ou mesmo de fácil acesso, seriam utilizadas com maior frequência. Este dado registra que há quem deseje frequentar e utilizar bibliotecas, mas nem sempre a biblioteca pública conseguirá alcançar a todos/as/es, de fato, como se deseja.

Reconheço o empenho das bibliotecas públicas, no geral, nesse vasto e diverso País, com suas equipes que atuam de forma árdua em prol da oferta de produtos e serviços de qualidade e que atendem, ao menos em parte, as demandas manifestadas pelas comunidades. Portanto, a crítica tecida não é sobre as potencialidades das bibliotecas públicas ou simples crítica pela crítica a respeito do que deixam de realizar e ofertar, pois compreendo que as condições muitas vezes não são favoráveis, como a falta de apoio (do poder público, mas também da sociedade) e de recursos financeiros, humanos e estruturais.

Mas compreendo que fugir ou ignorar a reflexão sobre o atendimento a todos/as ou não, contribui ou pode vir a contribuir com os baixos índices de leitura no País, por exemplo, já que ignorar a discussão seria como se abster da ação. Refletir, questionar, se questionar e agir se torna mais do que latente nesses tempos vividos, em que se questiona até a ciência mesmo diante de uma pandemia.

Se nem sempre as bibliotecas públicas são para todos/as de fato, por diversos motivos, e uma parte da população frequentaria mais bibliotecas se tivessem oportunidade, como apontado, volto à minha história pessoal que narrei no primeiro capítulo, do trabalho escolar que precisei fazer, que a biblioteca da escola não daria conta em virtude da sua precariedade e que a biblioteca pública ficou com a missão de atender à necessidade. E se eu e tantas outras crianças, adolescentes, adultos/as e idosos/as tivessem a oportunidade de frequentar bibliotecas no local onde morávamos (ou continuam morando)? Se o poder público não consegue estender os braços a todos/as, as bibliotecas comunitárias podem ser uma alternativa, concordam?

Castrillón (2018, p. 9) assinala as bibliotecas comunitárias como instituições que podem oportunizar acesso à cultura escrita a comunidades historicamente excluídas e vai além:

A exclusão começa por gerar nas populações excluídas a ideia de que alguns bens culturais não lhes pertencem, que não são necessários para elas, que são supérfluos e que somente poucos têm direito a eles. O que termina por gerar um convencimento de que ler e escrever não faz sentido para elas e, portanto, não são objetos de interesse, de desejo.

Foi esse sentimento que descobri em minha mãe, ao cogitar que aquele espaço da biblioteca pública não seria para ela, para mim, para as pessoas que conosco compartilhavam não apenas o território, mas a ideia de que espaços como aqueles não eram para nós. A cultura não está na biblioteca tão somente como podemos pensar no sentido do erudito; é a cultura que faz uma biblioteca, e a cultura é o povo, onde ele estiver.

A essa altura, vocês, leitoras e leitores, podem estar se perguntando ‘Afinal, o que são bibliotecas comunitárias?’. A questão não é simples de ser esclarecida, pois não se constituem como espaços uniformes e padronizados, mas compreendo que a tentativa de caracterização é necessária para continuarmos juntos nessa caminhada, por isso tentarei fazê-la.

2.2 AFINAL, O QUE SÃO BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS?

Partindo da compreensão que me pronuncio a partir do campo da Educação, em diálogo com a Biblioteconomia, responder a esta questão posta no subtítulo se torna fundamental para o entendimento a respeito da temática central desta tese, bem como de grande responsabilidade, pois nem mesmo em minha área de formação inicial o conceito é estabelecido. Para essa tarefa, alicerço-me na minha trajetória pessoal e profissional, mas, sobretudo, em autores/as das áreas da Educação e da Biblioteconomia, sem a preocupação de esgotar as possibilidades de interpretações sobre as bibliotecas comunitárias¹³, ao mesmo tempo em que busco seguir com o aprofundamento e o rigor necessários a uma tese.

Compreender o conceito de bibliotecas comunitárias não é simples, pois há divergências na conceitualização do termo, também confundido e apontado como sinônimo de 'biblioteca pública', conforme aponta Machado (2008, 2009). Nessa direção, constatei essa questão a partir da revisão de literatura para a construção de meu objeto e problema de tese, por meio da baixa produção acadêmica a esse respeito, mesmo tendo tido crescimento nos últimos anos, em especial na área da Biblioteconomia, muito alicerçada e tendo como referencial a tese de Machado (2008), um marco nas discussões a respeito das bibliotecas comunitárias no Brasil, assim como as suas demais produções.

Machado (2008) constrói e fundamenta sua tese nessa temática em um PPG em Ciência da Informação, e eu, nas áreas da Biblioteconomia (formação profissional) e Educação (PPG ao qual estou vinculado e que fomenta minhas reflexões), apesar de em ambos os trabalhos haver o diálogo teórico interdisciplinar necessário com autores/as de outras áreas, como a Sociologia, em virtude da complexidade e do fator social envolvido, que não pode nem deve ser isolado para análise.

Início com o conceito delineado por Machado (2008, p. 16), o qual tenho como basilar sobre o que são as bibliotecas comunitárias, compreendendo-as como espaços construídos por meio de ações locais “[...] baseadas em atitudes criativas e solidárias e lideradas por grupos que tomam para si o desafio de solucionarem a

¹³ Meu objetivo não é fazer uma revisão sistemática de literatura, elencando todos/as os/as autores/as que já se debruçaram sobre a temática, pois há trabalhos na área da Biblioteconomia que já o fizeram muito bem, mas sim, indicar possibilidades de conceitos para discussão, assim como a minha compreensão sobre as bibliotecas comunitárias e que subsidia a minha pesquisa.

carência da leitura e do acesso à informação, numa luta contra a crescente exclusão social”. Observo nesse apontamento que as bibliotecas comunitárias surgem a partir de um desconforto da comunidade em relação ao posicionamento social que ocupam, ou melhor, em que são colocadas, à margem de uma sociedade já excludente em seu desenvolvimento.

Outra questão a ser trazida para o debate é a carência das bibliotecas escolares e públicas, que pode ser sentida por relativa parcela da sociedade, em especial em relação à segunda tipologia, que tem como missões a informação, a alfabetização, a educação e a cultura, com base na igualdade de acesso para todos/as, como já discuti. Essas missões nem sempre são alcançadas, pois as bibliotecas públicas costumam se localizarem nos centros das cidades, não estando sempre acessíveis para todos/as como preconiza. Também, em muitos casos, preservam e reproduzem os interesses das classes dominantes, mantendo-se afastadas e restritas a quem tem o poder de residir ou se deslocar de forma livre aos centros das cidades (ALVES, 2017).

Machado (2009, p. 89, grifos meus) identifica as principais características das bibliotecas comunitárias, sendo as mesmas que as distinguem das bibliotecas públicas:

A forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente **pela e não para** a comunidade, como resultado de uma ação cultural; a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade; a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas; e, o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação.

A partir da citação, observo alguns pontos para a compreensão sobre a caracterização das bibliotecas comunitárias:

- são criadas pelas comunidades e não para elas, como uma imposição, bem-feitoria ou mesmo interesse do poder público, no qual um/a agente vai até o local e implanta uma biblioteca sem saber se a comunidade a deseja e como a deseja;
- as bibliotecas comunitárias se constituem também como espaços de resistências, lutas e buscas por justiça social e cidadania, tendo a equidade

como uma de suas metas, tornam-se assim espaços da e em prol da coletividade e das comunidades às quais pertencem;

- a biblioteca é da comunidade e cabe a ela a sua gestão, organização, preservação e manutenção, estabelecendo e mantendo forte vínculo de identidade local, por isso que cada biblioteca comunitária terá as características atribuídas e fomentadas pela sua comunidade, o que também tende a se refletir em suas coleções e nos produtos, serviços e práticas ofertadas;
- localizam-se em áreas consideradas como periféricas, que muitas vezes carecem de acesso à diversidade cultural, lazer e informação, se comparadas aos centros das cidades, onde costumam se localizar os museus, teatros, cinemas e também, as bibliotecas públicas, dentro outros aparelhos culturais; e,
- como destaque pela ênfase que terá nesta tese, são criadas pelas comunidades de modo geral e não por órgãos públicos, como as bibliotecas públicas, fator preponderante que as diferencia.

Ainda na busca por conceituação das bibliotecas comunitárias, tomo a explanação de Machado (2009), por tê-la como uma definição clara e que complementa a linha que venho traçando, quando a autora expõe que esses espaços são projetos de grupos de indivíduos que possuem como vínculo a comunidade, dividindo um mesmo território. A criação desses espaços “[...] têm como objetivo atender esse mesmo grupo, os quais possuem os mesmos problemas, os mesmos interesses e a sua própria cultura [...]” (MACHADO, 2009, p. 91), atuando como agentes coletivos em prol da transformação de suas realidades, portanto, as suas culturas locais e populares.

O vínculo entre as pessoas que propõem e levam à frente a ideia de criação de uma biblioteca comunitária se coloca como elemento importante na constituição da própria unidade, mantendo desde a sua origem a característica principal, que é o interesse da coletividade em prol de uma proposta abrangente, criada e fomentada pelo grupo, seja em grandes ou pequenas proporções, de acordo com o que desejam. Sobre esses sujeitos, Machado (2008, p. 62) aponta que estas “[...] pessoas ou grupos são agentes individuais ou coletivos que, por meio de práticas sociais, interferem numa realidade agindo de maneira transformadora”. Elas buscam

atingir assim os objetivos de criação da própria biblioteca, bem como das possibilidades de transformações individuais e coletiva.

Madella e Souza (2012, p. 175) entendem que, em geral, as bibliotecas comunitárias “[...] são criadas e mantidas com donativos fornecidos pelas pessoas envolvidas com o respectivo projeto como doadoras e, também, como usuárias e, só eventualmente, com donativos provindos do Estado”, levando em consideração que os/as agentes públicos/as, por não possuírem vínculos com esses espaços, não têm também obrigações com os mesmos e, muitas vezes, se mantêm distantes. Nesse sentido, a coletividade atua desde a criação, desenvolvimento e manutenção das bibliotecas comunitárias, que visam a atender aos interesses da sua comunidade, que, por se conhecerem e conviverem, sabem do que necessitam e almejam na biblioteca estabelecida.

De modo geral, o objetivo das bibliotecas comunitárias é atender a sua comunidade, proporcionando um espaço aberto ao diálogo, à interlocução dos saberes populares e a ressignificação social de seus/suas membros/as e do próprio grupo em suas diversidades. Esses ambientes fornecem subsídios de leitura, conhecimento e cultura a uma região muitas vezes carente de atrativos culturais e de lazer, para além do oferecimento do livro em sua materialidade, mas também de práticas educativas, informacionais e culturais.

As bibliotecas comunitárias se justificam por se localizarem em regiões periféricas em relação aos centros urbanos das cidades e por objetivarem contribuir com as necessidades informacionais, culturais e de leitura e lazer dos diferentes grupos pertencentes a comunidade e seus arredores (GUEDES, 2011). Por se localizarem em áreas carentes de infraestrutura de cultura e de lazer e em regiões economicamente desfavorecidas, as bibliotecas comunitárias costumam surgir da própria comunidade e revelam grande aceitação nas mesmas, inclusive cuidando para mantê-las ativas.

A instalação das bibliotecas comunitárias ocorre em diferentes espaços, como casa ou garagem de um/a morador/a, associações de bairros, centros religiosos, comércios diversos ou ainda em espaços alternativos, como geladeiras adaptadas ou pontos de ônibus, apesar de que há forte discussão se esses casos poderiam ser conjecturados como biblioteca de fato ou um projeto de incentivo à leitura, pois teriam objetivos diferentes.

Santos, Senna e Miranda (2010. p. 33-34) apontam que o objetivo central da biblioteca comunitária é “[...] criar um diálogo cultural com a comunidade, democratizar a informação, facilitar o estudo, criar hábitos de leitura por meio de sua mediação e propiciar a inclusão digital aos cidadãos que a frequentam”, podendo contribuir, assim, para a diminuição das barreiras e diferenças socioeconômicas entre as pessoas de uma mesma localidade, por exemplo. Dessa forma, “[...] a biblioteca comunitária torna-se um lugar importante para o desenvolvimento da cultura local, onde a cultura é moldada pela educação e o papel da biblioteca como um componente ativo e político para a transformação social” (GOROSITO LÓPES, 2009, p. 15, tradução minha), fomentando a discussão sobre a importância das bibliotecas comunitárias em regiões carentes, tendo a educação como um dos alicerces do seu fazer social.

A esse respeito, Guedes (2011, p. 1-2) aponta que criar uma biblioteca comunitária “[...] é uma forma de valorização da própria comunidade, uma vez que iniciativas para difusão e acesso à informação são uma forma de contribuir para a redução das desigualdades sociais e promover a inclusão informacional”, permitindo, assim, que a própria comunidade se reconheça e (re)estabeleça vínculos identitários comuns, ou mesmo que crie vínculos com novos/as moradores/as entre si e com a própria biblioteca.

Nesse sentido, Fernandez, Machado e Rosa (2018, p. 103) apontam que o enraizamento comunitário:

[...] revela uma trama de relações que se retroalimentam, fortalecem e se expandem a partir de elementos em comum. Enraizamento engloba, nessa compreensão, sentimentos de pertencimento ao mesmo tempo em que envolvem a mobilização para participar de ações que contribuam para afirmar a existência e para manter ou fortalecer certa coletividade.

O enraizamento comunitário e a sensação de pertencer a algo podem ser desenvolvidos nas bibliotecas comunitárias, bem como nos territórios, permitindo o reconhecimento e o respeito às diferenças entre o grupo e para com outros grupos. Essas questões internas podem contribuir na identificação e para convergências de pensamentos e ações, que, em comum, auxiliam a fortalecer a própria comunidade e o território a partir das ações de compartilhar e compreender as exclusões e

violações (FERNANDEZ, MACHADO, ROSA, 2018), tendo em vista o que o grupo almeja com a biblioteca e suas práticas e no que será ofertado.

Mais do que espaço de incentivo à leitura, as bibliotecas comunitárias se tornam locais comunitários que objetivam ofertar atividades diversas e de interesse de sua comunidade, como oficinas de dança, canto, artesanato, com palestras de instrução sobre questões relacionadas à saúde, empregos, serviços públicos etc., que compõem direitos sociais e, por isso, contribuem para a constituição e afirmação da cidadania. Compreendo-as também como espaços engajados a desempenhar papel de centros culturais muitas vezes, pela falta de ambientes dedicados à cultura e ao lazer em diversas comunidades onde estão instaladas, além da carência por informação e do acesso à leitura recreativa e literária, que pode ser atendida, ao menos em parte, pelos acervos da biblioteca ou pela disponibilização de *internet*, por exemplo.

As bibliotecas comunitárias contemplam algumas características também presentes nas bibliotecas públicas, mas sua principal diferença é que emanam do povo, de uma comunidade, e não construídas por um/a agente público/a. As bibliotecas públicas possuem bases governamentais (apesar de não exclusivamente), como as unidades vinculadas a estados ou a municípios, já as bibliotecas comunitárias não costumam possuir esse tipo de vínculo, até mesmo para a sua própria manutenção, uma vez que as decisões sobre o seu desenvolvimento ficam a critérios estabelecidos entre os/as membros/as da comunidade.

As bibliotecas comunitárias podem ter participações e parcerias com os poderes públicos em suas diferentes esferas, como repasses de verbas, recursos humanos e materiais ou mesmo doações de acervos ou materiais. Porém, não fazem parte dos governos, não sendo, portanto, de sua responsabilidade a manutenção das mesmas. Em diversos casos, prefeituras, câmaras de vereadores ou órgãos da esfera jurídica colaboram com as bibliotecas comunitárias, realizando doações, tanto de acervo quanto de materiais e mobiliários, bem como ofertando, por meio de pessoal especializado/capacitado, oficinas, cursos e diferentes atividades culturais, de lazer e informacionais.

Machado (2009) traça paralelos entre as bibliotecas comunitárias e as públicas, identificando semelhanças como a busca por atendimentos sem restrição de públicos e os acervos de cunho generalista, por exemplo, na tentativa de atender

demandas variadas. Contudo, as distinções começam pela fundamentação das bibliotecas públicas, que é técnica, onde se objetiva criar uma e um ente público a cria, o que não acontece com as bibliotecas comunitárias, nas quais um grupo de pessoas decide por sua criação ou não, de forma colaborativa.

A hierarquia tende a ser rígida nas bibliotecas públicas, na qual a equipe possui relação de dependência uns/as dos/as outros/as, inclusive por serem servidores/as públicos/as, os quais precisam respeitar as chefias e cargos (o mesmo acontece com a presença de funcionários/as terceirizados/as). Já nas bibliotecas comunitárias, a hierarquia é flexível, proporcionando autonomia entre as pessoas que auxiliam na manutenção da mesma e a frequentam, sendo que em todas as posições temos pessoas da comunidade, portanto, possuem vínculos sociais estabelecidos e não tecidos por necessidade, em virtude de terem de trabalhar juntas, como acontece no setor público.

Complementando a diferenciação entre bibliotecas públicas e comunitárias, Machado (2009, p. 89-90) afirma que:

[...] a biblioteca comunitária como se apresenta hoje na sociedade brasileira, pode ser considerada um outro tipo de biblioteca, pois vem sendo criada seguindo os princípios da autonomia, da flexibilidade e da articulação local, o que amplia as possibilidades de atuação e de inserção na sociedade. Outro fator que nos leva a considerá-las diferente é pela forma de atuação estar muito mais ligada a ação cultural do que aos serviços de organização e tratamento da informação. Estes princípios podem ser considerados qualidades essenciais destas bibliotecas, os quais as diferenciam das demais, tornando-as únicas e que, se retirados, destroem sua essência.

Destaco que o que faz uma biblioteca ser pública, não necessariamente será seu vínculo com um dos poderes públicos, como estamos acostumados com o conceito, especialmente na área da Biblioteconomia, mas que tem sido revisitado e rediscutido nas últimas décadas, como por Fernandez e Machado (2016, p. 17) quando compreendem “[...] que a biblioteca pública é um tipo de instituição cultural e não é caracterizada pela sua vinculação institucional ou personalidade jurídica. Isso significa que nem todas as bibliotecas públicas são mantidas pelo governo”. Uma biblioteca de acesso público, mesmo que vinculada a uma instituição privada pode ser considerada como pública, a partir do entendimento que recebe e atende a toda a sociedade e não somente seus/suas colaboradores/as, por exemplo, o que lhe tornaria neste caso, como uma biblioteca particular.

A partir de Machado, entendo que as bibliotecas comunitárias não se enquadram nas tipologias consolidadas, como as bibliotecas públicas ou escolares, tendo em vista que essas surgem a partir da vontade de uma comunidade e é em seu seio que nascem e florescem, apesar de serem também de acesso público. Fator relevante também é a sua autonomia de atuação, fugindo às hierarquias enrijecidas dos órgãos públicos, conforme já expus.

Corroborando a essa explanação, Cavalcante e Feitosa (2011, p. 123) reforçam que as bibliotecas comunitárias e públicas se diferenciam, pois, as primeiras “[...] são frutos da ação coletiva ou individual, legitimadas pelos moradores a partir do diálogo, observações, necessidades e negociações entre os sujeitos envolvidos”, o que não acontece com as segundas. Ainda de acordo com os autores, a gestão nas bibliotecas comunitárias “[...] ocorre de modo participativo e dinâmico, mediante trabalho voluntário e ação participativa, na maioria das vezes” (CAVALCANTE; FEITOSA, 2011, p. 123), pois há a necessidade de todos/as ou parte de seus/as usuários/as¹⁴ se doem para que o espaço continue ativo e em funcionamento.

Conforme Machado (2009), as atividades que integram a comunidade à instituição são mais relevantes do que o tratamento técnico do acervo, por isso devem agir como propulsoras à valorização da cultura popular. Pela natureza das bibliotecas comunitárias não serem ligadas a uma esfera pública, inúmeras vezes faltam-lhes profissionais técnicos para gerenciarem os acervos pelo viés da Biblioteconomia, ficando os mesmos sob responsabilidades da própria comunidade, o que não quer dizer que o espaço e o acervo não sejam organizados, os são, de modo que atendam as demandas do seu público.

Sob um ponto de vista técnico, o tratamento dispensado aos acervos de uma biblioteca comunitária, porventura, pode parecer desorganizado, pois, dependendo do caso, a organização dada pode ser diversificada, inclusive distante do tratamento e da organização técnica prestada por bibliotecários/as. Contudo, para as bibliotecas comunitárias, a falta de um tratamento técnico considerado adequado¹⁵, nos parâmetros da Biblioteconomia, não é algo negativo e pode ser apontado como

¹⁴ De forma sintética, chamamos de usuários na área da Biblioteconomia o indivíduo que utiliza os produtos ou serviços de uma biblioteca. Usuários reais são aqueles que não são só conscientes de suas necessidades, mas que fazem usos da informação em seu cotidiano. Já os usuários potenciais que são aqueles que necessitam de informação para o desenvolvimento de suas atividades, porém não são conscientes disso, dessa forma não expressam suas necessidades (SANZ CASADO, 1994).

¹⁵ Sob o ponto de vista técnico na Biblioteconomia, é importante salientar.

parte de suas características, contribuindo para com a forma que as pessoas encontram o que procuram, isto é que importa.

As bibliotecas comunitárias não renegam a organização de acervos, apenas os organizam da forma e com os recursos humanos disponíveis em sua estrutura participativa. Se não houver uma pessoa com conhecimento especializado, é compreensível e salutar que procurem diferentes formas para organizar e manter os acervos e toda estrutura da biblioteca no geral, afinal, é a comunidade que precisa se localizar e encontrar o que deseja, assim, a organização precisa ser compreensível para o grupo que a frequenta.

É possível observar, em algumas bibliotecas comunitárias, certa baixa qualidade de seu acervo, tanto no que concerne ao conteúdo, quanto ao estado de conservação. O desenvolvimento do acervo ocorre de forma substancial por meio de doações da própria comunidade, materiais que muitas vezes podem estar desatualizados ou que não estão entre as demandas de informação da comunidade. Quando há pouca variedade de títulos no acervo, ocasiona uso frequente de determinadas obras, o que acarreta em grande utilização e mau estado de conservação, devido à dificuldade de tratamento técnico adequado de preservação e de conservação.

Prado (2010) ressalta a necessidade de se diferenciar bibliotecas comunitárias e espaços que servem como depósitos de livros, sem a oferta de produtos, serviços e práticas educativas e culturais. As primeiras são ou devem ser para assim se nomearem, agentes de inclusão e integração social, já os depósitos, além de não possuírem grande serventia, não apresentam compromisso social. O autor ainda aponta que as bibliotecas comunitárias podem ser tidas como territórios de memória, atuando ou podendo atuar como espaços de promoção da leitura, de práticas educativas, promovendo a organização social, a cidadania, o desenvolvimento sustentável etc.

Os produtos e serviços e as práticas educativas possíveis de serem ofertados pelas bibliotecas comunitárias não expõem uma lógica comum, devido à escassez de recursos financeiros, humanos e de materiais, muitas vezes, nessas unidades e em diferentes escalas. Sobretudo, é fundamental refletir a respeito dos interesses da comunidade atendida, como em todas as bibliotecas, mas em especial nas comunitárias, onde produtos e serviços visam ou devem visar a atender os interesses de seus/as usuários/as, aliados às possibilidades de serem ofertados,

tornando o rol de produtos e serviços únicos em cada biblioteca, assim como as práticas realizadas.

Madella e Souza (2012, p. 177) reconhecem que as bibliotecas comunitárias “[...] são espaços indissociáveis do processo de inclusão e formação do cidadão, também leitor, que ultrapassam a mera aquisição de informação e contribuem para a criação de oportunidades de apropriação e ressignificação de saberes”. Essas unidades, além de contribuírem e fomentarem o acesso ao conhecimento, buscam ofertar outras ações e atividades de cunho social, cultural, político e econômico, conforme a realidade enfrentada e vivenciada, assim como as potencialidades de práticas que possam ser desenvolvidas em cada espaço de acordo com os recursos disponíveis, os interesses da comunidade e os conhecimentos locais sendo levados em consideração.

Entre os produtos e serviços característicos das bibliotecas comunitárias, aponto alguns exemplos: uma gama diversa de ações de incentivo à leitura para as diferentes faixas etárias, desde crianças a idosos, reunindo as famílias da comunidade (em suas diferentes formas e diversidades); a promoção de atividades vinculadas ao fortalecimento da cultura popular e a identidade local da comunidade, valorizando suas memórias e seus patrimônios materiais e imateriais; o acesso à informação de forma geral, contribuindo para que seus/suas usuários/as conheçam seus direitos e temas contemporâneos, como a prevenção de doenças e a própria COVID-19, por exemplo; e acesso a materiais e à mediação de textos e atividades literárias.

Complementando, Guedes (2011) lista uma série de produtos e serviços que podem ser ofertados pelas bibliotecas comunitárias, tais como: espaço e momentos para leitura, orientada ou não por mediadores/as, como contação de histórias; empréstimo de livros e outras fontes de informação; propiciar reuniões da comunidade no espaço da biblioteca; oportunizar ambiente para estudos, pesquisas escolares ou para concursos, conforme disponibilidade e acervos; e atividades artísticas e culturais, como ensaios e oficinas de *slams*¹⁶, música, dança, teatro e outras manifestações.

O autor ainda aponta a importância do oferecimento de produtos e serviços por bibliotecas comunitárias, uma vez que são “[...] uma forma de atrair os diversos

¹⁶ *Poetry slam* se constituem como batalhas poéticas, como forma de expressão artística, literária e de protesto e resistência.

grupos de moradores e valorizar a comunidade, na medida em que promove a integração social e reafirma valores sociais compartilhados no meio” (GUEDES, 2011, p. 6). Dessa forma, o espaço tem oportunidade de torna-se vivo e mobilizador da comunidade, evitando que se transformem em depósitos de livros e outros materiais.

Não é frequente encontrarmos bibliotecários/as atuando em bibliotecas comunitárias, diante das inúmeras características desses espaços, dentre elas, a escassez de recursos para investimentos. Contudo, as bibliotecas comunitárias se constituem como um campo de atuação profissional, tanto pelas questões técnicas e inerentes às bibliotecas, mas sobretudo pelo viés social, cultural e educativo com produtos e serviços que o/a profissional pode desenvolver nesse cenário. A esse respeito, Machado (2008) expõe a superficialidade que muitos/as profissionais têm ao trabalhar com comunidades, uma vez que a formação acadêmica ainda é muito técnica e, nesses espaços, a necessidade de formação humanista se faz latente.

Há diferentes modos de o/a profissional bibliotecário/a atuar nesses espaços, tais como: por ser servidor/a público/a no qual o órgão de origem tenha algum vínculo de cooperação com alguma biblioteca comunitária; por ser funcionário/a de alguma instituição privada ou não governamental, como a RNBC, que desenvolva ações sociais e disponibilize um/a profissional para atender uma causa. Em ambos os casos o/a bibliotecário/a pode atuar na unidade ou mesmo como consultor/a, assessorando com uma certa periodicidade e colaborando, assim, com a biblioteca e a comunidade por meio de seus conhecimentos.

Também é possível auxiliar a biblioteca comunitária de forma voluntária, sem necessariamente ter vínculo empregatício com alguma instituição que apoie a unidade (indiferente de ser pública ou privada) ou ainda, sendo membro/a da comunidade, bairro ou região, participando de forma ativa como profissional, mas também como cidadão/ã. Considerando todas essas formas de atuação, apoio-me com Gorosito López (2009) quando afirma que o/a bibliotecário/a deve agir como agente e mediador/a cultural, que propõe e efetiva práticas sociais, além de educacionais e culturais no ambiente em que atua.

Em todos os casos, o/a profissional precisa ter serenidade e humildade para compreender que quem vivencia e gerencia a biblioteca é a comunidade, por isso as decisões passam por ela. Machado (2008) aponta que, para o/a bibliotecário/a atuar em bibliotecas comunitárias, é necessário conhecimento técnico, sensibilidade,

atitude proativa, respeito às diferenças, estímulo e valorização ao protagonismo das pessoas da comunidade, espírito de cooperação, solidariedade e responsabilidade social.

Além de bibliotecários/as, as bibliotecas comunitárias podem contar com outros atores, como os/as agentes de leitura e/ou membros/as da própria comunidade para sua organização e atividades cotidianas. Nesse contexto, o/a agente ou mediador/a de leitura “[...] tem a função de possibilitar experiências de apreciação da obra, de fruição estética, que aproximem as relações entre a obra e o leitor, ampliando seu universo de leitura” (ALVES; CORREIA; SALCEDO, 2018, p. 215). Além disso, podem atuar na promoção e realização de práticas educativas variadas, por meio de atividades de leitura e informação, conforme o interesse da comunidade e a disponibilidade de cada unidade.

Salcedo e Alves (2015) afirmam que o acesso à leitura literária promove a conquista dos Direitos Humanos no contexto das bibliotecas comunitárias, enquanto instrumento de Educação não-formal, tendo a literatura como direito de todos/as. Amplio essa questão, compreendendo a leitura em geral como direito humano à cidadania, pois o mundo, em sua maioria letrado, faz suas exigências abrindo ou fechando portas, excluindo aqueles/as que não dominam a habilidade da leitura e da escrita, por exemplo.

Acerca dos direitos e da leitura literária, Candido (2011) compreende a literatura como direito humano, indispensável à sua humanização, a qual os seres humanos a necessitam inclusive como ferramenta de instrução e educação. A literatura, para o autor, tem o poder de contribuir para a constituição da personalidade das pessoas, bem como de seus sentimentos e visão de mundo, podendo libertar e humanizar, afinal: “Negar a fruição da literatura é mutilar nossa humanidade” (CANDIDO, 2011, p. 188).

As práticas educativas realizadas pelas bibliotecas comunitárias, recorte que proponho nesta tese, propiciam acesso à leitura e à informação, bem como garantir a humanização proposta por Candido (2011), por meio da leitura como fruição, desvencilhando-se, em certos momentos, da realidade. Nesse sentido, essas ocasiões também contribuem para a leitura crítica do mundo e do entorno, conforme destaca Freire (2011), podendo escrevê-lo e reescrevê-lo.

A Educação formal, ou seja, a escolarizada, ainda não é um bem/direito comum e reconhecido a todos/as em diversos recantos do nosso Brasil. Essa

realidade não é exclusividade de áreas rurais ou apontadas como de difícil acesso, pois se faz presente também em grandes cidades. A escola, apesar de dever do Estado em diferentes esferas de provê-la, ainda se distancia de muitas crianças e adolescentes nas pequenas e grandes cidades, não apenas por carências de vagas ou de transporte, por exemplo, mas por necessidade de sobrevivência, quando precisam auxiliar familiares e responsáveis no sustento da casa, isso sem mencionar a precarização nos últimos anos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que por sua natureza tenta possibilitar o direito à educação a todos/as que não tiveram oportunidades de frequentar a escola na idade tida como 'certa'.

Se a dificuldade de acesso à educação formal ainda é sentida, há 30 ou 50 anos era a única realidade para muitos de nossos pais e avós, que se constituíram por meio das educações, no plural como diria Freire, formal, informal e não-formal. Nessa última, podemos encontrar as bibliotecas comunitárias, como fundamentais na constituição daqueles sujeitos/as privados/as da educação formal (não que uma substitua a outra), mas não somente destes/as, de todos/as que buscam ou poderiam buscar em seus espaços meios de se desenvolverem como cidadãos/ãs reflexivos/as e críticos/as frente às realidades enfrentadas.

2.3 ENTRELAÇAMENTOS ENTRE CIDADANIA, AUTONOMIA E TERRITÓRIO

Para iniciar esta última seção do capítulo, parto de Santos (2008, p. 39) quando expõe: “O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde”, dentro do atual sistema, globalizado e capitalista em que vivemos. Esta seção objetiva explicitar as minhas compreensões a respeito das relações entre as bibliotecas comunitárias e os conceitos de cidadania, autonomia e território. Percebo-me como um pesquisador em processo, dessa forma, apresento a vocês os entendimentos que tenho construído e as relações que foram elaboradas entre os conceitos e meu objeto de estudo.

Mesmo sendo uma tese, que requer aprofundamento e rigor epistemológico, tenho consciência e tranquilidade de que só posso enxergar o mundo a partir das lentes que conheço e/ou opto por utilizar. Sendo assim, entendo que outros/as autores/as caberiam e seriam relevantes para essa discussão e aprofundamento dos

conceitos a seguir trabalhados, contudo, são esses os nortes que sigo e nos quais me embaso nesta pesquisa.

Santos (2000) discute o conceito de cidadania a partir dos contextos da globalização e da pós-modernidade, inter-relacionando-o com o conceito de subjetividade, para além das ideias de autonomia e liberdade, mas visando a auto reflexividade e auto responsabilidade dos/nos indivíduos. Cidadania, para Santos (2000), pode ser compreendida como a conquista de direitos (civis, sociais e políticos) e deveres em/para uma determinada sociedade, garantidos pelas instituições, como o Estado, em busca de igualdade e equidade, mas sobretudo, de justiça social.

Dessa forma, a cidadania não é estagnada e única, mas, constitui-se de diferentes direitos e deveres, conforme o contexto social e suas realidades, bem como pelas lutas sociais travadas para a conquista de direitos sociais e o poder de diálogo para a sua constituição (SANTOS, 2000). Nesse mesmo sentido, Gohn (2005) defende que o conceito de cidadania tem sido bastante explorado nas últimas décadas, que por não ser um conceito estanque, traz significados diferentes em países e regiões do que é ser um/a cidadão/ã.

A respeito dos exercícios da cidadania, Santos (2000, p. 264) propõe a reflexão de que a cidadania coletiva, “[...] atenta às novas formas de exclusão social baseadas no sexo, na raça, na perda da qualidade de vida, no consumo, na guerra, que ora ocultam ou legitimam, ora complementam e aprofundam a exclusão baseada na classe social”. Ainda sobre o conceito de cidadania coletiva, Gohn (2005, p. 26) afirma que ela se desloca do enfoque clássico focado no indivíduo, para “[...] a cidadania de grupos coletivos que vivem situações similares, do ponto de vista da forma como são excluídos ou incluídos, numa dada realidade social”, enfrentando no coletivo as barreiras impostas pela sociedade através de governos, do capitalismo e da globalização.

A noção de coletividade se relaciona com a constituição de identidades, no plural, pois cada sujeito é único, mas também carrega múltiplas facetas conforme a situação em que se encontra. Castells (2002) assinala três processos de construção de identidades: as formadas pelas estruturas de poder e dominação, onde alguns/mas possuem mecanismos de controle da maioria; a de resistência, que pode contribuir para a formação de comunidades com atores engajados em ações de resistências; e a identidade por projetos, na qual os indivíduos se posicionam e

buscam transformar a própria sociedade. No contexto das bibliotecas comunitárias, essas três facetas identitárias podem estar presentes a partir de diferentes ações e movimentos das comunidades e seus membros.

A criação de bibliotecas comunitárias não deve ser entendida simplesmente como uma ação ou um movimento devido à carência de acesso à leitura e à informação. Nesse sentido, Fernandes e Aquino (2016, p. 84) esclarecem: “Essas carências precisam ser traduzidas em demandas, que podem ser transformadas em reivindicações e levadas adiante por uma ação coletiva”, reconhecida na comunidade. Da carência à reivindicação é que as identidades precisam ser ou estarem bem construídas para que se constitua um movimento que favoreça a criação de uma biblioteca (mas sobretudo a sua manutenção e continuidade das ações), aliado ao interesse ou não dos/as agentes públicos/as em atender tal solicitação de um determinado grupo, seja criando uma biblioteca pública ou na negação, quando a sociedade age por si.

Conforme aponta Gohn (2005, p. 26), “[...] os movimentos sociais, populares e não populares, rurais e urbanos, são os sujeitos históricos que construíram a expressão da cidadania coletiva”, se constituem assim, como agentes possíveis de transformar a sociedade em diferentes escalas e momentos. Estimo, portanto, que a criação de bibliotecas comunitárias possa se fazer como exercício coletivo de estabelecimento de identidades e de cidadania em prol da coletividade e da garantia de direitos da própria comunidade.

O conceito de cidadania em Paulo Freire permeia boa parte de suas obras e do seu fazer enquanto educador. Conforme afirma Herbert (2010, p. 67), “[...] a cidadania em Freire é compreendida como apropriação da realidade para nela atuar, participando conscientemente em favor da emancipação”, pois, consciente de sua cidadania, todo indivíduo conhecerá seus deveres e direitos como pessoa humana e diante de sua realidade poderá transformá-la.

Adorno (2000) entende a emancipação como ação social com vistas à autonomia, pois primeiro se emancipa para então conquistar a autonomia. Para o autor, a transformação social ocorrerá por meio das relações sociais e culturais estabelecidas no e com o coletivo. Nesse sentido, Gohn (2005, p. 33) indica que a “[...] emancipação real é proativa, constrói-se na prática cotidiana, no jogo diário dos relacionamentos e sua meta é a autonomia dos sujeitos”; a emancipação é conquistada no dia a dia, a partir do fazer social e político da e na comunidade.

A autora entende que autonomia “[...] se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria” (GOHN, 2005, p.33), compreendendo e interpretando de maneira crítica o seu contexto. Alicerço-me na visão de Gohn e, nessa conceituação, enxergo muito de Freire, quando discorre acerca da leitura de mundo anteceder a leitura da palavra e o fato do uso da palavra, da linguagem, como meio para que os indivíduos se pronunciem no mundo.

Para Varela (2007, p. 66), ser autônomo/a é “[...] ser conscientemente participante da sociedade; é conhecer, através da sempre dinâmica conquista da cidadania, o papel da pessoa no coletivo; é, enfim, perceber sua função de ator histórico”, ser cidadão/ã é conquistar uma fatia de poder na sociedade. Segundo a autora, a cidadania individual só é conquistada quando alicerçada no coletivo, seja ele a comunidade ou classe social. A cidadania não é dada pelo Estado e deve ser conquistada na observância dos direitos e deveres.

Atenho-me ao conceito de autonomia de Freire (2017, p. 104), quando afirma que:

Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade.

Consoante, Freire (2017a, p. 58) alerta que o “[...] respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros” ou receber do Estado, por exemplo. A autonomia em Freire refere-se à constituição dos indivíduos cidadãos, para, então, enquanto sujeitos/as autônomos/as, poderem ajudar a modificar sua realidade e o seu território, no que tange ao seu desenvolvimento.

No âmbito do meu texto de doutoramento, o conceito de desenvolvimento não é elevado ao nível de comparação, por não ser a proposta e por falta de critérios consistentes e claros para tanto. Tomo a tentativa de esclarecer o conceito buscando uma fonte de informação tida como básica, o Dicionário Michaelis, mas

que me ajuda nesse propósito quando aponta que ‘desenvolvimento’ é o ato de se desenvolver, em uma passagem gradual de um estado específico para um estado de aperfeiçoamento do anterior, como forma de ‘crescimento’ ou ‘progresso’, apesar desses dois últimos termos também serem passíveis de bastantes discussões teóricas.

O conceito de desenvolvimento local é muito pulverizado de acordo com a área do conhecimento que se analisa, assim como os/as autores/as que abordam a temática. Santos (2002) afirma que o conceito de ‘desenvolvimento’ em si é muito questionado, pois por vezes gera mais exclusão social daqueles que, quando comparados, não atingem determinado grau de satisfação, promovidos pelo contexto da globalização a partir de concepções hegemônicas e não hegemônicas de democracia.

O ‘local’ que vem junto ao ‘desenvolvimento’ remete à reunião de pessoas que compartilham uma mesma história, memórias, identidades, cotidianos e problemas sociais. Sendo assim, o ‘local’ se aproxima do conceito de comunidade; alicerço-me em Vieira (2013, p. 45) para sua conceituação, quando afirma ser “[...] um agrupamento situado de pessoas que possuem uma relação interpessoal íntima e de cooperação e participação, e que estão conectados de maneira suficiente a satisfazer entre si suas necessidades sociais”, se articulando em pautas e reivindicações do coletivo.

Assim sendo, para aprofundar o conceito, busco em Almeida e Machado (2006), quando expõem que uma comunidade é formada por diferentes agentes, que se relacionam entre si, formando um grupo que dialoga ou pode dialogar com outras comunidades externas, estabelecendo relações identitárias e culturais, que interagem e colaboram para que ações coletivas se estabeleçam, como uma biblioteca comunitária, por exemplo.

Knopp (2008, p. 70) conceitua de maneira clara o desenvolvimento local, considerando que:

O desenvolvimento local pode ser considerado como um processo embutido em contextos socioculturais que os conformam e para o qual contribui, refletindo e transformando esses contextos de forma tangível e intangível. Trata-se de um projeto-processo político de transformação social que ocorre de modo diferenciado de acordo com o contexto e em função dos atores direta e indiretamente envolvidos no processo (atores públicos e privados). É

especialmente localizado em um território (bairro, cidade, estado), respeita as especificidades socioculturais e físico-naturais do lugar e é protagonizado por diversos atores locais, às vezes em conjunto com atores externos.

O desenvolvimento local pode atingir toda a comunidade, mesmo que sentido de formas diferentes e respeitando, inclusive, quando essa sensação não se faz entre todos/as. A comunidade se desenvolve quando seus membros reconhecem seus direitos e deveres, por meio da cidadania, e manifestam consciência do seu papel político-participativo, possível por meio da autonomia que é conquistada e quando os/as sujeitos/as se sentem autônomos/as. Dessa forma, entendo as bibliotecas comunitárias como (de forma direta ou não) projetos de desenvolvimento local, a partir da relação que estabelecem por meio de seus produtos, serviços e práticas educativas ofertadas, proporcionando ou podendo proporcionar qualidade de vida aos/as seus/suas usuários/as.

Retomando o conceito de desenvolvimento local proposto por Knopp (2008), faço algumas ponderações: 1) desenvolvimento local é um processo que precisa ser compreendido dentro de um contexto espacial e temporal, variando de acordo com cada comunidade ou local; 2) proporciona transformação social, conforme autores/as que corroboraram com essa afirmação a respeito das bibliotecas comunitárias, como Machado (2008; 2009) e Gorosito López (2009), no qual entendo como desenvolvimento local a transformação social ocorrida na comunidade; 3) necessidade de atores envolvidos de forma efetiva nos processos, direta ou indiretamente, como os/as criadores/as das bibliotecas comunitárias, seus/suas agentes que nela atuam e seus públicos para que haja um desenvolver-se (de forma individual em um primeiro instante, para que então o coletivo aja e se sinta representado e participe); e 4) Knopp traz então o conceito de território, de uma comunidade e para um desenvolvimento local.

Minha compreensão, a partir dos interlocutores/as teóricos/as sobre desenvolvimento local, esclareço que não coube a mim, no percurso da pesquisa, apontar se há ou qual seria esse desenvolvimento. Quando fosse o caso, caberia aos/as entrevistados/as, bem como pelo observado em campo, a partir dos potenciais de cada biblioteca pesquisada, identificar quais elementos podem contribuir com o desenvolvimento do local e da comunidade, ou seria, território?

Como assinalado, o conceito de desenvolvimento local é bastante discutido sobre a relação entre o global e o local. Pecqueur (2005) indica que o conceito de desenvolvimento do território seria o mais adequado, pois dinamiza a relação espaço e tempo, na qual a presença de atores sociais mobilizados é de fundamental importância, sendo também um desenvolvimento em permanente construção. Para o autor, “[...] o desenvolvimento territorial designa todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (PECQUEUR, 2005, p. 12), buscando gerar mudanças significativas à comunidade.

O conceito de desenvolvimento do território permite aos seus atores a elaboração de ações que tenham e façam sentido àquele contexto, diferenciando-o dos demais. Pecqueur (2005) ainda distingue o território dado, como o local estabelecido e delimitado de maneira política e administrativa e território construído, como o local fruto de melhorias diversas, advindas das conquistas dos atores sociais envolvidos. O desenvolvimento do território prevê, portanto, a cooperação entre diferentes atores “[...] cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos, de tal forma que todos se beneficiem da ‘atmosfera’ propícia à geração de iniciativas inusitadas” (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p. 37) e que atinjam a todos/as ou parte da comunidade.

Assim, o conceito de desenvolvimento territorial ganha força e sentido dentro da discussão que traço nesta pesquisa, tendo-o como “[...] um processo de acumulação de capacidades cuja finalidade é melhorar de forma coletiva e contínua o bem-estar econômico de uma comunidade” (ALBURQUERQUE; COSTAMAGNA; FERRARO, 2008, p. 16). Tais processos podem se traduzir não apenas em aspectos econômicos, mas também sociais, culturais, ambientais e políticos, garantindo direitos à comunidade e buscando, assim, justiça social.

Gohn (2005) aponta que o conceito de comunidade vem se alterando desde o final do século XX, sendo ressignificado e compreendido como uma força local organizada que interage com os poderes constituídos, dentro e fora dela. Conforme a autora:

O poder local se exerce no espaço de relação da sociedade civil com a sociedade política, num determinado território, categoria que se vem impondo no lugar de comunidade porque ela incorpora a dimensão do espaço/lugar aliada a processos de relações sociais,

refere-se ao lugar da memória, da história, da cultura e do poder, da política, portanto. O território passa a ser visto não como num mapa cartorial; ele é visto como uma categoria fundante e articuladora de práticas políticas, como algo histórico. O território é o suporte de práticas identitárias; ele está na base dos conflitos e também na construção de consensos (GOHN, 2005, p. 59).

Na mesma linha, Santos (2008, p. 96), a partir de seus estudos sobre territórios, afirma que estes são “[...] a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele flui”, marca identitária de pertencer a algo, a um chão, a um grupo. Um território não é utilizado e vivenciado apenas por um grupo em específico, nele existem (ou podem existir) disputas pelo uso dos espaços, das relações que se estabelecem ou vão se estabelecer, conflitos entre aqueles/as que lá residem ou são externos a ele, em diferentes formas ou personificações, como o Estado e o poder paralelo, por exemplo.

Apesar de as bibliotecas serem intituladas de ‘comunitárias’ e de eu compreender o conceito de comunidade, observo também o entendimento de território, formado pelo coletivo de atores da sociedade civil, que se unem em prol da conquista e da garantia de seus direitos em relação aos poderes públicos. Dessa forma, enquanto agentes sociais ativos, a comunidade define suas metas, como a criação das bibliotecas comunitárias nos territórios. Comunidade e território são conceitos que se relacionam e complementam, como grupo de cidadãos que vivem e agem em determinado local e sob determinado contexto em prol da conquista da autonomia e da cidadania.

Ao finalizar este segundo capítulo, busquei apresentar minhas reflexões a respeito da criação e manutenção de bibliotecas comunitárias e ações oriundas de movimentos emergidos da sociedade, que com suas práticas de cunho educacional e cultural, podem contribuir com o desenvolvimento dos territórios e a busca por autonomia e cidadania na/da/pela comunidade, em um sentido amplo, assim como a busca por justiça social, conforme as ações desenvolvidas e o propósito central da unidade. No próximo capítulo, adentro no caráter educativo nas e a partir das bibliotecas comunitárias.

3 TESSITURAS COM O CAMPO DA EDUCAÇÃO

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 2017a, p. 95).

3.1 AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS À LUZ DE PAULO FREIRE

A partir dos/as autores/as concatenados/as no capítulo anterior, no qual apresentei e discuti o conceito de bibliotecas comunitárias, ressalto que as considero como espaços propícios para práticas educativas por vias da Educação não-formal e também popular, como aqui discutirei. As bibliotecas comunitárias têm como característica serem ambientes criados pela comunidade, que lutam por igualdade de direitos, cidadania e inclusão social, a partir de ações e bandeiras educativas, culturais, éticas e políticas.

A respeito desse tipo de unidade, criada por um grupo de indivíduos ligados por um mesmo território e/ou ideal, encontro correlação em Paulo Freire, em sua obra *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*, obra em que o autor discorre, mesmo que de forma breve, sobre os papéis sociais das bibliotecas chamadas por ele de populares, que nada mais são, no meu entendimento, do que bibliotecas comunitárias.

Antes de adentrar no conceito de bibliotecas populares e as relações que estabeleço entre as bibliotecas comunitárias e o pensamento freireano, contextualizo esse educador, reverenciado como o patrono na Educação brasileira¹⁷, como forma de compreender a sua trajetória formativa (acadêmica, profissional e de vida), que se reflete no conjunto de suas obras.

Paulo Freire é um dos maiores educadores brasileiros, ganhando notoriedade pelos seus trabalhos realizados e publicados em diferentes continentes, com obras traduzidas para mais de 20 idiomas, como é o caso da *Pedagogia do oprimido*. Um dos diferenciais de Freire foi desenvolver uma teoria pedagógica relacionando a educação e seus diversos aspectos: éticos, antropológicos, epistemológicos, sociais,

¹⁷ Conforme Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, que “Declara o educador Paulo Freire Patrono da Educação Brasileira”.

históricos, culturais e, especialmente, a Educação como ato político para a liberdade dentro da relação oprimidos e opressores (ZITKOSKI, 2006).

Nascido em 19 de setembro de 1921, em Recife/PE, Paulo Freire aprendeu a ler ao pé da mangueira no quintal de casa com a ajuda de seus pais, que o motivaram a partir de suas experiências e palavras próprias da infância, trazendo o seu contexto para o ato educativo, (res)significando o processo de aprendizagem. Apesar das dificuldades familiares durante a sua formação básica e ginasial, ingressou na Faculdade de Direito de Recife aos 20 anos, formando-se aos 23, época em que conheceu a sua esposa Elza e começou a atuar na docência, lecionando no Ensino Secundário (GADOTTI, 2001).

As adversidades enfrentadas ao longo de sua trajetória de estudante, como a fome e a falta de materiais para estudo, tornaram-se elementos fundamentais na sua constituição como educador e influenciaram sobremaneira a sua relação com a Educação, o que é expresso em suas obras dialogando com e sobre os/as operários/as e camponeses/as, por exemplo, além de fundamentar a sua concepção de Educação popular. Temas como educação de jovens e adultos, exclusão social, desumanização, liberdade, esperança, relações entre oprimidos e opressores, autonomia, criticidade, ética, aprendizagem e leitura são apenas uma parte das ideias discutidas pelo autor em sua extensa bibliografia, pesquisa por diferentes áreas do conhecimento, mas ainda de forma tímida nos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Na área da Biblioteconomia, o conceito de bibliotecas comunitárias foi utilizado na produção científica brasileira pela primeira vez por Badke (1984), conforme aponta Machado (2008). Contudo, Badke utiliza o termo 'biblioteca popular' para descrever unidades informacionais criadas pelo povo e para o povo, portanto, bibliotecas comunitárias como as nomeamos hoje. O termo 'popular' associado às bibliotecas, por vezes, também foi utilizado como forma de aproximar os espaços das pessoas desmistificando o ambiente como destinado a certos grupos sociais, conforme expõe Silva (2004) sobre a rede de bibliotecas populares do Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1990, que eram espaços vinculados ao poder público e segmentos da biblioteca pública, apesar de não receberem essa denominação.

O uso do termo 'popular', vinculado às bibliotecas, marcou época e posição política, associando esses espaços ao contexto da Educação popular passível de

ser realizada nesses ambientes. Nesse sentido, a obra de Verri (1996) corrobora ao discutir o histórico de criação de bibliotecas populares nas décadas de 1940 e 1950, em Recife/PE, utilizando o termo como sinônimo do que temos estabelecido como bibliotecas comunitárias, ao menos no campo da Biblioteconomia. Em alguns países latinos, como Chile, Colômbia e Peru, ainda é comum utilizarem o termo ‘biblioteca popular’ para se referir às ‘comunitárias’.

As bibliotecas populares, como denominou Freire, ou comunitárias, termo que utilizo nesta tese, costumam não ter vínculo direto com órgãos públicos, visto que são criadas e mantidas pela própria comunidade e têm forte relação com a política cultural adotada pela coletividade (FREIRE, 2011). Conforme concepção freireana em sua obra já citada, *A importância do ato de ler em três artigos que se complementam*, fica evidenciado o entendimento e a relação que se estabelece entre as bibliotecas populares e as bibliotecas comunitárias.

Para Freire (2011, p. 47-48), é evidente “[...] que a questão fundamental para uma rede de bibliotecas populares, ora estimulando programas de educação ou de cultura popular [...], ora surgindo em resposta a exigências populares provocadas por um esforço de cultura popular, é política”. Há de se dar importância à falta de ou ao pouco cuidado por parte dos/as governantes com todos os recantos e regiões das cidades, com destaque para as áreas que se situam fora do núcleo dos centros urbanos e, portanto, recebem menos investimentos.

As bibliotecas comunitárias, dessa forma, surgem como ação política e cultural desenvolvida pelas comunidades em prol do bem coletivo, da inclusão, da justiça social e da resignificação de seus membros frente aos desencantamentos, apropriações e opressões impostas pelas classes dominantes. Observo ainda que reconhecer a opressão não significa estar liberto/a, e sim, quando os/as indivíduos/as se engajam na luta, na práxis libertadora (FREIRE, 2001), como na criação de uma biblioteca, em especial quando da não presença de outras bibliotecas ou aparelhos culturais no território, papel que deveria ser do Estado (mesmo que não de forma exclusiva). Compreendo por práxis a “[...] reflexão e a ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2017, p. 52), sendo este um dos conceitos basilares do pensamento freireano.

Nöel (2010) afirma que Freire pouco discorreu em suas obras sobre o conceito de justiça social, mas fundamentou parte delas no tocante das injustiças

sociais sofridas pelos/as oprimidos/as em diferentes contextos e sob diferentes formas, sobretudo no contexto brasileiro. O esforço pela justiça social se relaciona e articula com os conceitos de cidadania e democracia e seus significados, também estudados por Freire em sua bibliografia.

A busca por justiça fortalece o anseio de todos os seres humanos por igualdade, por serem reconhecidos como sujeitos/as históricos/as e culturais e pela busca de um mundo mais justo, de fato, para todos/as. Dessa forma, “[...] mudar o mundo é tanto direito quanto um dever dos injustiçados e dos líderes (educadores, políticos, etc), que se engajam com eles na luta solidária pela humanização” (NÖEL, 2010, p. 235), no qual as bibliotecas comunitárias podem ser meios de sustentação para a mudança desejada e necessária.

A humanização “[...] é uma vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade roubada” (FREIRE, 2017b, p. 40) dentro de uma sociedade que dita quais grupos terão privilégios em relação a outros. A desumanização, apesar de histórica, não é uma condição dos seres humanos, por isso a importância da luta, de libertarem-se oprimidos e opressores, para que assim tenhamos uma sociedade mais igualitária, ou, pelo menos, mais justa e com menos barreiras entre os que têm e os que não têm, em um sentido econômico e também de acesso à leitura e à informação, afinal, informação e cultura também são tidas como poderes, inclusive de proteção e/ou de dominação de uns sob outros.

Freire (2001) ajuíza que o sentimento de injustiça frente a um mundo desigual poderia levar a um estado de desmoralamento, ou melhor dizendo, de consciência crítica de determinados grupos frente ao papel social que desempenham ou são obrigados a exercê-lo. A conscientização possibilita ao sujeito se inserir no processo sócio-histórico e evitar o fanatismo destrutivo, a partir de sua afirmação como sujeito de direitos.

Para o autor, a tomada de consciência faz com que as pessoas busquem igualdade social e lutem contra as injustiças que lhes são impostas por outros grupos. O medo da liberdade está, muitas vezes, camuflado no medo do novo e na conformação da atual situação que vivenciam (FREIRE, 2001). Diante desse cenário, aponto que as bibliotecas comunitárias possuem relevante papel social, cultural e cidadão junto aos grupos populares, contribuindo por meio do acesso à

leitura, à informação e a outros serviços, para que tenham de forma equitativa as mesmas chances (ou semelhantes ou ainda, de acordo com as suas necessidades) e assim possam diminuir as desigualdades sociais existentes entre diferentes grupos.

O conceito de cultura, sempre presente quando se abordam as bibliotecas comunitárias, se relaciona também à problemática da invasão cultural proposta por Freire, que surge quando as sociedades se desenvolvem “[...] a partir de matrizes não dialógicas ou antidialógicas, gerando dominação e dependência de umas sobre as outras” (GUSTSACK, 2010, p. 233), sendo as mídias significativos meios para efetivação dessa questão, seja as tradicionais como os veículos de televisão ou as mídias e redes sociais. Com esse processo, tende a ocorrer o silenciamento de uma cultura em prol de outra, abrindo espaço para que os valores de uma cultura dominante (considerada como de elite e, portanto, supostamente melhor) sufoquem a dominada, que, muitas vezes, se configura com o que se denomina cultura popular.

Freire (1980) alerta que o invasor acaba por reduzir os seres humanos do espaço invadido a meros objetos passivos de sua ação, cujas relações que se estabelecem são (ou serão) autoritárias e, portanto, antagônicas, equacionando processo e contexto. Toda invasão cultural “[...] pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade” (FREIRE, 1980, p. 42), objetivando a domesticação e barrando a dialogicidade e a humanização.

Ainda nesse sentido, ocorre tanto a apropriação ou a sobreposição de uma cultura sobre a outra, pois uma é posta como melhor em relação às demais, ou mesmo como uma cultura dita como ‘certa’ e assim, deve(ria) ser seguida pela coletividade. É comum vermos expressões culturais sendo marginalizadas, de forma particular quando advêm das periferias, como o *Hip Hop*, o *Funk* e o grafite, por exemplo, postos como ‘não cultura’, ‘não arte’ ou como expressões inferiores, sendo valorizadas quando são retiradas de seus contextos, como os bailes *Funk* em clubes da autoconsiderada alta sociedade ou o grafite em prédios centrais, exaltados quando apropriados por certos grupos sociais, inclusive como uma forma de embranquecer tais expressões.

Freire discute em suas obras o conceito antropológico de cultura, da relação dos seres humanos com a natureza, produzindo para suprir suas necessidades, sendo através do trabalho com a natureza que criam a cultura, como resultado de

seu esforço individual e coletivo. Todos/as nós produzimos cultura, dessa forma somos capazes de aprender e ensinar, cada qual ao seu modo e ao seu tempo. O respeito a todas as culturas é traduzido no método freireano, por meio do diálogo entre sujeitos de diferentes contextos, culturas e vivências particulares.

Já o conceito de Cultura Popular chega à Freire por meio do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado por Miguel Arrais, em Pernambuco, como espaços para Educação popular e alfabetização, momento em que Freire experiencia o seu método, no início da década de 1960 (BRANDÃO; FAGUNDES, 2016). Nesse contexto, entendia-se que o subdesenvolvimento do Brasil era culpa dos/as pobres e analfabetos/as, mas para Freire o problema do analfabetismo era da injustiça social. O/a analfabeto/a era fruto dessa injustiça, sendo assim, o analfabetismo não era culpa do/a próprio/a analfabeto/a, mas das condições sociais, econômicas, políticas culturais e ambientais que lhes eram dadas e, assim, por consequência, refletiam-se nas condições de desenvolvimento do País.

Santos (2012, p. 347) afirma que a Cultura popular “[...] tem raízes na terra onde se vive, simboliza o homem e seu entorno, encarna a vontade de enfrentar o futuro sem romper com o lugar, e de ali obter a continuidade, por meio da mudança”, onde seres humanos podem ressignificar os laços que lhe são importantes e criar novos para fortalecer os antigos. Reconhecer o seu entorno e sua realidade, para conceber um futuro promissor por meio da mudança é primordial, na concepção de Freire, cujo método de Educação popular baseia-se nos meios sociais e nas culturas dos/as aprendentes para que os processos de aprendizagem pudessem fazer sentido para os/as educandos/as.

Ainda sobre Cultura Popular, Santos (2012, p. 347) aponta que “[...] seu quadro e seu limite são as relações profundas que se estabelecem entre o homem e o seu meio, mas seu alcance é o mundo”, proporcionado pelas práticas de alfabetização, por exemplo, como meio de transformação social de um ou mais grupos. Nesse sentido, Brandão (2010, p. 103) afirma que “[...] a Cultura Popular apresenta-se como uma alternativa de vocação transformadora e mesmo revolucionária, sobre a forma de uma ampla gama de ações culturais e também pedagógicas de teor político”, como podemos encontrar por meio de diferentes produtos, serviços e práticas educativas, ofertadas pelas bibliotecas comunitárias dentro de seu contexto e possibilidades, tendo por base o seu território.

Freire disserta, em diversas de suas obras, que a leitura da palavra vai ser antecedida pela leitura e compreensão de mundo, do contexto em que o/a leitor/a se encontra. O autor ainda entende que a “[...] compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto” (FREIRE, 2011, p. 20), estabelecidas entre personagens e enredos, bem como entre indivíduos/as leitores/as (ou leitores/as em potenciais) e os convívios sociais em que são submetidos e se encontram.

Vasconcelos e Brito (2014, p. 38), a partir do pensamento freireano, afirmam que a alfabetização é “[...] antes de tudo um meio para chegar à cidadania, para isso os símbolos, palavras e conceitos devem apresentar-se com significado histórico para o cidadão”, como as primeiras palavras aprendidas por Freire junto ao quintal de sua casa, no qual seus pais utilizaram palavras próprias da sua infância para alfabetizá-lo. Observo, então, a importância dos contextos (social, político, econômico e ambiental) no processo de leitura da palavra, por meio da leitura do mundo, para a conquista da cidadania, da autonomia e do sentir-se pertencente ao meio. Leitura do mundo para a efetivação da leitura da palavra e chegar-se à leitura da realidade, processos que podem ser oportunizados a partir do acesso à leitura e à informação, como em bibliotecas comunitárias.

A partir do pensamento freireano, compreendo que a informação e a leitura devem ser profícuas a ponto de serem transformadas em ação pelo/a indivíduo/a que as obtém, de tal modo que o conhecimento deve ser utilizado para as suas práticas ou para embasá-las. Conforme Vasconcelos e Brito (2014, p. 126), “[...] o excesso de informação, quando não visa à melhoria e ao aperfeiçoamento da sociedade, de nada vale”, se torna dispensável enquanto excesso de informação, assim como apenas ter acesso e não saber diferenciar fontes verídicas e confiáveis, pois não basta ter informação, é preciso saber usá-la, tornando-se competente na sua obtenção, uso e disseminação.

À vista disso, vivemos em um cenário no qual cada dia mais a desinformação e as *fakes news* ganham espaço na vida das pessoas, sobretudo no uso das tecnologias da comunicação e da informação, chegando ao que se denomina de pós-verdade, como sinaliza Araújo (2021). Nesse cenário, muitas vezes as pessoas até identificam que uma informação é falsa, mas optam por aceitá-la e até mesmo disseminá-la, demonstrando desinteresse e/ou desprezo pela verdade, o que pode trazer consequências diretas para as suas vidas particulares ou em grupo, haja vista

o contexto político que vivemos na e após as eleições presidenciais de 2018, assim como a infodemia de notícias falsas na pandemia por COVID-19, a partir de 2020, e o negacionismo à ciência.

Nesse sentido, a compreensão das bibliotecas comunitárias como centros de informação e de cultura também objetiva valorizar as realidades locais, as tradições, as crenças e as visões críticas do mundo, por exemplo, que se formam e podem constituir todos/as ou parte dos grupos. Essas vivências permitem e fomentam o ato de leitura da palavra e aquela leitura de mundo, das relações humanas e constituição de identidades sociais. A biblioteca comunitária como centro potencializador do conhecimento e da cultura e não como depósito silencioso de livros “[...] é vista como fator fundamental para o aperfeiçoamento e a intensificação de uma forma correta de ler o texto em relação ao contexto” (FREIRE, 2011, p. 45), sendo a presença da própria comunidade na biblioteca um elemento agregador e fortalecedor de aprendizados.

Ainda sobre o processo de leitura, de mundo e da palavra, que pode gerar compreensão da realidade, Freire (2011) considera a alfabetização como um ato político e um ato de conhecimento, portanto, um ato criador, de acordo com as palavras do autor. Diante disso, a leitura de mundo vai anteceder a leitura da palavra escrita, assim como subsidiar para leituras críticas, do mundo e da palavra, que podem e devem ser fomentadas no convívio social no qual as bibliotecas comunitárias podem ter ou desenvolver na comunidade importante papel participativo e potencializador de experiências.

Examinando a multiplicidade de finalidades com que os espaços das bibliotecas comunitárias podem ser utilizados e os serviços e práticas educativas que podem ser ofertadas, relaciono com os Círculos de Cultura propostos por Paulo Freire, como espaço dinâmico e propício para trocas de conhecimentos, como aponta Vasconcelos e Brito (2014). Os Círculos de Cultura propõem uma educação horizontalizada, nos quais todos/as ensinam e aprendem, sem uma figura como a do/a professor/a que detém o saber e transmite aos educandos/as, como acontece na Educação bancária criticada por Freire.

Na Educação bancária acontecem os atos de ‘encher’ e o de ‘ser enchido’, no qual o/a professor/a é o/a que sabe e detém o conhecimento e os/as educando/as os/as que não sabem, cumprindo papéis de sujeitos/as passivos/as, onde não há espaço para a criatividade, a transformação e o desenvolvimento dos saberes. Em

contraposição, a Educação libertadora e emancipadora considera que os seres humanos se educam entre si, mediados/as pelo mundo, cuja educação como prática de liberdade implica na relação dos indivíduos entre si e com o mundo (FREIRE, 2001). Ainda para o autor, “[...] o homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” (FREIRE, 1978, p. 28) e sim, constitui-se uma via de mão dupla, na qual todos/as podem ensinar e aprender.

Adorno (2000) expõe que a autorreflexão ou autoconsciência é meio primordial para a libertação via educação emancipadora. O autor me ajuda a refletir sobre o quanto a educação pode (e deve) ocorrer por meio da emancipação e da sensibilização contra a barbárie e as comunicações de massa, por exemplo, que manipulam a sociedade, como através das notícias falsas, portanto, contra uma educação autoritária ou mesmo bancária, nas palavras de Freire.

No pensamento freireano, os Círculos de Cultura estão relacionados à educação de jovens e adultos e aos movimentos de Cultura Popular, como momentos para discutir temas sobre a realidade e de interesse dos grupos. Nesse sentido, as bibliotecas comunitárias podem se tornar protagonistas e fomentar momentos como estes na e com a comunidade, promovendo a Educação popular de modo não-formal e de maneira ética, política e libertadora, uma vez que a libertação chegará aos/às oprimidos/as pela práxis, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de luta pela liberdade e o direito à cidadania. É por isso que, por exemplo, práticas educativas em bibliotecas comunitárias devem ser fomentadas e valorizadas nas e pelas comunidades.

As bibliotecas comunitárias, espaços propícios para a Educação não-formal, devem ficar atentas à natureza política do processo educativo e o caráter político do ato educativo (FREIRE, 2011). Educação e política não se separam, como diria Freire (2011). Quando se educa, é preciso ter clareza contra quem e contra o que se pronuncia ou a favor de quem e a favor do quê, não havendo neutralidade no ato de educar. Isso não quer dizer que bandeiras partidárias precisam ser levantadas, mas em uma educação para a emancipação, não é possível educar sem ater-se às diferentes ideologias, que buscam libertar ou aprisionar, conforme cada ponto de vista que pode ser observado.

A utilização do ambiente da biblioteca comunitária também pode (e deve) ser um espaço de diálogos e trocas de experiência entre os seus membros, ou seja,

os/as pertencentes àquela comunidade e seus arredores, afinal, apesar de buscarem diferentes interesses, podem ter características e vivências semelhantes, até por dividirem o mesmo território. Por ser um campo frequentado por diversos/as indivíduos/as, torna-se também um âmbito em que debates serão traçados, cujas diferenças e relações de e com o poder se tornarão latentes e que devem conviver ou ainda, ser trazidas à tona, para que haja o diálogo, como caminho para reconhecimento e respeito ao próximo.

Ainda sobre os Círculos de Cultura, Brandão (2010, p. 69) afirma que neles “[...] o diálogo deixa de ser uma simples metodologia ou uma técnica de ação grupal e passa a ser a própria diretriz de uma experiência didática centrada no suposto de que aprender é aprender a ‘dizer a sua palavra’”. O processo de aprender se estabelece no diálogo, onde se ouve, mas também se pronuncia e se é ouvido/a, em especial no caso das bibliotecas comunitárias por meio da Educação não-formal e popular, conceitos que discutirei na próxima seção.

Freire (2011) traz à tona a proposição de uma educação participativa e popular, na qual o/a professor/a, mas também o/a bibliotecário/a, educadores/as sociais e populares, como os/as agentes de leitura, precisam ouvir a todos/as, dando-lhes espaços para se pronunciarem, não apenas a palavra falada, mas a palavra do (seu) mundo a partir de diferentes expressões. O autor cita a importância de falar com eles/as e não para eles/as, pois, dessa forma, seria silenciá-los/as ao invés de dialogar de uma forma horizontalizada.

O diálogo, para Freire, é a oportunidade de os/as seres humanos/as se aproximarem uns/umas dos/as outros/as, podendo (e devendo) ser e se sentir livres de qualquer preconceito social ou culturalmente criado pela sociedade, apresentando seus pensamentos e podendo conhecer dos/as demais do grupo. Um diálogo pressupõe momentos intercalados entre um ouvir e outro falar e vice e versa, não podendo haver diálogo na observância de regras de um/a sobre o/a outro/a, como afirmam Vasconcelos e Brito (2014) a partir do pensamento freireano, como se estabelece na relação oprimido/a e opressor/a, como muitas vezes ocorre entre empregado/a e empregador/a.

Freire (2011) aborda a importância de se ouvir a comunidade, ou melhor, de a comunidade se ouvir e, se possível registrar, permitindo e fomentando a proposta de que os/as próprios/as moradores/as e usuários/as da biblioteca anotem suas impressões, histórias e curiosidades sobre a comunidade e seus cotidianos vividos e

experienciados. Esses registros, tanto audiovisuais como textuais, podem ser guardados na biblioteca, como forma de compor até mesmo o seu acervo, a partir de relatos de seus membros, buscando contribuir com o fortalecimento da própria identidade, se reconhecendo não apenas no que é ofertado, mas no seu acervo através do enraizamento comunitário criado.

Freire (2011), inclusive, alude que o trabalho de registro de si e do outro pode ser desenvolvido por bibliotecários/as, assim como outros/as partícipes da comunidade, ajudando, dessa forma, a compor acervos sobre estórias com vultos populares e famosos, como curandeiros/as, médicos/as, rendeiros/as, poetas, artistas, escultores/as, rezadores/as etc (para além das figuras tidas como ilustres na cidade, mas que muitas vezes não possuem relação com a comunidade). Assim como estórias sobre superstições, credices populares ou plantas medicinais, por exemplo, que terão o território como identidade de sua gente e contribuirão para fortalecer os laços do e com o local.

A ideia é que “[...] não apenas fale a elas ou sobre elas [massas populares], mas as ouça, para poder falar com elas” (FREIRE, 2011, p. 44), até mesmo como forma de estreitar laços entre biblioteca e comunidade, abrindo espaço para que apresentem e se representem no processo histórico-cultural em que está imersa a comunidade. Nesta tese, objetivei ouvir, para com as bibliotecas poder dialogar e consequentemente não me pronunciando por elas, mas com elas, respeitando o lugar de fala de cada sujeito/a, como acentua Ribeiro (2017), trazido na introdução desta tese.

O acervo produzido pode ser usado na biblioteca ou em cursos de alfabetização e pós-alfabetização, assim como em diferentes atividades de Educação popular, conforme aponta Freire (2011). Poderia inclusive haver permuta de materiais e documentação entre comunidades que realizam o mesmo tipo ou modo semelhante de trabalho e registro, como forma de estreitar laços. O autor destaca que “[...] com todo esse material poderiam ser feitos folhetos com respeito total à linguagem [...] dos autores” (FREIRE, 2011, p. 46), assim como livros e arquivos de áudio e/ou vídeo, deixando latente as marcas dos/das participantes e da própria comunidade.

Caxias do Sul/RS, como uma cidade de grande/médio porte, conforme a apresentarei na última seção deste capítulo, manifesta muitas diferenças sociais e culturais entre suas zonas geográficas e seus bairros. A interlocução entre áreas por

meio das bibliotecas comunitárias poderia ser uma alternativa para aproximar indivíduos/as com situações semelhantes, visando a colaborar com a diversidade social e cultural, como observado a partir de meu estudo em campo, investigando três bibliotecas comunitárias de realidades distintas, as quais apresento e analiso no quinto capítulo desta tese.

Entre os pontos positivos da elaboração de trabalhos com história oral que podem ser realizados em bibliotecas comunitárias está “[...] o reconhecimento do direito que o povo tem de ser sujeito da pesquisa que procura conhecê-lo melhor. E não sujeito da pesquisa que os especialistas fazem em torno dele” (FREIRE, 2011, p. 46), como, muitas vezes, acontece no meio acadêmico e o que tentei evitar ao longo dessa trajetória, sabendo-se que não resido nem faço parte das comunidades as quais busquei me inserir para realizar este estudo.

A biblioteca comunitária como espaço de inclusão daqueles/as que são socialmente excluídos/as de acesso aos aparelhos culturais configura-se como meio de busca de direitos e garantias sociais, reconhecimento da cidadania e libertação do próprio processo autoritário, muitas vezes governamental, mas não apenas a partir deste. Entes públicos que muitas vezes não proporcionam lazer, entretenimento e acesso à leitura e à informação às comunidades, como por meio de diferentes aparelhos culturais, praças, teatros, museus, quadras de esporte etc., mas sobretudo, com e a partir de políticas públicas que assegurem a longo prazo e não apenas pelo governante X ou Y.

Assim como o/a professor/a, o/a bibliotecário/a que opta por uma postura libertadora e democrática em suas ações deve reconhecer que cada indivíduo/a carrega experiências e saberes, que precisam ser reconhecidos, valorizados e trazidos para a biblioteca e do que ela pode oferecer para a própria comunidade. Dessa forma, as bibliotecas comunitárias assumem relevante papel na promoção de justiça social e de cidadania, além do acesso e democratização da leitura e da informação, cabendo aos/as profissionais terem latentes essas questões cotidianas na sua postura ética e política.

Considero profícuo o diálogo das ideias de Paulo Freire com as bibliotecas comunitárias, abordadas pelo autor como bibliotecas populares. Destaco a importância e atualidade do pensamento freireano e como este dialoga com a realidade social brasileira, não apenas nos momentos de seus escritos, parte sob o estigma da Ditadura Militar, por exemplo, mas ainda hoje, quando vivenciamos

problemáticas semelhantes no campo da Educação, discussões que se mantêm atualizadas e em constante revisitações, reverberando novas discussões na teoria e na prática e na reflexão sobre a ação.

Retomo a relevância dos papéis que as bibliotecas desempenham para as comunidades que as criam, como espaços de liberdade e libertação, acesso à leitura, à informação e à cultura, tornando-se quase como um refúgio das pressões sociais das classes mais favorecidas. O interesse e o fazer das próprias comunidades na criação desses espaços demonstram o empoderamento e possível autonomia das mesmas na busca de seus direitos e igualdades sociais, tendo como caminhos a Educação não-formal e popular a partir de movimentos da própria sociedade, como aprofundo na próxima seção.

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS POR EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL E POPULAR

Visando construir uma argumentação a respeito das bibliotecas comunitárias como movimentos de resistências frente às injustiças impostas pela estrutura social na qual estamos submetidos/as, em especial o capitalismo, aponto nesta seção o que entendo por Educação não-formal e Educação popular como modalidades educativas. A alicerço-me em autores/as que discutem esses conceitos para fundamentar minha tese e permitir a apresentação de algumas compreensões de como se constituem esses espaços, destacando suas possíveis contribuições aos contextos e meios em que estão inseridos/as.

Retomo a ideia de educação não-formal, também a partir de Freire, no qual se enquadram as bibliotecas comunitárias. Trilla (2008) aponta que a educação escolar existe há muitos séculos, mas apenas no século XIX a escolarização começa a se generalizar e popularizar, criando, por meio do discurso pedagógico, a relação quase que direta que educação é igual a escola, influenciada a partir das políticas públicas criadas à época. Para o autor, a escola é uma instituição histórica e funcional a determinadas sociedades, mas o que se distingue como essencial é a Educação como ação, prática e seus processos de ensinar e de aprender, independentemente de suas formas.

A educação escolar e a de fora de seus muros não são opostas, pelo contrário, se complementam. Trilla (2008) afirma que a educação não-formal começa

a se expandir na segunda metade do século XX, e deriva de diferentes fatores, tais como: 1) demandas de setores sociais excluídos até então dos sistemas educacionais considerados convencionais, como adultos, idosos, deficientes, mulheres e grupos étnicos, mas também grupos socioeconomicamente marginalizados, em busca de direitos e de justiça social; 2) demanda do mundo do trabalho, exigindo capacitações e aperfeiçoamentos aos/às trabalhadores/as para qualificar a mão de obra; e 3) demandas da vida cotidiana, nas cidades, onde as famílias trabalham e precisam preencher o tempo das crianças e adolescentes, fazendo com que surgissem novas instituições e funções educacionais, antes exercidas pelas família ou vizinhança de maneira informal até as creches.

A educação não-formal pode ser compreendida, então, como “[...] o conjunto de processos, meios e instituições específicas e diferencialmente concebidas em função de objetivos explícitos de formação ou instrução não diretamente voltados à outorga dos graus próprios do sistema educacional regrado” (TRILLA, 2008, p. 42). Complementando, entendo ainda por educação não-formal aquelas atividades e experiências diversas e de cunho educativo, realizadas fora do ambiente escolar, como bibliotecas, museus ou com práticas esportivas, por exemplo, já as atividades desenvolvidas na escola (em especial as vinculadas aos currículos) são consideradas como formais (FÁVERO, 2007).

Dessa forma, a educação não-formal atua em diferentes âmbitos, como: da formação ligada ao mundo do trabalho, na constituição e preparação dos/as trabalhadores/as; relacionada ao lazer e à cultura, durante do tempo livre e a partir do desejo e o direito de acesso à cultura e ao entretenimento; da educação social, realizada por meio de instituições, organizações não-governamentais e programas destinados a pessoas ou coletivos que se encontram em alguma situação de conflito ou vulnerabilidade social; e da própria escola, com atividades extracurriculares e/ou ofertadas por agentes externos à escola.

A educação não-formal no contexto das bibliotecas comunitárias se enquadra no âmbito do lazer e da cultura, especialmente por meio do acesso à leitura e à informação. Pode, assim, contribuir conforme o público para a educação formal e também, no âmbito da educação social, por estarem comumente localizadas em áreas carentes e com marcas de diferentes conflitos sociais, como a violência urbana e/ou doméstica, por exemplo.

Paulo, Nachtigall e Gões (2019) afirmam que o conceito de educação social surge no Brasil no âmbito da assistência social, sendo também utilizado para referir-se à educação não escolar, portanto, também educação não-formal, apesar de não serem sinônimos. Gadotti (2012) expõe que a educação social não é nova no País, mas tem aumentado a sua produtividade científica no meio acadêmico, portanto, novos/as pesquisadores/as têm se dedicado aos estudos, e sobretudo às práticas educativas no contexto da educação social. O autor ainda aponta que a educação social também pode ocorrer na escola formal, mas a sua maior expressividade é no contexto não escolar.

Paulo Freire utilizava em suas obras a expressão 'educação popular' em vez de 'educação social', conforme estudo realizado por Paulo, Nachtigall e Gões (2019). Entendo que há diferenças conceituais e práticas entre educação social, educação popular e educação não-formal, conforme aponta Gadotti (2012). Educação social pode ser compreendida como aquela destinada a atender demandas de indivíduos ou grupos que estão em vulnerabilidade social; a educação popular pode atuar a partir de práticas que considerem os interesses e as experiências do povo ou de uma comunidade no que será ofertado; e a educação não-formal, como as ações educativas que também podem ser realizadas com grupos vulneráveis e/ou populares (mas não apenas para esses), e que são realizadas fora dos ambientes formais de Educação. Podemos ter práticas de educação social e/ou popular como não-formais, mas esta última, não necessariamente se enquadrará das anteriores, em especial nas ações de educação social.

Na busca de coerência epistemológica em minha tese, usarei o termo educação não-formal, por entender que melhor se associa às atividades e práticas educativas que são ou podem ser realizadas pelas bibliotecas comunitárias. Entretanto, a educação não-formal realizada nesses espaços, tendo por base suas características, também se constitui como educação popular, na totalidade ou mesmo na parcialidade de práticas propostas e realizadas, tendo a compreensão de que nem toda educação não escolarizada pode ser considerada educação popular, como apontam Paulo, Nachtigall e Gões (2019), mas este conceito também se enquadra para parte das práticas educativas ofertadas por bibliotecas comunitárias, por isso aqui me aprofundo na discussão.

Sobre o surgimento da educação popular, Streck (2010) aponta que sua história no Brasil é contada a partir da década de 1960, com a experiência de Paulo Freire e sua prática de alfabetização em Angicos/RN. Já Paludo (2001) expõe que a sua concepção surge com os movimentos abolicionistas e se aprofundam e consolidam com a industrialização do País e a criação de práticas educativas específicas para esses públicos. De todo modo, pesquisadores/as que refletem sobre o histórico da educação popular são unânimes ao tecer que ela se constitui nos movimentos constantes da sociedade, mesmo que tenha por base motivações, espaços e tempos diferentes (PALUDO, 2001; BRANDÃO, 2006; STRECK, 2010).

Para caracterizar as ações de educação popular, apoio-me em Brandão (2006), que destaca o que para ele são os pontos referenciais: 1) é uma teoria que articula educação e cultura, relacionando prática e trabalho político popular, no qual os seres humanos, em diálogo com a sociedade, buscam condições de transformação e libertação de suas condições; 2) constitui-se em uma educação libertadora, a partir do trabalho do/com o povo; 3) é uma educação instrumentalizada politicamente, visando à conscientização e à politização, constituindo novo saber a partir da relação educandos/as e educadores/as; e, 4) expande-se, não sendo apenas em alguns momentos, como uma sala de aula tradicional, mas realiza-se em diferentes situações e práticas do cotidiano, como em atividades potenciais de serem ofertadas e efetivadas em bibliotecas comunitárias, portanto, ações de educação não-formal.

A educação popular é “[...] a capacidade de organização e estruturação de uma comunidade no compromisso e na assunção do processo educacional, sem que o Estado seja excluído de suas obrigações” (VASCONCELOS; BRITO, 2014, p. 91). Os autores apontam ainda que a educação popular é feita com o povo, os oprimidos e a classe trabalhadora e popular, a partir da concepção libertadora da educação que compõe o pensamento freireano. De acordo com Paula e Machado (2009, p. 233), na educação popular, as “[...] ações ocorrem em espaços que valorizem o ser humano como um sujeito social capaz de desenvolver-se e garantir sua própria cidadania”, ou seja, as bibliotecas comunitárias se apresentam como espaços ideais para a educação não-formal e também popular.

Nessa perspectiva, Paludo (2015, p. 220) compreende a educação popular na América Latina “[...] enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de

resistência e para a emancipação humana [...]”, o que aponta para a necessidade de uma sociedade que não seja regida pelo capital, mas fortalecida a partir da luta e da resistência das classes populares. A mesma autora vincula a educação popular “[...] ao empoderamento, organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social” (PALUDO, 2005, p. 2), buscando formas de superação das dificuldades e barreiras impostas pela própria sociedade a diferentes grupos sociais.

Osório Vargas (2006, p. 190) afirma que a educação popular “[...] deve desenvolver e fortalecer a educação para a cidadania democrática a fim de promover novas formas de organização cidadã”, como por meio de movimentos da sociedade civil e a concepção, criação, e desenvolvimento de bibliotecas comunitárias, fortalecendo os vínculos com a(s) sua(s) comunidade(s).

De acordo com Paludo (2010), a educação popular parte do contexto concreto/vivido pelos/as educandos/as para chegar ao contexto teórico, que requer a curiosidade epistemológica, a problematização e o diálogo. Para Freire (1980, p. 69), a educação é comunicação, é diálogo, “[...] na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos e interlocutores que buscam significação dos significados”, como deve ocorrer na educação popular.

Também é possível compreender a educação popular como um saber local, regional, comunitário, dividido, construído e ampliado pelas pessoas que convivem, circulam e transformam o território, portanto, constituem e são constituídos por esses saberes (BRANDÃO, 2006). O mesmo autor acentua que “[...] a educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares através da educação” (BRANDÃO, 2006, p. 75), bem como um trabalho de luta em prol de (reconhecimento de) direitos a partir dos movimentos da sociedade.

Esses movimentos nas sociedades complexas são denominados de ‘profetas’ por Melucci (2001), e agem como se fossem um sinal de crise, mas também daquilo que está por vir, mesmo sem ainda ter clareza sobre as direções que tomará. Para o autor, os movimentos do presente: “Não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para o futuro distante, mas para o presente da nossa vida” (MELUCCI, 2001, p. 21). Esses movimentos costumam trazer a representação do poder e, por vezes, (de combate) à opressão, bem como a responsabilidade e a busca de liberdade pelos indivíduos para conseguirem

pronunciar as suas palavras, mesmo que em um primeiro momento não sejam plenamente compreendidos.

Nesse sentido, Viera (2007, p. 82) teceu em sua dissertação a relação entre as bibliotecas comunitárias e os movimentos sociais, tendo como campo diferentes unidades na capital mineira. A autora esclarece que as bibliotecas comunitárias “[...] surgem como resultado de movimentos sociais no nível local da comunidade para reivindicar seus direitos de cidadania cultural”, a partir do engajamento e participação popular no âmbito de seus territórios.

Streck (2010) destaca algumas características comuns aos movimentos sociais, tais como: são organizações compostas do/no coletivo e, para isso, possuem determinados (e diferentes) níveis de organizações, conforme decidam e realizam a autogestão; mantêm o espírito de rebeldia, afinal, contestam algo, alguém ou alguma ideologia que consideram dominante e/ou opressora; refletem as demandas de grupos específicos, que não necessariamente são demandas de outros grupos; e apresentam a busca essencial do caráter de humanização.

Os movimentos sociais no Brasil costumam estabelecer relações com o campo da Educação, os quais surgem e/ou se instituem em diferentes espaços educativos e têm a educação não-formal como propulsora dessas práticas, agindo como fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Esses movimentos buscam compreender e tomam por base a análise das conjunturas política, econômica e sociocultural, que interferem no desenvolvimento dos próprios movimentos (GOHN, 2011).

Mas como surge ou pode vir a surgir um movimento social, ou ainda, como os indivíduos se reconhecem e formam um grupo? Scherer-Warren (1996, p. 69) afirma: “É o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutualmente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito”. Para a autora, as carências individuais, quando identificadas como sendo do grupo, portanto, compartilhadas no coletivo, poderão promover a identificação e busca coletiva de soluções, como no âmbito da temática desta tese, pela criação de espaços de acesso à leitura, informação, estudos, entretenimento e lazer, através das bibliotecas comunitárias, conforme demandas de um determinado grupo e seus objetivos para suas criações.

Compreendo, então, que os movimentos sociais surgem por forças da sociedade civil, sempre com intencionalidades pré-definidas dentro do próprio movimento, quando pessoas ou grupos marginalizados (por diferentes motivos e circunstâncias e em relação a outros grupos) querem ser ouvidos e atuarão para assim serem. Dessa forma, “[...] são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p. 335), focalizando não mais apenas o Estado (para embates), mas a sociedade como um todo, objetivando construir e gerar debates profícuos e que levem à resultados práticos.

A união de um grupo com demandas sociais comuns e motivados para a luta, com interesses coletivos representados e constituídos, pode formar um movimento social, conforme Gohn (2005) denomina de cidadania coletiva, que “[...] se constrói no cotidiano através do processo identitário político-cultural que as lutas cotidianas geram” (GOHN, 2005, p. 16-17). Esse conceito, então, se constitui na prática social a partir das trocas de experiências, enquanto ato educativo dentro dos movimentos sociais, em que a política e a cultura desenvolvem e sustentam as ações e princípios do grupo.

Entre as diferentes formas de organização popular, temos as associações e os movimentos populares, como cita Gohn (2005) e no qual vão se enquadrar as bibliotecas comunitárias. Entre as características dessa forma de organização, temos:

- 1) indivíduos/as e grupos que apresentam demandas em uma mesma região geográfica ou regiões próximas (mas o ativismo *on-line* nos mostra que não há barreiras para a união);
- 2) costumam possuir mais de uma bandeira de luta social, apesar de se concentrarem em uma como principal para as ações e assim reunir engajamento;
- 3) todos/as os/as participantes lutam ou podem lutar simultaneamente;
- 4) se constitui em um trabalho geralmente sem hierarquias, apesar de divisões das ações a serem desenvolvidas no e pelo grupo, até para o desenvolvimento das práticas;
- 5) acredita-se em processos e passos da caminhada coletiva para atingirem o que desejam, com ações planejadas; e
- 6) entendimento da necessidade da luta como forma para atingirem e conquistarem suas demandas e seus direitos, que, uma vez negados, precisam ser (re)conquistados.

As bibliotecas comunitárias ainda não fazem parte do cenário das cidades, sejam as de grande ou médio porte, sobretudo se analisarmos as regiões centrais e os núcleos urbanos. Conforme já discuti, esses espaços tendem a ser criados nos

contornos das cidades, nas áreas denominadas de periféricas, devido, muitas vezes, às suas carências econômicas e sociais, assim como de aparelhos culturais voltados para o acesso ao conhecimento e ao entretenimento, frente à negligência ou ao desinteresse do Estado.

Esse isolamento de determinados grupos pode gerar duas ações: exigência de espaço e participação nas estruturas já consolidadas pelos diferentes poderes ou, pode “[...] representar o engajamento na luta por rupturas e pela busca de novas possibilidades de organização da vida comum” (STRECK, 2010, p. 300), como a criação de bibliotecas comunitárias.

Nesse sentido, Streck (2010, p. 300) aponta: “A educação popular tem como uma de suas marcas acompanhar o movimento de classes, grupos e setores da sociedade que entendem que o seu lugar na história não corresponde aos níveis de dignidade a que teriam direito”. Essa passagem permite observar a relação que pode ser tecida entre a criação de bibliotecas comunitárias, visto a percepção e a consciência da comunidade daquilo que lhes é negado, com o acesso a espaços educativos e culturais que, muitas vezes, se concentram em determinadas áreas da urbe, dificultando o acesso equitativo a todos/as nela residentes.

Retomo que a biblioteca é de pertença da sua comunidade, construindo forte vinculação com a identidade local, fazendo com que cada biblioteca se torne única, desde a forma de sua criação, processos, lutas e conquistas até a sua efetivação, por vias de movimentos propostos e idealizados pela própria comunidade, que atuam como forças sociais propulsoras organizadas e a partir de experimentação social, que, “[...] atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (GOHN, 2011, p. 336), seja de um território ou um grupo social, por exemplo.

Brandão (2006) vincula cultura à educação, em especial, a popular, pois, por serem práticas sociais, objetivam o fortalecimento do poder popular, por meio de um saber originado e pertencente a uma determinada classe. Saber este que pode ser (re)construído por diversos meios, podendo as bibliotecas comunitárias contribuir de forma efetiva nesse processo, inclusive de reconhecimento e afirmação, uma vez que o saber e o conhecimento são recursos para o empoderamento social, tendo em vista que quem sabe (tem conhecimento sobre algo) pode controlar e ter o poder, constituindo capital social e cultural, ou pelo menos, não se submeterá a tudo que lhe é imposto/a, já que conhecerá seus direitos.

Ainda estabelecendo a relação entre poder, conhecimento e as bibliotecas comunitárias, alicerço-me em Brandão (2006), que aponta para a ‘palavra’ como forma de poder, saber dizer a sua palavra seria então ter poder sobre si próprio/a, como uma voz que ecoa na comunidade e que pode/deve se fazer e ser ouvida, não apenas para fora de uma determinada territorialidade, mas dentro da própria comunidade, se ouvindo e, assim, pronunciando as suas palavras. Fazer com que o indivíduo tenha e pronuncie a sua palavra acaba sendo um dos desafios da educação popular, pois quem sabe pronunciar a sua palavra dificilmente aceitará tudo calado (BRANDÃO, 2006).

A respeito do grupo de indivíduos da sociedade civil reunidos para a criação de bibliotecas comunitárias, Machado (2009) aponta que a união de indivíduos, atuando como agentes coletivos, possui o poder de agir de maneira transformadora no meio em que vivem. O coletivo atua na criação e na manutenção desses espaços, que visam a atender as demandas informacionais e culturais da própria comunidade a partir da oferta de suas práticas educativas por meio do acesso à leitura e à informação.

Nesse contexto, concebo, a partir de Salomón (2006), que a sociedade civil é marcada por sua diversidade (inclusive de bandeiras, lutas e pautas), sua independência do Estado (o que não significa confronto ou inimizade) e sua não identificação com os partidos políticos (pode haver relações, mas não dependência). A sociedade civil atua na construção da cidadania, a partir da “[...] consciência de direitos e obrigações, e da responsabilidade para assumi-los e exigir que sejam respeitados pelo Estado, pelos partidos políticos e pelas mesmas organizações da sociedade civil” (SALOMÓN, 2006, p. 24). Por essa pluralidade de interesses da sociedade, refletidas em suas lutas é, possível encontrar a multiplicidade de movimentos sociais em suas ações e na busca de seus direitos.

Tem-se como forte o vínculo entre os indivíduos e a formação de grupos em torno de movimentos sociais de educação popular. Paludo (2005, p. 12) assenta que estes sujeitos “[...] constroem saberes, valores, cultura e ensaiam a vivência de novas relações sociais”, mantendo, assim, fortes vínculos entre classe, luta social e o estabelecimento de novas configurações das relações econômicas, sociais e culturais, como projeto coletivo.

Ponto que classe é um conceito sociológico (complexo) para designar grupos de indivíduos que possuem padrões próximos, no que se refere à produção e

ao consumo de bens e serviços, que se refletem em estilos de vida, hábitos culturais e, inclusive, poder econômico, por isso pertencem ou não a uma mesma classe. Portanto, o estabelecimento e hierarquização de classes é uma criação social, fortalecida pelo capitalismo, para enquadrar e segmentar a sociedade, estabelecendo, assim, escalas de quem detém o poder e quem terá acesso ou não a recursos, como a informação.

Também no contexto das bibliotecas comunitárias, “[...] a educação popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo, ou seja, é o momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado” (BRANDÃO, 2006, p. 90), como a informação e o conhecimento. Nesse ambiente, o saber ouvir, mas também ter abertura e liberdade para pronunciar a sua palavra, voz e vivências contribui com o crescimento de todos/as e da própria comunidade, se reconhecendo no outro e com o outro, se constituindo como grupo social identitário, também refletido dentro da classe social de que fazem parte, mesmo que pessoas de diferentes classes utilizem a mesma biblioteca, pois a uniformidade de condições sociais não é pré-requisito para o estabelecimento de um território.

A partir das práticas educativas desenvolvidas, as bibliotecas comunitárias se configuram como ambientes para manifestações de resistência, enfrentamentos e barreiras, lutas em busca de igualdade, justiça social e cidadania. Porém não são somente as ações que fazem da biblioteca comunitária espaço vivo, pois a sua própria existência serve para o agrupamento da comunidade e pode ser uma contribuição para a abertura e efetivação do diálogo do e entre o grupo, a respeito de questões que dizem respeito a eles/as próprios/as.

Reforço meu entendimento acerca de práticas educativas, tomado a partir de Paludo (2005), como sendo o fazer educativo concretizado por meio de ações ofertadas pelo Estado, mas também pela escola, pelos movimentos sociais, bem como pelas bibliotecas comunitárias, não reduzindo, nesse sentido, a educação e as práticas educativas aos ambientes formais ou à escolarização. Dessa forma, compreendo a educação popular, inclusive no contexto das bibliotecas comunitárias, como “[...] uma prática educativa, que se propõe a ser diferenciada, isto é, compromissada com os interesses e a emancipação das classes subalternas” (PALUDO, 2001, p. 82), transformando em espaço em prol da coletividade e da comunidade à qual pertence.

Envolvidos/as nas práticas educativas, podemos ter agentes de leitura, bibliotecários/as, professores/as, bem como a comunidade em geral que manifeste interesse e queira atuar na promoção e na mediação das ações desenvolvidas pela biblioteca. Todos/as estes/as são educadores/as populares em potencial, cuja missão é “[...] participar do trabalho de produção e reprodução de um saber popular, apontando a ele, ao longo do trabalho social e/ou político de classe, a sua contribuição específica de educar [...]” (BRANDÃO, 2006, p. 85). Dessa forma, adequam e transformam seus conhecimentos em função da construção efetiva de um saber popular, já existente, mas que porventura precisa ser resgatado e valorizado dentro da própria comunidade.

Streck (2010) argumenta que a educação popular e os movimentos populares se fundem como uma pedagogia dos oprimidos e não construída para eles, sendo possível observar essa relação imbricada com as bibliotecas comunitárias, criadas pelo povo e não para o povo. A educação nos movimentos sociais é autoconstruída a partir da autogestão dos processos e das práticas, emergindo de diferentes fontes de aprendizagem, como da experiência, do contato com o Estado e a realidade social na qual está imersa (GOHN, 2005).

Sobre a relação proposta, os movimentos sociais contribuem com a formação de sujeitos que participam de suas práticas, sendo que no “[...] espaço dos movimentos, os trabalhadores dispersos se transformam em sujeitos coletivos que elevam sua autoestima, sentem-se parte, atuam politicamente, socialmente e culturalmente, transformando-se em sujeitos” (PALUDO, 2005, p. 12). Expande-se esses sujeitos para além dos/as trabalhadores/as, mas para todo indivíduo, ou melhor, cidadãos/ãs que façam parte da territorialidade a qual a biblioteca comunitária abranja e possa contribuir através de suas ações e práticas educacionais e culturais para transformação de suas vidas.

Dessa forma, a educação popular por meio de movimentos e práticas sociais e educacionais torna-se exercício para a educação libertadora das classes populares (BRANDÃO, 2006), para além da educação formal. Conforme ressalta Gohn (2005, p. 40), as características de um projeto comunitário e que contribuem para que eu refletisse em minha tese sobre as bibliotecas comunitárias, “[...] são centradas no desenvolvimento do homem explorado em luta pela construção de uma sociedade mais igualitária”, diminuindo ou tencionando para que reduzam as barreiras sociais e econômicas no território e para fora dele.

A terceira seção deste capítulo tem o objetivo de apresentar a vocês, leitoras e leitores que ainda não conhecem, a cidade de Caxias do Sul/RS, na qualidade de *lócus* de minha pesquisa. Compreender o cenário que abriga as três bibliotecas comunitárias que investiguei neste percurso se torna relevante para que compreendam as próprias bibliotecas, seus contextos e relações estabelecidas em suas criações e manutenções.

3.3 LÓCUS: CONTEXTUALIZANDO A CIDADE DE CAXIAS DO SUL/RS

No capítulo 2, abordei as conexões que podem se estabelecer entre bibliotecas comunitárias e seus territórios e neste, estou discutindo as relações do campo da Educação com tais bibliotecas criadas por suas comunidades. O ponto de partida dessa última seção do terceiro capítulo será a cidade de Caxias do Sul/RS, para que possamos chegar às bibliotecas comunitárias caxienses, foco de minha tese a partir do capítulo 5, passando pela apresentação dos procedimentos metodológicos no capítulo 4. Para este momento, assento ser importante que vocês, leitoras e leitores, conheçam um pouco da região em que essas bibliotecas estão inseridas, para compreenderem de onde falo, a fim de contextualizar meu trabalho e as próprias bibliotecas investigadas neste estudo nas dimensões espaço e tempo.

Não tenho a pretensão de fazer grande apanhado histórico da cidade, pois compreendo que meu trabalho não demanda tessitura aprofundada nesse sentido, inclusive por se enquadrar na linha de pesquisa *Processos Educacionais, Linguagem, Tecnologia e Inclusão*, do PPGEdu da UCS, mas que dialoga com a linha de pesquisa em *História e Filosofia da Educação*, por se preocupar com a historicização das bibliotecas comunitárias da cidade, se não neste trabalho, mas para pesquisas futuras. Para maiores aprofundamentos a respeito do contexto histórico de Caxias do Sul, as referências citadas no texto são um norte.

Para a escrita dessa seção embasei-me nas obras dos/as seguintes autores/as: Adami (1963); Braga (2012); Gardelin e Costa (1983); Giron (1977); Herédia (2010); Luchese (2009); Paz et al (2012); Pozenato e Giron (2005); Rodrigues (1988); e Stormowski (2010).

A partir da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, a interiorização e povoação do território brasileiro começa a ganhar intensidade. No Rio Grande do

Sul, a primeira divisão de cunho político e administrativo é realizada em 1809, dividindo o território em quatro grandes freguesias, sendo elas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Esta última também denominada ao menos em uma de suas partes de Campos de Cima da Serra e que deu origem, posteriormente, a dezenas de municípios tais como temos hoje, incluindo a região que receberia os imigrantes italianos (PAZ et al, 2012).

A região que conhecemos hoje por Serra Gaúcha começou a receber imigração italiana em meados de 1875, iniciando pelo surgimento das primeiras colônias em Garibaldi (Colônia Conde D'Eu), Bento Gonçalves (Colônia Dona Isabel) e Caxias do Sul (em homenagem a Duque de Caxias). A Colônia Caxias foi inicialmente dividida em 17 léguas, sendo que a primeira se chamou no primeiro momento Barracão, em virtude da estrutura montada para receber os primeiros imigrantes, e, posteriormente, passou a se chamar de Nova Milano, hoje município de Farroupilha, berço da colonização italiana no RS.

Há de se fazer a ressalva de que os primeiros habitantes da região foram indígenas de diferentes etnias, como os Jê, que deram origem aos Kaingang e Xokleng. Braga (2012) aponta que, entre 1808 e 1809, o Império determinou que os índios da região do sul do País fossem eliminados ou cerceados de suas vivências livres em seus territórios. O autor declara que a ação pode ser denominada de limpeza étnica, fato que coincide com a divisão do Estado do RS. Quando os imigrantes italianos chegaram à Serra, a região já não era mais habitada por indígenas, por isso alguns/mas autores/as apontam os/as italianos/as como os/as primeiros/as moradores/as dessas terras, apesar de não terem sido.

Assim como os italianos não foram os únicos imigrantes a chegarem à então Colônia Caxias, apesar de serem em considerável minoria e alguns por breve passagens, estiveram por aqui também imigrantes alemães, austríacos, belgas, espanhóis, franceses, ingleses, milaneses, poloneses, russos, suíços e tirolezes (GARDELIN; COSTA, 1983).

Uma série de fatores políticos, econômicos e sociais na Itália favoreceram a vinda de imigrantes para o Brasil, dentre eles, conforme aponta Giron (1977): 1) as guerras internas pela unificação do País (não necessariamente o mesmo território italiano como conhecemos hoje); e, 2) a Revolução Industrial chegando à Itália, bem como a toda a Europa, tirando as pessoas do campo e levando-as para as cidades, como mão de obra fabril; e 3) a miséria e a fome que as famílias que saíam do

campo para as cidades sentiam ao não terem alimentos, o que até então encontravam em alguma medida no campo, e passaram a buscar empregos nas indústrias.

Já o Brasil, nesse período, estava em franca expansão, carecendo de mão de obra com o dito fim da escravidão (ao menos enquanto marco histórico, apesar de discutível no campo social), especialmente na região Sudeste do País, onde os fazendeiros preferiam remunerar aos europeus do que aos negros que já conheciam e estavam habituados ao trabalho e às plantações. As imigrações de diferentes nacionalidades para o Rio Grande do Sul trouxeram dois importantes elementos para desenvolverem o estado: o renascimento da agricultura e a povoação do território de forma mais acelerada (RODRIGUES, 1988), isso sem contar com a busca do embranquecimento do povo.

Há diferentes datações referentes aos primeiros moradores da então constituída Colônia Caxias, sendo a data de 1872 marcada pela chegada dos primeiros 22 habitantes boêmios, de origem alemã, e a data de 1875, com a chegada dos primeiros imigrantes italianos na região (GIRON, 1977). A Colônia de Caxias era uma região rica em arroios e afluentes dos rios das Antas e do Caí, região de mata de araucárias e de clima subtropical, agradável aos novos moradores italianos. Entretanto, a distância para a capital atrapalhava a comunicação e o escoamento da produção.

Giron (1977) divide o processo histórico e administrativa de Caxias do Sul em três fases: 1) colonial (1875 – 1884): ainda no Brasil Colônia e a divisão do território em 17 léguas; 2) distrital (1884 – 1890): Caxias deixa de ser colônia e passa a ser distrito do município de São Sebastião do Caí; 3) municipal (1890 – atual): a emancipação e a criação da cidade de Caxias do Sul pelo Ato Estadual nº 257, de 20 de junho de 1890.

Até 1963 o território de Caxias do Sul sofreu modificações consideráveis, perdendo parte de suas terras, como as emancipações de Farroupilha e São Marcos, tornando-se, então, municípios, a perda de distritos que passam a formar o município de Flores da Cunha (como, Nova Pádua que deixa de ser distrito de Caxias do Sul para torna-se distrito de Flores da Cunha e que depois se emancipa deste), bem como ocorrem as anexações de distritos até então pertencentes à cidade de São Francisco de Paula e São Sebastião do Caí, respectivamente, hoje os atuais distritos caxienses de Vila Seca e Santa Lúcia do Piaí.

Caxias do Sul também passou por diversas fases de desenvolvimento econômico, político e cultural. Por aqui, os indígenas eram os donos da terra, e os alemães os primeiros imigrantes, mas foram os italianos que chegaram em grande número visando a se estabelecerem e para de fato fundarem a cidade. Os diferentes ciclos e apogeu da cidade chamaram a atenção de pessoas de diferentes regiões do estado e do País, criando um fluxo migratório, afinal, Caxias do Sul é conhecida até hoje pela terra do trabalho (POZENATO; GIRON, 2005). Eu, inclusive, cheguei à cidade em busca de oportunidades.

Ainda sobre os fluxos migratórios, Herédia (2010, p. 129) expõe que:

A história deste município reflete a presença de fluxos migratórios contínuos, que buscaram a localidade com o objetivo de fixar-se na terra, gerar riqueza pelo trabalho e investir no futuro da comunidade. O histórico desses fluxos migratórios mostra que, em cada período histórico, a cidade recebeu uma quantidade de migrantes que a procuraram em busca de oportunidades de vida, marcadas pelo ideário do trabalho.

Stormowski (2010) aponta diferentes motivações para que Caxias se tornasse um polo econômico, não apenas para a região, mas para todo o estado, tais como: 1) a tradição para o trabalho e o apego à família e à religião trazidos pelos imigrantes italianos, que faziam com que as primeiras famílias fossem muito dedicadas ao trabalho e em gerar riquezas; 2) assistências e financiamentos dados pelos governos estaduais à época, como para compra de sementes e terras, algo que não aconteceu com os negros e em outras regiões do estado; 3) parte dos imigrantes chegaram à região com boas condições financeiras para empreender em terras brasileiras, não eram necessariamente miseráveis fugindo da Europa; 4) outra parte dos imigrantes chegaram já com suas profissões estabelecidas, desde marceneiros a engenheiros, o que contribuía para que conseguissem trabalhos, não apenas ligados à terra; e, 5) as relações políticas estabelecidas entre as lideranças locais com os governos e os empresários no suceder das décadas favoreceram recursos e boa vontade política para com a região.

Caxias do Sul é a segunda maior cidade do estado do Rio Grande do Sul, com população estimada em 2021 de 523.716 pessoas (cujo Censo Demográfico de 2010 demonstrou 435.564, ou seja, um provável crescimento populacional de mais de 75 mil pessoas em uma década). Segundo o IBGE Cidades, em 2019, a taxa de

ocupação (pessoas trabalhando em relação à população total) era de 38,4%, o salário médio era de 2,9 salários mínimos, sendo que 22,9% da população vivia com renda per capita de até meio salário mínimo¹⁸.

Na área da Educação, o IDEB¹⁹ aponta na educação pública na cidade os índices de 6.2 para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental e 4.7 para os Anos Finais do Ensino Fundamental, em 2019; os índices estaduais são 5.8 e 4.5, respectivamente. No que tange ao Ensino Médio, os dados são de 2017, pois o IDEB não atualizou os dados em relação a 2019, até essa escrita, e o índice das escolas públicas estaduais é 3.6 (e 3.4 a média no estado), bem diferente se comparado ao índice da escola federal instalada na cidade, com índice 6.0. Os índices da Educação na cidade, aferidos pelo IDEB, destacam-se pouco se comparados aos índices do Estado, considerando o porte de Caxias do Sul e o volume de sua população, que precisa estar qualificada, inclusive para atender às demandas do mercado de trabalho e do polo industrial instalado, portanto, Educação Básica é fundamental para os que aqui moram ou venham a migrar, inclusive para o desenvolvimento da própria cidade e da região.

A chegada de diferentes fluxos migratórios em busca das oportunidades vislumbradas na forte rede industrial da cidade trouxe também a necessidade de adequação do espaço urbano para atender a essas demandas. Na última década, além de migrantes do estado e do País que procuraram Caxias do Sul em busca de oportunidade, imigrantes de países como Haiti e Senegal também desembarcaram na cidade em busca de melhorias para suas vidas e famílias, o que também promoveu novos recortes e contornos culturais, sociais, políticos e econômicos para Caxias do Sul e na região como um todo.

Tendo em vista que não sou caxiense e também acabei vindo para a região em busca de trabalho, assim como muitas outras pessoas, portanto, a história, a identidade e os costumes citadinos não estão em mim enraizados, permitindo ter mais clareza sobre os espaços da cidade a partir do mapeamento das bibliotecas comunitárias para este estudo, apurando bairros e loteamentos que ainda desconhecia. Em especial os loteamentos, sendo que em algumas dessas áreas o

¹⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/caxias-do-sul/panorama>. Acesso em: 14 set. 2021.

¹⁹ ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB). Resultados e metas, 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=762824>. Acesso em: 10 jul. 2021.

processo de urbanização está ainda se consolidando, estando estes espaços longe do centro da cidade, e muitos destes ainda carecem de estrutura básica (calçamento e redes de luz, água e esgoto), além de escolas e postos de saúde, por exemplo, sem citar aparelhos culturais.

Em Caxias do Sul há duas bibliotecas públicas²⁰ do município, uma junto à Praça Dante Alighieri, no coração da cidade, e a segunda no bairro San Pelegrino, a Biblioteca Parque Largo da Estação, dedicada ao público infanto-juvenil. Apenas a rede municipal de Educação conta com 45 escolas de Educação Infantil e 82 escolas de Ensino Fundamental. Para esse quantitativo, onde poderíamos ter um/a bibliotecário/a para cada unidade com a sua biblioteca, há no município somente um bibliotecário que dá suporte às 127 escolas²¹, número que denuncia o descaso do governo local em prover bibliotecas de qualidade e que atendam às demandas da escola e da comunidade escolar.

Nesse contexto social, as bibliotecas comunitárias se tornam mais do que necessárias, como espaços de diálogo, conquista de cidadania visando à autonomia, ao desenvolvimento do território e ao combate às exclusões de diferentes tipos. Antes de apresentar as três unidades que investiguei em meu estudo, convido-as/os para no próximo capítulo a aferir os caminhos metodológicos que trilhei neste percurso de pesquisa.

²⁰ CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura, 2019. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura>. Acesso em: 2019.

²¹ CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação, 2019. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/educacao>. Acesso em: 20 abr. 2019.

4 CAMINHOS DA PESQUISA

Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 2017a, p. 53).

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nos caminhos da pesquisa – bem como, por vezes, nos descaminhos – seguimos e paramos em suas curvas, lombas e sinaleiras. Com os seus comandos para avançarmos e vamos em frente, mas também há alertas para os cuidados, que nos fazem desacelerar para paradas, por vezes necessárias. Afinal, os caminhos da pesquisa se cruzam com os da vida acadêmica, profissional e pessoal, e nem sempre seguir direto é a melhor opção, ou mesmo uma opção viável em um determinado momento, não é mesmo, leitoras e leitores?

Seguir o percurso metodológico da pesquisa é de suma importância, já que este é um texto de tese, mas também um caminho de autoconhecimento ao longo desta trajetória, do qual podemos e devemos refletir sobre a nossa vida, desejos, anseios, conquistas e frustrações, momentos para parar, ouvir e sentir a nós mesmos. Por isso que os quatro anos de doutoramento também podem ser entendidos como um processo de transformação pessoal e individual no qual me constituí pesquisador, mas que, na verdade, estarei em processo de arvorecer durante toda a carreira profissional (e pessoal). Esta é a beleza, ou ao menos, a motivação para seguir em frente.

Assim como percorremos os caminhos da pesquisa, as pausas também se fizeram necessárias em algumas ocasiões, pois permitiram que eu me distanciasse do estudo e observasse seus contornos, o que nem sempre é possível quando se está imerso. É como um respiro: ir à tona, tomar fôlego e retornar com mais disposição. Mas como diria Cazusa, 'o tempo não para', ele pode abrir portas, mas também faz as suas cobranças. Percorrer ou não essa trajetória (a de pesquisa) não era uma opção e sim uma necessidade a partir do momento que assumi o doutoramento como um compromisso não apenas profissional, mas de vida.

Ao seguir o percurso metodológico, muitas vezes podemos pegar atalhos ou mesmo, trechos mais longos, sinuosos e com mais obstáculos, seja por nós perdermos ou modificarmos a rota ou ainda, pelo que se revela nesta trajetória. Durante esse caminho traçado e trilhado, nem sempre com mapa e bússola, por vezes apenas seguindo as estrelas. Cruzei (ou melhor, todos nós cruzamos) com a pandemia, que transpassou a pesquisa e a vida de uma forma ampla, em diferentes aspectos, trazendo impactos inclusive às idas a campo e apontando, assim, um obstáculo que precisei driblar, afinal, a pesquisa precisou continuar.

Além de percorrer o caminho, foram necessárias paradas para cuidar e preservar a tese, mas em particular a saúde (mental), que também não é uma opção e inclusive se sobressai à tese. Por mais que em alguns momentos o racional era abandonar a trajetória, o coração me fez seguir nela. Reorganizando a bagagem, revisando o mapa e traçando novas rotas, ajustes foram necessários durante o fazer, pois, como diria o título de um dos livros de Paulo Freire, 'o caminho se faz caminhando'. E nele segui.

Neste capítulo descrevo os procedimentos metodológicos que me guiaram para o desenvolvimento desta pesquisa. O estudo é de natureza qualitativa, pois nele “[...] preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. [Na qual] fornece análise mais detalhada sobre investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento, etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 269), da sociedade de uma forma geral, mas especialmente do poder e dos/as agentes públicos e, claro, de um estreito viés de observação das comunidades nas quais as bibliotecas comunitárias estão inseridas a partir dos/as agentes de leitura que lá atuam.

Quanto ao nível, esta pesquisa é explicativa, tendo por base os seus objetivos presentes na introdução, pois “[...] têm a preocupação central de identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002, p. 42), buscando conhecer de forma aprofundada mais de uma realidade e explicando (ou buscando explicar) a razão e o porquê das coisas, dos acontecimentos e dos fenômenos identificados antes e durante a realização da pesquisa.

O estudo assume dois delineamentos:

a) pesquisa bibliográfica, pois foi utilizada a produção do conhecimento científico sobre os temas pesquisados, como sustentação da segunda etapa, a de campo. Observe que esse delineamento não se constitui apenas como uma revisão de literatura para verificar o que tem se pesquisado e produzido na área das bibliotecas comunitárias, mas como um alicerce, consolidando os temas em que me aprofundei para a construção do sólido teórico da tese e estreitando o diálogo com e entre os campos da Educação e da Biblioteconomia, que se entrecruzam neste estudo a partir de meus processos formativos. Esse diálogo não foi uma tarefa fácil, exigindo reflexões e análises do campo teórico e prático; e,

b) pesquisa como estudo de caso (ou melhor dizendo, de casos), que tem como característica ser um “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado [...]” (GIL, 1999, p. 73). Há de se sublinhar que no início da pesquisa 17 bibliotecas comunitárias estavam em funcionamento na cidade de Caxias do Sul/RS, havendo, assim, a necessidade de um recorte desses espaços para a minha presença em campo – ou, melhor dizendo, minha presença limitada pela necessidade de distanciamento social e pelo fechamento das bibliotecas no período de pandemia que se atravessou diante de meu percurso de pesquisa.

A fundamentação teórica é muito importante para a realização de estudos de caso, conforme aponta Yin (2010), por isso selecionei esses dois delineamentos para o estudo, no qual um sustentou e se articulou com o outro. Enquanto estudo de caso, a minha pesquisa é de campo, pois objetivou levantar respostas diante de um problema de pesquisa, descobrindo fenômenos e relações que se estabelecem (MARCONI; LAKATOS, 2012). Quanto aos delineamentos de pesquisa utilizados, conforme as já referenciadas autoras, uma pesquisa de campo prevê pesquisa bibliográfica como fundamento e uma segunda parte de ação, estabelecida em minha pesquisa como os estudos de casos.

Para Yin (2010), o método dos estudos de caso são ideais quando a investigação contempla questões de ‘como’ e/ou ‘por que’, conforme meu problema de pesquisa que interroga: *Quais as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias para o local, em especial, na promoção da autonomia e cidadania dos usuários e dos territórios?* Os estudos de casos são indicados, conforme aponta Yin (2010), quando o pesquisador não tem controle direto sobre os eventos que poderão acontecer em campo e o enfoque do estudo

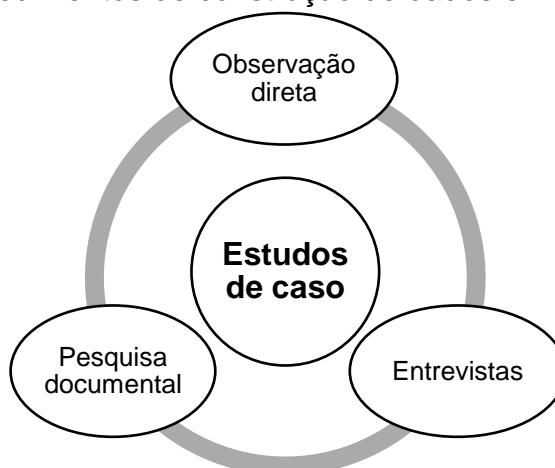
centra-se em um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real, portanto, entendo que os estudos de casos foram (ou seriam) adequados para responder as questões propostas, como se caracterizou em minha pesquisa diante desses dois aspectos ('como' e/ou 'por que').

Ainda sobre os estudos de casos, tomo a partir de Gil (2002, p. 139) que “[...] a utilização de múltiplos casos proporciona evidências inseridas em diferentes contextos, concorrendo para a elaboração de uma pesquisa de maior qualidade” e, até certo modo, maior aprofundamento, tendo por base que cada biblioteca comunitária possui suas próprias razões para existir e se mantêm de diferentes formas. A esse respeito, Yin (2010) aponta que os estudos de casos múltiplos proporcionam compreender fenômenos individuais ou grupais complexos que envolvem questões sociais, políticas, culturais e econômicas, conforme cada proposição de pesquisa, permitindo-me olhar para casos específicos em uma tentativa de compreender o todo, mesmo que apenas a partir dos casos analisados – as bibliotecas participantes do estudo.

São indicados os estudos de casos quando se unem três situações, de acordo com Yin (2010): 1) para acontecimentos contemporâneos, nos quais o/a pesquisador/a está temporalmente inserido/a; 2) em estudos que não exigem controle de eventos comportamentais; e, 3) em trabalhos que contribuem para responder questões de pesquisa que enfoquem proposições 'como' e/ou 'por que', como já reportado. Essas três situações compreendem a minha proposta de pesquisa, o meu problema e os objetivos para o desenvolvimento deste estudo, sendo possível pensar a investigação como estudos de múltiplos casos.

Os estudos de casos se alicerçam em um composto de procedimentos para a construção dos dados, portanto, nunca são um único caminho, considerando que a “[...] técnica [como as autoras denominam] é um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos e normas” (MARCONI; LAKATOS, p. 2012, p. 48). Dessa forma, em minha pesquisa os procedimentos utilizados para a construção de dados a partir do campo estão na Figura 1:

Figura 1 – Procedimentos de construção de dados em estudos de casos.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Yin (2010).

O primeiro procedimento de investigação utilizado em meu estudo foi a pesquisa documental a partir de diferentes evidências encontradas antes e a partir da estada em campo, isto é, estar em campo e em contato com os/as interlocutores/as me oportunizou (e me impôs, em alguns momentos) a busca de outras fontes documentais. Observo que a pesquisa bibliográfica realizada antes e durante o estudo foi fundamental não apenas na construção da proposta inicial de pesquisa, mas também durante seu percurso, permitindo o aprofundamento nas fontes utilizadas e na compreensão da relação entre campos de estudos e arcabouço teórico-metodológico.

Também foi a partir dos documentos que tive meus primeiros acessos aos campos de pesquisa, conhecendo-os e caracterizando-os, sendo que os documentos se constituíram como elementos indispensáveis para o contato direto com os/as participantes da pesquisa, inclusive para identificar os/as agentes envolvidos/as nas bibliotecas comunitárias estudadas e o contexto de criação destas, portanto, trouxeram vestígios que contribuíram para a continuidade do estudo, apontando caminhos que poderiam ser seguidos e contatos importantes para o estudo.

Antes de seguirmos, preciso atentar para o uso da expressão 'campos' no plural, como a esfera/conjunto das bibliotecas comunitárias caxienses, um tipo de espaço de investigação, e mesmo para o uso da expressão 'campo', no singular, já que minha pesquisa se constitui como estudo de casos realizado em três bibliotecas, portanto, três espaços distintos. Porventura, pode parecer confuso ao longo do texto

a utilização dos termos 'campo' ou 'campos', mas esta foi uma decisão pessoal para articular o texto ao(s) contexto(s) vivido(s). No plural, é o conjunto, e no singular aponta para cada biblioteca.

De acordo com Marconi e Lakatos (2012), a pesquisa documental possui a característica de ter suas fontes para construção de dados restrita a documentos textuais ou não, sendo essas fontes denominadas primárias ou, ainda, de originais. Além dos documentos encontrados e aos quais tive acesso durante o percurso da pesquisa, também foram criados outros, como, por exemplo, as transcrições das entrevistas realizadas em campo, constituindo-se também como *corpus* documental de análise.

O primeiro documento ao qual tive acesso foi o livro de atas que descreve a criação das bibliotecas comunitárias, no ano 2008, sob elaboração e guarda da Biblioteca Pública Municipal Dr. Demetrio Niederaurer, de Caxias do Sul/RS. O documento também traz indícios do funcionamento destas de 2013 a 2018, sendo que há um lapso temporal de 2008 (meses após a instalação das bibliotecas) até 2013, quando um novo grupo gestor assumiu seu assessoramento. O contato com o material foi autorizado pela coordenação da biblioteca, para que fosse realizada a leitura e a posterior cópia do conjunto de atas, por serem informações públicas, portanto, qualquer cidadão/ã pode ter acesso ao conteúdo do livro de atas com seus registros, uma vez que, narram atividades realizadas por ou em parceria com o poder público municipal.

Como o livro de atas contém um lapso temporal em seu registro (2008 a 2013), em virtude das trocas de pessoas que estavam à frente do assessoramento das bibliotecas comunitárias na Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, alguns pontos não foram esclarecidos, nem mesmo por meio de outras fontes consultadas, como as entrevistas realizadas. Dessa forma, recorri a um importante canal de informações, que talvez também sejam fragmentadas, mas cujos resultados me oportunizaram acesso a outros dados não contido nas atas e/ou não detalhados por meio das entrevistas.

Com a intenção de ampliar os dados a serem analisados acerca do surgimento e da manutenção das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul, realizei buscas no *site* da Prefeitura²², na seção de notícias, no final de 2020. Ao pesquisar

²² CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Notícias**. 2021. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias>. Acesso em: 15 set. 2021.

pelo termo 'biblioteca', obtive 1.668 resultados; após verificar o conteúdo das notícias, 83 foram selecionadas por abordarem de forma direta as bibliotecas comunitárias, desde notícias a respeito de inaugurações, de atividades realizadas até melhorias nesses espaços.

As notícias recuperadas e que compuseram o *corpus* documental desta tese vão de 2007 a 2018. É importante atentar que são notícias veiculadas pelos setores de comunicação da Prefeitura – sendo, assim, notícias oficiais –, tanto dos gabinetes dos prefeitos que estiveram à frente nesse período, como de suas secretarias, em especial a da Cultura, portanto, os contextos das reportagens, mesmo que indiretamente, giram em torno dos feitos da Prefeitura em relação às bibliotecas comunitárias, mas me ajudaram a precisar alguns dados a respeito desses ambientes e suas trajetórias.

Outros registros foram utilizados ao longo da pesquisa, de alguns deles fui em busca de forma mais diretiva, conhecendo a sua existência e importância à pesquisa, já para outros se fizeram necessários a busca e o acesso ao longo do estudo, pois foram citadas nas entrevistas e se faziam importantes para o desenvolvimento da pesquisa – uma informação levou a outra, em um processo de pesquisa, desvendando o universo do estudo.

O Quadro 1 apresenta a relação de documentos que foram acessados e passaram a compor a documentação analisada:

Quadro 1 – Documentos que foram analisados na pesquisa documental.

Documento	Fonte produtora	Importância para a pesquisa
Livro de atas das bibliotecas comunitárias	Secretaria Municipal de Cultura, por meio de seus servidores/as	Descreve a criação das bibliotecas comunitárias na cidade de Caxias do Sul/RS, desde o início da execução do projeto
Conjunto de notícias a respeito das bibliotecas comunitárias caxienses	Site da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Constitui-se em reportagens realizadas pelas assessorias de comunicação da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS que abordam ações relacionadas com as bibliotecas, pelo olhar dos feitos da própria prefeitura
Lei orgânica nº 0.000, de 04 de abril de 1990	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul/RS
Lei nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Dispõe sobre o incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do Município de Caxias do Sul
Lei nº 4.516, de 15 de julho de 1996	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1997 e dá outras providências

Lei nº 4.675, de 02 de julho de 1997	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Plano Plurianual do Município de Caxias do Sul/RS, para os exercícios de 1998 a 2001
Lei nº 5.150, de 06 de julho de 1999.	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2000 no Município de Caxias do Sul/RS
Lei nº 5.759, de 05 de dezembro de 2001	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Plano Plurianual do Município de Caxias do Sul/RS, para os exercícios de 2002 a 2005
Lei nº 6.387, de 01 de julho de 2005	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Plano Plurianual do Município de Caxias do Sul/RS, para os exercícios de 2006 a 2009
Lei nº 6.953, de 30 de junho de 2009.	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Plano Plurianual do Município de Caxias do Sul/RS, para os exercícios de 2010 a 2013
Decreto nº 15.174, de 09 de março de 2011	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Regulamenta a Lei nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996
Lei nº 7.376, de 7 de dezembro de 2011	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Aprova o Plano municipal de Cultura
Plano Municipal de Cultura (2011)	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Documento de referência para a área da Cultura em Caxias do Sul/RS, com vigência de prazo de dez anos (2011-2021)
Lei nº 7.600, de 4 de junho de 2013	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Plano Plurianual do Município de Caxias do Sul/RS, para os exercícios de 2014 a 2017
Lei nº 8.192, de 05 de junho de 2017.	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Plano Plurianual do Município de Caxias do Sul/RS, para os exercícios de 2018 a 2021
Decreto nº 21.628, de 5 de julho de 2021	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Aprova o Regimento interno da Secretaria de Cultura do Município de Caxias do Sul/RS
Lei nº 8.664, de 30 de junho de 2021	Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS	Plano Plurianual do Município de Caxias do Sul/RS, para os exercícios de 2022 a 2025

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Os documentos listados no Quadro 1 foram buscados e encontrados antes e durante a pesquisa, conforme avançava nas análises e compõem parte do *corpus* de análise da tese. Ao livro de atas das bibliotecas comunitárias tive acesso antes das idas a campo, já os demais documentos emergiram a partir das realizações das entrevistas, como evidências da criação e/ou manutenção dessas bibliotecas. Destaco que a consulta do conjunto de textos de normas jurídicas se fez necessária após a ida a campo, já como um resultado das análises a partir das entrevistas realizadas.

Em relação à construção de dados em campo, o uso de entrevistas visa a proporcionar respostas sobre um tema ou problema que o/a pesquisador/a objetiva

investigar (MARCONI; LAKATOS, 2011), no caso, a criação e o potencial das práticas educativas das bibliotecas comunitárias caxienses, em especial nas três unidades estudadas. A escolha por entrevistas como um dos procedimentos se deu pela possibilidade de construção de dados referentes a diversos aspectos sociais, por proporcionarem elementos com profundidade e por serem suscetíveis a classificação e análise (GIL, 1999).

Ferreira (2014) aponta que entrevistas não são apenas conversas, pois possuem espaços e tempos limitados e pré-determinados, nos quais os atores desempenham papéis diferentes em um mesmo terreno, que pode ser uma área comum a ambos, a um dos sujeitos ou a nenhum. Em minha pesquisa de campo, visitei as três bibliotecas comunitárias selecionadas para compor a pesquisa enquanto estudos de casos e, assim, tive a oportunidade de entrevistar as suas agentes de leitura, ou, dito de outra forma, as pessoas responsáveis pela abertura e manutenção dos espaços, bem como entrevistei três agentes públicos/as, conforme descrevo e os/as caracterizo mais adiante.

As entrevistas foram estruturadas por pautas, por meio das quais o/a entrevistador/a “[...] faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente à medida que refere às pautas assinaladas” (GIL, 1999, p. 120), elaboradas e organizadas para cada momento, de maneira prévia, de acordo com o público a ser entrevistado (agente de leitura ou público/a). O planejamento dos roteiros foi fundamental para a realização das entrevistas, bem como o conhecimento prévio dos/as entrevistados/as (ao menos algumas características, como a sua relação com as bibliotecas comunitárias) e a escolha do espaço e tempo favoráveis ao diálogo, como o agendamento dos momentos e que ocorressem na própria biblioteca, no caso das agentes de leitura.

A efetiva realização das entrevistas só foi possível após a aprovação do projeto de tese pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul (CEP/UCS), já que fui a campo dialogar com diferentes sujeitos e, portanto, o conhecimento e o respaldo institucional à pesquisa se fazem necessários. O CEP/UCS é composto por um colegiado interdisciplinar formado por docentes da instituição de diferentes áreas do conhecimento, objetivando avaliar projetos que envolvam a pesquisa com seres humanos, analisando os aspectos éticos da pesquisa, bem como o contato entre pesquisadores/as e comunidade, visando a garantir a integridade e dignidade dos/as participantes. Os projetos, ao serem

submetidos e aprovados pelo CEP/UCS, são validados no tocante à qualidade das pesquisas e quanto ao desenvolvimento do campo científico, institucional e das próprias comunidades envolvidas, além de serem certificados como pesquisa eticamente adequada.

As submissões de projetos de pesquisa no nível da pós-graduação ao CEP/UCS apenas podem ser realizadas após o rito de qualificação e aprovação pela banca do projeto de tese. Neste caso, a minha ocorreu em julho de 2019. Após, submeti o projeto ao CEP/UCS por meio da Plataforma Brasil em 12 de setembro de 2019, tendo recebido o parecer de aprovação em 23 de novembro, sob o número do parecer 3.721.260 (Anexo A).

Somente após o recebimento do parecer aprovando a pesquisa pelo CEP/UCS é que pude ir a campo de fato, o que de certo modo dificultou o percurso da pesquisa, uma vez que eu já estava finalizando o quarto semestre do curso de doutorado. Em um primeiro momento, optei pelas idas às três bibliotecas comunitárias selecionadas para fazerem parte do estudo de casos de minha pesquisa, haja vista que o contato com o campo é, inclusive, combustível para quem o pesquisa e poder me aproximar das pessoas e dos espaços poderia, como aconteceu, me ajudar a refletir sobre os caminhos a serem percorridos.

Ter a possibilidade de estar de fato presencialmente nos territórios, encontrar e conversar com os/as sujeitos/as, em especial os/as participantes/as da pesquisa (em um primeiro momento com as agentes de leitura), contribuiu para a compreensão dos contextos não apenas de forma teórica ou indireta, mas permitindo a criação de laços entre as participantes e o pesquisador. Meu desejo era estar em campo muito antes, desde o início do curso de doutorado, mas compreendi e aceitei os ritos acadêmicos.

Em dezembro de 2019 consegui visitar as três bibliotecas comunitárias (dias 09, 10 e 12) para conhecer os espaços, um pouco do que oferecem e as suas agentes de leitura, que muito bem me receberam. Nas oportunidades, também realizei as entrevistas que compuseram as análises da tese, um diálogo com cada agente dentro dos espaços das bibliotecas, de forma reservada, me apresentando, expondo a pesquisa e suas motivações para realização bem como a documentação que compõe a realização das entrevistas, que são o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo B), o qual teve que ser assinado por cada agente após a entrevista, e o Termo de Confidencialidade e Sigilo, o qual assinei e entreguei uma

cópia para cada agente de leitura, comprometendo-me a preservar a privacidade e o anonimato das participantes do estudo.

O Quadro 2 retrata um perfil (anônimo) das agentes de leitura que concederam entrevistas à pesquisa:

Quadro 2 – Perfil das agentes de leitura entrevistadas²³.

Identificação 24	Idade ²⁵	Atividade	Relação com as bibliotecas	Data da entrevista
AL1	60 anos	Ex-presidenta do bairro	Reside no local há mais de 20 anos	09/12/2019
AL2	57 anos	Servidora pública	Não reside na comunidade, mas exerce suas atividades profissionais no bairro e na região	10/12/2019
AL3	45 anos	Líder comunitária	Nasceu e cresceu na comunidade	12/12/2019

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

As entrevistas foram gravadas e transcritas na sequência, compondo o *corpus* documental de investigação da pesquisa. Na realização das visitas e das entrevistas presenciais em cada biblioteca, combinei com cada agente de leitura futuras visitas, objetivando a observação do cotidiano das bibliotecas, bem como o envolvimento da comunidade em cada espaço e, como havia sido previsto até o momento da qualificação da pesquisa, a possibilidade de entrevistar usuários/as das bibliotecas a respeito de suas relações com os espaços. As três agentes de leitura pediram que as próximas visitas fossem no início do próximo ano, considerando a época de festas (Natal e Réveillon de 2019), uma vez que os espaços que abrigam as bibliotecas, as comunidades em si, bem como as próprias agentes estavam sobrecarregadas para me receberem para novas visitas, e assim acordamos, no início de 2020, eu contataria cada uma delas para agendarmos outros momentos de contato com os campos de pesquisa e suas vivências.

Porém, como expus no início deste capítulo, há caminhos e descaminhos que uma pesquisa longa, como é a de doutorado, pode enfrentar durante a sua execução. Ao entrar o ano de 2020 e contatar as agentes de leitura, as três enfatizaram que poderiam me receber a partir de março, pois as bibliotecas estavam

²³ A ordem escolhida para citação das agentes e das bibliotecas foi por meio das datas das idas a campo.

²⁴ Agente de leitura (AL), sigla utilizada ao longo do texto.

²⁵ Idade completada em 2021.

fechadas ao público e/ou estariam de férias no período de verão (sendo que a atividade é voluntária, dessa forma, não eram/são obrigadas a cumprirem uma jornada fixa e rígida de abertura dos espaços), contudo, no meio do caminho teve início a pandemia de COVID-19.

A pandemia foi descoberta no final de 2019, em Wuhan, na China, sendo diagnosticado o primeiro caso no Brasil em janeiro de 2020 e um *boom* de outros a partir de março do mesmo ano. A COVID-19 “[...] é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves”, conforme aponta o Ministério da Saúde do Brasil (2020), sendo também conhecida como uma Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Entre os efeitos da pandemia de COVID-19 estão o fechamento de diversos espaços públicos e aparelhos culturais, dentre eles as bibliotecas, e a necessidade de distanciamento social entre as pessoas, evitando-se, assim, que o vírus se propagasse mais rápido e ocasionasse mais infecções, lotação nos hospitais e óbitos. Para minha pesquisa, a pandemia impossibilitou o meu retorno aos campos, para que pudesse acompanhar o desenvolvimento das atividades educativas e culturais ofertadas pelas bibliotecas, já que estas permaneceram fechadas até a finalização de meu texto de tese.

Os retornos aos campos seriam fundamentais, não apenas para realizar as observações dos espaços, suas utilizações e suas práticas realizadas, mas também para eu me aproximar das vivências das bibliotecas comunitárias, mesmo que minha proposta nunca tenha sido de um estudo etnográfico, que necessitaria da minha vivência de forma intensa nos territórios. Ressalto, ainda, que estar em campo em outros momentos me oportunizaria entrevistar os/as usuários/as, conforme previsto no momento de qualificação do projeto de tese em 2019, visando a ajudar a responder meu objetivo geral de pesquisa.

A pandemia nos mostrou o quão frágeis (ou, melhor dizendo, suscetíveis) podem ser as pesquisas que objetivam a interlocução com seres humanos em campo, como no e durante um período de pandemia, fazendo com que os/as pesquisadores/as buscassem alternativas para a realização de seus estudos mesmo em um momento de crise epidemiológica e de saúde pública. Como pontuei no início deste capítulo, seguir em frente se faz e se fez necessário, para tanto, busquei

alternativas para que as demais entrevistas fossem realizadas, conforme pontuo mais adiante.

Quanto à resposta do objetivo geral do meu estudo, ah... a pesquisa tem suas voltas. O objetivo geral bem como os específicos serão parcialmente respondidos ao longo deste estudo (vocês, leitoras e leitores, entenderão nos próximos capítulos o porquê de eu não conseguir respondê-los na íntegra, como se espera de uma tese), dentro do possível diante da pandemia, assim como, e sobretudo, as respostas que o campo me oportunizou conhecer, seja através das entrevistas ou das documentações, modificando, em parte, os rumos da pesquisa.

Retornando aos procedimentos empregados, o terceiro se constituiu nas observações, que utilizam os sentidos do pesquisador em campo para obter informações e reconhecer determinados aspectos diante da realidade estudada. De acordo com Marconi e Lakatos (2012, p. 76), a observação “[...] não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos, fenômenos que se deseja estudar”, proporcionando relação direta entre pesquisador/a e campo, favorecendo a construção e enriquecendo os dados e a própria pesquisa. Para as observações, elaborei um diário de campo que se consistiu no registro escrito e fotográfico de ações, práticas e interações observadas, mesmo que poucas em virtude da visita única a cada espaço, descrevendo os fatos e as minhas impressões sobre os campos investigados: as bibliotecas comunitárias.

O uso de observação direta implica “[...] conhecer e aprofundar as situações sociais mantendo uma reflexão contínua e observando detalhes dos sucessos, dos eventos e das interações” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 274), assim como estando atento às falhas e às lacunas. Da mesma forma, pontuo que foram observações simples, entendendo-as como “[...] aquela[s] em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem” (GIL, 1999, p. 111), ou ainda, como denominam Marconi e Lakatos (2012), uma observação não participante, na qual entro em contato com as comunidades sem a necessidade de me integrar por completo a elas, residindo no território, por exemplo.

Em relação às observações em campo que foram possíveis ainda em 2019, estas aconteceram uma vez em cada biblioteca, quando fui conhecê-las e pude entrevistar suas agentes de leitura, que são responsáveis pelos espaços. Contudo, a análise do *corpus* documental (incluindo as entrevistas) me dera retornos, os quais

apresento nos próximos capítulos, que tornaram as não idas aos campos menos prejudiciais ao meu estudo bem como a não realização das entrevistas com os/as usuários/as que pretendia realizar em 2020 e não foram possíveis em virtude do fechamento das bibliotecas devido à pandemia. O mergulho nos dados da pesquisa proporcionou (eu diria que induziu ou mesmo obrigou) que o estudo tomasse outros caminhos a partir das relações que fui tecendo ao longo do percurso, enquanto mergulhava e emergia, refletindo, compreendendo e analisando as bibliotecas comunitárias caxienses.

Voltando às entrevistas, além das três realizadas com as agentes de leitura que atuam nas bibliotecas comunitárias (uma entrevista com cada agente), fiz outras com agentes públicos/as, servidores/as ou ex-servidores/as da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS (uma entrevista com cada agente público/a, totalizando três entrevistas) que acompanham ou acompanharam essas bibliotecas na esfera municipal, seja participando de suas propostas e criações ou, ainda, prestando assessoria para os seus desenvolvimentos ao longo dos anos.

Essas entrevistas foram realizadas no primeiro semestre de 2020, já no período da pandemia, sendo que foi necessário utilizar recursos eletrônicos para as suas realizações. Uma delas foi realizada pelo *Google Meet*, ferramenta do *Google* que possibilita conversas de áudio e vídeo entre duas ou mais pessoas (no caso, eu e o/a entrevistado/a), e duas entrevistas foram realizadas por ligação telefônica, a pedido dos/as entrevistados/as, por assim se sentirem mais confortáveis (são ex-servidores/as já aposentados/as no poder público). Todas as entrevistas foram gravadas (com autorização e TCLE assinados posteriormente, sem contato entre as partes devido a pandemia) e transcritas, compondo também, assim, o *corpus* documental de análise desta pesquisa.

Destaco ainda que o/a primeiro/a sujeito/a entrevistado/a (por meio do *Google Meet*) eu já conhecia, pois foi por meio dele/a que tive acesso ao livro de atas das bibliotecas comunitárias, portanto, já havíamos conversado, porém, sem a possibilidade de realização e registro da entrevista, uma vez que minha pesquisa ainda não havia sido avaliada e aprovada pelo CEP/UCS. Dessa forma, na entrevista retomamos pontos já conversados, para fins de registro oficial da pesquisa e possibilidade de utilização como fonte no estudo. Já as duas pessoas entrevistadas via contato telefônico, eu não as conhecia pessoalmente, o que, de

certo modo, pode ter impactado na realização das entrevistas e suas respostas, por não termos tido oportunidade de criação de vínculos.

Esse foi um dos desafios impostos pela pandemia para as pesquisas científicas, especialmente na área das Ciências Humanas, destaco, à qual estou vinculado no doutoramento. Entendo que a realização das entrevistas presenciais, que nos permitem olhar nos olhos dos/as entrevistados/as, poderia proporcionar mergulhos mais profundos em suas memórias, seus discursos e no conforto nas respostas que certamente o contato humano pode proporcionar; uma ligação telefônica entre pessoas que não se conhecem, investigando questões tidas como do passado – ao menos para eles/as, afinal, os/as agentes não atuam mais no setor público –, pode trazer implicações aos diálogos e nos retornos obtidos a partir da forma que o contato é estabelecido.

Contudo, como já pontuei, nos estudos, assim como na vida, precisamos aprender a driblar os obstáculos e seguir em frente, pois nem sempre tudo sairá como desejamos, mas precisamos aprender a lidar com o que o universo nos proporciona. No Quadro 3 trago um perfil anônimo dos/as agentes públicos/as entrevistados/as durante e para o estudo:

Quadro 3 – Perfil dos/as agentes públicos/as entrevistados/as.

Identificação²⁶	Atividade	Relação com as bibliotecas	Entrevista
AP1	Bibliotecário em atividade	Presta assessoria desde 2013 até o momento (2021) às bibliotecas comunitárias. Atualmente ocupa cargo de gestão junto à Secretaria Municipal de Cultura.	05/05/2020, via <i>Google Meet</i>
AP2	Professora aposentada	Ocupava cargo de gestão junto à Secretaria Municipal de Cultura (de 2005 a 2012), quando foram criadas as bibliotecas comunitárias, em 2008.	06/05/2020 via ligação telefônica
AP3	Bibliotecária aposentada	Promotora da proposta das bibliotecas comunitárias desde 1997, quando já atuava na Prefeitura.	23/06/2020, via ligação telefônica

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Após a construção dos dados por meio das observações e entrevistas com diferentes personagens, chegou a hora da análise e interpretação, ou seja, o exame dos dados construídos e/ou coletados no campo. Os dados da pesquisa foram construídos a partir das observações realizadas nas três bibliotecas comunitárias

²⁶ Agente público (AP), sigla que será utilizada ao longo do texto.

que investiguei por meio dos diários de campo e das entrevistas realizadas (com agentes de leituras e públicos/as), mas também posso dizer que foram gerados por meio dos documentos aos quais tive acesso e analisei nesse percurso.

Como procedimento metodológico para análise dos dados da pesquisa, optei por utilizar a Análise de conteúdo de Laurence Bardin (2016). Segundo a sua criadora, a Análise de conteúdo é um conjunto “[...] de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 2016, p. 15). A escolha por essa metodologia se deu por eu considerá-la um conjunto de procedimentos que pôde ser aplicado aos documentos e às falas a partir das entrevistas e suas transcrições – dessa forma, ao todo dos dados da pesquisa.

Oliveira (2008, p. 570) sintetiza que o objetivo da Análise de conteúdo está na “[...] manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem”, analisando o contexto social e cultural de produção das mensagens. Nesse sentido, ela se dá pelas inferências, por meio do não latente, o que está ou pode estar escondido, portanto, o dito e o não dito – o dito por meio do que está expresso no texto analisado, seguindo o rigor metodológico, e o não dito analisado em um segundo momento, a partir das interpretações do pesquisador, levando em consideração o que está e o que não está no texto, entrecruzando dados e interpretações com outras fontes, como, por exemplo, a observação direta em campo.

Tem-se assim que: “Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2016, p. 15), polos tão necessários na realização e escrita de uma tese, na qual o rigor científico se faz necessário, mas que cabe ao/à pesquisador/a, a partir de procedimentos específicos, desvendar o que os dados (e seus conteúdos expressos) manifestam, relacionando-os com os contextos sociais, políticos e culturais das bibliotecas comunitárias participantes, no caso deste do estudo, com seus territórios, cidade e região a partir de um olhar – nesse caso meu, enquanto pesquisador –, pontuando também as suas limitações e feixes de análise.

Nessa questão, Bardin (2016) aponta que, ao trabalharmos com a Análise de conteúdo, devemos atentar para as regras de base que fundamentam o método, mas que ele precisa ser reinventado de acordo com o enredo de cada pesquisa.

Dessa forma, a Análise de conteúdo trabalha com classificações e inferências de cada item/fala, analisando o seu contexto, mas isso não quer dizer que cada pesquisador/a aplicará o método de sua forma, devendo ser apresentada objetividade em suas análises bem como clareza e precisão nos critérios utilizados, para que estes possam ser interpretados e até mesmo reproduzidos por outros/as pesquisadores/as a partir de seus olhares.

De acordo com a autora: “A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 2016, p. 44). O/a pesquisador/a, na qualidade de analista, atua como um/a arqueólogo/a em busca de vestígios, como dados, fenômenos, relações etc., sendo necessário conhecer, mesmo que minimamente, o/a emissor/a da mensagem e o seu meio, buscando compreender os conteúdos dos discursos.

As inferências puderam ser realizadas a partir da explicitação e da sistematização dos conteúdos de diferentes mensagens e formatos. As entrevistas também são comunicações que puderam ser analisadas a partir da Análise de conteúdo, pois foram gravadas e transcritas, ponderando, inclusive, as hesitações e os silêncios que se fizeram presentes nos discursos traçados entre entrevistado/a e entrevistador. Conforme destaca Bardin (2016), a Análise de conteúdo atua e trabalha com o latente, o original, o estrutural e o contextual dos discursos, sejam eles escritos ou falados.

A Análise de conteúdo, como método, parte da decifração estrutural, (re)conhecendo os textos a serem analisados com uma leitura não ingênua, procurando, inclusive, os não ditos, o que requer um olhar atento do/a pesquisador/a, fazendo com que cada análise seja única e possibilitando que o método se adeque a uma grande variedade de estudos. O método se subdivide em quatro etapas, as quais explorarei a seguir, explicando o que são e como foram realizadas em minha pesquisa, sendo elas: Organização, Codificação, Categorização e Inferência.

A primeira etapa, intitulada como Organização, prevê a pré-análise do texto por meio da exploração do material, visando ao tratamento dos resultados a partir da inferência e da interpretação. Esse momento diz respeito “[...] a um período de intuição, mas que tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das

operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2016, p. 125), é o primeiro contato com o conteúdo a ser analisado, no qual pude, a cada nova leitura, aprofundar-me com e nos materiais.

A Organização da primeira etapa da Análise de conteúdo foi muito importante para mim, pois me permitiu aprofundamentos sobre os campos da pesquisa, haja vista que não nasci em Caxias do Sul e retornei para a cidade visando ao doutoramento; apesar de já conhecê-la (por já ter residido), não sou um pesquisador com relações anteriores nos territórios pesquisados, conhecendo as suas vivências em campo, e sim a partir dos estudos preliminares e por meio da documentação até chegar de fato aos campos.

Esta etapa possui três missões principais: a escolha dos documentos – no caso, no primeiro momento, o livro de atas, as transcrições das entrevistas e o conjunto de normas jurídicas, que se fizeram necessárias à consulta, portanto os documentos não foram necessariamente escolhidos, mas sim emergindo conforme a pesquisa avançava no campo e a partir dele; a formulação de hipóteses e objetivos – que começaram a ser construídas a partir do início da pesquisa e com o contato com o livro de atas, o que me permitiu questionar se as bibliotecas comunitárias caxienses eram mesmo comunitárias; e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. Conforme avançava com a pesquisa por meio de documentos e entrevistas, mais dúvidas e convicções (mesmo que momentâneas e em forma de hipóteses) eu ia construindo, o que também colaborava para o avanço nas demais etapas da Análise de conteúdo.

A segunda etapa é a Codificação, que seria a maneira como analisar, ou ainda, a categorização do texto a partir dos temas que surgem a partir da leitura dos materiais. Bardin (2016, p. 133) aponta que essa etapa “[...] corresponde a uma transformação - efetuada segundo regras precisas - dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão [...]”, sendo possível ao/à pesquisador/a, então, clarificar as características dos textos sob análise – quem produziu, em que momento, com que objetivo e em que contexto.

Nesse momento de análise se fez necessário identificar temas que foram sendo observados com as leituras, agrupando-os e categorizando-os para a análise temática do material da pesquisa, as chamadas unidades de registro. Foi um momento de imersão minha, como pesquisador, nas fontes, para que emergissem

as categorias que serviram para a análise, sempre buscando entender o contexto de cada discurso, fosse ele escrito ou falado, constituindo-se, assim, como unidades de contextos, como o livro de atas ou uma entrevista (ou seus recortes), e identificando-se a partir deles as unidades de registro.

A Categorização, terceira etapa da Análise de conteúdo, consiste em “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamentos segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2016, p. 147). As categorias reúnem as unidades de registro estabelecidas na fase anterior a partir de características comuns desses elementos. A Análise de conteúdo permite a categorização por diversos meios, sendo o escolhido para este estudo a semântica (e seus significados), em virtude das temáticas que foram emergindo a partir das leituras do material que compôs a análise e de seu tratamento.

Nesse processo, “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 2016, p. 148), inventariando e conhecendo os discursos, para então classificar os elementos em temas e organizar as mensagens. O processo de categorização precisou ser realizado com tranquilidade, a partir do momento que eu tinha em mãos as principais fontes de evidências, para que o exame não fosse em partes muito segmentado, apesar de não ter sido efetuado em uma única vez/etapa e sim, retomado em diversos momentos, consecutivos ou não.

O estar em campo com as fontes e, posteriormente, a análise dos materiais, não mais com uma leitura curiosa, mas já muito atenta aos ditos e aos não ditos, como salienta Bardin, me permitiu sentir a pesquisa nesse decurso doutoral para além do ato de pesquisar por si só, com o rigor metodológico necessário à tese, mesclando momentos de contentamento com as ‘descobertas’ e de silenciamento perante a elas, como um cidadão crítico e ávido descortinando um contexto social, político e cultural da cidade.

A quarta etapa realizada foi a Inferência, talvez a mais exigente, pois objetiva a análise contextual histórica e social da produção e recepção das mensagens, examinando sempre o/a emissor/a ou produtor/a da mensagem, o/a receptor/a e, claro, a própria mensagem veiculada, e não apenas o escrito/registrado. A Inferência também pode ser entendida como uma análise detalhada dos dados, levando à

interpretação dos conteúdos das mensagens, cabendo ao/à pesquisador/a – que construiu os dados da pesquisa, seja coletando-os ou produzindo-os – se dedicar às inferências que podem ser realizadas (ou mesmo observadas, haja visto que cada pesquisador/a carrega consigo uma bagagem de experiências teóricas e práticas próprias), uma vez que a Análise de conteúdo não é e não deve ser apenas uma descrição dos dados de pesquisa.

Apesar de discorrer sobre a Análise de conteúdo em etapas, como didaticamente é trabalhada, o processo de compreender, analisar e discutir os dados da pesquisa foi constante durante uma longa parte da trajetória do doutoramento, indo e voltando às fontes, realizando momentos intensos de imersão e interpretação, mas intercalando com pausas, às vezes necessárias pelo próprio processo, por vezes precisando me afastar da pesquisa e retornar com um olhar mais descansado e aguçado para novas inferências, inclusive buscando me oportunizar observar e compreender pontos e relações que talvez ainda não houvessem sido vistas ou reexaminar o que estava sendo realizado.

Categorias e subcategorias foram sendo criadas a partir da análise dos conteúdos dos documentos que fizeram parte do *corpus* documental da tese. Apesar de ser possível com o método escolhido, não fiz quantificação dos termos ranqueando os que mais apareceram ou não nos documentos. Esta foi uma decisão pessoal, por valorizar que a pesquisa é e precisava ser qualitativa, sendo que o número de vezes que um termo ou unidade de registro aparecia não necessariamente revelaria (na minha compreensão) a sua importância para o estudo.

As categorias foram emergindo ao longo do exame dos documentos, que permitiram a análise categórica e as inferências entre os documentos e as vivências e interpretações minha como pesquisador – como a partir da observação dos campos – que constituem os próximos capítulos da tese. As principais categorias identificadas no estudo e, portanto, construídas foram: 1) surgimento das bibliotecas comunitárias; 2) contexto e realidade das bibliotecas comunitárias; 3) relação do poder público com as bibliotecas comunitárias; 4) dependência do poder público por parte das bibliotecas comunitárias; 5) relação entre biblioteca comunitária e sua comunidade; 6) contribuições das bibliotecas comunitárias à comunidade e ao território; e, 7) futuro das bibliotecas comunitárias.

4.2 CAMPOS DO ESTUDO

Antes de encerrar o capítulo com os procedimentos metodológicos, preciso justificar a escolha das bibliotecas comunitárias participantes do estudo. A essa altura do texto, vocês, leitoras e leitores, já dispõem de uma compreensão do que são bibliotecas comunitárias e de que irei investigar espaços localizados na cidade de Caxias do Sul/RS, mas como cheguei até elas e escolhi X e não Y, por exemplo? Conto-lhes...

No âmbito das bibliotecas comunitárias, não há um registro governamental que identifique e diagnostique esses ambientes informacionais em nível nacional. Há a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, que “[...] surgiu de um processo histórico, social, cultural e político que culminou na organização em rede de bibliotecas comunitárias em várias cidades do país” (REDE..., 2019). No Rio Grande do Sul, porém, apenas dez bibliotecas comunitárias estão cadastradas como pertencentes à rede, todas localizadas na região metropolitana do estado, a partir da rede Beabah!, que é vinculada à RNBC.

A Beabah é um coletivo de bibliotecas comunitárias que congrega dez unidades²⁷, apesar de cada biblioteca possuir autonomia e terem sido criadas em tempos e por agentes diferentes, sendo elas: Ágatha Felix, Alvo, Aninha Peixoto, Arvoredo, Biblio Flor, Girassol e Visão periférica, bibliotecas comunitárias localizadas em Porto Alegre/RS; Cirandar, de Esteio/RS; Marginal Ilha do Saber, de Eldorado do Sul/RS; e, Ponto de Leitura Sol e Lua, de Cachoeirinha/RS. É importante salientar que nem todas as bibliotecas comunitárias do País ou do estado fazem parte da RNBC, como é o caso das bibliotecas localizadas em Caxias do Sul/RS.

O primeiro passo foi a elaboração do critério a ser utilizado na escolha das bibliotecas comunitárias a fazerem parte do estudo, aliando cientificidade e relação tempo/espaço para a execução das análises. Em busca de contribuições a partir da pesquisa com a região da Serra Gaúcha, onde se localiza o PPGEdu-UCS, e sendo a UCS uma universidade comunitária voltada ao desenvolvimento regional, decidi que o campo para a pesquisa seria a cidade de Caxias do Sul/RS, a qual também passou a ser a minha morada no período de doutoramento. Essa escolha também se deu objetivando desfocar os estudos a respeito das bibliotecas comunitárias

²⁷ REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS. **Beabah!** 2021. Disponível em: <https://rnbc.org.br/redes/beabah-rs/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

realizados na capital Porto Alegre, lançando olhares para o interior e um grupo de bibliotecas ainda não investigado de forma acadêmica, cujas bibliotecas comunitárias não estão vinculadas à RNBC ou a qualquer cadastro nacional, de certo modo desconhecidas fora da cidade ou da região.

A partir de diálogos traçados com membros da academia e da comunidade, bem como de minha investigação preliminar para o ingresso no PPGEdu-UCS e início da pesquisa, aponto que a cidade de Caxias do Sul/RS dispunha, até maio de 2019, de 17 bibliotecas comunitárias. Atualmente (2021), devido à pandemia ocasionada pela COVID-19, todas as bibliotecas estão fechadas, não sendo possível precisar se todas retornarão às suas atividades após esse período.

A seleção das bibliotecas comunitárias como campos para pesquisa empírica ocorreu a partir do mapeamento das 17 bibliotecas comunitárias que estavam em funcionamento na cidade de Caxias do Sul/RS em 2019. Contudo, esse número total geraria uma demanda de trabalho que não proporcionaria qualidade e aprofundamento necessários ao trabalho com o estudo em múltiplos casos e ao meu exercício de pesquisador, dessa forma, foi necessário um recorte adequando à dimensão do estudo.

Identifiquei, a partir de pesquisa documental, que no ano de 2008 dez unidades entraram em funcionamento na cidade; destas, cinco estavam ativas ainda no ano de 2019. Esse dado me chamou atenção, pois metade das bibliotecas não conseguiram manter suas atividades por razões diversas e nem todas identificadas em minha trajetória.

Tomei por base essas cinco primeiras bibliotecas como espaços significativos para investigação por conta do tempo de atividade e por, assim, em minha hipótese, poderem revelar práticas educativas já consolidadas, ajuizando também o possível enraizamento comunitário por meio de vinculação biblioteca x comunidade. Porém, ao contatar as bibliotecas com o convite para participarem do estudo, apenas uma aceitou fazer parte da pesquisa.

De cinco, ficou uma, mas ainda haviam 12 bibliotecas como possíveis interlocutoras. Com ajuda do bibliotecário que assessora as bibliotecas comunitárias caxienses, entramos em contato com os/as agentes de leitura responsáveis pelos espaços e apenas duas aceitaram me acolher e participarem da pesquisa (alguns/mas agentes manifestaram que não poderiam colaborar naquele momento e

outros/as não responderam ao chamado). Totalizaram-se, assim, três bibliotecas que aceitaram participar do estudo.

Duas das três bibliotecas comunitárias que foram campos de minha pesquisa encontram-se em regiões tidas como periféricas em relação ao centro da cidade e em áreas de vulnerabilidade social. A terceira biblioteca se localiza em um bairro tradicional, de classe média, que possui uma subprefeitura e mantém as tradições da imigração italiana em seus costumes e arquitetura, diferente dos outros dois bairros, formados em sua maioria por trabalhadores/as que vieram a Caxias do Sul em busca de oportunidades em virtude da industrialização regional.

O Quadro 4 apresenta uma breve caracterização das bibliotecas participantes, que aprofundo nos próximos capítulos:

Quadro 4 – Bibliotecas comunitárias pesquisadas na cidade de Caxias do Sul.

Biblioteca comunitária	Data de criação	Onde está instalada	Região da cidade	Atendimento
BC 1	2011	No Centro Comunitário do bairro, prédio da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS.	Zona Norte, junto a uma região que congrega outros diferentes bairros e loteamentos	Terças-feiras à tarde
BC 2	2009	Em um Núcleo de Capacitação que possui cozinha e padaria comunitárias, prédio da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS.	Zona Norte, junto a uma região que congrega outros diferentes bairros e loteamentos	Durante o dia, no período de funcionamento do Núcleo
BC 3	2014	Em um Centro cultural junto a um museu e a um ponto de cultura pertencente a uma cooperativa local.	A região é um distrito um pouco distante – 15km do centro da cidade	Sob demanda e disponibilidade de atendimento

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de documentação cedida pela Biblioteca Pública Municipal de Caxias do Sul/RS (2019).

Ao longo da pesquisa me questionei se três bibliotecas seriam ou não poucos casos para dar continuidade ao estudo. Porém, após muito refletir e com base nos/as autores/as estudados/as sobre estudos de caso, compreendo que um número maior de bibliotecas a investigar poderia fazer com que o estudo se tornasse mais longo do que o propósito do doutoramento. Além disso, as três bibliotecas possuem características diferentes, o que não permite concluir que representam

todas as demais unidades não visitadas, mas sim, proporcionam um panorama possível das realidades das bibliotecas comunitárias caxienses.

Outro ponto a ser observado é que são bibliotecas localizadas em regiões diferentes da cidade, que possuem tanto particularidades na sua criação quanto motivações para manutenção dos espaços. Isso sem referenciar a pandemia que atravessou a pesquisa, visto que um número maior de bibliotecas participantes poderia dificultar ainda mais a presença em campo e a realização das entrevistas com mais agentes de leitura.

Os próximos capítulos foram elaborados a partir de minha presença nos campos estudados por meio da observação direta, da realização das entrevistas com agentes de leitura e agentes públicos/as e da análise da documentação construída e colhida no e a partir da experiência de pesquisa. A seguir, no capítulo 5, apresento e descrevo as três bibliotecas comunitárias que serviram de campos para os estudos de caso.

5 AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES COMO *LOCUS* DO ESTUDO

O mito da neutralidade da educação, que leva à negação da natureza política do processo educativo e a tomá-lo como um *quefazer* puro, em que nos engajamos a serviço da humanidade entendida como uma abstração, é o ponto de partida para compreendermos as diferenças fundamentais entre uma prática ingênua, uma prática astuta e outra crítica (FREIRE, 2011, p. 34).

Conforme discuti no capítulo anterior, referente aos procedimentos metodológicos para a construção desta tese, selecionei três bibliotecas comunitárias para serem meus campos de estudos de casos. O primeiro contato com cada uma das bibliotecas *in loco* aconteceu em dezembro de 2019, após qualificação e aprovação da pesquisa no CEP-UCS, que me permitiu as idas a campo e a realização das entrevistas que foram base desta escrita. Nessas visitas, ficou acertado que eu voltaria a elas a partir de março de 2020, após as festas de final de ano e o recesso das agentes de leitura. Como sabemos, em março de 2020 o Brasil sentiu os efeitos da COVID-19 e várias medidas foram necessárias para evitar que o vírus se espalhasse de forma mais acelerada.

Em 2020 e 2021 o País viveu um caos no contexto epidemiológico de saúde, fazendo com que diversas instituições tivessem que permanecer de portas total ou parcialmente fechadas, como foi o caso das bibliotecas comunitárias focos de meus estudos de caso. Dessa forma, não pude retornar a elas para vivenciar um pouco de seus cotidianos assim como entrevistar as suas comunidades. O que exponho a seguir é fruto da visita realizada a cada uma das três bibliotecas, das entrevistas efetivadas com as agentes de leitura que nelas atuam bem como de documentações (livro de atas e reportagens veiculadas no *site* da Prefeitura) escavadas ao longo da pesquisa.

A COVID-19 exigiu que os/as pesquisadores/as em muitos casos adaptassem suas pesquisas, sobretudo em estudos com seres humanos e visitas a locais. Porém, a produção científica não pôde parar em virtude dos prazos acadêmicos, por isso, segui. Na sequência, trago os dados analisados para discutir a respeito de cada uma das bibliotecas visitadas, espaços que serviram de base para o meu

estudo, aliando trabalho de campo com os documentos a que tive acesso ao longo do percurso.

5.1 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA 1

Realizei a visita a Biblioteca Comunitária 1 no dia 09 de dezembro de 2019, após agendamento via contato telefônico com a agente de leitura (que será chamada de AL1), em dia e horário que pudesse me receber. Não era dia de abertura da biblioteca, mas a agente se propôs a apresentar a biblioteca e a participar da pesquisa com sua entrevista, cuja finalidade já havia sido explicada e que seria importante para um estudo acadêmico.

A Biblioteca Comunitária 1 fica em um loteamento (ao menos é assim denominado) na Zona Norte da cidade, numa região considerada de classe média, que aparenta uma boa estrutura, com edifícios, asfaltamento, linha de ônibus urbano – que inclusive tem parada em frente ao Centro Comunitário – assim como comércios em geral, de mercados a *pet shops*.

O loteamento se localiza em um bairro específico que dificultou encontrar dados referentes aos equipamentos presentes no local e a sua população, inclusive junto à Prefeitura, já que os territórios se misturam, considerando que há outros loteamentos e áreas que formam o bairro. Os dados oficiais ajuízam o bairro como um todo, sendo que ficou perceptível aos meus olhos diferentes realidades sociais dentro deste, portanto é difícil mensurar dados específicos quanto ao loteamento em que se localiza a Biblioteca Comunitária 1. A agente de leitura enfatiza na entrevista que não há escolas no entorno do loteamento e que a biblioteca comunitária é a única biblioteca em si na região.

A unidade está instalada num Centro Comunitário, o qual foi construído pela Prefeitura e abriga diversas atividades para a comunidade, mas o espaço também é alugado para festividades, como aniversários e casamentos, apesar de não ser muito grande. Em frente ao Centro Comunitário há um amplo espaço de lazer, contando com pracinha para crianças, bancos para descanso, quadra de esportes, academia ao ar livre e espaço *pet*, sendo que a área é bem urbanizada, com árvores, grama e flores. Dentro do espaço do Centro Comunitário, que de forma geral é um único salão, conta com estrutura de cozinha aberta e banheiros, além de

mesas, cadeiras e bancos, que são utilizados para as atividades ali realizadas, inclusive no aluguel do espaço à comunidade.

A Figura 2 registra a estrutura externa do Centro Comunitário que abriga a Biblioteca Comunitária 1:

Figura 2 – Centro Comunitário que abriga a Biblioteca Comunitária 1.



Fonte: O autor (2019).

A Biblioteca Comunitária 1 foi inaugurada em 20 de agosto de 2011, já no Centro Comunitário, ocupando parte de sua estrutura. Conforme reportagem no *site* da Prefeitura de Caxias do Sul, quando foi inaugurada a biblioteca visava a ser “[...] um espaço de leitura e informação para todos, valorizando as comunidades e incentivando práticas leitoras, com ações dinamizadoras, que envolvam a população” (CAXIAS DO SUL, 2011e, não paginado).

Ainda conforme reportagem no *site* da Prefeitura, quando da entrega da Biblioteca Comunitária 1 à comunidade foram destinados a ela 550 livros, entre literatura infantil e juvenil, brasileira e estrangeira, além de materiais de conhecimentos gerais e para pesquisa. O mobiliário foi composto por “[...] mesas e cadeiras adequadas aos momentos de leitura, estantes de fácil manuseio dos livros e armário para o material de manutenção da biblioteca” (CAXIAS DO SUL, 2011e, não paginado). Durante minha visita à biblioteca não observei as mesas e cadeiras destinadas à comunidade, mas estas podiam estar misturadas entre as mesas e cadeiras do Centro Comunitário (apesar de que no geral são de madeira, sendo que

o mobiliário destinado às bibliotecas era de plástico), já que o espaço que acomoda a biblioteca em si não comporta esse mobiliário.

O espaço da biblioteca no Centro Comunitário é um canto com cinco estantes de metal, um armário pequeno e uma mesa e uma cadeira destinadas à agente que, quando a biblioteca está em funcionamento, precisa retirá-las de entre as estantes para que a comunidade tenha acesso ao acervo. A Figura 3 nos ajuda a compreender a estrutura física da Biblioteca Comunitária 1:

Figura 3 – Estrutura da Biblioteca Comunitária 1.



Fonte: O autor (2019).

A estrutura da Biblioteca 1 foi o que mais me chamou atenção na visita, pois, como pontuei, é um canto do Centro Comunitário destinado à biblioteca, no qual não há separação fixa, que é feita pelas estantes e uma cortina para fechar o espaço quando suas atividades são encerradas, sendo que no corredor entre as estantes são guardadas a mesa e a cadeira após o fechamento da cortina.

A questão que levanto neste momento nem é sobre a qualidade da estrutura da biblioteca ser adequada ou não, mas acerca das dificuldades que ela apresenta à agente e à comunidade. A necessidade de empurrar a mesa e colocar a cadeira em cima dela para guardar o mobiliário aliada à de retirar o armário – que fica em frente

à estante do fundo – para que a comunidade possa chegar ao acervo acabam se tornando um empecilho, afinal a agente de leitura é a única responsável pelo espaço, assim como, para a comunidade, que não tem livre acesso direto as estantes, sendo necessária uma organização prévia do espaço para que a comunidade, que não tem acesso livre e direto às estantes, chegue ao acervo.

Outra questão que destaco é em relação ao fechamento do espaço com uma cortina, tendo em vista que o Centro Comunitário é (ou era, antes da pandemia) alugado principalmente aos finais de semana, o que acarreta três pontos: 1) a comunidade fica sem acesso à biblioteca nos momentos de confraternizações no Centro Comunitário, sem estar aberta ao público; 2) quem está utilizando o espaço nesses momentos também pode utilizar a biblioteca, o que pode ser bom por um lado, já que há a possibilidade de o acervo ser usado durante as comemorações, mas dificulta a gestão da biblioteca em si e de seu acervo, visto que quem acessa pela biblioteca também pode acabar levando consigo os materiais, não contribuindo para a sua organização; 3) a falta de autonomia de uso do espaço por parte da agente e da comunidade, que por mais que desejem realizar atividades em outros horários além do estabelecido para a abertura da biblioteca precisam conferir se este estará alugado ou não.

Sobre esse terceiro ponto, a agente de leitura foi nos últimos anos a presidenta da Associação de Moradores do loteamento, portanto tinha em suas mãos a chave do Centro Comunitário. Com a troca de gestão da Associação, ela continuou como agente de leitura vinculada à Biblioteca, mas com limitação de acesso ao Centro, tanto pelo novo presidente quanto pelas atividades realizadas, em especial com os aluguéis do espaço. Atividades aos finais de semana limitam o uso da biblioteca, uma vez que se o espaço é alugado para um aniversário, por exemplo, é provável que seja decorado para o evento, impedindo que a biblioteca seja utilizada no dia e às vezes na véspera.

A utilização da Biblioteca Comunitária 1 pela comunidade do loteamento era até então realizada nos horários e na presença da agente de leitura. Em 2019 a biblioteca abria suas portas às terças-feiras, das 13h30 às 15h30, sendo que a partir de 2020 ela encontra-se fechada em virtude da pandemia de COVID-19. Na entrevista a agente de leitura pontuou que a comunidade (ou parte dela) tem seu contato telefônico, uma vez que, como foi presidenta do loteamento, tornou-se uma liderança bem como uma pessoa conhecida no território e, por residir próximo à

biblioteca, por diversas vezes abriu o espaço em outros dias e horários, em especial para a troca de livros, quando solicitada pela comunidade.

Em relação ao acervo, das 550 obras dispostas na inauguração da biblioteca em 2011, o volume em 2019 era de aproximadamente 1.800, observando as que estão registradas no livro para este fim e as que ainda estavam para ser processadas. A agente não soube precisar o número exato, variando de literatura infantil, juvenil e adulta, dentre obras brasileiras e estrangeiras, novidades e clássicos.

Nesses anos de existência, o acervo da biblioteca se desenvolveu conforme repasses do poder público, seja com recursos advindos da Lei de Incentivo à Cultura, do qual o projeto das Bibliotecas Comunitárias Caxienses participou e que será detalhado no próximo capítulo, seja com doações da Biblioteca Pública (repassando doações recebidas e que seriam melhor aproveitadas nas bibliotecas comunitárias) e também doações recebidas de autores/as caxienses cujas obras foram financiadas com recursos públicos (em especial por meio do Financiarte²⁸) e que deveriam ter parte da produção destinada às comunidades, além de doações da própria comunidade do entorno da biblioteca.

O tratamento destinado ao acervo segue as orientações repassadas pelos órgãos públicos por meio do Sistema de Bibliotecas e da Biblioteca Pública Municipal, que desde a criação do projeto das bibliotecas comunitárias caxienses presta apoio e assessoria técnica, inclusive com formação dos/as agentes de leitura. Há o registro em livro destinado a esse fim (tombamento) e também há o livro de registro de empréstimos das obras, que são classificadas e organizadas pelo sistema de cores e fita na lombada com as iniciais da área. A Figura 4 detalha parte do acervo de literatura juvenil:

²⁸ Financiarte é o Financiamento da Arte e Cultura Caxiense, um projeto municipal criado pela Lei nº 6.967, de 30 de julho de 2009, que “[...] tem por finalidade prestar apoio financeiro a projetos como forma de estímulo à produção artística e cultural do município de Caxias do Sul” (CAXIAS DO SUL, 2021b, não paginado).

Figura 4 – Parte do acervo da Biblioteca Comunitária 1.



Fonte: O autor (2019).

Quanto a agente de leitura, ela já foi presidenta do loteamento e residia no território há 21 anos em 2019, criando e mantendo vínculo com moradores/as e vizinhança. Esse é um ponto importante, pois a agente tem vínculo com a comunidade, o que também acontece com a agente da Biblioteca Comunitária 3, mas não acontece com a agente da Biblioteca 2, que não mora do território. A agente de leitura estava na Biblioteca Comunitária 1 há seis anos em 2019, portanto desde pouco após a criação do espaço, em 2011.

A motivação para a criação e manutenção da biblioteca comunitária segundo a agente seria estimular o incentivo à leitura na comunidade, como ela expõe na entrevista:

A biblioteca é pra... eu acho que é pra dar uma continuidade... pra as pessoas não desistirem da leitura, por menos, por mais que o... o tempo tá muito corrido ou a tecnologia tá tomando conta... Tem livro no celular, mas o livro físico... eu sempre digo que quem vem ler, quem vem pegar um livro é porque gosta de ter o livro físico na mão (AL1, 2019, p. 2).

O público que utilizava a biblioteca em 2019 era formado essencialmente por donas de casa e mães com crianças pequenas, não havendo grupos específicos que procurassem o local no horário que estava aberto ou mesmo por meio do

contato que a agente repassava à comunidade para que a chamassem quando desejassem utilizar a biblioteca.

Questionada sobre quem seriam os/as responsáveis e os/as apoiadores/as da biblioteca, a agente destaca: “A gente se mantém pela Biblioteca Pública né, só. Que são eles nos dizem o que fa..., nos dão livros, né... Só eles, a gente não tem mais nada” (AL1, 2019, p. 3). A agente demonstra a dependência que a biblioteca tem do poder público para funcionar – como mantê-la, o que fazer (ou melhor, como organizar a biblioteca por meio da assessoria prestada) – sendo o único vínculo de cooperação por meio da Biblioteca Pública.

A comunidade não se tornou responsável pela biblioteca e sim quem a busca, utiliza-a como mais um serviço ofertado ao público. Na minha compreensão a partir da observação e da entrevista, a comunidade não se apoderou do espaço, não tomou para si o compromisso para com a biblioteca e a sua manutenção, podendo ter como causa, o lugar onde a biblioteca está instalada, que não é seu e sim do poder público, ficando o/a presidente/a do bairro a cada momento como responsável pela manutenção do espaço como um todo.

A relação e os vínculos constituídos entre a Biblioteca Comunitária 1 e os/as servidores/as da Biblioteca Pública, em especial com o bibliotecário que assessora o projeto das bibliotecas comunitárias (a partir de 2013) se manifestam de diferentes formas, como quando interrogo a agente de leitura sobre a sua função na gestão da biblioteca: “Sim. Tudo que eu preciso eu repasso para lá; daí eles dizem: ‘vai, faz, continua, desiste’” (AL1, 2019, p. 4), sendo que ‘lá’ se refere à Biblioteca Pública, como aponta no tocante aos recursos da biblioteca: “A gente só tem o que ganha de lá” (AL1, 2019, p. 5), seja em relação a acervo, mobiliário, orientações de como proceder e formações aos/às agentes de leitura vinculados/as às bibliotecas comunitárias caxienses.

No diálogo preliminar e na entrevista com o bibliotecário que assessora as bibliotecas comunitárias, não me pareceu que essa postura de dizer o que pode ou não ser feito parta dele, no sentido de controle das bibliotecas, e sim dos/as agentes de leitura no coletivo como grupo, uma vez que: 1) eles/as esperam *feedbacks* por parte do bibliotecário para darem prosseguimento em suas ações, sobretudo as que envolvem questões técnicas de tratamento dos acervos; 2) há a influência das relações de poder que se estabelecem, uma vez que as bibliotecas comunitárias foram criadas pelo poder público, então os/as agentes se colocam como

hierarquizados/as, mesmo que não seja explicitamente; e, 3) a figura do bibliotecário como especialista e a deles/as como não portadoras/es de 'formação' na área da Biblioteconomia faz com que os/as agentes esperem um respaldo para ver se estão fazendo o certo, havendo uma admiração e respeito das/os agentes em relação ao referido bibliotecário, que estabeleceu ao longo dos anos um trabalho de parceria com o grupo.

Há também de se evidenciar uma possível relação que se estabeleceu entre agentes e poder público, afinal, parte das bibliotecas (como as bibliotecas 1 e 2 deste estudo) estão localizadas em prédios vinculados ou pertencentes ao poder público, além do acervo e mobiliário adquirido por este, portanto, pode haver também uma espécie de zelo para com o patrimônio público que, na verdade, deveria ser considerado um patrimônio da comunidade.

Em relação ao que a Biblioteca Comunitária 1 oferece à comunidade, a agente de leitura esclarece: “Empréstimo domiciliar sem... prazo, porque as pessoas, eu tava olhando, tem uma aqui que tá há 4 anos com 6 livros. Contanto que leia todos, não tem problema nenhum. Tudo certo” (AL1, 2019, p. 4). Já houve a realização de clube de leitura na biblioteca, porém os/as adolescentes que participavam da atividade cresceram e não se interessaram mais pela ação e assim esta cessou, visto que novos/as adolescentes não se motivaram a ingressar no grupo.

Conforme relata a agente de leitura, o Centro Comunitário no qual a biblioteca fica instalada já teve, em momentos anteriores, parceria com voluntários/as para aulas de Língua Francesa, ioga e catequese, e a agente abria a cortina da biblioteca durante alguns desses momentos para motivar o uso da biblioteca, mas mesmo assim, apesar de as crianças ficarem curiosas, não retiravam livros, especialmente por ficarem com receio de não conseguirem devolver os materiais. Destaco que não há multa por atraso na Biblioteca Comunitária 1, mas as crianças demonstravam receio de perderem ou danificarem os livros e precisarem repô-los.

Chama atenção a inexistência de práticas educativas ofertadas pela Biblioteca Comunitária 1. Entendo que apenas uma agente de leitura esteja envolvida com a biblioteca e que seja um trabalho voluntário e em condições limitantes (espaço físico, acervo e horário de abertura), não estou apontando que não sejam realizadas ações, mas desde a visita à biblioteca fiquei me questionando sobre o fato de não haver práticas, o que seria o ponto focal de minha investigação.

Aliado ao fato de não estarem sendo realizadas práticas educativas na e pela biblioteca, a pandemia e a necessidade de fechamento do espaço me forçaram a repensar os caminhos da pesquisa, ponto ao qual retorno ainda neste capítulo.

Há também de se conceber que não somente a agente deveria oferecer práticas e sim a própria comunidade que, se mantivesse vínculo forte com o espaço, sentindo-se pertencente e enraizada naquele contexto, também poderia utilizar a biblioteca para atividades diversas ofertadas pela própria comunidade ou por agentes externos/as.

Outra questão importante que emergiu da visita para observação e entrevista com a agente de leitura é que a comunidade não é tão próxima da biblioteca e as motivações podem ser variadas, desde o dia e o horário de abertura e fechamento, a limitação do espaço físico, a não oferta de práticas, as limitações no deslocamento interno dentro do bairro (não é uma região plana e segundo a agente de leitura, algumas mães não gostam de ficar descendo e subindo morros), o possível desinteresse da comunidade ou de parte dela com a leitura, a falta de estímulo à leitura em casa e na escola etc. Não há, como é comum encontrarmos, uma única fonte da pouca ou inexistente procura de bibliotecas, sejam elas comunitárias ou públicas, por exemplo, mas sim uma série de possíveis fatores, tendo em vista a diversidade de públicos que poderiam ser atendidos.

Nesse sentido, a agente pondera, quando pergunto sobre as contribuições da biblioteca à comunidade:

Olha, eu... o que eu vejo: eles sabem que tem a biblioteca, eles sabem o horário, eles têm o meu *Whatsapp*, qualquer sábado, domingo e feriado – mas não procuram! Eu acho que eles não têm mais interesse né, por que como tá tudo dentro da tecnologia, 'ah, mas eu não vou lá'; 'ah, mas eu moro lá em cima, mas eu não vou descer', sabe? É o que a gente percebe, porque não... não vem (AL1, 2019, p. 6).

A agente aponta que praticamente não há procura da biblioteca por parte da comunidade, com exceção de algumas mães e donas de casa, então seria difícil analisar como a biblioteca contribuiria na vida da comunidade, como era minha proposta inicial de pesquisa. Para a agente, as tecnologias e as distâncias dentro do bairro seriam pontos para a não usabilidade da unidade. Ela também aponta o quanto o bairro é privilegiado por ter uma biblioteca comunitária, contudo, a

comunidade não aproveitaria essa oportunidade. Cita, ainda, o quanto um espaço como esse pode contribuir para a sociedade, em especial em bairros carentes e com altas taxas de criminalidade:

Que nem eu digo 'gente, aqui não tem o que reclamar, porque não vem na biblioteca porque não quer'. Agora, como a [cita o nome de outra agente de leitura] lá, que é uma zona perigosa, como lá na [cita o nome da agente da Biblioteca 2] também, que lá é um povo que precisa, porque é um meio... Poxa, o momento que tu pega um livro, que tu começa, tu empodera. Tu tá lendo, tu tá percebendo, pô, tu vê que o mundo não é o que tão só te 'pipipipi'. Tu muda né, tu começa a mudar o pensar e o agir, mas... aqui não (AL1, 2019, p. 14).

A biblioteca comunitária pode contribuir de diferentes maneiras com a comunidade, sendo que para a agente de leitura, fornece a “A melhora da leitura, né, a melhora do falar, se expressar, né. Porque a leitura é tudo, a leitura é a base” (AL1, 2019, p. 6). A agente demonstra descontentamento e até mesmo se mostra um pouco desiludida com a pouca utilização da biblioteca, fazendo referência que se tivesse atuado no espaço nas décadas de 70 ou 80: “Aí pode ser né, que tinha dado certo” (AL1, 2019, p. 8).

Ainda sobre a comunidade utilizar pouco a biblioteca comunitária, a agente aponta que não irá desistir e que levará o projeto adiante enquanto puder utilizar o espaço, mesmo sem apoio da Prefeitura:

O [cita o nome do bibliotecário da Biblioteca Pública], na última reunião que a gente teve, ele disse 'bah gente, eu preciso saber de [vocês] o que que houve, vocês vão continuar? Eu digo 'mas claro, eu não vou desistir! Só se o presidente do bairro disser "ó, tira ali que eu vô botar um boteco". Aí eu fecho, senão, não. Tenho minha chave e entro; eu tenho até a plaquinha de botar lá fora né...'Biblioteca Comunitária', que foi a última coisa que a Prefeitura deu pra nós [risos] (AL1, 2019, p. 13).

Uma das marcas que ficou para mim da visita e da observação realizada, aliadas à entrevista e ao acesso aos documentos ao longo da pesquisa, é a força de vontade e a atuação da agente de leitura em manter a Biblioteca Comunitária 1, podendo funcionar e atender a comunidade, por mais que sejam poucas pessoas a de fato utilizarem o espaço. A agente compreende e tem clareza do poder que a biblioteca pode ter em relação à comunidade e à transformação social, mas, diante

da falta de recursos e de apoio, e ao que me pareceu, faz o que pode e está a seu alcance para que a biblioteca se torne relevante na vida de quem a utiliza.

Analisando a Biblioteca Comunitária 1 e a proposta da minha tese de investigar as práticas educativas nos três espaços selecionados como estudos de caso, deparei-me com a inexistência de ações, sendo que em 2019 somente o empréstimo domiciliar de obras era oferecido. Porém, essa foi a primeira das três visitas realizadas, na próxima seção apresento e caracterizo a segunda Biblioteca Comunitária de meu estudo.

5.2 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA 2

A segunda Biblioteca Comunitária visitada para conhecimento do espaço, observação e entrevista com sua agente de leitura aconteceu em 10 de dezembro de 2019. Agendei via contato telefônico a visita, apesar de que a Biblioteca Comunitária 2 se localiza junto a uma estrutura da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, dessa forma, ficava aberta a comunidade de segunda à sábado, das 8h às 14h. Realizei o agendamento para não atrapalhar o trabalho da agente, que atua de forma voluntária na biblioteca, mas desempenha outras funções no espaço, na qualidade de servidora pública municipal.

A Biblioteca Comunitária 2 encontra-se incorporada a um Núcleo de Capacitação e Cozinha Comunitária em prédio e vinculados à Secretaria Municipal de Agricultura, do poder executivo municipal, que cede uma sala para abrigo da biblioteca a partir de um projeto da Secretaria Municipal de Cultura. Oficialmente, o espaço abriga o Núcleo de Capacitação e Cozinha Comunitária, porém a agente de leitura reporta sempre a segunda função para o espaço, além de abrigar a biblioteca, não evidenciando se atividades de capacitações ainda eram realizadas no local.

O bairro onde se localiza a Biblioteca Comunitária 2 fica na Zona Norte da cidade, em uma área de grandes carências socioeconômicas, mas, sobretudo, de aparelhos e políticas públicas governamentais. A Zona Norte é muito estigmatizada como uma área fragilizada, com diferentes características de vulnerabilidade social e figura-se entre os maiores índices de violência no município, sobretudo nessa área específica e seus arredores.

A área se constitui em uma ocupação irregular, que não consta de forma oficial nos registros da Prefeitura, por isso é difícil localizar o bairro, apesar de ter água, luz, transporte público e presença do Estado, como a sede do Núcleo de Capacitação e Cozinha Comunitária. Essa questão também dificulta que se consiga detalhar alguns dados referentes ao bairro/à área em específico, como a criminalidade, já que se misturam aos da região como um todo.

A própria rua onde se localiza a unidade não é registrada, mesmo havendo a presença do poder público, tanto que há uma em outra região da cidade com o mesmo nome, registrada, e é a que aparece quando buscamos pelo nome em mapas. A agente de leitura entrevistada inclusive comentou que o nome da rua onde atua precisará ser alterado quando acontecer a regularização da área, em virtude de o atual já ter sido utilizado em outro bairro.

O Núcleo de Capacitação e Cozinha Comunitária foi criado em 2006 e tem por objetivo “[...] a qualificação profissional e oferece alimentação nutricionalmente equilibrada para pessoas em situação de vulnerabilidade social” (CAXIAS DO SUL, 2009c, não paginado). Matéria do jornal Pioneiro de 2014 ajuda a compreender o que é e qual a importância social do espaço:

O alimento tem sido o chamariz para a capacitação para o trabalho e a reestruturação de núcleos familiares. Alguns frequentadores encaram o benefício como uma saída paliativa para a despensa vazia. Otimistas, porém, estabelecem o prato de arroz e feijão como ponto de partida para escapar da extrema pobreza e conquistar a autonomia. Essa mudança só é possível com apoio e orientação na medida certa.

A relação é significativa na Rua [cita nome da rua], no bairro [cita nome do bairro]. Aberta por um trator há mais de 20 anos, a rua representa até hoje a expectativa de dias melhores. O Núcleo de Capacitação do [cita nome do bairro], responsável por alimentar 300 bocas todos os dias, não está ali por coincidência. É um dos maiores exemplos de como instituições públicas e voluntariado, quando bem coordenados, abrem caminho para os desfavorecidos.

De corpo nutrido, é mais fácil assimilar o preparo para o mercado de trabalho, para o resgate da autoestima e da cidadania. Nem todos que passam pelo núcleo ou outros centros de apoio avançam, é claro. Quem tem força de vontade e paciência, entretanto, vive uma transformação para a vida toda (JORNAL PIONEIRO, 2014, não paginado).

Além de nutrir o corpo com o alimento, a ideia de criação da biblioteca comunitária surgiu com o propósito de também alimentar a alma com a leitura, como aponta a Agente de leitura 2 (AL2), que atua no espaço:

Quando a gente pleiteou a biblioteca pra trazer pra cá, e mais atividades da Secretaria da Cultura, a gente dizia que “as pessoas não tem fome só de comida mesmo, da música né”. Não é fome só de comida, é de educação e arte também. Então a ideia de tá ampliando isso, além da alimentação, porque quem tem fome tem pressa e não escuta, não aprende. Então assim, tem a comida, mas a partir de alimentar o corpo dá pra alimentar a alma e os livros e as outras atividades (AL2, 2019, p. 2).

Conforme acentuou a agente, não existem outros espaços e programas culturais no bairro, onde coube ao Núcleo e à Cozinha solicitar à Secretaria de Cultura a biblioteca e tentar oferecer algo para a comunidade. Já tiveram melhores condições, como a parceria com a própria Secretaria de Cultura por meio da Biblioteca Pública, porém as ações foram diminuindo ao longo dos anos e, como bem sinaliza a agente, quem tem fome, não aprende, e quem tem fome, tem pressa e não quer apenas o alimento, quer também a educação, a cultura, o lazer etc. A Biblioteca Comunitária 2 acabou se tornando uma referência para a sua comunidade, apesar da falta de equipe específica para se dedicar à biblioteca e de recursos ou, melhor dizendo, de políticas públicas.

A Biblioteca Comunitária 2 foi inaugurada em 25 de setembro de 2009, já no Núcleo/Cozinha, ocupando uma das salas ao lado do salão que também é espaço de refeitório para a alimentação servida pela cozinha comunitária. Porém, o acervo e o mobiliário vieram de uma outra biblioteca que inaugurou em 2008 e fechou as suas portas, como aponta a agente. Esse gerenciamento foi realizado pela Secretaria de Cultura, que criou e desenvolveu o projeto das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul:

Só que 2009, essa biblioteca, ela foi inaugurada num outro bairro, não nós tava dentro do planejamento. E nesse outro espaço ela não deu muito certo, não teve uma adesão, enfim, era numa comunidade, o presidente meio que deixou lá escanteado e aí como a gente tinha descoberto que existia essa possibilidade, a gente tava na fila, então quando ela veio pra cá, ela já veio de um outro espaço (AL2, 2019, p. 4).

A Figura 5 marca a presença do então Prefeito José Ivo Sartori no momento da inauguração da Biblioteca Comunitária 2:

Figura 5 – Prefeito José Ivo Sartori inaugura Biblioteca Comunitária 2.



Fonte: Luiz Chaves, por meio do Site da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (2009d).

Quando de sua inauguração, “O espaço foi cuidadosamente preparado para atender as 300 pessoas que almoçam no local diariamente. A maioria delas são crianças que ficaram encantadas com a novidade” (CAXIAS DO SUL, 2009d, não paginado), e o acervo era composto por 500 obras de diferentes gêneros. No momento da inauguração diversas autoridades estavam presentes, como o prefeito, que pontuou: “Cuidem deste espaço, que agora pertence a vocês e à comunidade” (CAXIAS DO SUL, 2009d, não paginado).

Durante a visita observei que a biblioteca continua no mesmo espaço desde a sua inauguração, mantém a estrutura básica, com estantes nas paredes, espaço para a agente de leitura e uma mesa com cadeiras para a comunidade, além de três poltronas. A agente de leitura não soube quantificar o acervo. Em uma contagem rápida, avaliando o volume por prateleira e estante, acredito que deva ter em torno de 1.300 exemplares, mas não é o número oficial.

Destaco que a biblioteca tem a sua estrutura ao lado do refeitório, mas à parte, sendo possível estar em seu espaço sem aglomeração de outras atividades que estejam ocorrendo no prédio. O espaço não é grande, mas bem iluminado e

convidativo à leitura e para se estar nele. As Figuras 6, 7 e 8 trazem a Biblioteca Comunitária 2:

Figura 6 – Vista geral da Biblioteca Comunitária 2.



Fonte: O autor (2019).

Figura 7 – Espaço para a comunidade na Biblioteca Comunitária 2.



Fonte: O autor (2019).

Figura 8 – Espaço para agente de leitura e gestão da biblioteca.



Fonte: O autor (2019).

Como já pontuei, a Agente de leitura 2 é servidora pública municipal, vinculada à Secretaria de Agricultura do município de Caxias do Sul, e desenvolve suas atividades na Cozinha Comunitária. Por reconhecer a importância da leitura, quando soube que o mobiliário e o acervo haviam sido colocados à disposição da Secretaria de Cultura por outra biblioteca, a agente solicitou a implantação da unidade no conjunto do Núcleo/Cozinha. A agente não reside na comunidade (mas em bairro próximo), diferentemente das agentes 1 e 3 que participaram de meu estudo e são moradoras de seus territórios.

A intenção de trazer a biblioteca comunitária foi para torná-la um espaço de leitura e cultura que pudesse ser um centro, uma referência à comunidade. Tanto que, de acordo com a agente de leitura, muitas crianças e mães já procuravam o Núcleo/Cozinha em busca de livros e revistas para as atividades escolares e eram atendidos na medida do possível, até que surgiu a possibilidade de instalação da biblioteca e como a agente havia percebido que as crianças pouco liam, segundo ela

(por hábito ou falta de acesso), a vinda da biblioteca foi uma oportunidade para mudar essa realidade.

A biblioteca também já serviu como ponto de auxílio à equipe do Programa Saúde na Família (PSF), pelo qual profissionais atendiam na biblioteca a comunidade quem nem sempre podia se deslocar até outros bairros ou mesmo à própria Unidade Básica de Saúde (UBS), considerando os relevos e as distâncias internas dentro do território, assim como as suas escadarias e declives em diversos trechos. O espaço se coloca como centro agregador da localidade e a utilização da biblioteca se deu por ser um lugar calmo e tranquilo, mais agradável e adequado, tendo em vista a movimentação da Cozinha Comunitária.

A esse respeito, a agente de leitura pontua: “Então esse espaço ele é compartilhado com as outras políticas públicas, porque a gente costuma dizer que esse espaço, ele é o menos pior, na verdade ele é o único na comunidade” (AL2, 2019, p. 2) onde é possível levar/chegar os serviços públicos, por já ser uma base do poder público (prédio), e, claro, acesso à leitura e à informação.

Ainda sobre trazer uma biblioteca ao local, a agente afirma que ficou insegura, já que não deu certo no outro bairro: “Então, [era] a oportunizar que as pessoas tenham acesso. A gente, eu não sabia se ia dar certo ou não, era: ‘vamos, tem essa possibilidade de trazer pra comunidade os livros, vamos experimentar, vamos vê como é que vai funcionar isso” (AL2, 2019, p. 6). A agente conta um pouco sobre a estratégia para que a biblioteca se tornasse um espaço aceito e utilizado pela comunidade, em especial a questão do contato com as mães, pois seria muito provável que elas, lendo e se reconectando consigo mesmas, iriam estimular os seus filhos, gerando uma corrente.

Uma das estratégias para o contato entre biblioteca e comunidade utilizado pela agente de leitura, que participou de formações ofertadas pelo poder público para o grupo de agentes que atuam nas bibliotecas comunitárias, é a oferta de literatura infantil às mães, sobretudo àquelas que participam das ações ofertadas pela Cozinha. Essas mulheres frequentavam o espaço para outro fim, mas a partir da literatura era possível trabalhar aspectos da vida adulta, como as violências sofridas, buscando fazer com que as mulheres se abrissem no grupo, se reconectassem consigo mesmas, suas infâncias e juventudes, muitas vezes roubadas por diferentes caminhos traçados em suas vidas, contribuindo na tentativa de chegar nas crianças por meio do estímulo à leitura através das mães.

Sobre as violências e as durezas da vida, a biblioteca comunitária pode contribuir de inúmeras maneiras por estar aberta e acolher a comunidade:

O ofertar esse espaço, a gente costuma dizer que esse é um espaço seguro. Aqui a criança, ela está protegida e a mãe também, enfim. Algumas, existem algumas situações de violência doméstica em que a mãe vem pra cá e ela entrar no livro, que ali tem uma história bacana. Mas também aqui não tem nenhum agressor, a criança pode pegar, sentar ali, ficar aqui (AL2, 2019, p. 15).

Fiquei refletindo a partir da conversa com a agente de leitura a respeito do uso da biblioteca e da leitura literária para se chegar a outros assuntos como forma de estímulo à leitura, mas também como estratégia para discutir assuntos variados com a comunidade, como as mulheres que participam das reuniões e rodas de conversas no Núcleo/Cozinha. Textos motivacionais, segundo a agente, não surtiam o mesmo efeito de aproximação, então a literatura infantil foi um meio encontrado, pois, como pontuou, é uma forma de as mulheres se reencontrarem com as suas versões da infância, momento em que muitas não tiveram essa oportunidade do acesso ao livro e à leitura quando pequenas.

A carência de acesso aos livros não se dá apenas por parte das crianças, mas também dos adultos, muitos que não tiveram, continuam não tendo acesso aos livros em diversas realidades e o quanto se perde de acesso depois que saíram da escola (muitas vezes primeiro e único contato com o mundo dos livros para muitas pessoas). Nesse sentido, a relação de aproximação e de carinho com a biblioteca se estabelece, estimulando ou até mesmo promovendo o laço afetivo entre mães e filhos/as. A agente narrou a história de uma das mães do bairro se relacionando com seus/suas nove filhos/as a partir da biblioteca:

[...] ela pegava o livro e ela se apaixonou, por ler pros filhos. Ela sentava aqui no cordão, quando era inverno e daí tinha um solzinho assim morno, ela sentava ali, com aquela criançada e ela lia as historinhas e assim muito bacana, porque ela disse que: 'Mas a gente não tinha livro né, livro é caro, [cita o nome da agente]!'. E aí a gente foi pensar 'quanto é caro'. Depende da tua condição econômica: cinco reais um livrinho na feira na promoção é caro pra quem tem que pagar oito pra chegar até o Centro! (AL2, 2019, p. 3).

Nessa relação entre mães e filhos/as com a leitura,

Tá lendo pra ela, sim, eu tenho claro isso, resgatando a infância dela, que ela também não teve, que a mãe também não leu, porque talvez não tenha... nem sido alfabetizada. Então, além de ver que aquilo é um carinho, uma forma de amor que ela tá tendo para com os filhos, mas é pra ela também (AL2, 2019, p. 4).

Ao falar sobre as mães que leem para os/as filhos/as, é como se a biblioteca estivesse impactando não apenas as crianças, mas a leitura de literatura infantil também é para a mãe, reconectando-a com ela mesma, talvez com sua infância perdida ou que a dureza da vida lhe tirou. Talvez essa mãe não teria outro acesso ao livro e à leitura se não fosse pela biblioteca comunitária e pelo estímulo que recebeu ou pode ter recebido ao participar de outras ações do Núcleo/Cozinha, ou seja, um braço do poder público agindo no território.

Além das mães, as crianças também compõem o público da Biblioteca Comunitária 2. A agente narrou na entrevista, com muito entusiasmo, a história de um menino por volta de 10 anos que se tornou frequentador assíduo do espaço. Segundo a agente, ao chegar no bairro o tal menino descobriu a biblioteca e a visitou para saber quanto precisava pagar para ter acesso aos livros. A partir desse menino leitor, reflito sobre quantas outras pessoas talvez tenham passado por essa e outras bibliotecas, como as públicas, inclusive, e não tenham entrado, pois não sabiam como utilizar o espaço ou acreditavam não terem recursos para ser sócias, o que muitas vezes é cobrado em dinheiro ou doação de livros, como narrei em minha história pessoal na introdução desta tese.

Nesse sentido, atuando como bibliotecário em biblioteca universitária já há alguns anos, por diversas vezes recebi calouros/as que me faziam a mesma pergunta: 'Quanto é para ser sócio/a?'. Sempre que ouço essa pergunta na biblioteca, penso na trajetória de cada estudante, que talvez não tenha tido acesso a bibliotecas escolares e públicas (isso sem contar nas comunitárias, claro) na sua infância e juventude e o impacto que isso pode acarretar para a vida adulta, inclusive para o desenvolvimento dos territórios e do País como um todo, sem contar suas trajetórias educativas pessoais sem acesso às bibliotecas, chegando ao Ensino Superior sem saberem direito como funciona uma biblioteca e as consequências (ou não) que essa não vivência em e com bibliotecas pode acarretar em seus processos formativos já na universidade.

Ainda sobre as reflexões provocadas em mim a partir das vivências em campo, a agente de leitura traz à conversa algo que me chamou a atenção, sobre a organização do espaço e do acervo:

A gente até sabia que, ia ter a sua visita e tentou disfarçar assim um pouco né: uma organizada mais ou menos. Não se ficou tudo aquilo, mas é muito bagunçado porquê... e até pelo fluxo maior de ser pré-adolescente, criança, eles tiram, tiram e põe noutra lugar, misturam e tal (AL2, 2019, p. 13).

O fato de terem organizado a biblioteca para a minha visita, ao mesmo tempo que foi uma atitude bonita, afinal, entendo que receberiam um pesquisador e queriam deixar o espaço arrumado, demonstrou o quanto a academia ainda está (ou pode estar) longe das comunidades e do imaginário social. Me sensibilizou essa fala e o estar no território, que não é de minha vivência então eu sabia que por ventura poderia não ser como eu imaginava (apesar de que não foi realmente, mas por causa da pandemia), porém, no meio da pesquisa, ficou como uma lição pessoal para futuros estudos teóricos e de preferência com os pés em campo: como eu e a academia de uma forma geral têm se posicionado em seus estudos de campo e o quanto a universidade ainda é distante para muitas pessoas e realidades, ainda mais em Caxias do Sul, a segunda maior cidade do estado, que não conta com uma universidade pública, por exemplo²⁹.

Voltando ao público da Biblioteca Comunitária 2, a agente de leitura descreve dois leitores que, segundo ela, seriam dependentes químicos, mas que procuram a biblioteca para retirarem livros. Quando a questionei se os livros retornavam:

Trazem, às vezes vem meio sujus [...] tem um que eu acho que meio que mora na rua. Mas ele lê, então, assim depende, quando a gente acha que o dependente químico usuário de crack já acabou com a humanidade dele, e que ele leu um livro, a gente... [suspiro] na minha função de trabalho, não existe esperança, ainda habita uma humanidade aí dentro, ainda tem um ser humano né (AL2, 2019, p. 7)

²⁹ Há, em Caxias do Sul, um campus da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), com apenas um curso de graduação, e um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), com cinco cursos de graduação. Em ambas as instituições os cursos são nas áreas de Exatas e Gestão, não havendo oportunidades nas áreas das Humanas ou da Saúde, por exemplo.

A agente relata que os materiais sempre voltam e muitas vezes esses leitores retornam com um título ou autor/a na cabeça para solicitarem a ela. E, afinal, os livros não são para serem lidos? E por quem? Destaco a importância de uma biblioteca de fato para todos/as, como as comunitárias, sem preconceitos ou distinções, sem o apego, a dúvida se o livro voltará ou não... todos/as, literalmente todos/as podem ser leitores/as em potencial, seja de texto escrito ou de imagens, ou mesmo de suas realidades, com e a partir dos livros.

Ainda a respeito dos públicos que frequentam a Biblioteca Comunitária 2, outro ponto interessante destacado pela agente de leitura são os/as adolescentes buscando a biblioteca para encontrarem materiais de autores/as famosos/as que aparecem na mídia e lhes causam curiosidade e em torno do *rap* como expressão artística, que exige não apenas habilidades como fala, oratória e musicalidade dos/as seus/suas praticantes, mas também conhecimentos para ter o que rimar com qualidade e atualidade. Portanto, os/as adolescentes também buscam a biblioteca como fonte segura e de fácil acesso ao que necessitam.

A relação da Biblioteca Comunitária 2 com o poder público é estreita, tanto que está localizada dentro de um prédio vinculado a este, que oferece serviço público por meio de servidores/as públicos/as à comunidade. A biblioteca chegou sem um planejamento elaborado, pois o poder público, por meio da Secretaria de Cultura, precisava tirá-la do outro bairro e a encaminharam para onde está até hoje, sem saber se a comunidade de fato queria a biblioteca (a solicitação do acervo e do mobiliário à Prefeitura partiu da agente, não da comunidade), principalmente em relação às demais carências do bairro (claro, o trabalho cotidiano da agente permitiu que ela inferisse que a biblioteca seria algo positivo à comunidade, por isso a quis).

Uma fala da agente de leitura a respeito da gestão do espaço reporta o quanto a biblioteca não é comunitária de fato:

Como aqui é um espaço público, então a gestão, a hierarquia de chefia nossa é a Secretaria Municipal de Agricultura, a gente teve por muitos anos na Secretaria de Segurança Pública, hoje estamos na Secretaria da Agricultura, então assim a gestão das ações que acontecem aqui, envolvendo também a biblioteca, passa por um planejamento anual que é com a nossa diretora [...]. A comunidade não tem muita participação nisso. Assim, a participação da comunidade é mais de pedir alguns livros, tais títulos e a gente pede doação, já que não temos mais como ir lá de bater pro [cita o nome do servidor ligado a Biblioteca pública] e pedir (AL2, 2019, p. 13).

A comunidade não tem autonomia direta em relação à biblioteca, que está dentro de um prédio público, sob supervisão de uma agente pública, que possui uma Secretaria que em tese se responsabiliza pelo local, mas que não se preocupa com a biblioteca – como se diz, se não está dando problema e não precisam do espaço, deixam-na lá. Na Biblioteca Comunitária 2 o vínculo com a Secretaria da Cultura é pelo contato que esta tem/tinha com o agente público subordinado à Biblioteca Pública que assessora(va) as bibliotecas comunitárias caxienses.

Sobre a relação da biblioteca com a comunidade, a agente narrou a experiência das crianças e das mães quando o espaço abriu ao público, que por não ter a rigidez que muitas vezes a unidade escolar possui, tornou-se um ambiente bem aceito na comunidade por proporcionar o contato com os livros e a leitura. A interlocutora contou que uma das bibliotecas escolares vinculadas ao poder público na região solicita aos estudantes um livro a cada início de ano letivo para que possam se associar na biblioteca da escola, o que dificulta que muitas crianças do bairro a frequentem, por não terem condições de arcar com a compra e doação de um livro à escola, o que não acontece quando buscam a biblioteca comunitária, tendo liberdade inclusive de realizarem empréstimos sem a necessidade de arcarem com recursos para se associarem e utilizarem esse serviço, assim como o pagamento de multas, caso atrasem a entrega.

Como a biblioteca fica aberta todos os dias (ou ficava, até a pandemia), no horário de funcionamento do Núcleo/Cozinha, está sempre disponível a todos/as da comunidade, sem que estes/as precisem agendar ou ir em horários específicos. As pessoas entram e ficam à vontade, conforme relatou a agente de leitura, sem a necessidade de alguém as acompanhando, a menos quando não são pessoas ainda conhecidas e assíduas da biblioteca.

O espaço já teve diversas atividades ofertadas, mas, assim como encontrei nas outras bibliotecas visitadas (1 e 3) e nos próprios discursos, falados e escritos ao longo da pesquisa, das entrevistas e da documentação, os governos que se sucederam frente à Prefeitura foram minguando as atividades culturais, desde a criação do projeto das bibliotecas comunitárias, em 2008, até a realização das entrevistas, em 2019, em especial no período do prefeito Daniel Guerra (2017-2019).

Em 2019 o espaço em si abrigava a Cozinha, que oferecia alimentação à comunidade, junto ao propósito de existência do local, e ofertava a biblioteca e reuniões com a comunidade, em especial às mulheres, sobre alimentação, mas

também outros temas, como saúde, cidadania e violência, conforme relata a agente de leitura:

Pois é, nós já tivemos muitas outras atividades, bem aquela coisa que a gestão, ela interfere no funcionamento dos espaços. Então, hoje a gente tem a biblioteca, a cozinha comunitária e a gente faz as reuniões, oficinas, nos mais diversos temas, pra com os nossos beneficiários do programa, as pessoas que recebem a alimentação, elas veem. Mas a gente já teve aqui o pessoal da Secretaria da Cultura, que é o responsável pela biblioteca, muito mais presente, então tínhamos contadores de histórias caracterizados, que as crianças amam, isso né! (AL2, 2019, p. 1).

Um ponto que chama a atenção a partir da agente é quando ela enfatiza: “[...] o pessoal da Secretaria da Cultura, que é o responsável pela biblioteca [...]”. Uma biblioteca comunitária, ao menos de nome, instalada em um prédio público, cuja agente de leitura responsável pela biblioteca é uma servidora pública municipal que expõe a falta de recursos também públicos para a oferta de atividades no local: muitas questões que precisavam ser respondidas ao longo da pesquisa as quais busquei analisar nos próximos capítulos da tese.

Indagações como essas, que começaram a emergir a partir do acesso aos documentos no início e ao longo da pesquisa, mas de forma essencial a partir das entrevistas realizadas, evidenciam as relações que aproximavam os espaços do poder público municipal. No próximo capítulo, me aprofundo nessa percepção inicial que se consolidou ao longo do estudo, por enquanto continuo com a Biblioteca Comunitária 2 e suas relações com a comunidade.

Quando questiono como é a relação da comunidade com a biblioteca, a agente de leitura tem uma postura de respeito frente à biblioteca e à própria comunidade e o poder que esta tem (ou deveria ter) em relação à biblioteca, porém sem acesso irrestrito e poder de dizer como deve ser conduzida:

Ah, muito boa, eu acredito. Porque a comunidade ela se sente pertencente, ela é a dona do espaço. Porque é aqueles que são o que leem mais são eles que decidem o que a gente vai atrás; não é aquilo que eu gosto, é aquilo que eles pedem [...]. Então assim, a comunidade ela tem, ela sabe que esse espaço é dela, às vezes eles vem aqui, eles sentam ali, ficam sentados, dão um tempo pra depois pegar um livro, tá tudo certo, né: ‘O espaço é de vocês’. Eu acho que é a forma de aqui no território muitas pessoas sofreram agressões verbais e tal, agentes do poder público – eu nunca tive problema com ninguém – assim, muito tranquila, mas eu consigo compreender que

o espaço é deles, eu tô aqui porque eu sou funcionária. É deles, então é eles que têm que usar, que têm que ocupar esses espaços (AL2, 2019, p. 18).

Enquanto espaço vinculado ao poder público, a biblioteca possui uma boa aceitação e a agente conduz, ao que pude observar, bem os trabalhos frente à biblioteca. As questões que me ficaram foram: a biblioteca é de fato da comunidade? O fato de poder sugerir obras, entrar e se sentir à vontade faz a biblioteca ser da comunidade? O quanto o poder público interfere ou não quando dita os momentos que a biblioteca pode receber a comunidade? Em relação à agente de leitura, entendo e não questiono o fato de ela precisar abrir e fechar o Núcleo/Cozinha e a biblioteca, afinal é sua responsabilidade estando na qualidade de servidora pública responsável pelo local, mas reflito sobre a natureza comunitária da biblioteca.

A agente sublinha como a biblioteca contribui de inúmeras formas para a comunidade e o seu desenvolvimento, especialmente quanto à leitura literária, que é o foco das bibliotecas comunitárias, apesar de o espaço também ser buscado pela comunidade para pesquisas escolares, porém não possuir acervo para esse fim. Nesse sentido,

Além do entretenimento, a cultura, o acesso, o poder conhecer, que existiram – que existiu [...] os clássicos ou então a literatura infantil, ou até esses de autoajuda. Ela tem e pode ser esse espaço de fuga, gostei dessa colocação sua, de poder vir pra cá, de se sentir seguro, de poder sentar e ler. A mãe que tem lá meia dúzia de filho, então as crianças foram pra escola, ela vem ela fica aqui e aqui ninguém vai incomodá-la, né (AL2, 2019, p. 19).

Na entrevista com a agente de leitura, comentei sobre as bibliotecas poderem ser espaços de fuga. No período em que atuei como bibliotecário escolar, observei que as crianças e adolescentes muitas vezes utilizavam a biblioteca para descanso, não apenas do físico e do mental, mas também do peso da vida social e das responsabilidades que o ambiente escolar os/as impunha, como as aulas (ir buscar um dicionário e a professora ter que ir atrás, pois o/a estudante não retornou para a sala de aula com os materiais, preferindo ficar no espaço); a biblioteca como espaço de castigo, mas que às vezes podia ser mais agradável do que estar na sala de aula (como bibliotecário jamais me permiti ser o fiscal do castigo alheio, estudantes podiam ficar na biblioteca, mas por mim era sempre conversando, lendo e/ou brincando); além do uso da biblioteca para fins diversos que não a leitura, como, por

exemplo, com jogos no horário do recreio, em especial pelos/as estudantes que sofriam *bullying* e ali se sentiam protegidos/as.

Além da possibilidade da fuga da realidade na biblioteca, também pode ser assim por meio da leitura, como narra a agente a respeito de uma leitora,

[...] tem uma [mãe] que ela falou assim pra mim: 'Ah, eu viajo, eu me vejo na nos lugares, o livro ele tá dizendo como é que é a cidade e eu tenho a impressão que eu tô lá, eu tô conseguindo tá lá'. Ela me disse: 'Eu acabo conhecendo muitos lugares sem sair do [cita o nome do bairro]' (AL2, 2019, p. 19-20).

Apesar de não poder generalizar, pois cada biblioteca e seus públicos são únicos, seja a escolar ou a comunitária, por exemplo, entendo que os espaços delas são mais do que a oferta de leitura ou de acesso à informação; quando agradável e com equipe que acolha, as bibliotecas podem se tornar espaços de fuga, às vezes da realidade vivida, às vezes de si próprio/a.

Para finalizar a seção sobre a Biblioteca Comunitária 2, é preciso ainda discutir a respeito das suas práticas educativas (mas não apenas estas), foco desta tese. Como a biblioteca está vinculada a outra instituição, constituída pelo Núcleo de Capacitação e à Cozinha Comunitária, algumas de suas ações dialogam com a biblioteca, o que entendo ser benéfico a ambos, pois, como já citado, pessoas que procuram o Núcleo e/ou a Cozinha podem também conhecê-la e passar a utilizá-la, mesmo que inicialmente não tenham a procurado.

Como exemplos de atividades já realizadas pela biblioteca ou agregando-a, a agente de leitura aponta contações de histórias com caracterização; cafés com as mulheres da comunidade para debater temas diversos e realizar a leitura de poesias, estimulando o uso da biblioteca; oficina de leitura dinâmica; grupo de alfabetização de jovens e adultos; e varais com poesias ou pequenos trechos de autores/as conhecidos/as. Como pontuei, a biblioteca também auxilia nas outras ações ofertadas pelo Núcleo/pela Cozinha, melhor dizendo: por meio de outras atividades também se propõem dinâmicas em que a leitura é o centro ou o pontapé inicial, contribuindo com o incentivo à leitura mesmo em pequenas ações.

É importante ressaltar que no momento da entrevista, final de 2019, a biblioteca já não ofertava práticas, apenas o empréstimo domiciliar, por diferentes motivos, como falta de recursos humanos e parceiros/as voluntários/as e inexistência de recursos financeiros, motivada pela não concessão de projetos de

incentivo à cultura que beneficiassem as bibliotecas comunitárias, como trago no próximo capítulo. Uma das falas da agente de leitura 2 marca bem o sentimento dela, mas também reflete o da agente de leitura 1: “Que pena, daí eu fico incomodada de as coisas não poderem acontecer, seguir... Que tão bacana que sempre foi” (AL2, 2019, p. 15).

A seguir, apresento a terceira Biblioteca Comunitária que participou como estudo de caso desta tese. Ela possui muitas especificidades, principalmente em relação às duas primeiras bibliotecas aqui evidenciadas.

5.3 BIBLIOTECA COMUNITÁRIA 3

A visita à Biblioteca Comunitária 3 aconteceu em 12 de dezembro de 2019, na sequência da visita das duas outras bibliotecas que fazem parte de meu estudo. Por meio de contato telefônico, agendei para realizar a entrevista com a Agente de leitura 3 (AL3). O momento, disponibilizado foi ao final da tarde, quando a interlocutora conseguiu encaixar em sua agenda, tendo em vista que trabalha(va) fora do bairro durante o dia. Na oportunidade a biblioteca estava fechada, bem como o complexo que a acolhe, sendo aberto para a minha visita.

Nesse sentido, a observação foi apenas dos espaços (bibliotecas e ambientes que descreverei a seguir), mas contribuiu para que eu tivesse mais tempo e tranquilidade para a realização da entrevista, apesar de breve, pois a agente tinha pouco tempo para me atender. Não foi possível observar ou conversar com leitores/as que estivessem utilizando a biblioteca no momento, mesmo que de modo informal, já que a proposta deste estudo previa entrevistar pessoas da comunidade nas próximas visitas a cada uma das três bibliotecas, o que não foi possível em virtude da pandemia e do fechamento total ou parcial dos espaços públicos, incluindo as bibliotecas comunitárias, pouco após a realização das entrevistas com as agentes de leitura.

Diferente das bibliotecas 1 e 2, a terceira biblioteca não se localiza na Zona Norte de Caxias do Sul/RS, mas ao sudoeste, quase na entrada (ou saída) da cidade. O bairro é um distrito do município, contando inclusive com subprefeitura e a presença de subprefeito/a. A região é ligada à imigração italiana, que cresceu e se fortificou com os/as imigrantes por meio da agricultura, sobretudo com o símbolo da

Serra Gaúcha, que são as uvas, estando localizada no distrito a maior vinícola e produtora de vinhos da cidade.

O bairro ainda preserva traços dos/as imigrantes italianos/as, em seu casario e tradições, como festividades e atrações durante todo o ano, preservando a cultura e culinária italiana, principalmente no período da colheita da uva (chamada *vindima*), com uma tradicional festa local que recebe centenas de turistas. O distrito possui boa infraestrutura, tanto por parte do poder público, com Unidade Básica de Saúde e escolas municipal e estadual, assim como escolas particulares, além de, por exemplo, contar com emissora de rádio, hotéis e pousadas em virtude de a localidade fazer parte do roteiro turístico da cidade.

Além dessa infraestrutura apontada, o distrito também possui um museu dedicado à uva e ao vinho que se localiza anexado ao complexo que também abriga a Biblioteca Comunitária 3. O potencial viticultor da localidade vem especialmente da cooperativa, criada na localidade em 1929, que se tornou a maior produtora de vinhos da cidade, como citado. A cooperativa hoje atua em uma nova estrutura, mas seu primeiro complexo preserva os galpões construídos há quase um século e abriga diversas atividades culturais, como o Museu da uva e do vinho e o Ponto de Cultura, que por sua vez é onde a biblioteca comunitária está instalada. A Figura 9 retrata o complexo:

Figura 9 – Complexo que abriga a Biblioteca Comunitária 3.



Fonte: Rádio Miriam Caravaggio (2019).

A Biblioteca Comunitária 3 está inserida no Ponto de Cultura do bairro, mantido por um grupo folclórico que preserva as origens da cultura italiana por meio das artes cênicas e da música. A respeito desses pontos, destaco que:

Pontos de Cultura são grupos, coletivos e entidades de natureza ou finalidade cultural que desenvolvem e articulam atividades culturais em suas comunidades, reconhecidos, certificados ou fomentados pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo e apoiados pelos estados e municípios parceiros por meio dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva (BRASIL, 2021, não paginado).

O Ponto de Cultura mantido pelo grupo folclórico é vinculado ao governo federal e mantém em seu espaço, além da Biblioteca Comunitária 3, diversas atividades, como ensaios do próprio grupo e a oferta de ações culturais à comunidade. A proposta de criação da biblioteca foi para atender às demandas dos projetos ofertados pelo Ponto de Cultura e pelo grupo, como as contações de histórias, as leituras e as pesquisas sobre literatura e teatro, por exemplo, áreas de atividades culturais que são ofertadas pelo espaço.

Nesse sentido, a Agente de leitura 3 aponta as razões para a criação da Biblioteca Comunitária 3 junto ao Ponto de Cultura:

A finalidade mais consumo nosso mesmo, de pesquisa. Porém, também é pra aprimorar alguns projetos que as pessoas fazem aqui. Aqui, por exemplo, a gente tem 'A Rainha Conta Histórias', que é um projeto da [cita o nome da pessoa], que é a nossa rainha da Festa [cita o nome da festividade] o que que ela fazia: as turmas das escolas infantis vinham pra cá e ela escolhia um livro com eles e contava a história. O grupo de teatro, que aqui tem também, faz essa programação para as crianças: contação de histórias; às vezes eles precisam pesquisar sobre um livro e montar uma peça. Então, a importância de ter uma biblioteca aqui dentro é essa. É subsídio para as pessoas que estão aqui (AL3, 2019, p. 2).

A Biblioteca Comunitária 3 não foi criada, ou melhor dizendo, solicitada ao poder público para atender a uma demanda sentida na comunidade, como aconteceu com as unidades 1 e 2 aqui investigadas, mas sim visando a atender ao público que participa dos projetos do Ponto de Cultura, apesar de estar aberta também à comunidade durante duas horas por semana (ao menos estava, até a pandemia de COVID-19).

A biblioteca foi criada em 16 de maio de 2014 por meio da Secretaria de Cultura de Caxias do Sul/RS e seu Departamento do Livro e da Leitura, disponibilizando acervo, mobiliário e orientações para o seu início. Para a continuidade da biblioteca no espaço, o poder público: “Também está à disposição da comunidade para prestar assessoria técnica permanente para a biblioteca comunitária, com reuniões periódicas, visitas eventuais e demais atendimentos que forem necessário” (CAXIAS DO SUL, 2014b, não paginado), conforme reportagem veiculada no *site* da Prefeitura Municipal.

A ata nº 01/2013, de entrega de materiais, registrada no livro de atas das bibliotecas comunitárias, sob escrita e guarda da Biblioteca Pública de Caxias do Sul, informa que essa unidade, intitulada ‘Biblioteca Comunitária 3’ neste estudo, recebeu os materiais para constituir a unidade em 13 de dezembro de 2013, com início das atividades no ano seguinte. A entrega foi composta por 629 livros, além de um livro de registro com todas as obras já catalogadas e um livro de empréstimo em branco para registros.

Essas informações permitem observar que a assessoria prestada pela Biblioteca Pública não era somente em relação às dúvidas técnicas dos/as agentes de leitura, mas também influenciando em como a comunidade deveria registrar o acervo e como realizar os empréstimos, por exemplo, ou seja, como gerir o próprio espaço. É significativo o recebimento de livros (para registro das obras e dos empréstimos) por meio do poder público bem como de diretrizes de como proceder na biblioteca, as quais deveriam ser da comunidade, cabendo a ela a sua gestão e à assessoria, portanto, as respostas técnicas à Secretaria de Cultura, não os direcionamentos de como atuar.

A Biblioteca Comunitária 3 chegou ao bairro a pedido da agente de leitura, que na época era subprefeita, sendo que o então secretário de cultura atendeu ao seu pedido e deslocou estrutura padrão das demais bibliotecas já instaladas pela Prefeitura para o distrito. A agente conta na entrevista como se deu a chegada da biblioteca ao Ponto de Cultura:

E foi através de um pedido meu, eu fiz um pedido para que tivesse uma biblioteca aqui – por quê: porque às vezes acontecia da gente precisar pesquisar alguma coisa e ter que ir nas outras bibliotecas que tem aqui no bairro. No bairro tem várias bibliotecas, porém, pra gente não sair pra ir pra um local, a gente precisava ter aqui um acervo. Os jovens também sentiam essa necessidade. Aí a gente

lançou: ‘vamos fazer uma, criar uma biblioteca no Ponto de Cultura?’ Aí eu fui atrás de uma biblioteca comunitária pra gente não ter que começar do zero, porque, afinal de contas, aí veio acervo pra nós – veio um acervo legal (AL3, 2019, p. 2).

É importante observar que a agente realça que o bairro possui outras bibliotecas, portanto não seria carente de acesso à leitura e à informação (como é a realidade das outras bibliotecas investigadas), então a demanda surge do grupo de jovens que faziam parte das atividades oferecidas pelo Ponto de Cultura, sendo que o foco da biblioteca é atender a esse público. O interesse e apego dos jovens que participavam dos projetos do Ponto com a biblioteca foi motivador, segundo a agente, inclusive reestruturando o mobiliário que foi entregue pela Prefeitura na inauguração do espaço.

Só que, os jovens e as crianças daqui, quando receberam as estantes – não quiseram aquelas estantes. Elas eram de ferro, pintada e eles disseram: ‘Bah, não combina com esse local, a gente vai ter que ir atrás de alguma coisa que tenha a nossa cara’. E aí eles se mobilizaram e construíram a biblioteca (AL3, 2019, p. 2).

O contato da comunidade, especialmente dos/as jovens, foi imediato e importante com a instalação e manutenção da biblioteca, conforme relata a agente de leitura, tanto que desejaram deixá-la com o aspecto do espaço, que é um armazém antigo, com aparência rústica, porém todo estruturado e muito bem conservado, como foi possível observar na Figura 9, da estrutura externa.

Em sua estrutura interna, na Figura 10 é possível ver o trabalho dos/as jovens com as estantes construídas a partir de caixas de madeira, algo muito característico do local, pois nelas eram armazenadas as uvas que chegaram à vinícola. No espaço também são realizadas oficinas e pequenos trabalhos manuais pelos/as participantes dos projetos ofertados pelo Ponto de Cultura, por isso a bancada ampla e com vidro no meio da biblioteca, conforme Figura 11.

Figura 10 – Estantes e acervo da Biblioteca Comunitária 3.



Fonte: O autor (2019).

Figura 11 – Estrutura da Biblioteca Comunitária 3.



Fonte: O autor (2019).

A biblioteca se encontra em um dos galpões antigos da vinícola, o qual abriga o Ponto de Cultura e por dentro possui uma aparência rústica, com diferentes espaços, como salas para estudos e ensaios do grupo folclórico, projetos realizados com a comunidade, campo das artes cênicas e musicais, um pequeno teatro com

palco, plateia e coxias, além de uma sala específica que acolhe a Biblioteca Comunitária 3. A respeito da abertura da biblioteca à comunidade, o uso do espaço é disponibilizado conforme combinado dentro do acordo proposto pelo projeto das bibliotecas comunitárias caxienses aprovado pela LIC municipal.

Contudo, a comunidade não utiliza muito a biblioteca, conforme aponta a agente de leitura: “Ela está aberta duas horas por semana pra isso [atender a comunidade], mas a adesão é muito baixa, justamente porque tem outras bibliotecas” (AL3, 2019, p. 3). As outras bibliotecas do bairro são escolares, as quais – por este ser um distrito em que boa parte das pessoas se conhecem, afinal é provável que os pais e os avôs também nasceram e se criaram ali – costumam emprestar materiais para a comunidade, mesmo que não estejam mais em fase escolar.

Além da existência das bibliotecas escolares, que de certo modo estão ao alcance da comunidade, na região, a Biblioteca Comunitária 3 se distingue das outras duas que investigo em minha tese pela condição socioeconômica onde está instalada, num bairro considerado de famílias de classes média e alta. Essa questão fica compreensível na entrevista com a agente de leitura, quando esta argumenta sobre a pouca utilização da biblioteca comunitária para além das pessoas envolvidas nos projetos do Ponto de Cultura e do grupo folclórico:

É que, na verdade, a nossa comunidade não é uma comunidade carente! Né, ela é carente em alguns aspectos: ela é carente em cultura, sim, porque a gente precisa inserir cada vez mais cultura aqui dentro. Porém, em questão monetária, em valores – ela não é carente. As pessoas aqui... Então, o que que acontece: geralmente quando a pessoa quer ler o livro...’ah, eu vou adquirir’. É isso que eu sinto. Mas, enfim, a gente tem aqui pra consulta... (AL3, 2019, p. 3).

A biblioteca não é exclusiva para o Ponto de Cultura, apesar de ser este o seu foco principal, mas em 2019, na realização desta entrevista, abria uma vez por semana, durante duas horas, à comunidade – conforme previsto no projeto inicial das bibliotecas comunitárias junto ao município –, já os/as participantes dos projetos, por terem acesso ao Ponto de Cultura, podiam utilizar ela e seu acervo também nos horários de suas atividades.

Segundo a Agente de leitura 3, as seguintes atividades são ofertadas pelo Ponto de Cultura: “Nós temos aula de teatro, aula de violão, aula de inglês e aula de

teatro pra adultos” (AL3, 2019, p. 3), além do uso do espaço pelo próprio grupo folclórico em seus ensaios. O diferencial dessa biblioteca é estar inserida em um Ponto de Cultura e, apesar de ter características de biblioteca comunitária (e também pública), acabar se destinando aos participantes dos projetos, uma vez que são quem mais procura o espaço.

Apesar de a biblioteca ter chegado ao bairro como as outras bibliotecas comunitárias criadas por meio de projeto da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul e da sua Secretaria de Cultura, a Biblioteca Comunitária 3 se manteve distante das ações do projeto, como as promovidas pela Biblioteca Pública, por exemplo, reuniões realizadas com os/as agentes que atuam nas demais unidades. A Agente de leitura 3 não costumava participar desses momentos, conforme as listas de participantes de cada reunião registrada nas atas sob guarda da Biblioteca Pública às quais tive acesso ao longo da pesquisa.

Sobre a Agente de leitura 3, esta é nascida, criada e é moradora do bairro, tendo nascido na zona rural do próprio distrito, aqui em Caxias do Sul também chamada de ‘colônia’. Possui forte vínculo com o território e a comunidade, desempenhando ações em torno da cultura, mas também liderança política. Já foi subprefeita do distrito, é a coordenadora do Ponto de Cultura e organizadora da festa anual da localidade dedicada à colheita de uvas, afora outros festejos, como os de Natal. Em 2019, na realização da entrevista, desempenhava também o papel de assessora de uma vereadora do município, dessa forma continuava ocupando um papel com espaço de visibilidade política, permanecendo como uma referência à comunidade.

A responsável pela Biblioteca Comunitária 3 é a própria agente de leitura, que conta com auxílio do grupo de teatro. Quando questionada sobre qual seria o papel do poder público municipal para com a biblioteca, a agente revela: “A Prefeitura manda... livros. E era isso. Não, eu acho que essa é a realidade de todos, né! É, isso aí” (AL3, 2019, p. 8), referindo-se às contribuições do poder público com as demais bibliotecas comunitárias do município, o que também pude constatar a partir das entrevistas com as agentes 1 e 2.

Nas entrevistas com as agentes de leitura (bibliotecas 1, 2 e 3), evidencia-se que as relações de proximidade da Secretaria de Cultura, por meio da Biblioteca Pública, com as bibliotecas comunitárias esfriaram após o término do último projeto aprovado via LIC municipal, em 2017, que destinava recursos financeiros às

bibliotecas comunitárias. Considero que foi um misto de fim de projeto, sobrecarga de trabalho para os/as servidores/as públicos/as que levavam à frente a empreitada das bibliotecas comunitárias caxienses e o posicionamento da Prefeitura (gestão Daniel Guerra, 2017–2019) em relação à cultura de uma forma geral, com o distanciamento da classe artística e os cortes de recursos na referida pasta.

Para a Biblioteca Comunitária 3, a contribuição do poder público se resume à doação de acervo, que em 2019 foi pouco, segundo a agente de leitura, mas ainda continuavam chegando obras vindas da Biblioteca Pública, sejam adquiridas com recursos do último projeto aprovado na LIC municipal ou doações e duplicatas que a Biblioteca Pública recebia e repassava às bibliotecas comunitárias, além de prestação de assessoria técnica, quando demandado.

A gestão da biblioteca e do acervo fica a cargo da agente de leitura, seguindo as orientações repassadas durante as formações realizadas com os/as agentes pela Prefeitura, conforme especifica: “A formação de acervo, a gente segue a orientação que veio da Biblioteca Pública. Então eu tenho umas etiquetas, que a gente usa para separar acervo por acervo, referente aos títulos etc. E a gente segue a orientações deles” (AL3, 2019, p. 8). Afinal, as orientações precisariam ser seguidas, não por uma ordem expressa, mas em uma relação do grupo que ‘sabe’ as técnicas com o grupo que as ‘aprendeu’ nos momentos formativos.

Questionei a agente de leitura sobre quais seriam, no seu entendimento, os benefícios que a biblioteca traz à comunidade:

[...] é o benefício da cultura, da leitura, então a se a gente consegue proporcionar cultura, leitura para as pessoas, pra comunidade – elas começam a ver o mundo de uma outra forma. Né, então, eu acredito que, se a gente conseguisse mais do que só leitura, que só... que a gente pudesse ter mais atividades culturais, mais atividades de leitura, certamente o nosso mundo seria bem melhor. Isso é fato (AL3, 2019, p. 10).

Os benefícios se misturam com os benefícios que o Ponto de Cultura pode trazer à comunidade por meio da cultura de uma forma geral, mas também por meio dos livros e da leitura. Pela entrevista realizada, percebi que não há uma divisão clara, e talvez nem deva ter, do que é o Ponto de Cultura, o que é a biblioteca comunitária e com o que cada um poderia contribuir com a comunidade a partir do que oferta. Não é uma crítica, pois entendo que os espaços podem e devem

trabalhar em conjunto, mas, por estar estudando as bibliotecas comunitárias em si, tentei fazer o exercício reflexivo durante e após a entrevista para descortinar ambos os espaços e buscar desprender umas ações das outras.

Entre o que a biblioteca oferece à comunidade está o empréstimo domiciliar e a hora do conto, quando possível. Apesar disso, ela fica à disposição dos participantes dos cursos e atividades do Ponto de Cultura, que são o foco e o motivo de a unidade estar instalada ali, não sendo oferecidas outras atividades educativas pela biblioteca ou a utilizado o seu espaço com esses fins, visando a comunidade em geral.

Para finalizar, busquei compreender se a comunidade apoia a biblioteca comunitária e a agente responde: “Acredito que sim. Acredito não, apoia [risos]. Apoia porque, por exemplo, quando a [cita um nome] fazia as contações, eram turmas e mais turmas de crianças que vinham. Chegou a ter 80 crianças pra ela fazer contação” (AL3, 2019, p. 10). Quanto à pessoa citada que realizou as atividades de hora do conto, é importante sublinhar que é alguém da própria comunidade, que já teve grande repercussão social como rainha da festa local e também da maior festa da cidade e é tida como um orgulho para a comunidade, ou seja, as crianças frequentavam o local pela biblioteca e a ação proposta ou pela figura pública que realizaria as atividades? Fica a questão.

Ao terminar a entrevista, retornei para casa me questionando se a comunidade realmente apoia a biblioteca ou optou por conviver com ela, sem necessariamente a utilizar e entender o seu papel naquele contexto. Não cheguei a uma resposta única. Seriam necessárias as entrevistas com a comunidade, o que não foi possível realizar devido ao fechamento da biblioteca em virtude do período pandêmico.

5.4 A BUSCA PELO COMUNITÁRIO E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A partir do momento que comecei a elaborar o pré-projeto de tese, ainda antes da seleção ao Doutorado em Educação, mas sobretudo após o meu ingresso no programa de pós-graduação, iniciando a pesquisa a partir de conversas (ainda informais e que não puderam fazer parte da tese – em especial com o bibliotecário que assessora as bibliotecas comunitárias e que sempre me acolheu bem) e da

documentação a que tive acesso, em especial o livro de atas das bibliotecas comunitárias, sob responsabilidade e guarda da Biblioteca Pública Municipal, fui me questionando se de fato as bibliotecas seriam comunitárias de acordo com a literatura acadêmica nessa temática e os diferentes espaços como esses que fui conhecendo ao longo de minha trajetória de vida.

Essa questão ainda pairava até a pós-qualificação de projeto de tese, e com a seriedade que uma pesquisa de doutoramento requer, na qualificação apontei indícios, sem afirmar de forma categórica se as bibliotecas comunitárias caxienses seriam ou não comunitárias. Após a qualificação e a aprovação do projeto de tese pelo CEP-UCS, pude ir a campo conhecer e me aproximar das três bibliotecas selecionadas para compor meu estudo e, mais do que isso, conversar e registrar entrevistas e diálogos que até então eu havia tido de maneira informal com os/as participantes do estudo.

A partir das entrevistas, das observações nas bibliotecas e dos documentos a que tive acesso ao longo dessa trajetória, mas também das reflexões alicerçadas nos dados construídos em campo, que acabo de apresentar nas seções deste capítulo, fica assinalada a forte relação desses espaços com o poder público municipal caxiense. A literatura científica sobre as bibliotecas comunitárias, conforme explorei no capítulo 2, nos diz que esses espaços surgem a partir da comunidade, para a comunidade. No contexto das unidades aqui estudadas, em especial das três que me aprofundei, a criação do espaço se deu por força do poder público, que desejou criá-las e criou-as ou mesmo quando estimulado a levar os recursos e estabelecer uma biblioteca no bairro solicitante.

Ficou para mim também evidenciada a relação de apoio entre as bibliotecas e suas comunidades quanto às suas existências, mas se mantendo de certo modo afastadas, se assim posso dizer, sem incorporar e tomar para si as propostas de construções coletivas para criação e/ou manutenção das bibliotecas comunitárias. Não necessariamente por desinteresse das comunidades, mas destaco a forma que as unidades foram criadas – pelo poder público como citado –, além de estarem em espaços vinculados ao poder público que delinea(va) como seria composto o acervo e o que cada biblioteca ofereceria.

Destaco também a pouca utilização das bibliotecas comunitárias no geral, mas em especial as três por mim visitadas. Os reais motivos da baixa procura em cada espaço talvez nunca saberei, pois não consegui entrevistar a comunidade e,

claro, quando fizemos esse tipo de estudo temos contato com os/as usuários/as reais, aquelas pessoas que utilizam o espaço, portanto, chegar aos não usuários/as, mas que são usuários/as em potenciais, seria outra proposta, que, além da pandemia que atravessou minha trajetória de pesquisa, não era a minha proposta inicial nesta pesquisa.

Ainda sobre o enraizamento e sentimento de pertencimento das comunidades com as suas bibliotecas, tidas como comunitárias, volto à questão se estas estarem instaladas em prédios em sua maioria públicos (como as bibliotecas 1 e 2 de minha pesquisa, mas também acontece em outras às quais não tive acesso, mas sei pela listagem de espaços na cidade). O fato de a biblioteca estar em um prédio público pode comprometer que a comunidade até mesmo acesse o espaço em horários variados, afinal os/as agentes de leitura geralmente abriam as bibliotecas por duas horas semanais, no período da manhã ou da tarde, quando muitas crianças e jovens estão ou deveriam estar estudando, sem mencionar mulheres e homens que trabalham e não possuem disponibilidade de tempo para utilizarem as bibliotecas em horários diurnos.

Além do forte vínculo das bibliotecas com o poder público verificado na pesquisa, o que já descaracterizaria o que se entende por biblioteca comunitária, preocuparam-me a pouca utilização do espaço e, sobretudo, a falta de práticas educativas constatada nas visitas, observações e entrevistas realizadas com as três agentes de leitura participantes de minha pesquisa. Se não há práticas, o que fica? O vazio.

Exatamente isso que senti ao adentrar os campos de estudos e me deparar com as práticas não realizadas e os fatores que as interferem, além do atravessamento do período pandêmico. O que de fato poderia eu fazer nas bibliotecas, mesmo que sem a pandemia, já que meu objetivo de pesquisa – *analisar as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias relacionadas ao acesso à leitura e à informação para a conquista de autonomia e cidadania dos usuários e dos territórios* – não poderia ser atingido?

Se não havia práticas educativas sendo realizadas no período das entrevistas (2019) e, conseqüentemente, em 2020 e 2021, como analisar as potencialidades do que não é praticado? Como compreender a conquista de autonomia e cidadania dos/as usuários/as e dos territórios se nem mesmo comunitárias as bibliotecas são? Que conquistas a comunidade teria a partir das bibliotecas se os espaços não são

ou são muito pouco utilizados, ainda mais no período de distanciamento social e fechamento das bibliotecas?

O que ficou a partir do contato com o campo e tais constatações? Para mim foi um vazio... não é comunitário e não há práticas, ou seja, há tese? Que rumo tomar? Trancar o doutorado ou mudar de proposta de pesquisa?

Caras leitoras e caros leitores, um bom marinheiro precisa saber como comandar o barco, seja em águas mansas ou em mar turbulento, sem deixar de ser importante saber nadar, apesar de que abandonar o barco nunca foi uma opção viável diante do momento que este marinheiro/pesquisador se encontrava. Foi necessário adequar e criar novas rotas, puxar a âncora, navegar, ancorar, verificar as condições possíveis para a navegação e navegar mesmo que intercalando momentos de ancoragem e de enfileiramento do mar aberto.

Se as bibliotecas não são comunitárias e não realizam práticas, fiquei instigado a entender o que de fato são. Talvez essa tenha sido a melhor opção (ou a única) para prosseguir a viagem. Navegar é preciso e foi com essa nova bússola que segui e apresento no próximo capítulo. Afinal, que bibliotecas são essas?

6 CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo, em que se constitui. A ação educativa e política não deve prescindir do conhecimento crítico dessa situação, sob pena de se fazer “bancária” ou de pregar no deserto (FREIRE, 2017b, p. 120).

Leitoras e leitores, ponderando que os campos investigados me mostraram bibliotecas comunitárias em que não há práticas educativas sendo realizadas no período visitado, que não são espaços comunitários como imaginados e sim possuem origens a partir do poder público municipal, interrogo-me: que bibliotecas seriam essas? Neste capítulo, aprofundo-me em conhecer as origens das criações e da consolidação desses espaços como forma de compreender como as encontrei nas visitas aos campos, mas também como estratégia teórica e metodológica a partir das mudanças de percurso necessárias, pois, como expus ao final do capítulo anterior, navegar é preciso, assim como seguir a tese, apesar dos contornos necessários nesta trajetória de pesquisa.

Diferentes movimentos e encadeamentos foram necessários para esta escrita, já que a trajetória das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul não está posta em um livro ou documento, seja oficial da Prefeitura, de alguma organização que reúna as unidades ou ainda escrita pelas próprias comunidades. O que fui encontrando ao longo da pesquisa, considerando o conjunto documental que fui rastreando, acessando e construindo no percurso, configura-se como fragmentos de histórias, incluindo as frações por meio dos relatos dos/as entrevistados/as – em especial os/as servidores públicos/as –, dos quais cada interlocutor/a acompanhou as bibliotecas por um período em que o/a outro/a já não o fazia, sendo assim, foi necessário conectar fontes e falas, haja vista que este é um trabalho de pesquisa, e pesquisando continuei, como montando peças de um quebra-cabeças.

Ficou evidente ao mergulhar nos dados do estudo, alicerçando-me nos materiais de campo que trago neste capítulo e sigo nos próximos, a necessidade de reconstruir, ao menos em partes e a partir do exame do conjunto documental

disponível, a trajetória de criações, consolidação e assessoramento das bibliotecas comunitárias caxienses, tanto para registro histórico, sócio e cultural da cidade quanto para que eu pudesse compreender os meus campos de pesquisa e o contexto de cada biblioteca investigada.

Neste trabalho, similar ao do arqueólogo, utilizando-me de diferentes ferramentas para procurar e escavar vestígios nos campos fui percebendo que a minha proposta de pesquisa, trazida na introdução, dificilmente seria um caminho possível para esta tese, por motivos expostos no capítulo anterior. É importante compreender a trajetória de criações das bibliotecas comunitárias caxienses, desde o surgimento das primeiras, suas consolidações nos territórios e as atuações desses espaços junto à comunidade. Esse movimento é necessário para compreender a relação entre a proposta de investigação na tese e o que foi constatado em campo, no qual seus encadeamentos trouxeram novas reverberações à pesquisa.

6.1 GÊNESE E IMPLANTAÇÃO DAS PRIMEIRAS BIBLIOTECAS

A criação das bibliotecas comunitárias caxienses inicia a partir de esforços coletivos da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS – por meio da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) com apoio do seu Programa Permanente de Estímulo à Leitura (PPEL), da Secretaria de Educação (SMED), da Biblioteca da Secretaria de Educação, da Biblioteca Pública Municipal Dr. Demétrio Niederarurer – bem como do Programa Primeira Infância Melhor (PIM), da Academia Caxiense de Letras e dos centros comunitários presentes nos bairros do município. Diferentes agentes se empenharam para que o projeto se concretizasse e permanecesse ativo ao longo de mais de uma década de ações desenvolvidas nesses espaços.

As primeiras iniciativas surgem no ano de 2008, com a idealização de bibliotecas comunitárias nos centros comunitários bem como o projeto ‘Cangurus da Leitura’, que seriam bolsas com livros levadas pelos/as visitantes/as do PIM nos bairros em que ainda não houvesse bibliotecas, portanto estariam aptos a receber bibliotecas, que seriam instaladas nos centros comunitários, ao menos as primeiras. Há poucas informações sobre essa iniciativa por meio da documentação pertencente às bibliotecas comunitárias sob guarda da Biblioteca Pública Municipal, e não consta datação ou assinatura de autoria específica. A trajetória de pesquisa junto às fontes

demonstrou que a ideia de criação das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul foi germinada no poder público, sendo embalada por diferentes sucessões do poder municipal, como narrarei neste capítulo.

O livro de atas do projeto de bibliotecas comunitárias, documento basilar para compreender a criação dessas unidades na cidade, inicia com a primeira ata datando de 27 de março de 2008, quando se fizeram presentes sete membros³⁰. Nessa ocasião, na sala de reuniões do PPEL, localizada junto à Estação Férrea, objetivou-se pensar no projeto que seria financiado pela Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LIC) por meio do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), pago pelas empresas Guerra, Marcopolo e Visate instaladas na cidade.

Nessa primeira reunião, os/as presentes expuseram a importância de haver critérios para a escolha dos centros comunitários que seriam contemplados com 80 livros cada, como forma de iniciarem os projetos e as próprias bibliotecas, sendo que a Biblioteca Pública também receberia doações da comunidade que seriam repassadas às comunitárias nas instalações das unidades. Também ficou decidido que seria feita uma listagem de quais centros comunitários citadinos teriam a presença do PIM, sendo esta uma possibilidade de critério a ser utilizado para a seleção dos espaços que já teriam o ‘Canguru da leitura’ e, assim, fomentaria um novo projeto de leitura com a comunidade.

Em reunião dia 3 de abril de 2008 (ata nº 2), os/as presentes iniciaram a sessão com a lista cedida pela Biblioteca Pública Municipal com a relação de obras doadas às bibliotecas escolares no município. Decidiu-se que a partir dessa listagem seriam selecionados 80 títulos que iriam compor os acervos iniciais das bibliotecas comunitárias, nos seguintes percentuais: 30% de títulos adultos, 30% de títulos infanto-juvenil e 40% de títulos infantis. A servidora Luiza Motta ficou encarregada da compra dos livros, mas não há registro no documento se o valor a partir da LIC já estaria disponível ou mesmo qual a origem dos recursos.

Chamou-me atenção à forma de composição dos acervos que seriam encaminhados às bibliotecas comunitárias, considerando que os interesses dos públicos das bibliotecas escolares não necessariamente seriam os mesmos das unidades que seriam instaladas, tendo em vista a diversidade de públicos que podem ser atendidos em cada tipologia. Além disso, em nenhum momento é citada

³⁰ Érico Machado, Gabriela Reginatto, Lucien De Bastiani, Luiza da Motta, Maria Cristina Pisoni, Marilene Pieruccini e Marjorie Aver.

a intenção de consultar a comunidade para a seleção e aquisição de obras e sim de ter-se livros nas estantes já na inauguração dos espaços.

A ata nº 2 cita que o coordenador geral dos centros comunitários Sr. Érico Machado e um representante do PIM, sem citar nome, selecionaram os dez centros para receberem o projeto das bibliotecas comunitárias e mais quatro suplentes, caso houvesse desistências entre os primeiros. Ficou decidido que no dia 16 de abril de 2008 haveria reunião na Biblioteca Pública com os/as presidentes/as das Associações de Moradores de Bairros (AMOBs) que iriam receber o projeto para serem repassadas informações sobre este.

Em reunião em 10 de abril de 2008 (ata nº 3), o grupo se reuniu e discutiu os critérios para as implementações das bibliotecas comunitárias. Em comum acordo entre o coordenador dos centros comunitários e o PIM, os critérios estabelecidos foram: 1) Centros que tivessem espaço físico disponível; 2) comunidades que possuíssem a presença do PIM; 3) comunidades que não possuíssem bibliotecas em sua região; 4) comunidades que já houvessem solicitado ou demonstrado interesse por biblioteca no território; e 5) compromisso da comunidade em abraçar a biblioteca e assumir o trabalho, tocando o dia a dia dos espaços, fosse na gestão, na organização e/ou no oferecimento de atividades, afinal, *a priori*, o poder público estaria fazendo a sua parte, instalando as bibliotecas.

A proposta decidida nessa reunião seria a de abertura das dez primeiras bibliotecas ainda no ano de 2008, como foi feito, e a confirmação da escolha de quatro centros comunitários para suplência, caso alguma biblioteca não fosse instalada por qualquer imprevisto. No livro de atas e nas pastas com documentações referentes às bibliotecas comunitárias a que tive acesso, encontrei um levantamento em forma de questionário aplicado às AMOBs de Caxias do Sul/RS (modelo e questionários respondidos) com intuito de mensurar os interesses das comunidades bem como da população aproximada do bairro, a presença ou não de outras bibliotecas ou equipamentos na localidade e os interesses das comunidades pela leitura.

Não fica claro se o interesse era de fato das comunidades e como isso foi mensurado ou se seria um desejo dos/as presidentes/as dos bairros em receber tal equipamento cultural. A esse respeito, a Agente pública 3, ex-servidora do município que acompanhou a criação das primeiras bibliotecas, expõe que:

Então, assim: alguns lugares, algumas bibliotecas foram instaladas, a comunidade tava esperando, tava disponível pra trabalhar na biblioteca, tava... ansiosa querendo saber quando é que já podiam retirar livros, esse tipo de coisa. E outras, talvez não estivesse tão preparado – a pessoa que ia fazer a mediação talvez não estivesse tão preparada. É muito ruim, é muito diferente... a forma de cada comunidade lidar. Isso eu percebi durante o período de implantação das primeiras... oito, nove bibliotecas. Depois, outras pessoas assumiram no meu lugar, então, elas acompanharam de início, é, o início da biblioteca, porque cada biblioteca foi isso (AP3, 2020, p. 2).

Ao que aponta, a criação das bibliotecas comunitárias foi realizada pelo desejo do município e não necessariamente, em todos os casos, um desejo das próprias comunidades, possivelmente por isso algumas unidades fecharam pouco após a abertura. De certo modo, as instalações das bibliotecas também se tornavam uma herança política do/a presidente/a para com a sua comunidade, assim como do poder público em investir, seja dinheiro ou esforços, em determinadas regiões em detrimento de outras, desenvolvendo elos e capital político.

Em entrevista, a interlocutora AP3 descreve a relação que se estabeleceria (ou assim deveria ser) entre poder público e comunidade, quando fossem inaugurados os espaços:

O poder público fornecia, nós fornecíamos, estantes, pra, quando começava a biblioteca, nós fornecíamos mesinha com a poltrona, uma cadeira de escritório e... eu acho que três ou quatro mesas – acho que três, sim – com doze cadeiras, pra fazer a área de leitura, e aí acho que eram três ou quatro estantes – acho que quatro estantes – e fornecíamos o acervo. A comunidade tinha que entrar com o espaço, e ela que ia ficar responsável por fazer a mediação com a comunidade, que ia abrir a biblioteca, que ia fazer as anotações de empréstimo de livro, que ia ajudar as crianças nas pesquisas, tudo que fosse necessário que a comunidade precisasse (AP3, 2020, p. 4-5).

Destaco a relação de parceria na qual as ações do poder público e da comunidade eram estabelecidas, com suporte de mobiliário e acervo, sendo que em contrapartida a comunidade deveria abraçar a biblioteca, o que nem sempre aconteceu, talvez não por desinteresse, mas pela forma que as bibliotecas foram criadas, na qual esperava-se, criando expectativas, que a Prefeitura promovesse ações no local. Ressalto ainda que o espaço onde eram instaladas as bibliotecas não eram efetivamente da comunidade e sim do poder público, já que as dez primeiras foram inauguradas nos prédios dos centros comunitários.

A previsão era de que as bibliotecas comunitárias fossem instaladas em dez pontos, conforme segue: 1) Salão da Igreja Bom Pastor II; 2) Centro Comunitário do bairro Planalto/Rio Branco; 3) Centro Comunitário do bairro Conquista; 4) Centro Comunitário do bairro Portal da Maestra; 5) Centro Comunitário do bairro Vila Gauchinha; 6) Centro Comunitário do bairro Santos Dumont; 7) Centro Comunitário do bairro Jardim Eldorado; 8) Centro Comunitário do bairro Veneza; 9) Centro Comunitário do bairro Cinquentenário II; e 10) Centro Comunitário do bairro São Gabriel.

Os quatro centros comunitários selecionados como suplentes foram dos bairros: De Lazzer I; Vila Ipiranga; Parque das Rosas II; e Parque dos Vinhedos. A previsão inicial das dez localidades selecionadas para receber as bibliotecas comunitárias não se efetivou, tendo havido mudanças nos centros comunitários e bairros que receberam de fato as primeiras unidades, como relato mais à frente.

O projeto de criação das dez primeiras bibliotecas comunitárias tinha como objetivo principal: “Valorizar a comunidade e oferecer um espaço de leitura lúdica e informações para todos, bem como para incentivar práticas leitoras através de ações dinamizadoras que envolvam as comunidades nas bibliotecas”, conforme súmula do projeto elaborado encontrado entre a documentação cedida pela Biblioteca Pública Municipal no percurso da pesquisa, não se constando datação ou autoria definida no projeto.

Em reunião no dia 16 de abril de 2008 (ata nº 4), com a presença de diversas autoridades, inclusive do secretário de cultura à época, Sr. Antônio Feldmann (do governo do prefeito José Ivo Sartori), o coordenador dos centros comunitários, além de representantes desses centros, foi anunciado e discutido o projeto das bibliotecas comunitárias bem como a importância do estímulo e os benefícios da leitura nos territórios. Cada unidade receberia duas estantes, um armário, uma escrivaninha, duas mesas e oito cadeiras, além de 80 livros novos e mais livros frutos de doação do Fundo Pró-Cultura³¹.

Foi definido em 03 de junho de 2008 (ata nº 7) que as bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul/RS seriam inauguradas uma a uma a partir de agosto do mesmo ano com a presença do secretário municipal de cultura, portanto

³¹ O Fundo Pró-Cultura foi criado pela Secretaria de Cultura em 2003, na gestão do prefeito Gilberto José Spier Vargas (Pepe Vargas-PT), com objetivo de fomentar projetos culturais em Caxias do Sul a partir do financiamento de ações locais. Em 2009, já na gestão do prefeito José Ivo Sartori, o fundo passou a se chamar Financiarte, estando ainda ativo (2021).

demarcando espaço político nas comunidades. A entrega e a montagem dos móveis ocorreram no mês de julho bem como a separação dos livros a serem encaminhados a cada unidade a fim de haver tempo hábil para as inaugurações. Em relação aos livros, foram adquiridos 80 para cada unidade, devendo chegar, com o tempo, a 400 ou 500 por biblioteca, sendo que nos anos seguintes o quantitativo de obras entregues chegou próximo aos 500 já na inauguração.

A ata de nº 8, datada de 10 de julho 2008, explicita um cronograma para montagem das bibliotecas comunitárias no período, a lista é importante por identificar as primeiras unidades a serem instaladas nos centros comunitários. Em complemento, por meio de reportagem da Assessoria de comunicação da Prefeitura (CAXIAS DO SUL, 2008a), foi possível identificar as datas de inauguração de cada um dos espaços, conforme Quadro 5:

Quadro 5 – Relação das primeiras dez bibliotecas comunitárias inauguradas em Caxias do Sul.

Biblioteca comunitária	Endereço	Inauguração
Centro Comunitário Jardim Eldorado	Rua Armando Claudino Canalli, nº 957, Bairro Jardim Eldorado	23/08/2008
Centro Comunitário Vila Ipiranga	Rua Nereu Pinto, nº 215, Bairro Vila Ipiranga	26/08/2008
Centro Comunitário Conquista	Rua Cabo Machado Severo, nº 802, Loteamento Conquista	29/08/2008
Centro Comunitário Santos Dumont	Travessão Santa Tereza, nº 437, Loteamento Santos Dumont	30/08/2008
Centro Comunitário Planalto/Rio Branco	Rua Tereza Dallcanalli Zugno, s/n, Bairro Planalto/Rio Branco	02/09/2008
Centro Comunitário Cinquentenário II	Rua Walfrida Wersteg, nº 904, Bairro Cinquentenário II	06/09/2008
Centro Comunitário Pôr do Sol	Rua Paulina Fonini, nº 236, Bairro Pôr do Sol	06/09/2008
Centro Comunitário Vila Gauchinha	Rua São Francisco de Paula, nº 780, Bairro Vila Gauchinha	09/09/2008
Centro Comunitário São Gabriel	Rua Ainda Ester da Rosa Dal Canalli, nº 10, Loteamento São Gabriel	10/09/2008
Centro Comunitário Veneza	Rua dos Coqueiros, nº 916, Loteamento Veneza	11/09/2008

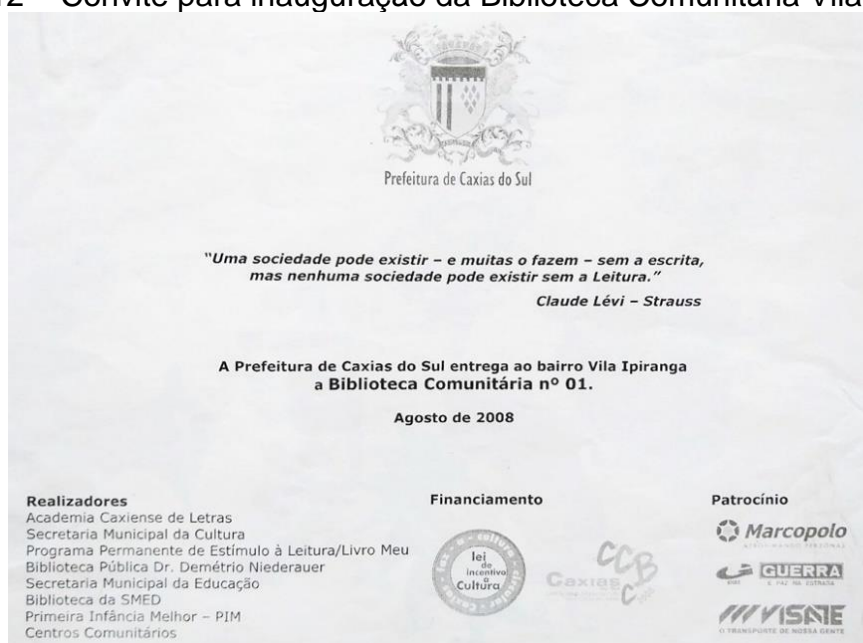
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Site da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (CAXIAS DO SUL, 2008a).

Duas bibliotecas saíram da lista inicial, a do Salão da Igreja Bom Pastor II e a do Centro Comunitário do bairro Portal da Maestra, sendo que os bairros Vila Ipiranga e Pôr do Sol foram incluídos para substituição. Quase todas as inaugurações contaram com as presenças do secretário de cultura Antônio

Feldmann, da diretora do PPEL Luiza Motta, da diretora da Biblioteca Pública Municipal Maria Cristina Pisoni e, em alguns momentos, com a presença do então prefeito José Ivo Sartori.

A primeira biblioteca comunitária inaugurada ainda no ano de 2008 é a do bairro Jardim Eldorado, em 23 de agosto de 2008, às 15h. Na documentação a que tive acesso durante a pesquisa, foi possível encontrar o convite para inauguração da biblioteca comunitária batizada de nº 1, mas que foi a segunda a ser inaugurada de fato, em 26 de agosto de 2008, às 16h, no Bairro Vila Ipiranga. A Figura 12 traz o convite para a inauguração da biblioteca:

Figura 12 – Convite para inauguração da Biblioteca Comunitária Vila Ipiranga.



Fonte: Pasta arquivo 'Bibliotecas comunitárias' pertencente à Biblioteca Pública Municipal de Caxias do Sul.

A Figura 12 registra o que até então não tinha me ficado claro nas atas consultadas: os organizadores, financiadores e apoiadores do projeto e da inauguração das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul. Como organizadores, confirma-se as seguintes instituições: Academia Caxiense de Letras (ALCA), Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Programa Permanente de Estímulo à Leitura (PPEL), Biblioteca Pública Municipal Dr. Demétrio Niederarurer, Secretaria de Educação (SMED), Biblioteca da Secretaria de Educação, Programa Primeira Infância Melhor e centros comunitários. O financiamento do projeto ficou a cargo da

LIC municipal e do programa Caxias Capital Brasileira da Cultura (CCBC)³², e o patrocínio a cargo das empresas Marcopolo, Guerra e Visate. A Figura 13 apresenta a estrutura da primeira inaugurada:

Figura 13 – Estrutura da Biblioteca Comunitária Vila Ipiranga.



Fonte: Franciele Soares, por meio do *Site* da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul (CAXIAS DO SUL, 2008a).

A biblioteca do bairro Vila Ipiranga passou por processo de dinamização em 2009, ganhando 600 novas obras e incluindo a assessoria de uma psicóloga, que objetivou valorizar a autoestima dos/as moradores/as e trabalhar a importância da leitura na comunidade. No ano de 2010 o Centro Comunitário foi reformado com recursos públicos e a biblioteca ganhou novo espaço (CAXIAS DO SUL, 2010c). Essa unidade não está mais ativa (em 2021), não sendo encontrada a data do encerramento de suas atividades.

O relatório das bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul/RS elaborado pelo PPEL – órgão municipal que atua na criação e implementação de políticas públicas voltadas ao livro e à leitura na cidade – referente ao ano de 2010 aponta que as bibliotecas instaladas nos centros comunitários “[...] valorizam a comunidade e oferecem um espaço de leitura lúdica e informação para todos, bem como incentivam práticas leitoras através de ações dinamizadoras que envolvem as comunidades nas bibliotecas” (RELATÓRIO..., 2010), ou ao menos essas seriam as intenções da criação dos espaços.

³² Em 2008 Caxias do Sul recebeu o título de Capital Brasileira da Cultura, prêmio concedido pela Organização Capital Americana da Cultura em parceria com o Ministério da Cultura.

O documento informa que as bibliotecas comunitárias participantes do projeto foram equipadas com mobiliário, acervo inicial de 80 títulos comprados e previsão de chegar a 500 livros por unidade, como já pontuei, além de formação aos/às agentes e aos/às mediadores/as de leitura. A partir desse documento de 2010 não é possível mensurar se foram destinados mais mobiliários além do já previsto às dez primeiras bibliotecas, assim como em relação ao volume de acervo destinado a cada unidade, mesmo nos anos seguintes.

A Figura 14 mostra a logomarca criada para as bibliotecas comunitárias e inserida no relatório, a qual também serviu de base para adesivos e *banners* de identificação das unidades nos territórios:

Figura 14 – Logomarca das bibliotecas comunitárias caxienses.



Fonte: RELATÓRIO... (2013).

Há uma lacuna temporal de mais de cinco anos de registros no livro de atas, escritos por servidores/as do município, que se encerra com a ata nº 8 de julho de 2008 e prossegue com o registro de atas somente a partir de setembro de 2013, deixando muitas questões em aberto com poucas respostas, as quais precisei tentar solucionar a partir de outras documentações e das entrevistas. As informações a seguir a respeito das bibliotecas comunitárias foram escavadas nas demais documentações a que tive acesso na Biblioteca Pública Municipal e suprem, em parte, a lacuna temporal do livro de atas. As informações sobre as bibliotecas comunitárias a partir de 2013, portanto, são também da retomada do livro a partir dos registros de reuniões quase mensais entre os/as agentes de leitura das bibliotecas comunitárias ativas (de acordo com cada ano, pois houve fechamentos) e a equipe da Biblioteca Pública ocorridas nesse tempo.

Considerando o lapso temporal de 2008 a 2013 no livro de atas, recorri também ao *site* da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, que registrou por meio da sua Assessoria de comunicação diversos acontecimentos das bibliotecas

comunitárias antes, durante e após esse período. Destaco ainda que as entrevistas realizadas, nesse quesito específico, pouco ajudaram a compreender os fatos ocorridos nesse período, pois as três agentes de leitura relatam as experiências em suas bibliotecas de forma particular, não o todo da criação do projeto, e, dentre os/as agentes públicos/as entrevistados/as, AP1 não atuava na Prefeitura no período, AP3 se afastou do projeto das bibliotecas comunitárias mais ou menos no período de 2009 a 2012 sem especificar os reais motivos e apenas AP2 continuou à frente do projeto no período.

Além das dez primeiras bibliotecas comunitárias inauguradas em 2008, o ano de 2009 contou com a criação de mais dois espaços, conforme Quadro 6:

Quadro 6 – Bibliotecas comunitárias inauguradas em 2009.

Biblioteca comunitária	Endereço	Inauguração
Restaurante Comunitário II	Rua Vinte de Setembro, nº 2420, Bairro Centro	17/09/2009
Núcleo de Capacitação do Bairro Cândia	Rua da Esperança, nº 435, Bairro Cândia	25/09/2009

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do conjunto de documentos da pesquisa (2021).

Ainda em 2009 os/as agentes de leitura que atuavam nas bibliotecas comunitárias participaram do projeto do município intitulado ‘Formação de agentes de leitura para a dinamização das bibliotecas comunitárias’, organizado pela Secretaria de Cultura, sendo que puderam participar três agentes indicados/as por cada comunidade para a formação. A proposta dos encontros objetivou capacitar os/as agentes para a oferta do livro e da leitura em suas comunidades e se estendeu de maio a dezembro de 2009.

A Prefeitura, em matéria veiculada em seu *site*, aponta: “A relevância do projeto [de formação dos agentes de leitura] se deve à ação estratégica de inclusão social e desenvolvimento humano, pois a construção da cidadania é embasada pelo acesso e domínio da leitura e da escrita” (CAXIAS DO SUL, 2009a, não paginado). Como resultado da atividade, a então coordenadora do PPEL Luiza Motta afirmou à Assessoria de comunicação da Prefeitura: “Estamos muito felizes com a conscientização dos participantes de que o livro e a leitura são os principais fatores que ajudam no desenvolvimento e melhora da qualidade de vida do cidadão” (CAXIAS DO SUL, 2009b, não paginado), sendo a formação, então, um investimento na capacitação dos/as agentes e na qualificação das práticas ofertadas para as

comunidades como uma forma de valorizar as próprias bibliotecas. Os recursos para a oferta da formação estavam previstos no projeto aprovado pela LIC municipal (como contratação de palestrante), mas a organização e o espaço para realizá-las ficaram a cargo do poder público.

A partir do ano de 2010 temos como marco da consolidação do projeto das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul a inauguração de novos espaços em diferentes pontos da cidade, inclusive com a interiorização das bibliotecas nas áreas rurais e distritais do município, sendo instaladas não mais apenas no perímetro urbano. No Quadro 7 podemos verificamos as bibliotecas previstas para inaugurarem em 2010:

Quadro 7 – Relação das bibliotecas comunitárias inauguradas ou previstas para 2010.

Biblioteca comunitária	Endereço	Inauguração
Centro Comunitário Belo Horizonte	Rua dos Viticultores, nº 41, Bairro Belo Horizonte	17/07/2010
Centro Comunitário Santa Lúcia do Piaí	Distrito de Santa Lúcia do Piaí (zona rural)	17/07/2010
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	Estrada Municipal Mário Furlan Peretti, Bairro Vila Lobos	31/07/2010
Centro Comunitário Moinhos de Vento	Rua José Bressan, nº 151, Loteamento Moinhos de Vento	07/08/2010
Centro Comunitário Jardim das Hortências	Rua Divino Mestre, nº 81, Bairro Jardim das Hortências	21/08/2010
Centro Comunitário Cidade Nova	Rua Francisco Lorenzi, nº 735, Bairro Cidade Nova	28/08/2010
Centro Comunitário Jardim Adorado	Rua Cândida Tomasi Rossa, nº 90, Loteamento Jardim Adorado	Data não localizada
Centro Comunitário Montes Claros	Rua Valdemiro Raimundi, nº 647, Bairro Montes Claros	Data não localizada
Centro Comunitário Parque das Rosas II	Rua Darci João Fachini, nº 182, Loteamento Parque das Rosas II	23/03/2011
Centro Comunitário Kayser	Av. Perimetral Bruno Segalla, nº 9.721, Bairro Kayser	Data não localizada ³³

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do conjunto de documentos da pesquisa (2021).

Ao inaugurar uma Biblioteca Comunitária no distrito de Santa Lúcia do Piaí, o secretário de cultura Antonio Feldmann declara: “Cada biblioteca comunitária é uma semente que lançamos, uma riqueza, pois a leitura é a base de tudo” (CAXIAS DO SUL, 2010a, não paginado). O projeto das bibliotecas comunitárias criado em 2008

³³ Na ata nº 05/2015 (26 de agosto) consta a informação de que a biblioteca comunitária do Kayser estava instalada no antigo Colégio Olga Maria Kayser e que em 21 de agosto de 2015 foi transferida para o Centro Comunitário do bairro, cujas obras haviam sido concluídas, mas que só foi inaugurado em 19 de novembro do mesmo ano.

pela Secretaria de Cultura pelo PPEL tinha como objetivo oportunizar espaço de leitura e informação às comunidades por meio de práticas leitoras. A fala do secretário, divulgada pela própria Prefeitura, reporta que a criação das bibliotecas comunitárias se deu pelo governo municipal, como aprofundo no próximo capítulo deste texto, e não como uma iniciativa popular, haja vista a 'semente lançada', como frisa o secretário.

As bibliotecas comunitárias inauguradas em 2010 mantiveram o mesmo formato das instaladas entre 2008 e 2009, sendo compostas por escrivaninha, armário, estantes de aço, mesas e cadeiras para o público e o/a agente. O acervo para as dez novas unidades se constituiu de livros de literatura infantil, juvenil, nacional e estrangeira, no volume de aproximadamente 5,2 mil obras ao total, todas adquiridas pelo PPEL por meio de Lei de Incentivo (CAXIAS DO SUL, 2010a). Os espaços que abrigaram as bibliotecas da segunda fase do projeto também foram instalados majoritariamente nos centros comunitários revitalizados e/ou construídos no período do prefeito Sartori.

Em 2010, no lançamento das dez novas unidades do projeto de bibliotecas comunitárias, como aponta o *site* da Prefeitura, cerca de 33 mil pessoas já tinham se beneficiado com acesso à leitura por meio das dez primeiras unidades entregues à comunidade em 2008, sendo que a expectativa era de que mais de 45 mil pessoas fossem atendidas a partir da segunda etapa de instalações, expandindo as unidades e o alcance do projeto (CAXIAS DO SUL, 2010b).

Nem todas as bibliotecas previstas para o segundo lote foram inauguradas em 2010. A unidade do Bairro Parque das Rosas II foi inaugurada em 2011, sendo que essa informação foi obtida a partir de reportagem elaborada pela Assessoria de comunicação do município (CAXIAS DO SUL, 2011a). Em relação às datas de inauguração das bibliotecas nos bairros Jardim Adorado, Montes Claros e Kayser, não encontrei informações ao longo da pesquisa, sendo que esta última consta no *site* da Prefeitura (CAXIAS DO SUL, 2021) ainda como ativa, as outras duas ou não inauguraram como previsto ou já encerraram suas atividades, pois não aparecem na listagem.

O ano de 2011 também foi marcado por novas inaugurações de bibliotecas comunitárias, conforme Quadro 8:

Quadro 8 – Bibliotecas comunitárias inauguradas em 2011.

Biblioteca comunitária	Endereço	Inauguração
Centro Comunitário Rio Branco	Rua Luiz Vedovelli, nº 20, Bairro Rio Branco	14/07/2011
Centro Comunitário Flor da Serra	Núcleo Habitacional Flor da Serra, localizado no Bairro Centro	13/08/2011
Centro Comunitário Parque dos Vinhedos	Av. Honeyde Bertussi, nº 604, Bairro Parque dos Vinhedos	20/08/2011

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do conjunto de documentos da pesquisa (2021).

A reportagem realizada pela Assessoria de comunicação da Prefeitura e veiculada em seu *site* oficial em 14 de julho de 2011, na inauguração da Biblioteca Comunitária no Bairro Rio Branco, informa: “Esta é a 18ª biblioteca inaugurada, cumprindo o objetivo do projeto de assegurar o acesso ao livro a todos os cidadãos, além de disseminar a importância da leitura na vida das pessoas”. Cerca de um mês depois, em 13 de agosto, há exatamente a mesma frase veiculada no *site* da Prefeitura, na inauguração da biblioteca comunitária no Núcleo Habitacional Flor da Serra (CAXIAS DO SUL, 2011c), havendo uma confusão de quantificação e ordenação das bibliotecas comunitárias criadas, seja por parte da Assessoria de comunicação da Prefeitura ou do próprio PPEL, responsável pelo projeto das bibliotecas comunitárias e que acredito, deveria repassar as informações ao órgão designado para as comunicações oficiais.

Já em reportagem veiculada em 18 de agosto de 2011, o *site* da Prefeitura divulga dados sobre a inauguração da Biblioteca Comunitária no Parque dos Vinhedos com a seguinte menção: “Esta é a 19ª Biblioteca Comunitária que oferece um espaço de leitura e informação para todos, valorizando as comunidades e incentivando práticas leitoras, com ações dinamizadoras, que envolvam a população” (CAXIAS DO SUL, 2011d, não paginado). O texto ainda informa que ao todo seriam implantadas vinte unidades, todas em centros comunitários, o que não se confirma, pois em 2009 uma unidade foi inaugurada em restaurante popular e outra em Núcleo de Capacitação, também estruturas do município ou sob sua tutela.

Contudo, durante a pesquisa identifiquei que até agosto de 2011 já tinham sido inauguradas 25 bibliotecas comunitárias (todas listadas nesta pesquisa), sendo a do Parque dos Vinhedos a 25ª e não a 19ª, conforme veiculado na reportagem elaborada pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura. A falta de clareza e detalhes das informações, mesmo utilizando diferentes tipos e produção das fontes, assemelha-se à origem e implantação das bibliotecas comunitárias caxienses, ora

muito próximas do poder público, principalmente na inauguração das primeiras, e ora distantes, quando o poder público se coloca apenas como prestador de assessoria às bibliotecas, desvinculando as unidades como sendo parte de um projeto da Prefeitura, como discutirei ao longo deste texto.

No trabalho quase arqueológico de escavação de dados durante a pesquisa, reportagens no *site* da Prefeitura forneceram o panorama da situação das unidades em 2012, em sua veiculação (CAXIAS DO SUL, 2012a). Das bibliotecas inauguradas em 2008, duas já haviam encerrado suas atividades, Centro Comunitário Planalto/Rio Branco e Centro Comunitário Cinquentenário II; das duas abertas em 2009, a do Restaurante Comunitário II não estava em atividade em 2012, segundo a Assessoria de comunicação da Prefeitura.

O ano de 2010 foi marcado pela instalação de mais dez bibliotecas, cinco das quais já não estavam em funcionamento em 2012, sendo elas: Centro Comunitário Jardim das Hortências e Centro Comunitário Parque das Rosas II (inaugurada de forma efetiva em 2011), para as demais não localizei informações. O Quadro 7 reportou três bibliotecas sem data de abertura, as quais não consegui, ao longo da pesquisa, identificar se de fato abriram suas portas à comunidade ou ficaram apenas na intenção de criá-las sem a efetivação, sendo que a do bairro Kayser consta no *site* da Prefeitura como em funcionamento, em 2021, na escrita final deste texto, portanto a sua abertura se efetivou, apesar de eu não localizar a data exata.

Contudo, entre as 19 bibliotecas listadas como ativas em 2012, de duas não há informações de quando foram inauguradas, seja no livro de atas e no conjunto documental a que tive acesso por meio da Biblioteca Pública Municipal, seja nas entrevistas realizadas e reportagens veiculadas no *site* da Prefeitura (CAXIAS DO SUL, 2012a). Dessa forma, não há registro de início das atividades, apenas informação de que estavam em funcionamento naquele ano em específico, sendo as bibliotecas do Centro Comunitário Rosário II (Av. dos Girassóis, s/n, Bairro Rosário II) e da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Mariani (Rua Virgínia Bonini Reuse, nº 299, Loteamento Mariani).

Por mais que essa descrição detalhada possa ser cansativa às leitoras e aos leitores, considero importantes os registros, pois a fragmentação de documentos juntos à Biblioteca Pública Municipal de Caxias do Sul não contribuiu para que eu pudesse mapear o cronograma de aberturas das bibliotecas comunitárias da cidade. Portanto, ao fazê-lo neste texto busco contribuir com essa trajetória histórica e

cultural da cidade, apesar de não ser o objetivo em si da tese. Ao fazê-lo, também pude compreender o contexto que eu estava investigando, passo fundamental ao pesquisador e ao fazer deste estudo.

No ano de 2012 não há registros de novas bibliotecas inauguradas (ficando a dúvida se as de Rosário II e UBS Mariani foram instaladas antes dessa data ou não. Contudo, o ano de 2012 foi marcado pela segunda 'Formação de Agentes de Leitura', com representantes que atuavam à época nas bibliotecas comunitárias. Em 20 de junho, na Biblioteca da Estação (do tipo pública, localizada junto à Estação Férrea), foi realizada uma oficina de como a mágica pode contribuir com as práticas de incentivo à leitura e as formações continuaram nos dias 7 e 8 de dezembro sobre o papel da literatura e da biblioteca na vida das pessoas e da comunidade (CAXIAS DO SUL, 2012b; 2012c).

O registro no livro de atas é retomado com escritos em 25 de julho 2013 com o seguinte texto de autoria do bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal de Caxias do Sul que desde 2013 presta auxílio técnico às bibliotecas comunitárias:

A partir de dez de julho de dois mil e oito as bibliotecas comunitárias passam a ser coordenadas pelo Programa Permanente de Estímulo a Leitura (PPEL), Centros Comunitários e Programa Primeira Infância Melhor (PIM). A partir da implantação do Plano Municipal de Cultura, no ano de dois mil e treze, criou-se o Departamento de Livro e da Leitura onde as bibliotecas comunitárias passam a ser coordenadas pelo Sistema de Bibliotecas.

O livro de atas foi iniciado pela Biblioteca Pública Municipal em 2008, sendo que o projeto das bibliotecas comunitárias migrou para o PPEL nesse mesmo ano. Dessa forma, o livro é guardado e recomeçam os registros com informações referentes ao projeto em 2013, quando as unidades passam a ser novamente assessoradas pela Biblioteca Pública, que contribuía com a ALCA para a proposição de projetos submetidos e aprovados à LIC municipal em benefício das bibliotecas comunitárias.

Ficou evidente ao longo da investigação o quanto o projeto era bem querido pelos representantes do poder público municipal à época e pela coordenação do PPEL, ficando sob sua responsabilidade de 2008 a 2012/2013, quando entra em vigor o Plano Municipal de Cultura e há eleições municipais em 2012, com posse do novo prefeito, Alceu Barbosa Velho (PDT), vice de Sartori no seu primeiro mandato e

metade do segundo, quando deixou o governo após as eleições de 2010 para se tornar Deputado Estadual. Barbosa Velho retorna à Caxias do Sul para concorrer às eleições municipais de 2012 e provoca mudança nas cadeiras e nos cargos de confiança e de gestão, como a coordenação do PPEL ao assumir a Prefeitura.

Com a nova configuração política e organizacional no poder público municipal, observa-se a transição não apenas de agentes públicos/as e cargos, mas também de posicionamento do poder público em relação às bibliotecas comunitárias, uma nova fase que impõem novos papéis às pessoas e às bibliotecas, como veremos na próxima seção. Uma informação importante antes de seguirmos: o então secretário de cultura e entusiasta das bibliotecas comunitárias, Antonio Feldmann (MDB), torna-se vice-prefeito entre 2013 e 2016, na chapa de Alceu Barbosa Velho, ou seja, na dança das cadeiras, alguns permaneceram com assento garantido.

6.2 DISCURSO DE ASSESSORIA E DESEJO DE EMANCIPAÇÃO

No início de 2013, com a nova gestão da Prefeitura e a implantação do Plano Municipal de Cultura, há uma reestruturação na Secretaria de Cultura com a criação do Departamento do Livro e da Leitura (DLL), que passa a abrigar o PPEL e o Sistema de Bibliotecas responsável pela Biblioteca Pública e a Biblioteca da Estação. As bibliotecas comunitárias continuariam, a partir dessa data, sob responsabilidade do PPEL junto aos projetos de incentivo à leitura de uma forma geral no âmbito do município.

Nessa nova conjuntura, assume o Departamento do Livro e da Leitura a Sra. Daniela Tomazzoni Ribeiro, o Sistema de Bibliotecas a Sra. Maria Cristina Pisoni e o PPEL a Sra. Salete Suzin, ficando o bibliotecário (da Biblioteca Pública) Cássio Felipe Immig como responsável técnico junto às bibliotecas comunitárias.

A partir da documentação consultada ao longo da pesquisa bem como das entrevistas, em especial as com os/as agentes públicos/as, uma que atuou antes dessa reformulação e outro após, portanto com visões diferentes dos fatos (sem esquecer as questões políticas impostas na cidade após as eleições municipais de 2012, as quais exigiriam outros aprofundamentos que não são o propósito deste texto), pontuo que há uma mudança de postura por parte do poder público em

relação às bibliotecas comunitárias no sentido de afastamento destas, como retornarei no capítulo seguinte, por enquanto sigo na constituição do percurso de consolidação das bibliotecas.

A primeira reunião do novo organograma da Secretaria Municipal de Cultura com as equipes das bibliotecas comunitárias ocorre em 27 de maio de 2013, quando a nova gestão é apresentada aos/às agentes de leitura e é pontuado que “A partir de agora a coordenação irá visitar cada uma das 19 bibliotecas comunitárias, para verificar seu funcionamento e necessidades buscando avaliar as demandas de cada comunidade onde estão inseridas” (CAXIAS DO SUL, 2013a, não paginado). O texto não explicita quem da ‘coordenação’ faria as visitas, se o PPEL enquanto responsável ou o Sistema de Bibliotecas, prestando assessoria técnica às bibliotecas. Essa primeira reunião de 2013 entre a nova gestão da Secretaria de Cultura e os/as agentes das bibliotecas comunitárias não consta no livro de atas e foi recuperada por meio de reportagem publicada no *site* da Prefeitura.

Na entrevista realizada com o Agente público 1, servidor do município, foi possível compreender o que não havia ficado claro dessa primeira reunião da nova gestão da Secretaria de Cultura com os/as agentes de leitura:

Então, do início, meu papel era mais esse de auxílio técnico mesmo, disso e no início a gente fez uma reunião, com todas as pessoas que se conseguiu contatar, nas bibliotecas comunitárias de então, nos apresentamos, e aí depois a gente fez visitas e aí o meu papel era esse de ver a condição do acervo, dar algumas dicas ali de como organizar, essa parte assim mais técnico administrativa mesmo (AP1, 2020, p. 4).

O livro de atas das bibliotecas comunitárias sob guarda da Biblioteca Pública de Caxias do Sul é retomado com reunião no dia 24 de setembro de 2013, na qual Maria Cristina Pisoni e Cássio Felipe Immig anunciaram aos presentes às atividades realizadas pela dupla desde julho daquele ano, quando se inteiram e abraçam o projeto em relação às bibliotecas comunitárias do município, tais como: reestruturação do projeto em si, visitas e diagnóstico das unidades, prestação de assessoramento, ações integradas com o poder público e comunitárias e valorização desses espaços. A Sra. Maria Cristina explicitou que essas bibliotecas estariam inseridas nas ações desenvolvidas pelo PPEL, não pela Biblioteca Pública Municipal, e que eles estariam contribuindo então somente com assessoria às ações

realizadas, quando necessário, apesar de ficarem a cargo também das reuniões que ocorreriam quase que mensalmente em certos períodos.

Destaco que as bibliotecas comunitárias ficaram a cargo do PPEL, ao menos de forma oficial, mas quem visita os espaços para averiguar suas necessidades é o Sistema de Bibliotecas, o que me permite compreender que a partir de 2013 o projeto das bibliotecas comunitárias passa a perder sua identidade, antes valorizado pelo então secretário Antonio Feldmann e a coordenadora do PPEL Luiza Motta, que faziam questão de divulgar o projeto (representando-o inclusive em evento internacional), e agora um tanto deixado de lado, como a lembrança da outra gestão, o que é contraditório, haja vista que o então secretário de cultura torna-se vice-prefeito a partir de 2013, esperando-se, assim, que as bibliotecas comunitárias ganhassem ainda mais projeção.

A reportagem da Assessoria de comunicação da Prefeitura com a primeira reunião entre a nova gestão da Secretaria de Cultura e os/as agentes de leitura (maio de 2013) narra que foi realizada “[...] uma reunião para a revitalização das bibliotecas comunitárias” (CAXIAS DO SUL, 2013a), porém as unidades não estavam paradas, sendo que em dezembro de 2012 o mesmo grupo de agentes de leitura teve formação sobre leitura e literatura promovida pela gestão anterior do município. Muda a gestão e uma nova identidade é dada às bibliotecas comunitárias, como se uma nova marca começasse a ser impressa ao projeto original.

Em setembro de 2013 estavam em funcionamento 19 bibliotecas comunitárias, conforme ata nº 1/2013, apesar de não constar quais seriam. É possível mensurar que deveriam ser as mesmas apontadas em 2012, que ainda estariam em funcionamento em virtude das pastas de documentações a que tive acesso juntamente ao livro de atas e reportagens veiculadas pela Assessoria de comunicação da Prefeitura, montando assim quase um quebra-cabeça.

Na mesma reunião foi discutida a possibilidade de as bibliotecas comunitárias participarem de um novo edital referente à LIC municipal que poderia contribuir para a qualificação dos espaços, esclarecendo que os/as bibliotecários/as da Biblioteca Pública poderiam apenas apoiar a iniciativa e não participarem da elaboração do projeto, tendo em vista que, por serem servidores/as do poder público, não deveriam se envolver em edital do município. A ata nº 01/2013 (não paginada) é clara quando registra:

Foi divulgada [na reunião] o Edital de Apoio a Bibliotecas Comunitárias e Pontos de Cultura – 2013, esclarecendo que caso queiram participar [as agentes e as bibliotecas] a coordenação poderá apenas apoiar na elaboração do projeto, pois o poder público não pode estar envolvido no mesmo.

Quem de fato seria a ‘coordenação’? Haveria uma coordenação, já que as bibliotecas seriam da comunidade ou ‘comunitárias’ pelo menos no nome? O poder público e os/as servidores/as participariam apenas como assessoria técnica ou o apoio se expandiria para a gestão das unidades? A partir desse momento, de apoio e não mais de abraçar as bibliotecas comunitárias para caminharem juntos, é que pontuo a mudança de posicionamento por parte do município e dos/as agentes públicos/as acerca das bibliotecas comunitárias, de ‘nosso projeto’ a ‘você são independentes, nós apenas apoiamos’, estimulando, para não dizer forçando, uma emancipação que não se concretiza.

O desejo de emancipação surge por parte do poder público, para que as bibliotecas comunitárias se tornassem (mais) independentes, e não das próprias unidades ou de seus/suas agentes de leitura, ou mesmo das comunidades para que isso acontecesse, parte em virtude dos entrelaçamentos das bibliotecas e o poder público e parte por causa das (não) relações de enraizamento comunitário estabelecido e fortificado, conforme cada território e sua unidade, tendo por base cada contexto, biblioteca e suas relações internas nas comunidades.

Destaco que a assessoria às bibliotecas comunitárias por parte da equipe da Biblioteca Pública não inicia em 2013 e sim no início do projeto, mudando ao longo dos anos o/a agente público que contribuía com seus conhecimentos técnicos. A Agente pública 3 aponta essa questão em entrevista ao ser questionada sobre o suporte que prestava às unidades quando estava próxima do projeto, em 2008:

Hã... se dava treinamento para as pessoas que ficavam responsáveis. Então elas recebiam treinamento válido e quando elas tinham algum tipo de dúvida, de necessidade, elas nos procuravam. Isso na época que a gente tava implantando. Depois o Cássio fazia reuniões, eu acho que frequentes, com o pessoal [pausa]. Teve uma época que olha, só se via o Cássio através desses dessas sobras de dinheiro dos projetos, hã o Cássio até... se pagava um *pró-labore*, uma ajuda de custo pra elas, pra elas poderem se deslocar do bairro até, até a Biblioteca pra participar das [reuniões] (AP3, 2020, p. 5).

A agente, servidora municipal aposentada, revela as suas ações de assessoria no início do projeto das bibliotecas comunitárias e a transição de assessoramento com a chegada do novo bibliotecário ao município, em 2013, quando assume o cargo e a prestação do serviço. O *pró-labore* citado pela agente era pago aos/às agentes de leitura com recursos advindos dos projetos aprovados com a LIC municipal.

No ano de 2013 a Associação de Livreiros Caxienses teve então aprovado o projeto de incentivo à cultura junto à Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, por meio da LIC do município, intitulado 'Formação de agentes de leitura para dinamização das bibliotecas públicas'. O projeto se propôs a “[...] ampliar as possibilidades de ‘uma leitura do mundo’, autônoma, o que parece ser mais dificultoso sem a leitura da palavra” (PROJETO CULTURAL..., 2013). O valor total do projeto foi de R\$ 59.967,30, com início em março de 2013 e término previsto para dezembro de 2013. A ALCA, que até então era apoiadora, passa a acolher a proposta de continuidade das bibliotecas comunitárias – encarregando-se de apresentar e gerenciar, ao menos *a priori*, o projeto, já que o poder público se afasta – e da gestão dos recursos, visando a apoiar parte das atividades das bibliotecas.

Portanto, a ALCA passa a ser o proponente do projeto, já que se tivesse (ou fosse exposto) o apoio do poder público na tentativa de acessar recursos advindos dos impostos das empresas instaladas na cidade, da sociedade civil ou de parte dela, poderia haver questionamentos (como viria a acontecer), afinal seria o poder público submetendo projetos para acessar recursos que iriam para o poder público, caso os recursos não fossem acessados via Lei de Incentivo; ou mesmo outros projetos da sociedade civil que poderiam submeter projetos para então acessarem os recursos junto às empresas da região, já que se não fossem destinados à LIC seriam pagos em impostos à Prefeitura.

A ALCA é a proponente do projeto submetido e aprovado à LIC municipal em 2013, uma vez que os/as agentes de leitura não estavam organizadas em uma rede ou organização para participarem do Edital da LIC, sendo que até 2012 o suporte dado pela Prefeitura e pelo PPEL tinha outra dimensão, um acolhimento mais próximo em relação às demandas das bibliotecas comunitárias. Em outras palavras, os/as agentes de leitura até esse momento (2013, mas que se estende até 2021) não tinham se organizado a ponto de participarem de projetos de incentivo à cultura, como, por exemplo, se congregando em uma ONG ou possuindo Cadastro Nacional

da Pessoa Jurídica (CNPJ), item importante para poder buscar apoiadores/as e recursos às bibliotecas comunitárias.

A ALCA não foi a única proponente de projetos à LIC municipal, assim como 2013 não foi o primeiro ano de acesso aos recursos, conforme aponto no Quadro 9:

Quadro 9 – Projeto das bibliotecas comunitárias submetidos e aprovados à LIC Municipal (2007-2017).

Ano	Título	Proponente	Valor destinado
2007	Rede de Bibliotecas Comunitárias	Academia Caxiense de Letras	R\$ 48.860,00
2008	Formação de agentes de leitura para dinamização das bibliotecas comunitárias	Academia Caxiense de Letras	R\$ 24.937,78
2009	Ampliação da Rede de Bibliotecas comunitárias	Associação dos Amigos do Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho	R\$ 49.987,03
2011	Formação de agentes de leitura	Associação dos Livreiros Caxienses	R\$ 49.595,49
2013	Formação de agentes de leitura para dinamização das bibliotecas comunitárias	Associação dos Livreiros Caxienses	R\$ 59.967,30
2015	Formação de agentes de leitura para dinamização das bibliotecas comunitárias	Associação dos Livreiros Caxienses	R\$ 59.981,41
2017	Manutenção das bibliotecas comunitárias e incentivo aos agentes de leitura	Associação dos Livreiros Caxienses	R\$ 59.974,86

Fonte: Elaborado pelo autor (2021) a partir de Caxias do Sul (2021g).

Ainda há dois projetos aprovados pela associação em 2014 e 2015 com o mesmo nome, 'Ações de incentivo à leitura', sem identificação de que ações seriam essas e seus destinatários, sendo que os projetos não estão disponíveis na íntegra. Contudo, a ALCA também acessa a LIC municipal para outros projetos da Prefeitura em diferentes anos, como desde 2011 para a Feira do Livro de Caxias do Sul e projetos de Passaporte da Leitura e bibliotecas comunitárias, sendo que até 2021 permanecia submetendo projetos visando os recursos, agora apenas para o Passaporte da Leitura, sendo que a Feira do Livro teve como proponente Arcângelo Zorzi Neto e para as bibliotecas comunitárias o último projeto aprovado foi em 2017, conforme Quadro 9 (CAXIAS DO SUL, 2021g).

Voltando ao projeto aprovado pela LIC em 2013, este buscou servir, segundo sua descrição, como estratégia de inclusão social e desenvolvimento humano a partir da formação de 20 agentes de leitura escolhidos/as pelas próprias

comunidades (uma vaga para cada unidade) e/ou por seus/suas presidentes/as, para atuarem na dinamização das bibliotecas, contribuindo assim com a socialização da leitura e do letramento literário. Não ficam claro na documentação quem seriam os/as 20 agentes de leitura a participarem da formação, nem mesmo quais seriam as 20 bibliotecas comunitárias contempladas, apesar de na ata de setembro de 2013 haver a afirmativa de que teriam 19 espaços em funcionamento.

A partir do projeto da ALCA aprovado via LIC municipal, foram previstos e realizados quatro encontros com os/as agentes de leitura, fornecendo subsídios teóricos e práticos para as suas atuações. Além disso, o projeto previu uma bolsa remunerada para o/a agente de leitura que fosse selecionado/a para atuar em sua comunidade, reforçando que o/a agente seria escolhido/a pela própria comunidade (ou deveria ser, e não pelo/a presidente/a do bairro), sem estabelecer no documento os critérios que deveriam ser observados nessa seleção, como se havia ou não escolha pessoal dos/as coordenadores/as dos centros comunitários.

O bibliotecário Cássio Felipe Imming participou, em dezembro de 2013, do Encontro Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias realizado em São Paulo/SP. No evento, apresentou trabalho intitulado 'Projeto de valorização e revitalização das Bibliotecas Comunitárias de Caxias do Sul', escrito por ele e pela Sra. Maria Cristina Pisoni. O texto versava sobre a experiência de Caxias do Sul com suas bibliotecas comunitárias bem como o projeto de valorização desses espaços, esclarecendo que a assessoria por sua parte era no tocante a questões técnicas e não de funcionamento do espaço, abrangendo, por exemplo, a maneira como proceder ao receber doações, as formas de organizar o acervo ou utilizar o livro de registros dos materiais.

Chama a atenção que, apesar do distanciamento que o poder público tenta imprimir em relação às bibliotecas comunitárias a partir de 2013, o servidor participa e as representa em um evento internacional não como partícipe do grupo de agentes de leitura, mas sim a partir do assessoramento a esse grupo e as unidades. Dessa forma, o poder público continuou colocando em vitrine o projeto, apesar de não se considerar responsável por este. Saliento ainda a intenção de exprimir o respeito às comunidades por parte do bibliotecário, o que é importante quando pensamos em bibliotecas comunitárias, nas quais a organização e a gestão deveriam ser das próprias comunidades.

Sobre a última reunião de 2013, em 12 de dezembro (ata nº 03/2013), esta foi replicada como reportagem pela Assessoria de comunicação no *site* da Prefeitura (CAXIAS DO SUL, 2013b). Chamou-me a atenção a forma como os/as agentes de leitura que atuam em cada biblioteca são nomeados: na ata nº 02/2013 são 'agentes', na ata nº 03/2013 são 'representantes' e na reportagem são 'responsáveis'. Já 'agente' pode ser compreendido/a como a pessoa dinamizadora das ações, 'representantes' seriam aqueles/as indicados/as pela comunidade para estar nas reuniões e 'responsáveis' carrega um peso maior, afinal seriam aqueles/as que respondem pelos atos praticados na e pelas unidades.

Em uma leitura ingênua, pode parecer apenas uma variação terminológica, mas cada termo carrega seus significados e executam (ou podem direcionar para a execução de) papéis sociais com níveis diferentes, que simbolizam, segundo minha interpretação sob os dados, a postura do poder público frente às bibliotecas comunitárias, dando autonomia aos/às agentes, mas, sobretudo, pondo-os/as uma carga de responsabilidade que até então não se via, ao menos nos discursos oficiais e escritos.

As reuniões entre Biblioteca Pública Municipal e os/as agentes de leitura continuaram em 2014, com encontros durante o ano abordando assuntos diversos, como projetos para as bibliotecas comunitárias, projetos do município em torno do livro e da leitura, Feira do livro, formações, trocas de experiências, atividades realizadas, novas inaugurações de espaços e qualificação dos acervos para as bibliotecas já existentes.

Em maio de 2014 foi inaugurada a Biblioteca Comunitária do Ponto de Cultura Costurando Sonhos, no bairro Forqueta, em vaga aberta devido ao incêndio na biblioteca dos bairros Santa Corona/Conquista, que obrigou o fechamento desta. Situação semelhante aconteceu com a Biblioteca Comunitária do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Villa-Lobos/Vergueiros, que pelo encerramento dessa instituição teve seu acervo bibliográfico encaminhado à Casa de Passagem São Francisco/Projeto Mão Amiga, que passou a abrigar uma biblioteca. Assim, ao menos os mobiliários e os acervos ganharam novas comunidades a partir da inauguração de novos espaços.

A Organização Não-Governamental (ONG) Cirandar, de Porto Alegre/RS, participou da reunião de setembro (2014) com os/as agentes de leitura das bibliotecas comunitárias caxienses bem como a equipe da Biblioteca Pública para

explanar sobre as suas experiências na região metropolitana. A ONG Cirandar mantinha na capital gaúcha, até 2019, oito bibliotecas comunitárias, fomentando suas ações bem como atuando na formação e na democratização do livro e da leitura. Houve esse primeiro contato entre a Cirandar e as bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul/RS, conforme ata nº 05 de 2014.

No *site* da Cirandar consta o projeto deles de 2014 na busca de fomentar a criação de redes de bibliotecas comunitárias no RS. Segundo a ONG: “Foram realizados diversos encontros de formação com intercâmbio entre as bibliotecas abordando temas relacionados à mediação de leitura, acervo, enraizamento comunitário, comunicação, cultura popular entre outros” (CIRANDAR, 2021, não paginado).

Em conversa informal com o bibliotecário que assessora as bibliotecas comunitárias ao longo da pesquisa, ele informou-me que a proposta inicial a partir da abertura do diálogo com a Cirandar era adaptar o modelo utilizado na região metropolitana de Porto Alegre para a realidade caxiense, contudo não houve avanços, não se estabelecendo uma rede advinda das comunidades, o que contribuiria para que as comunidades assumissem de modo integral a gestão das bibliotecas e dos recursos. Esse foi mais um movimento no desejo de emancipação das bibliotecas comunitárias, descolando-se do poder público e da imagem de hierarquização que se estabelecia já naquela época.

As bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul foram convidadas a participar de um curso de ‘Formação de Mediadores de Leitura’ ofertado pela ONG Cirandar e realizado durante oito encontros, sendo cinco realizados em 2014, entre Porto Alegre e Canoas, e três em 2015, sendo um deles realizado na Serra Gaúcha (entre os dias 29 e 30 de junho, em Caxias do Sul). Para as atividades realizadas fora do município, a Prefeitura de Caxias do Sul concedeu transporte para os/as agentes de leitura (com recursos públicos, já que não havia recursos para este fim no projeto aprovado pela LIC municipal) e a Cirandar ofertou estadia para que fosse possível a participação dos/as agentes e a realização das atividades.

No ano de 2015 foram realizadas reuniões quase que mensais entre a equipe da Biblioteca Pública e os/as agentes de leitura, com temas e pautas diversas. Entre as discussões estavam desde conversas literárias sobre o projeto submetido à LIC municipal, ações desenvolvidas separadamente pelas bibliotecas comunitárias – mas também coletivamente, como a organização para recepção do grupo da

Cirandar em Caxias do Sul e a realização de um sarau literário durante a Semana Farroupilha – até participações dos/as agentes de leitura em eventos organizados pela Secretaria de Cultura, como a Feira do Livro da cidade.

Em reunião no dia 4 de novembro de 2015 (ata nº 07/2015) foi informado aos/às agentes de leitura das bibliotecas comunitárias que a ONG Cirandar daria continuidade, no ano seguinte, aos encontros para formações e que as unidades caxienses estavam convidadas a participar das ações previstas que aconteceriam em diferentes cidades, sendo oito encontros em Porto Alegre, um em Canoas e um em Caxias do Sul. O Departamento do Livro e da Leitura, órgão que congrega a partir de 2013 a Biblioteca Pública e que presta assessoria através de bibliotecário, ofereceria transporte e ajuda de custo para as refeições e a Cirandar ficaria responsável pela hospedagem.

A mesma ata, em seu início, manifesta os planos do DLL em dar continuidade às atividades no próximo ano (2016): “A reunião foi aberta pela diretora do Departamento do Livro e da Leitura [...], que saudou os presentes [...] e evidenciou o compromisso do Departamento em dar sequência ao projeto das Bibliotecas Comunitárias em 2016”, como um projeto da Prefeitura e da Secretaria de Cultura. Ainda sobre os planos para 2016 e a formação ofertada pela Cirandar, a diretora do DLL expõe:

A diretora do Depto., Daniela [Tomazzoni Zanandréa Ribeiro], afirmou que haverá apoio para o transporte [para ida e volta aos locais da formação] e será feito um esforço para que se consiga alguma ajuda de custo para alimentação. Ponderou também que a bolsa recebida pelos agentes de leitura poderia ser entendida como um auxílio nestes momentos de saídas, lembrando que o propósito do pagamento é auxiliar no transporte e outras despesas dos agentes com a Biblioteca Comunitária.

O trabalho dos/as agentes de leitura, que até certo momento foi somente voluntário, passou a contemplar o pagamento de uma bolsa auxílio a partir de projeto aprovado junto à LIC municipal, o que não fica claro é: os recursos deveriam ser utilizados para os/as agentes (como transporte para as reuniões mensais na Biblioteca Pública) ou para “despesas dos/as agentes com a Biblioteca Comunitária”, conforme cita a diretora do DLL?

Ainda, as participações nas reuniões seriam de fato obrigatórias, ponderando que o papel do poder público, a princípio, não seria apenas de assessoramento?

Quem não tinha dúvidas de como proceder nas bibliotecas teria que participar mesmo assim? Apesar disso, as participações nas reuniões mensais se tornavam imprescindíveis, pois era nelas que os/as agentes recebiam o valor da bolsa auxílio.

Ao longo da pesquisa não tive acesso à cópia do projeto de 2015 da ALCA, aprovado pela LIC Municipal, mas tive acesso à de 2017 (que parecem ser muito semelhantes em suas propostas), na qual, na descrição das atividades, consta: “[...] pagamentos mensais de *pró-labore* (R\$150,00³⁴) aos mediadores de leitura (incentivo financeiro)”, portanto o valor da bolsa seria um incentivo ao trabalho realizado – que seria abrir o espaço e ser um/a agente de leitura atuante em sua comunidade –, um recurso vindo de empresa apoiadora do projeto, mas que, se não apoiasse o projeto das bibliotecas comunitárias ou outro projeto cultural, seria pago em impostos à Prefeitura.

A bolsa era paga sempre no mês posterior, não de forma adiantada, como a de novembro sendo paga na reunião do dia 2 de dezembro de 2015 (ata nº 08/2015). Dessa forma, os recursos não poderiam ser utilizados para deslocamentos já realizados pelos/as agentes/as, tão pouco poderiam para arcar com alimentação nas viagens para formação junto a Cirandar em Porto Alegre, a menos que utilizassem recursos próprios para que fossem ressarcidos no mês seguinte por meio da bolsa-auxílio ou fizessem uma economia pessoal com esses recursos para investir em si na qualidade de agentes, conforme surgissem oportunidades de qualificação. Esse ponto não foi discutido em nenhuma reunião com o grupo, ao menos não pelos registros do livro de atas.

Ainda nessa segunda fase das bibliotecas comunitárias caxienses, outras três unidades foram inauguradas entre 2014 e 2016, conforme Quadro 10:

Quadro 10 – Bibliotecas comunitárias inauguradas entre 2014 e 2016.

Biblioteca comunitária	Endereço	Inauguração
Ponto de Cultura Costurando Sonhos	Av. Luiz Franciosi Sério, nº 350, Bairro Forqueta.	16/05/2014
Casa de Passagem São Francisco/Projeto Mão Amiga	Av. Circular Pedro Mocelin, nº 421, Bairro Cinquentenário.	Maio de 2014
Associação regional do deficiente físico, A/RAMPA	R. Venâncio Aires, nº 1198, Centro.	Maio de 2016

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do conjunto de documentos da pesquisa (2021).

³⁴ No projeto aprovado via LIC municipal em 2015 o valor da bolsa auxílio aos/às agentes de leitura das bibliotecas comunitárias era de R\$123,00 (ata nº 02/2015), passando a ser R\$ 150,00 a partir do projeto aprovado em 2017.

O ano de 2016 foi ativo na realização de reuniões entre a equipe da Biblioteca Pública, que coordena (ou melhor, assessora) as bibliotecas comunitárias, com pautas ligadas ao funcionamento das unidades, às atividades de incentivo ao livro e à leitura, ao diálogo sobre a possibilidade de visitas às bibliotecas entre os/as agentes para estes conhecerem e verificarem ações que dão certo e podem ser replicadas e a momentos para os pagamentos das bolsas-auxílio. O bibliotecário assessor passa a assumir nesse momento o Sistema de Bibliotecas da Prefeitura Municipal, agregando a atividade de assessoramento às bibliotecas comunitárias.

De 2013 a 2016, durante a gestão do prefeito Alceu Barbosa Velho, o projeto das bibliotecas comunitárias foi continuado pelo Departamento do Livro e da Leitura, inicialmente ficando a cargo do PPEL, mas a documentação, especialmente o livro de atas, mostra que foi o Sistema de Bibliotecas que tomou a frente do projeto, em alguns momentos se colocando como coordenador deste e em outros momentos fazendo questão de frisar que apenas prestava assessoria, apesar de ser encarregado de organizar e mediar as reuniões mensais, fazer a compra de livros com recursos da LIC municipal e de certo modo gerenciar os/as agentes de leitura, seus horários de atuação nas bibliotecas e participação nas reuniões, com lista de presença e justificativas de não comparecimentos. Estava, assim, estabelecida mais do que uma relação: de coleguismo e apoio.

6.3 NOVOS ARES À CIDADE E A ESCASSEZ DE RECURSOS ÀS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

Um novo ano eleitoral, 2016, provoca nova dança das cadeiras com a chegada do novo prefeito eleito, Daniel Guerra, do Republicanos, que toma posse em 01 de janeiro de 2017, mas não consegue cumprir todo o seu mandato, sofrendo *impeachment* em 22 de dezembro de 2019. A passagem de Guerra pela Prefeitura foi marcada por controvérsias, como a briga com o vice-prefeito logo no primeiro ano de mandato, que chegou a renunciar e voltar atrás da renúncia, sendo que logo após o prefeito extinguiu o cargo de vice, governando sozinho a cidade de setembro de 2017 até o fim de seu período. Após seis pedidos de *impeachment*, o sétimo foi acatado pela Câmara de Vereadores, tirando o prefeito do cargo.

Esse breve panorama político demarca um novo tempo para as bibliotecas comunitárias caxienses, mas, sobretudo, para a área cultural da cidade, com cortes de recursos destinados à referida pasta e seus projetos. Ainda nesse sentido, das três ações que promoveram o *impeachment* do prefeito Guerra, duas dizem respeito à perseguição a ações culturais tradicionais na cidade, sendo elas: a proibição de uso da praça (central) Dante Alighieri para a benção anual dos freis Capuchinos e o ato discriminatório de proibição de realização da Parada Livre (do orgulho LGBTQIA+) junto à rua Marques do Herval, uma das laterais da Praça Dante Alighieri.

Nesse cenário, a ALCA teve outra proposta aprovada pela LIC municipal, um projeto em prol das bibliotecas comunitárias caxienses em 2017, dessa vez denominado de ‘Manutenção das bibliotecas comunitárias e incentivo aos agentes de leitura’, buscando “[...] viabilizar a continuidade do trabalho das bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul, que tem sido estratégico e fundamental na democratização e descentralização do livro, leitura e literatura na cidade” (PROJETO CULTURAL..., 2017). O valor do projeto foi de R\$ 59.974,86, com início em março de 2017 e término previsto para maio de 2018.

O projeto de 2017 visou a fomentar as bibliotecas comunitárias em quatro ações principais: 1) realização de reuniões mensais com os/as agentes e as equipes do DLL e da Biblioteca Pública, visando a trocas de experiências e fomento às atividades a serem realizadas; 2) incentivo financeiro aos/às agentes de leitura no valor de R\$ 150,00 mensais por pessoa, devendo a biblioteca ficar aberta ao público pelo menos 4h semanais; 3) oficina de qualificação dos/as agentes atuantes nas unidades a ser ministrada pela bibliotecária pernambucana Cida Fernandez, com o tema ‘Literatura como direito humano’; e 4) aquisição, qualificação e expansão dos acervos pertencentes às bibliotecas.

Em reunião realizada em 10 de março de 2017 (ata nº 01/2017), a então coordenadora do PPEL, Sra. Heloísa Bacichette, expõe uma das dificuldades dos projetos junto à LIC no que se refere à contribuição (bolsa-auxílio) aos/às agentes de leitura atuantes nas bibliotecas comunitárias, que seria o alto valor pago de impostos em virtude da relação direta que se estabelece entre os/as agentes e a ALCA, proponente do projeto.

Foi levantada a possibilidade da constituição de Microempresa Individual (MEI) ou mesmo a criação de uma ONG para gerenciar os recursos oriundos de

projetos via LIC, ou ainda o desejo antigo da criação de uma rede de bibliotecas comunitárias que tivesse/fosse uma ONG para propor e gerenciar os projetos e recursos advindos de leis de incentivo. Novamente levanta-se o assunto e o desejo de emancipação das bibliotecas comunitárias, inclusive não precisando mais da ALCA para submeter projetos à LIC.

Em conversa informal com o bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal, este salientou que a proposta apresentada pela Sra. Heloísa para agilizar os pagamentos aos/às agentes de leitura ainda não chegara a sair do papel até 2021, uma vez que as bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul também não foram contempladas com novos projetos que visassem a arrecadar contribuições via LIC nos anos seguintes a 2017, faltando, dessa forma, uma mobilização e organização interna dos/as agentes de leitura se constituindo em grupo/rede.

A não aprovação de novos projetos ou mesmo as não submissões se deram pela indicação do poder público de que a equipe da Biblioteca Pública não auxiliasse mais a ALCA na elaboração de propostas, já que agentes da sociedade civil haviam questionado a Prefeitura sobre algo que já discorri aqui na tese: o poder público se beneficiando de uma lei municipal para fomentar projetos sob sua responsabilidade, coordenação ou assessoria, como os/as agentes públicos preferem ressaltar.

Em reunião em 25 de abril de 2018, diversos/as agentes de leitura expuseram algumas de suas dificuldades para atrair e manter seus públicos, destacando a falta de recursos financeiros e humanos na área cultural no município, sendo necessário utilizar a criatividade por meio de projetos municipais já existentes ou comunitários para qualificar as unidades. Foi ainda discutida a importância da aproximação das bibliotecas com as comunidades, inclusive abrindo portas para voluntários/as que desejassem realizar ações em prol da sua comunidade, sendo que a própria continuidade das bibliotecas comunitárias dependeria do envolvimento das pessoas com esses espaços. A recepção de voluntários/as nas bibliotecas deveria ser algo já comum e não discutido apenas em 2018, afinal, enquanto espaço comunitário, seus/suas moradores/as deveriam se sentir acolhidos/as a ponto de se envolverem e atuarem em prol da biblioteca.

Ainda nessa reunião de abril, uma das agentes de leitura cobra que a Prefeitura poderia auxiliar com pessoas e ações para atrair públicos às bibliotecas comunitárias e, conforme ata da reunião, “[...] Maria Cristina [então diretora do DLL] reconheceu que é um trabalho realizado por amor à causa e que escassez de

recursos pode ser um limitador, mas que estamos em uma época de crise na área cultural e nesses períodos é preciso usar mais a criatividade [...]”, estimulando que os/as agentes busquem junto às suas próprias comunidades alternativas para tornar as bibliotecas mais dinâmicas e atrativas, ‘lavando as mãos’, como diria o ditado popular, do poder público na prestação de ações junto às bibliotecas.

As dificuldades na área cultural foram sentidas na cidade com a gestão que assumiu em 2017. Além de cortes de recursos, a pouca ou inexistente valorização de atividades também foi percebida, não apenas no campo das bibliotecas comunitárias, mas na esfera cultural na cidade num todo, como em outros projetos que envolvessem música, dança e artes cênicas, por exemplo.

Cito ainda a não decoração da Praça Dante Alighieri no período de Natal pelo prefeito Guerra, como acontecia até então. Pode parecer algo de menor valor, mas ao retirar os enfeites e festividades do coração da cidade para colocá-los em frente ao prédio da Prefeitura, o prefeito escolhe o público favorito para contemplar a decoração, não mais toda a cidade, mas sim os moradores do bairro da considerada classe alta da cidade, onde se encontra o paço municipal. Permitir ou dificultar o acesso à arte, à música e à dança enquanto expressões culturais também foi uma escolha, demonstrando que o espaço público não é/seria para todas/as, nem para os freis Capuchinhos, quem dirá para a comunidade LGBTQIA+ ou mesmo o povo de uma forma geral.

Na última reunião de 2018, realizada em 12 de dezembro, sobre o último projeto da ALCA aprovado em 2017 para captação de recursos para as bibliotecas comunitárias o bibliotecário que assessora as unidades explanou, conforme texto da ata, que já havia se encerrado o pagamento de auxílios aos/às agentes de leitura (o último pagamento ocorreu em julho de 2018, conforme as atas). Ainda foi exposto que por limitações legais “[...] a Prefeitura não pode fazer investimentos diretos nas bibliotecas comunitárias e que por consequência dos questionamentos à parceria ALCA/DLL também não há perspectiva de novo projeto de LIC nos moldes dos anteriores”, ao menos para as comunitárias.

Na mesma reunião o bibliotecário Cássio e a Sra. Maria Cristina, diretora do DLL, expuseram que continuariam prestando suporte conforme fosse possível para as bibliotecas comunitárias, como apoio nas reuniões, doação de livros, vagas em cursos etc. e expuseram ainda que o ideal seria que as bibliotecas comunitárias se articulassem para formar uma entidade, MEI ou ONG, como já exposto em outras

reuniões (assunto que ganha força e frequência nas reuniões com os/as agentes de leitura a partir do novo governo), ou mesmo verificassem outra maneira para encontrar uma entidade parceira para propor e submeter projetos visando os recursos da LIC municipal que não mais a ALCA.

Essa é a última ata registrada no livro de atas a que tive acesso. Conforme os presentes sugeriram, as reuniões a partir de 2019 seriam mais espaçadas, sem determinar a periodicidade, já que não haveria mais o pagamento de bolsa-auxílio e a necessidade de idas mensais à Biblioteca Pública. Os/as presentes salientaram que continuariam atuando de todo modo nas bibliotecas de suas comunidades, independentemente dos recursos via LIC. Nessa reunião é possível mensurar, ao menos em parte, uma possível desarticulação dos/as agentes de leitura e os/as servidores/as do Sistema de Bibliotecas/DLL, já que em 2018 aconteceram apenas três reuniões de acordo com o livro de atas e na última, em dezembro, havia apenas quatro agentes, número muito inferior ao que se costumava ter em outros momentos. Uma reunião curta, conforme ata, sem amigo secreto ou confraternização, como de costume: um novo *modus operandi* estava posto.

Em 2020 e 2021 as bibliotecas comunitárias ficaram fechadas devido à pandemia de COVID-19, que requer distanciamento social além de outros protocolos, como uso de máscaras e higienização das mãos. Como estamos em tempos jamais vivenciados, apesar de já termos passado por outras pandemias, essa em especial tem sua intensidade em muito provocada pela desinformação e as *fakes news*, como fenômenos que tornam o vírus ainda mais letal e os cuidados mais apurados.

O Quadro 11 indica as 17 bibliotecas comunitárias que estavam em atividade até março de 2020, quando a COVID-19 começa a assolar o Brasil, não sendo possível mensurar quais delas retornarão suas atividades no pós-pandemia:

Quadro 11 – Bibliotecas comunitárias caxienses ativas em março de 2020.

Nº	Biblioteca	Inauguração	Endereço	Funcionamento
1	Biblioteca Comunitária A/RAMPA (Associação)	2016	R. Venâncio Aires, nº 1198, Centro.	Segunda a sexta, das 13h às 17h.
2	Biblioteca Comunitária Belo Horizonte (Centro Comunitário)	2010	R. Dos Viticultores, nº 41, Bairro Belo Horizonte.	Segunda a sexta, das 14h às 18h.
3	Biblioteca Comunitária Canyon (Núcleo de Capacitação)	2009	R. Da Esperança, nº 435, Bairro Canyon.	Segunda a sábado, das 8h às 12h.

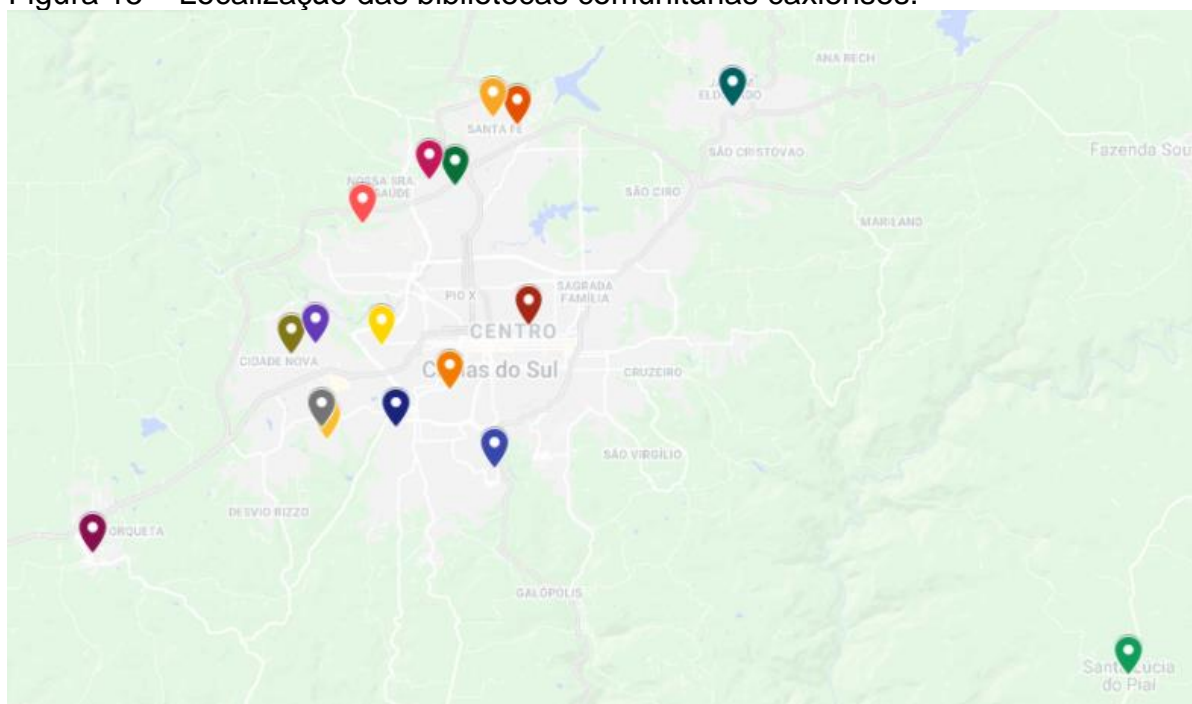
4	Biblioteca Comunitária Casa de Passagem São Francisco	2014	Av. Circular Pedro Mocelin, nº 421, Bairro Cinquentenário.	24h por dia (aberta aos moradores acolhidos).
5	Biblioteca Comunitária Cidade Nova I (Centro Comunitário/casa da agente)	2010	R. Francisco Lorenzi, nº 735, Bairro Cidade Nova.	Quartas, das 8h às 9h, e quintas, das 13h às 14h.
6	Biblioteca Comunitária Clube de Mães Sta. Mãe de Deus (Centro Comunitário Pôr-do-Sol)	2008	R. Paulina Fonini, nº 236, Bairro Pôr do Sol.	Terças e quintas, das 14h às 17h.
7	Biblioteca Comunitária Forqueta (Cooperativa Vitivinícola Forqueta)	2014	Av. Luiz Franciosi Sério, nº 350, Bairro Forqueta.	Segunda a sexta, das 13h30 às 18h.
8	Biblioteca Comunitária Jardim Eldorado (Centro Comunitário)	2008	R. Armando Claudino Canalli, nº 957, Bairro Jardim Eldorado.	Terças, das 14h às 16h30, e quartas, das 15h45 às 16h45.
9	Biblioteca Comunitária Kayser (Centro Comunitário)	[2015]	R. Fioravante Madalosso, s/n, Bairro Kayser.	Quintas, das 13h às 14h, e domingo, das 16h às 17h.
10	Biblioteca Comunitária Mariani (Unidade Básica de Saúde)	Sem informação.	R. Virgínia Bonini Reuse, nº 299, Loteamento Mariani.	Terças e quintas, das 13h às 16h.
11	Biblioteca Comunitária Moinhos de Vento (Centro Comunitário)	2010	R. José Bressan, nº 151, Loteamento Moinhos de Vento.	Segundas, das 17h às 18h.
12	Biblioteca Comunitária Parque dos Vinhedos (Centro Comunitário)	2011	Av. Honeyde Bertussi, nº 604, Loteamento Parque dos Vinhedos.	Terças e quintas, das 18h às 19h.
13	Biblioteca Comunitária Rio Branco (Centro Comunitário)	2011	R. Luiz Vedoveli, nº 20, Bairro Rio Branco.	Terças, das 14h às 16h, e sábados, das 10h às 12h.
14	Biblioteca Comunitária Rosário II (Centro Comunitário/CIAD)	Sem informação.	Av. Dos Girassóis, nº 724, Bairro Rosário II.	Segunda a sexta, das 13h30 às 17h30.
15	Biblioteca Comunitária Santa Lúcia do Piaí (CIAD/Subprefeitura)	2010	Av. Luis Tomazzelli, nº 100, Distrito de Santa Lúcia do Piaí.	Segunda a sexta, das 13h30 às 17h30.
16	Biblioteca Comunitária Santos Dumont (Centro Comunitário)	2008	R. Tarumã, Loteamento Santos Dumont.	Quintas, das 13h30 às 16h.
17	Biblioteca Comunitária São Gabriel (Centro Comunitário)	2008	R. Aida Ester da Rosa Dal Canalli, nº 10, Loteamento São Gabriel.	Segundas e quartas, das 18h às 20h.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em complemento ao Quadro 11, trago a Figura 15 que mapeia os pontos na cidade de Caxias do Sul onde se encontram instaladas (no início da pandemia) as

17 bibliotecas comunitárias que estavam ativas no início de 2020. Destaco que alguns dos endereços não são fáceis de localizar, pois não constam o número específico do local ou ainda, por algumas unidades estarem instaladas em loteamentos, não constando nos registros oficiais do município, além do caso da Biblioteca Comunitária 2 que investiguei, também instalada em área considerada irregular, possui um nome fantasia, sendo que o nome do logradouro existe em outro bairro, em registro oficial, carecendo de cuidado na sua busca em mapas.

Figura 15 – Localização das bibliotecas comunitárias caxienses.



Legenda:

- | | | |
|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| 1 BC A/RAMPA | 7 BC Forqueta | 13 BC Rio Branco |
| 2 BC Belo Horizonte | 8 BC Jardim Eldorado | 14 BC Rosário II |
| 3 BC Canyon | 9 BC Kayser | 15 BC Santa Lúcia do Piaí |
| 4 BC Casa São Francisco | 10 BC Mariani | 16 BC Santos Dumont |
| 5 BC Cidade Nova I | 11 BC Moinhos de Vento | 17 BC São Gabriel |
| 6 BC Pôr do Sol | 12 BC Parque dos Vinhedos | |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Encaminho-me para o término da seção retornando a uma parte do título da seção anterior, sobre o desejo de emancipação: Quem deseja? Que emancipação seria essa? Quais os frutos dessa possível conquista?

O desejo de emancipação parte do poder público e de seus/suas servidores/as, na busca de que as bibliotecas comunitárias, que foram criadas pelo

próprio poder público, passassem a caminhar com as próprias pernas, como se diz. Essa emancipação permitiria que as bibliotecas se desvinculassem de fato da Prefeitura por meio da criação de uma ONG, por exemplo, compondo, assim, uma rede de bibliotecas comunitárias caxienses, o que nunca se efetivou.

Os motivos exatos da não criação da rede de bibliotecas comunitárias não ficaram claros ao longo da pesquisa, tanto nos documentos consultados como nas entrevistas, e talvez nem esteja claro para os/as sujeitos/as envolvidos/as nesse processo. Tomo a liberdade de apontar algumas possíveis causas alicerçadas em minhas análises a partir do campo:

- 1) a falta ou pouca existência do enraizamento das comunidades com as bibliotecas de um modo geral, sentimento de pertencimento que não foi ou foi pouco desenvolvido – o que se reflete na baixa procura das bibliotecas em suas comunidades, relatada em diversos momentos no conjunto de atas bem como pelas três agentes que foram entrevistadas para este estudo. Dessa forma, os/as agentes de leitura acabaram se sobrecarregando, pois eram/são os/as únicos/as responsáveis pela manutenção das bibliotecas e a tentativa de proposição de ações;
- 2) o grupo de agentes de leitura em boa parte composto por idosos/as que praticamente sozinhos/as levavam em frente a proposta de consolidação e manutenção das bibliotecas em suas comunidades e, assim, atuavam de forma voluntária, em certos períodos ganhando uma bolsa-auxílio variando entre R\$ 123,00 a R\$ 150,00, faltando articulação da e com a comunidade para que mais pessoas se envolvessem no projeto, permitindo maior dinamismo das bibliotecas e, inclusive, oferta de práticas educativas e culturais;
- 3) a liderança da ALCA e do Sistema de Bibliotecas na elaboração dos projetos que foram submetidos ao longo de uma década à LIC municipal sem a participação efetiva dos/as agentes de leitura para consultas a respeito das demandas de cada biblioteca e, claro, das comunidades em si, inclusive sobre a aplicação dos recursos – ou seja, criou-se a cultura de passividade dos/as agentes, que não precisavam se preocupar com os projetos e o recebimento de acervos ou mobiliários para as bibliotecas, já que o poder público tomava a frente e entregava o que era possível com

os recursos às comunidades, não inserindo as pessoas interessadas nesse processo (agentes e comunidades); e,

- 4) o último fator que levou à relação que se estabeleceu entre poder público e bibliotecas comunitárias – representadas por agentes escolhidos/as em sua comunidade, nem sempre por serem lideranças comunitárias ou atuantes no campo do livro e da leitura, mas em alguns casos pela proximidade com os/as presidentes/as dos bairros – foi a Prefeitura se empenhar em ofertar o que as bibliotecas necessitassem, dentro de suas possibilidades, a partir dos projetos e recursos da LIC, sendo que nesse período as próprias bibliotecas não precisaram se empenhar além de arrecadar livros das suas comunidades e conhecer e propor projetos a diferentes fontes.

Por mais que os recursos utilizados para a compra de acervo e mobiliário fossem oriundos dos projetos da LIC e não dos cofres públicos, a relação de vínculo entre Prefeitura e bibliotecas comunitárias está posta desde as criações dos espaços, com a escolha dos locais em centros comunitários ou outros espaços, mas quase todos vinculados ao poder público – em que havia horário de abertura e de fechamento, uma pessoa ou um grupo tinha o poder das chaves (agentes e presidentes/as) e nem sempre os/as agentes de leitura tinham a liberdade de abrirem as bibliotecas quando desejassem ou fosse demandado pela comunidade –, e a participação dos/as agentes em reuniões organizadas por agentes públicos/as.

Cada biblioteca possui suas especificidades, o que pontua são questões globais em relação às bibliotecas comunitárias analisadas ao longo do percurso de pesquisa com base em fontes diversas, mas, sobretudo, a partir das três bibliotecas que fizeram parte de meu estudo, descritas e analisadas no capítulo anterior, em que ficam nítidas as fortes relações com o poder público e, por outro lado, as fracas com suas comunidades.

Ao concluir este capítulo, que teve como objeto a criação e a consolidação das bibliotecas comunitárias caxienses, trago a fala de uma das agentes públicas, que expõe suas experiências de vida e de quando chegou para atuar na Prefeitura. Na entrevista, a Agente pública 3 relata uma experiência bem anterior ao projeto das bibliotecas comunitárias, mas que, segundo ela, plantou uma semente nas comunidades:

[...] um sonho que a Flávia trouxe pra cá, que foi a questão do PROLER, a Flávia foi quem articulou tudo, na época nós estávamos na Secretaria da Educação e Cultura – a SMEC – trabalhávamos nós todos lá e a Flávia conseguiu trazer o PROLER aqui pra cidade, e que muitas coisas da área da... incentivo à leitura, são filhotes do PROLER, são em decorrência desse movimento, que a Flávia conheceu em Porto Alegre através da coordenadora do mestrado dela e aí foi atrás da Biblioteca Nacional... e se articulou nisso; na época foi assim, foi maravilhoso, foi fantástico (AP3, 2020, p. 3).

O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) foi criado a partir do Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e tem por objetivos: “I – promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; II – estruturar uma rede de projetos capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; III – criar condições de acesso ao livro”, conforme decreto de sua criação (BRASIL, 1992). De 1992 a 2014 o programa foi coordenado pela Biblioteca Nacional, passando, a partir dessa data, à coordenação do Ministério da Cultura, atual (2021) Secretaria Especial da Cultura, sendo que seu *site*³⁵ já não cita o programa e suas ações.

O nome citado pela entrevistada é de Flávia Brocchetto Ramos, minha orientadora, que trouxe para Caxias do Sul o PROLER em 1994, época em que era professora do município de Caxias do Sul. No mesmo ano outras duas cidades no estado tiveram ações do PROLER: Lajeado, com a professora Ivete Susana Kist Huppés (vinculada à Universidade do Vale do Taquari – UNIVATES) e em Passo Fundo, com a professora Tania Rösing (vinculada à Universidade de Passo Fundo – UPF).

O PROLER surgiu como política pública, visando a democratizar e fomentar projetos no campo da leitura a partir de práticas variadas, como acesso a livros, criação de bibliotecas, formação de mediadores/as de leitura e ações de formação de leitores/as, por exemplo. Em Caxias do Sul, as ações com o PROLER ficaram concentradas na Secretaria Municipal de Educação e não junto às universidades, como no caso de Lajeado e Passo Fundo, o que de certo modo garantiu a continuidade das ações nesses municípios, não sendo influenciado por trocas de governos, como aconteceu em Caxias.

Não há (ou não consegui localizar) registros oficiais que relacionassem as ações do PROLER em Caxias do Sul com as bibliotecas comunitárias que viriam a

³⁵ BRASIL. Ministério do Turismo. **Secretaria Especial da Cultura**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ser criadas a partir de 2008, mas como citou a Agente pública 3, na sua compreensão o PROLER foi como uma semente plantada nas comunidades, que viram a oportunidade de acesso à leitura com ações que chegassem até elas e não mais apenas centralizadas no contexto citadino. Nos últimos anos, em Caxias do Sul, o PROLER se tornou um evento que acontece dentro da Feira do Livro anual da cidade com o propósito de discutir a leitura.

Retornando à entrevista da Agente pública 3, quando descreve seu sonho profissional de criação de projetos, como um ônibus-biblioteca como meio de disseminar o livro e a leitura, aliado aos projetos que vivenciou junto ao PROLER, ela cita a proposta de bibliotecas comunitárias, descentralizando e permitindo o acesso à leitura e à informação nos bairros:

Quando eu vim para Caxias, que assumi na direção da Biblioteca Pública, eu pensei, nessa possibilidade, quando me perguntaram: 'que coisas a gente poderia fazer pra facilitar o acesso das pessoas na biblioteca'? Eu me lembrei dessa possibilidade. Então, a criação de bibliotecas comunitárias consta no PPA, no Planejamento Plurianual, da prefeitura de Caxias, desde 97. Isso foi uma proposta feita em 97, eu acho que se você conseguisse ter acesso aos planos da prefeitura, desde 97, você vai ver que já se tinha essa intenção (AP3, 2020, p. 1-2).

A Agente pública 3 esclarece que tentou criar em Caxias do Sul a ideia do ônibus-biblioteca quando assumiu o cargo de bibliotecária e a função de diretora da Biblioteca Pública, mas não vingou. Seu projeto de descentralização do livro e da leitura veio a se concretizar com as bibliotecas descentralizadas no formato das bibliotecas comunitárias, em 2008, mas a ideia em si teria surgido ainda na década de 1990, constando no Plano Plurianual (PPA) do município de 1997, como reforçou a interlocutora na entrevista.

É atrás dessa pista do PPA e do emaranhado de possíveis fios de um novelo que convido vocês, leitoras e leitores, a me acompanharem no próximo capítulo, investigando as relações entre o poder público e as bibliotecas comunitárias, as quais parecem ser anteriores a 2008, quando houve a instalação das 10 primeiras, ou ao menos o anseio de suas criações.

7 O COMUNITÁRIO E SUAS RELAÇÕES COM O PODER PÚBLICO

O que me fascina ao ler bons livros é descobrir o momento em que o livro me possibilita ou ajuda a melhorar o entendimento que tenho da realidade, do concreto. Em outras palavras, para mim a leitura é importante na medida em que os livros me dão um determinado instrumento teórico com o qual eu posso tornar a realidade mais clara com relação a mim mesmo. Essa é a relação que tento estabelecer entre ler palavras e ler o mundo (FREIRE, 2018, p. 58).

Antes de adentrar na busca pelos antecedentes de criação das bibliotecas comunitárias caxienses, trago uma passagem da entrevista com o Agente público 1, que iniciou suas atividades em 2013, quando as Agentes públicas 2 e 3 já não estavam atuantes no projeto:

[...] o registro que eu tenho, é que se tem já um tempo antes disso [da criação efetivamente] se tem ideia de bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul; tem algumas iniciativas esparsas das quais não se tem registro, só assim de ouvir falar, de comentar: “ah, tinha lá, tinha aquela pessoa em tal lugar”, mas nada muito sistemático. Enfim, a nossa colega bibliotecária [cita o nome da agente pública 3], que já é aposentada da Prefeitura, mas enfim, ela segue bibliotecária, ela era uma pessoa que tinha muito isso, essa proposta. E se eu não me engano, na primeira, segunda ata ela tem sim a [cita o nome da agente pública 2] junto, que era no caso o PPEL, na época. Só que tem uma participação da Biblioteca Pública lá, bem no início – justamente com a [cita o nome da agente pública 3], bibliotecária, e com a Maria Cristina Tiburi Pizzoni, que era a diretora da Biblioteca. Então é uma coisa mais no início, lá bem no começo é uma ideia... digamos assim, que tava no ar, que a Biblioteca Pública tem uma contribuição nisso, mas que com o tempo acaba administrativamente dentro da organização que a Secretaria da Cultura tinha naquele momento; quem fica mais responsável por esse contato e esse auxílio às bibliotecas comunitárias é o PPEL, então, chefiado, dirigido pela [cita o nome da agente pública 2] (AP1, 2020, p. 3).

Nessa passagem vimos entrelaçados os papéis dos/as três agentes públicos/as que entrevistei neste estudo: Agente pública 3, que propôs as bibliotecas nos bairros, descentralizando o acesso do livro e da leitura; a Agente pública 2, que de forma efetiva implantou o projeto das bibliotecas comunitárias em 2008, ficando nele até 2012; e o Agente público 1, que em 2013 assume o projeto, ao menos no tocante às atividades técnicas, prestando assessoria, mas também de articulação entre os/as agentes de leitura. Percebe-se a partir da transcrição da fala do Agente

público 1 que a proposta de criação dessas unidades não era novidade para o município em 2008 e que o enunciado dele corrobora o que encontrei ao longo da pesquisa: a implantação das unidades se concretizou por meio de ações em períodos distintos e sem registros oficiais, elementos que busco trazer e discutir neste capítulo.

7.1 OS ANTECEDENTES DE CRIAÇÃO DAS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS

No capítulo 6 vocês, leitoras e leitores, me acompanharam na análise e discussão a respeito dos processos de criação e consolidação das bibliotecas comunitárias da cidade de Caxias do Sul/RS, ao menos sob o ponto de vista dos registros oficiais de implantação desses espaços pelas mãos do poder público – e não das próprias comunidades. Finalizei o capítulo anterior com o indício levantado pela terceira agente pública entrevistada, ex-servidora do município, que pontuou que a proposta de criação de bibliotecas descentralizadas em relação ao centro da cidade e, portanto, à própria Biblioteca Pública seria anterior ao ano de 2008, quando são de fato criadas as primeiras unidades tidas como comunitárias no município.

A partir do indício de que as bibliotecas já apareceriam no Plano Plurianual (PPA) do município elaborado em 1997, detive-me a investigar se a proposta de implantação das bibliotecas comunitárias já era um projeto de outros tempos (anterior à data oficial) do poder público local ou se haveria surgido com o governo de José Ivo Sartori (2005-2012) a partir de 2008. Foi nesse ano que as primeiras unidades foram instaladas, mas desde quando se havia essa intenção na cidade? Na tentativa de responder a essa questão, detive-me a documentações, leis e projetos do município, escavando e buscando por indícios anteriores a 2008 para confirmar ou refutar tal hipótese.

Antes de chegar ao PPA elaborado em 1997, aprofundei-me no estudo da Lei Orgânica do município de Caxias do Sul, nº 0.000, de 04 de abril de 1990, em vigor, na qual, em seu artigo 197, capítulo II – Da Cultura, consta: "O Poder Público Municipal deverá garantir o funcionamento de bibliotecas públicas descentralizadas, com acervo em número suficiente para atender à demanda dos educandos". Não há menção clara que tais 'bibliotecas públicas descentralizadas' seriam as bibliotecas

estabelecidas em 2008 e nomeadas 'comunitárias'. Contudo, chamou-me a atenção a previsão de criação de unidades fora do espaço tido como centro da cidade, visando a atender a outros públicos, sendo que na referida lei os/as sujeitos/as são nomeados/as educandos/as e não a comunidade como um todo. Seriam bibliotecas destinadas ao público que frequenta a educação formal ou não? Questão sobre a qual me pus a refletir, sem conseguir respondê-la.

O artigo anterior ao citado, 196, estabelece que: "As entidades culturais, recreativas e comunitárias, sem fins lucrativos, serão consideradas centros de cultura do Município e, para tanto, gozarão de apoio público para a sua manutenção e desenvolvimento", como aconteceria anos depois da aprovação da Lei Orgânica, na alocação da maioria das bibliotecas em centros comunitárias, espaços construídos pelo próprio município e entregue às comunidades e seus/suas representantes nos bairros. No documento não constam outras menções às bibliotecas públicas ou descentralizadas, mas a Lei Orgânica de um município tem a característica de ser a lei maior, lançando, assim, indicações de cunho generalista que serão especificadas e desmembradas em outros ordenamentos, mas destaco a importância e a intenção de expandir o acesso à leitura e à informação nos bairros.

A Lei nº 4.516, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1997, não traz em seu texto a palavra 'biblioteca'. No mesmo ano, a Lei nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996, sobre incentivos fiscais para a realização de projetos culturais no âmbito do município, cita a possibilidade de doações às bibliotecas (no geral, sem especificar se públicas, descentralizadas ou comunitárias) para sua construção e manutenção bem como doações de móveis e acervos, como viria a acontecer nos anos seguintes, por meio da LIC municipal ao projeto das bibliotecas comunitárias caxienses.

Assim, chego ao Plano Plurianual apontado pela Agente pública 3 e ex-servidora do município, que mencionou que a proposta de criação das bibliotecas comunitárias já constaria na Lei nº 4.675, de 02 de julho de 1997, que dispõe sobre a programação plurianual do setor público do Município de Caxias do Sul, englobando a administração direta e indireta para os exercícios de 1998 a 2001. É importante destacar que um PPA é um instrumento para o planejamento estratégico de médio prazo, estabelecendo como o município organizará seus recursos em vistas ao desenvolvimento e crescimento da cidade, sendo que anualmente temos a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), que prevê os recursos públicos para o

ano seguinte, tendo por base a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que serve de elo entre PPA e LOA.

O PPA elaborado em 1997, programando a alocação de recursos para o quadriênio de 1998 a 2001, foi escrito e aprovado na gestão do prefeito Gilberto José Spier Vargas, conhecido como Pepe Vargas, do Partido dos Trabalhadores (PT), que governou a cidade por dois mandatos entre 1997 e 2004.

No anexo I da referida lei, item 022, 'Documentação e bibliografia', e subitem A, consta a previsão de R\$ 10.000,00, valor de 1997, para "Material para biblioteca central da prefeitura", que seria, ao que me parece, a Biblioteca Pública Municipal, e mais o recurso para 1998 no valor R\$ 70.000,00 visando à "Elaboração de cadastro técnico imobiliário" (subitem B), sem especificar o que seria tal cadastro. No mesmo anexo, para a área cultural, no item 'Difusão cultural' e no subitem G, reporta-se a Biblioteca Pública, com previsão orçamentária de R\$ 139.972,00 para os quatro anos de execução do PPA.

Apesar da indicação da Agente pública 3 de que a ideia de criação das bibliotecas comunitárias ou descentralizadas apareceriam no PPA 1998-2001, como citado na entrevista, ponto que a partir do exame do documento essa hipótese não se confirmou. Não encontrei ou não soube identificar qualquer menção a esse projeto ou previsão de recursos para esse fim por parte do município, à época, no documento analisado.

Apesar disso, na entrevista realizada a Agente pública 3 aponta como surgiu a proposta de descentralizar as ações da Biblioteca Pública Municipal:

E a gente fazia umas ações que queria estimular a criação dessas bibliotecas. Tinha o programa de descentralizar. A gente levava livros e jornais, revistas, pros bairros onde estava tendo o programa de descentralização – a atividade da descentralização – para que as pessoas pudessem ter acesso a esse material. Paralelo a isso, a gente observava que na Biblioteca [Pública], muitas pessoas que retiravam livros emprestados, ou que iam na Biblioteca estudar, fazer pesquisa, eram pessoas dos bairros. Poucas pessoas eram do Centro. Então a ideia era que a gente pudesse ter não só biblioteca para empréstimo de livros como bibliotecas para pesquisa (AP3, 2020, p. 2).

A interlocutora não aborda se essas atividades de descentralização eram realizadas ou não por meio do projeto PROLER, que se iniciou na cidade em 1994, como relatei no capítulo anterior. A ex-servidora do município expõe que a intenção

de criação de espaços nos bairros, além de descentralizar a oferta de acesso à leitura, também buscava ofertar acesso à informação para pesquisas como uma forma de expansão das ações já ofertadas pela própria Biblioteca Pública. A criação das bibliotecas comunitárias acontece (de forma oficial) a partir 2008, quando a Agente pública 3 não era mais diretora (porém, ainda servidora) da Biblioteca Pública, mas ela relata sobre esse acontecimento:

Então a gente percebeu da necessidade de ter bibliotecas... além da Biblioteca Central. E a gente colocou isso num planejamento, mas, por uma série de coisas, isso não, não aconteceu de imediato. Foi acontecer mais adiante, e quando isso começou a acontecer – foi implantado – eu já não estava mais na direção da Biblioteca. Eu estava na parte técnica da Biblioteca, então eu fui chamada pra ajudar na parte técnica, eu também não sei te dizer como é que foi feito a negociação, vamos dizer assim, pra saber aonde que iriam instalar essas bibliotecas. Eu sei que algumas foram instaladas – muito bem instaladas – na sede da Associação do Bairro, coisas assim; outras, não estavam tão bem instaladas (AP3, 2020, p. 2).

Como abordei no capítulo 6, as bibliotecas comunitárias como projeto da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul surgem pelo PPEL, órgão ligado à Secretaria de Cultura, apesar de a ideia inicial, segundo a entrevistada, ser dela à época, na qualidade de gestora da Biblioteca Pública, desde a década de 1990, quando chegou à Caxias do Sul para exercer a sua profissão no município.

Em 2012, com a reorganização administrativa da Secretaria de Cultura, o PPEL e a Biblioteca Pública Municipal passam a integrar o Departamento do Livro e da Leitura, sendo que as bibliotecas comunitárias ficariam, em tese, sob responsabilidade do PPEL, por este gerenciar os projetos municipais no campo da leitura, sendo que na prática, como vimos no capítulo anterior, foi a Biblioteca Pública que levou à frente essas unidades a partir de 2013, prestando assessoria técnica.

Apesar de o PPA referente aos anos de 1998 a 2001 não assinalar a proposta ou projeto para criação das bibliotecas comunitárias, pelo instinto de pesquisador e a veemência que a Agente pública 3 demonstrou na entrevista realizada, decidi investigar e me aprofundar um pouco mais no conjunto de legislação do município, até que me deparei com a Lei nº 5.150, de 06 de julho de 1999, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2000 e as suas metas globais: “58) formular e implementar projeto de bibliotecas comunitárias e unidade volante”, dessa forma,

além de citar de forma direta a intenção de criação das bibliotecas comunitárias desde 1999, aparece a intenção da Prefeitura de criar uma biblioteca móvel, como desejava a Agente pública 3, na época diretora da Biblioteca Pública Municipal, ação que não chegou a se concretizar na cidade.

Antes de continuar com a análise dos documentos legais, considero importante trazer o Quadro 12 com as gestões do município a partir de 1997, pois muitos desses nomes já citei ao longo do texto e os retomarei na sequência:

Quadro 12 – Prefeitos e vice-prefeitos/as de Caxias do Sul (1997-2021).

Gestão	Prefeito e vice-prefeito/a
1997-2004	Pepe Vargas (PT) / Marisa Virgínia Formolo Dalla Vecchia (PT) (1997-2000) e Justina Inez Onzi (PT) (2001-2004)
2005-2012	José Ivo Sartori (MDB) / Alceu Barbosa Velho (PDT) (2005-2010)
2013-2016	Alceu Barbosa Velho (PDT) / Antonio Roque Feldmann (MDB)
2017-2019	Daniel Guerra (Republicanos) / Ricardo Fabris de Abreu (Republicanos) (2017-2018)
2019-2020	Flávio Cassina (PTB) - então Presidente da Câmara de Vereadores, sem vice
2020-2020	Ricardo Daneluz (PDT) ³⁶ - então Presidente da Câmara de Vereadores, sem vice
2020-2020	Flávio Cassina (PTB) / Edio Elói Frizzo (PSB) ³⁷
2021-atual	Adiló Didomenico (PSDB) / Paula Ioris (PSDB)

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Destaco que analisei todas as leis ordinárias referentes aos orçamentos anuais do município de 1998 a 2020 com execução para o ano seguinte e a intenção de criação do projeto das bibliotecas comunitárias é diretamente citada apenas na Lei nº 5.150, de 06 de julho de 1999, visando a ser uma proposta para o ano de 2000. Apesar de a proposta aparecer apenas uma vez na previsão de orçamentos anuais durante o período analisado, destaco ser relevante o termo ‘bibliotecas comunitárias’ aparecer assim posto em uma lei municipal e não como ‘bibliotecas públicas descentralizadas’, como havia aparecido na Lei Orgânica de 1990.

O plano plurianual regido pela Lei nº 5.759, de 05 de dezembro de 2001, que compreende os anos de 2002 a 2005, não aduz recursos destinados a bibliotecas, sejam públicas ou comunitárias, ainda no período do prefeito Pepe Vargas (1997-2004). Contudo, preciso fazer a ressalva de que não obtive acesso aos anexos da referida lei, na qual se definiriam as alocações de recursos para cada área/secretaria

³⁶ Partido Trabalhista Brasileiro.

³⁷ Partido Socialista Brasileiro.

do poder público, seus setores e projetos. Fiz solicitação de acesso à Câmara Municipal de Vereadores de Caxias do Sul/RS, mas não obtive retorno favorável ao atendimento de minha solicitação de acesso a um documento que é ou deveria ser público³⁸.

No PPA seguinte, estabelecido pela Lei nº 6.387, de 01 de julho de 2005, para os exercícios de 2006 a 2009, já no primeiro mandato de governo do prefeito José Ivo Sartori, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que esteve à frente da cidade entre 2005 e 2012, momento em que foram criadas as bibliotecas comunitárias caxienses, também não constam referências às estas unidades e da mesma forma não obtive acesso aos seus anexos via Câmara de Vereadores. Contudo, o corpo da lei, artigo 8º, estabelece os programas de governo, que no anexo I traria os orçamentos para cada projeto do poder público. Entre os programas da área 46, de apoio ao acesso e à difusão cultural, consta a “Criação de rede de 20 bibliotecas do Município” (CAXIAS DO SUL, 2005, não paginado), mas sem o anexo específico não pude conferir se há direcionamento de recursos para essa proposta ou não, sendo que essa rede de 20 unidades é o projeto das bibliotecas comunitárias executado a partir de 2008.

Apesar de a lei não trazer o termo ‘biblioteca comunitária’ explicitamente, compreendo de forma clara que a criação das “20 bibliotecas do Município” se refere às unidades intituladas ‘comunitárias’ implantadas a partir de 2008, sendo dez no primeiro momento e mais dez nos anos seguintes, como encontrei ao longo da pesquisa e apresentei no capítulo 6 desta tese. A proposta de criação das bibliotecas comunitárias volta a aparecer em legislação municipal, agora de forma mais evidente, como programa de governo, que se concretizou na prática durante o governo do prefeito Sartori.

A Lei nº 6.953, de 30 de junho de 2009, que veicula o plano plurianual do município de Caxias do Sul/RS para os exercícios de 2010 a 2013, em seu artigo 5º traz diretrizes do governo para o período e há duas menções às bibliotecas comunitárias: o item 136 se propõe a “Priorizar o acesso ao livro e ao hábito da leitura, aperfeiçoando os projetos que já existem e ampliando o acervo público de livros nas bibliotecas”; e, apesar de abordar ‘bibliotecas’ no geral, a diretriz seguinte,

³⁸ É importante ressaltar que a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) regulamento o direito constitucional de acesso às informações públicas das esferas federal, estaduais e municipais, visando a publicidade e transparência dos entes públicos, a participação popular nas atividades da administração pública e fomenta a democracia.

a 137: “Dar continuidade à implantação de bibliotecas nos Centros comunitários dos bairros, priorizando a integração com a Primeira Infância Melhor (PIM), com a entrega de quinhentos livros por ano para cada uma”, portanto, aborda as bibliotecas comunitárias já criadas e a serem implantadas durante o período do planejamento como ação efetiva do poder público e meta de governo do prefeito Sartori, cumprindo compromisso de campanha desde sua primeira eleição ao Paço municipal.

Enquanto proposta de governo, o projeto das bibliotecas comunitárias caxienses ganha continuidade no plano e nas diretrizes traçadas pelo poder público sob então comando do prefeito Sartori, reafirmando seu compromisso com os projetos de incentivo à cultura e à leitura, em especial com as bibliotecas nos bairros. No anexo II da referida lei, ao serem expostos os orçamentos, identificam-se as bibliotecas no programa de apoio ao acesso, à produção e à difusão cultural caxiense, no tocante à “Ampliação do número de Bibliotecas Comunitárias”, com o indicador inicial de dez e desejáveis vinte unidades, sendo que as primeiras foram inauguradas entre 2008 e 2009, chegando a e ultrapassando as vinte nos anos seguintes.

Logo em seguida, no anexo II, consta o Plano de ampliação e dinamização das Bibliotecas Comunitárias’, com previsão de chegarem a 30 até 2013 e “Criar 10 novas bibliotecas a cada dois anos”, visando a atender um total de 320.000 pessoas até o ano de 2013. O governo à época tinha ambições de expandir o acesso à leitura e à informação nas comunidades, como consta no documento, por meio da criação de bibliotecas comunitárias, o que em parte se concretizou ao longo de seus dois mandatos. O PPA não declara os investimentos específicos para a instalação das unidades, se é que foram destinados, trazendo apenas o valor estimado a ser investido em todos os programas da pasta da Cultura (em torno de R\$ 53.036.100,00 para o período de 2010 a 2013).

Esse detalhamento de orçamento seria importante, apesar de não constar no PPA, pois indicaria se o governo municipal investiu recursos próprios para a criação das bibliotecas comunitárias ou se todas as unidades foram instaladas a partir de projetos e recursos privados, como por arrecadação via LIC municipal, como é o discurso oficial encontrado ao longo da pesquisa, apesar de que houve investimento público como em transporte dos/as agentes de leitura para participarem de ações culturais na capital do estado, como já evidenciei.

O Plano Plurianual de 2014 a 2017 é estabelecido pela Lei nº 7.600, de 4 de junho de 2013, já no governo do prefeito Alceu Barboza Velho, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), vice-prefeito nos dois governos de Sartori (2005-2012) e que tem como vice Antonio Roque Feldmann do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que foi secretário de Cultura de 2006 a 2012 (portanto, no governo Sartori) e inaugurou boa parte das bibliotecas comunitárias caxienses. No corpo da lei e nos seus quatro anexos presentes não consta menção às bibliotecas comunitárias, seja em relação à criação de novos espaços, à manutenção ou mesmo à prestação de assessoria.

Conforme discuti no capítulo anterior, o projeto das bibliotecas comunitárias caxienses ganha novos contornos a partir da nova gestão que assume a Prefeitura em 2013, o que é refletido no PPA e, sobretudo, nas ações desenvolvidas pelo poder público com as unidades, promovendo um afastamento e uma demarcação de que o governo municipal não teria relações diretas com as bibliotecas comunitárias e sim prestaria assessoria no que tange às questões técnicas de gestão de acervos, o que de fato não se resumiu a isso, como já revelei, uma vez que, junto à ALCA, tinha envolvimento desde a elaboração dos projetos de gestão dos recursos financeiros arrecadados por meio da LIC municipal.

O plano plurianual seguinte, estabelecido pela Lei nº 8.192, de 05 de junho de 2017, para os exercícios de 2018 a 2021, foi aprovado no período do prefeito Daniel Guerra, do Republicanos, cujo vice abandonara o governo ainda no primeiro ano de mandato, sendo que o prefeito ficou à frente da Prefeitura até 2019, não cumprindo todo o período por ter sofrido *impeachment* no final do terceiro ano de exercício. Essa informação é relevante, pois demonstra um pouco da crise que foi o governo de Guerra, com uma má relação não apenas com o seu vice, mas com a classe cultural da cidade e no plano político, sendo destituído do cargo pelo poder legislativo municipal.

No PPA, anexo I, que é o plano de governo, na meta 99 consta: “Aumentar a rede de bibliotecas e seu acervo, facilitando o acesso aos livros”. No entanto, não fica claro se a ‘rede’ citada seria a das bibliotecas comunitárias ou uma rede formada pelas duas bibliotecas públicas, a Municipal e a do Largo da Estação (voltada ao público infanto-juvenil), mas chama a atenção o desejo de facilitar o acesso aos livros, mesmo que não mencione os meios e os projetos para tal. Nos anexos seguintes, que trazem a previsão de alocação de recursos para o período de

2018 a 2021, consta apenas o programa de 'Manutenção da Biblioteca Pública Municipal', sem trazer informações específicas (e previsão de recursos) sobre a segunda biblioteca pública ou mesmo as comunitárias.

O plano plurianual que entrará em vigor para os anos de 2022 a 2025 foi estabelecido pela Lei nº 8.664, de 30 de junho de 2021, e assinado pelo prefeito Adiló Didomenico, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), eleito para governar de 2021 a 2024. No corpo da lei não há referência ao termo 'biblioteca' de qualquer natureza, sendo que no anexo II consta a "Manutenção do Departamento do Livro e da Leitura", listando os projetos do órgão como Tapete mágico, Escritor na comunidade, dentre outros, sem declarar as bibliotecas comunitárias, seja a criação, a manutenção ou o assessoramento desses espaços. Seria o anúncio de um novo ciclo às bibliotecas comunitárias diante da nova gestão municipal? O futuro nos dará as respostas.

Ao finalizar esta primeira seção escrita a partir das menções e dos compromissos do poder público caxiense em diferentes gestões com a proposta de criação das bibliotecas comunitárias, destaco o Programa Primeira Infância Leitora (PILAR), criado pelo Decreto nº 17.018, de 11 de junho de 2014, que consistia em "[...] uma ação socioeducativa voltada à promoção da leitura para crianças de até seis anos [...], criando oportunidades de aproximação com os livros e contribuindo para desenvolver o gosto pela leitura ao longo das diversas fases da vida". No decreto há duas menções às bibliotecas comunitárias, quando são citada as competências do PILAR: "IV – auxiliar na formação de profissionais para atuarem como mediadores de leitura nas escolas, bibliotecas comunitárias e outros locais alternativos cujas ações são voltadas ao público infantil" e "V – estimular a criação de bibliotecas públicas e comunitárias descentralizadas" (CAXIAS DO SUL, 2014c, não paginado), voltando a ser utilizado o termo 'descentralizadas' ao se referir às bibliotecas nos bairros, agora junto ao termo 'comunitárias'.

Essas duas referências são importantes, pois evidenciam que o poder público, à época, estimava as bibliotecas comunitárias como espaços de incentivo à leitura, em especial como unidades descentralizadas, levando os serviços públicos aos bairros da cidade. Quem assina o decreto, na qualidade de prefeito em exercício, é o vereador Gustavo Toigo, uma vez que o prefeito Alceu Barboza Velho estava em viagem e o vice-prefeito Antonio Feldmann se recusou a assumir a Prefeitura, visando às eleições de 2014. O decreto de criação do PILAR é assinado

em 11 de junho e já no dia 16 o programa foi lançado na localidade de Criúva (interior do município), já pelo vice-prefeito que assumiu o executivo por pressão de seu partido (MDB) até o retorno do prefeito (PORTAL LEOUVE, 2014).

Em 2017, três anos após, o vereador que assinou o decreto de criação do programa solicita a continuidade das ações com a então secretária de Cultura Adriana Antunes, já que o projeto estaria parado (CÂMARA MUNICIPAL..., 2017). Nos canais oficiais da Prefeitura não constam informações sobre o PILAR em 2021 – acredito que tenha sido descontinuado nos anos seguintes ao seu lançamento e também não foi possível identificar se e como as bibliotecas comunitárias contribuíram ou não para o programa.

Contudo, destaco que o decreto que cria o projeto PILAR foi elaborado em 2014, momento em que o poder público já tentava descolar a sua imagem do projeto das bibliotecas comunitárias, destacando que a sua relação era apenas de assessoria, quando na verdade organizava as reuniões mensais com os/as agentes de leitura e inclusive, associado com a ALCA, gerenciava os recursos advindos dos projetos da LIC municipal.

Diferentes movimentos podem ser observados no município Caxias do Sul com a intenção de criação de bibliotecas comunitárias, intituladas em alguns documentos como descentralizadas, por distintos governos que estiveram à frente da Prefeitura no período aqui analisado. Esta seção teve o objetivo de identificar compromissos do poder público para com essas unidades estabelecidos e presentes em ordenamentos jurídicos do município, o que foi demonstrado que se concretiza em diferentes legislações ao longo das últimas duas décadas.

Constar a criação de uma rede de bibliotecas comunitárias em um plano plurianual (2006-2009) demonstra o compromisso do poder público em ofertar leitura e informação às comunidades, expandindo seus programas e suas políticas públicas a uma maior parte da população. Ou essas bibliotecas não passaram de um desejo de um governante negligenciado por aqueles que o sucederam? É o que busco discutir na sequência deste texto.

7.2 BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES: DESEJO, PROJETO OU POLÍTICA PÚBLICA?

A partir da análise da Lei nº 6.387, de 01 de julho de 2005, que estabelece o Plano Plurianual para os anos entre 2006 e 2009, fica registrado que a ideia de criação das bibliotecas comunitárias caxienses fora um programa de governo, como se estabeleceu durante as duas gestões do prefeito José Ivo Sartori, com a criação das primeiras bibliotecas comunitárias. Assim como a Lei nº 6.953, de 30 de junho de 2009, a respeito do PPA 2010-2013, quando é exposta a intenção de dar continuidade à implantação das unidades nos bairros, descentralizando e contribuindo para que as comunidades e os territórios de desenvolvessem a partir do acesso à leitura e à informação.

Ambos os planejamentos acontecem nos governos do então prefeito Sartori, sendo que uma de suas marcas foi o apoio à área cultural. Nesse sentido, em 2007, Caxias do Sul conquista o título de Capital Brasileira da Cultura a partir da parceria da ONG Capital Brasileira da Cultura, do então Ministério da Cultura e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Segundo reportagem veiculada em 2007 no site da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul:

Agora a partir de 1º de janeiro de 2008, Caxias ganha visibilidade e passa a ser referência cultural para todo o país e também assume o compromisso de captar recurso junto a empresas públicas e privadas para dar andamento aos quase 50 projetos propostos pela Secretaria da Cultura no momento da inscrição ao título (CAXIAS DO SUL, 2007a, não paginado).

O ex-secretário de Cultura da época, Antonio Feldmann, que participou da criação das bibliotecas comunitárias, comentou em 2018, em reportagem ao jornal Pioneiro, a importância de Caxias do Sul ter sido reconhecida como Capital Brasileira da Cultura em 2007, o que contribuiu para o estímulo e a valorização das atividades culturais no município:

Nunca a cultura foi assunto de tanta pauta nos veículos de comunicação como naquele ano, com diversas manchetes. Isso acabou fazendo com que as pessoas comentassem sobre a importância da arte e da cultura em espaços nos quais antes essa discussão não era corriqueira [...] (FELDMANN, 2018, não paginado).

A instituição que gerenciava o prêmio não está mais ativa e não encontrei o projeto submetido pelo município ao concorrer ao título, mas coincide com os movimentos do governo Sartori na área cultural, como a criação do Programa Permanente de Estímulo à Leitura em 2005, que seria responsável pela criação das bibliotecas comunitárias e a criação do Plano Municipal de Cultura em 2011. Em 2005, ao receber o prêmio 'O Sul e os livros', em virtude das ações realizadas pelo PPEL, a então diretora Luiza Motta ressalta: "É o reconhecimento desse grande programa que visa implementar uma política pública permanente para o livro e a leitura na nossa cidade" (CAXIAS DO SUL, 2005, não paginado).

Ainda segundo a mesma reportagem veiculada no *site* da Prefeitura:

O PPEL/Livro Meu foi lançado em abril [de 2005] para oportunizar o pleno desenvolvimento sociocultural, estético, político e ético da população. Com o programa não contempladas ações para a formação de leitores e mediadores de leitura, a promoção de ações de conscientização a respeito da importância do livro e da leitura, o apoio a produção literária e editorial e a ampliação dos espaços de acesso à leitura no município (CAXIAS DO SUL, 2005, não paginado).

A última ação destinada ao PPEL na reportagem citada chama-me a atenção por ter relação direta com os espaços de acesso à leitura, envolvendo a criação das bibliotecas comunitárias, o que vai se refletir no Plano Plurianual para 2006 a 2009, período de instalação desses espaços. Observo que houve um conjunto de movimentos articulados pela administração municipal sob comando de José Ivo Sartori que contribuíram e culminou na implantação efetiva das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul, uma ideia que já transitava no poder público e em seus/suas servidores/as, como a partir da Lei nº 5.150, de 06 de julho de 1999, que já previa bibliotecas comunitárias para 2000 (intituladas como descentralizadas e que não se concretizaram naquele momento), mas que começa a ganhar fôlego a partir da gestão de Sartori.

Volto à fala da professora Luiza Motta, então diretora do PPEL, quando sublinha que o programa seria uma política pública permanente de estímulo à leitura. Não questiono a importância do PPEL à cidade ou mesmo as suas ações nessa seara, cujos diversos projetos criados nesse período continuam em atividades até hoje, levando de diferentes formas a leitura e o livro à sociedade. O que (me) interrogo no percurso da pesquisa é se essa política seria de um governo ou do

poder público no sentido de instituição, indiferentemente do partido que assuma a Prefeitura. Apesar de o programa permanecer ativo desde a sua criação, alguns projetos foram negligenciados, como o das bibliotecas comunitárias, com a sua criação e fortalecimento durante os governos do prefeito Sartori, mas enfraquecido nos governos que o sucederam.

A respeito da criação do PPEL e de sua importância, a Agente pública 2, ex-servidora e professora do município, em entrevista para este estudo, relata sobre a sua criação:

Então, quando o Sartori convidou o professor Pozenato³⁹ para ser secretário de cultura, ele me convidou para criar um programa de leitura pro município. E dentro desse programa de leitura nós fizemos uma avaliação de tudo que tínhamos de projetos, porque eu, na verdade, assim, tinha na época mais ou menos então a Biblioteca Pública, então eu tinha esse contato direto com a leitura, com o livro, enfim. Aí eu aceitei esse desafio de criar um programa inédito inclusive no Brasil, nós fomos o primeiro Programa Permanente de Estímulo à Leitura (AP2, 2020, p. 1).

O vínculo da entrevistada 2 com as bibliotecas comunitárias toma forma a partir do governo do prefeito José Ivo Sartori, momento em que é escolhida para formular projetos municipais em torno da leitura. O PPEL serviria como guarda-chuva para desenvolver e manter ações que seriam então idealizadas e implementadas. A partir do levantamento do que já se tinha de projetos existentes e de propostas de outras gestões no município, (res)urge a proposta das bibliotecas nos bairros, momento em que o projeto ganha forma e sai do papel.

A partir da criação do PPEL, a Agente pública 2 foi:

[...] vendo tudo que sabíamos que tinha na área, era a Feira do Livro, era o Proler, existia, era o Tapete Mágico, e não lembro se tinha mais alguma, [...] nós acabamos montando em torno de 21, 22 outros projetos dentro do programa. Então eram as malas de leitura pra ler, enfim, fomos criando uma série de... dentro desse programa. E lá pelas tantas a gente sentiu que tinha que a leitura, a importância do livro era nos bairros, aí que nasceu a ideia, e aí colocamos um projeto, nós tínhamos ganhado um prêmio de cerca de 500, 800 livros, eu tenho dificuldade com números... Mas enfim, nós ganhamos o concurso de melhor programa de na área de literatura infantil da Fundação Nacional do Livro e nós ganhamos esse número bem significativo (AP2, 2020, p. 2).

³⁹ José Vicente Pozenato, secretário de Cultura de Caxias do Sul de 2005 a 2006, nos dois primeiros anos do governo Sartori, sendo sucedido por Antonio Roque Feldmann (2006-2012).

A partir de uma constatação de necessidade das comunidades em terem acesso ao livro e à leitura, o PPEL decide criar o projeto das bibliotecas comunitárias nos bairros, motivado também pela premiação que a interlocutora aponta, da Fundação Nacional do Livro, que parece ter sido pela criação do PPEL em si, mas que não ficou claro ao longo da pesquisa, seja por meio das entrevistas realizadas ou dos documentos analisados, como o livro de atas.

Além dos livros recebidos na premiação, o PPEL, por meio da Academia Caxiense de Letras, à época, submete e tem aprovado em 2007 um projeto pela LIC municipal no valor de R\$ 48.860,60 para a criação da 'Rede de Bibliotecas Comunitárias', como foi o título do projeto, que tinha como foco, conforme aponta a Agente pública 2:

O projeto através da lei de incentivo, [era] pra gente começar montando dez bibliotecas pequenas, não eram bibliotecas muito grandes, em torno de... também não vou lembrar direito, nessas atas deve ter, mas eu acho que era em torno de 500 livros infantis e outros que a gente começou a adquirir também, de lei do incentivo, em torno de 50 mil [reais] na época; três estantes – também não lembro se foi três ou mais – me lembro que eram duas mesinhas dessas de plástico com quatro cadeiras e uma escrivaninha também para a pessoa que ia atender, aí fomos selecionar alguns locais com a parceria das associações de bairro, algumas funcionavam muito bem, dava muita estrutura, a gente ia mais seguidamente, conseguia, [outras] que a Secretaria não nos dava oportunidade de locomoção, enfim, nós tínhamos uma porção de dificuldade que nós fomos levando e as bibliotecas ficaram paradas por um bom tempo. Porque eu saí no governo do Alceu, que o Alceu era vice, mas eu fiquei dois governos do Sartori, esse programa meio que caiu um pouquinho, claro que sim, né (AP2, 2020, p. 2).

A entrevistada, que ficou à frente do PPEL de 2005 a 2012, nos governos do prefeito Sartori, relata as dificuldades de atuar com um projeto que seria realizado em diferentes pontos da cidade, como as bibliotecas comunitárias, considerando, por exemplo, a locomoção entre uma unidade e outra, o que exigiria transporte do município para que ela e outros/as servidores/as pudessem acompanhar as ações. A Prefeitura criou as bibliotecas comunitárias sem planejar o que de fato seria necessário e sem recursos próprios, deixando a cargo de projetos que arrecadassem verbas por meio da LIC e que não previam a presença de servidores/as da Prefeitura nos locais, prestando apoio e assessoria para que ações diversas fossem realizadas nas comunidades.

Outra questão importante de ser frisada são as alternâncias de poder, mesmo conhecendo o trabalho do PPEL e da servidora que gerenciava o programa, ao deixar de ser vice-prefeito para ser prefeito, em 2013, Alceu Barboza Velho muda a direção do órgão, já que é um cargo político, podendo ou não ser exercido por funcionários/as de carreira.

Retornando ao início da criação das bibliotecas comunitárias, em 2007 a Prefeitura (CAXIAS DO SUL, 2007b) divulga como atividade para o próximo ano a implantação da rede de bibliotecas comunitárias na cidade, rede que em si nunca chegou a ser formada, mesmo após a proibição da própria Prefeitura, já em 2018, de a ALCA representar as bibliotecas e submeter projetos para acessar recursos a partir da LIC Municipal. Contudo, as bibliotecas foram implantadas a partir do ano seguinte, mesmo que não formalizadas como uma rede, conforme relatei no capítulo anterior, e parte delas, 17 ao todo, estaria ativa até o início da pandemia de COVID-19, em março de 2020, sendo que a crise epidemiológica fez com que os espaços culturais precisassem fechar as suas portas, mesmo que por um determinado período.

Em fevereiro de 2007, ao entregar a reforma do Centro Comunitário da Vila Ipiranga, o prefeito Sartori pediu que a comunidade zelasse pelo espaço que seria dela e não do poder público. Na mesma ocasião, o secretário de Cultura Feldmann, segundo reportagem veiculada no *síte* da Prefeitura, “[...] lançou aos moradores o desafio de formar uma biblioteca no espaço” (CAXIAS DO SUL, 2007c, não paginado). De fato, o Centro Comunitário da Vila Ipiranga inaugurou no ano seguinte uma biblioteca comunitária no local, porém por mãos do poder público, dentro do projeto das bibliotecas comunitárias. Apesar do estímulo do secretário, a comunidade pode até ter desejado a criação do espaço, mas dependeu da Prefeitura para a sua efetivação.

Retorno ao livro de atas das bibliotecas comunitárias, sob registro e guarda da Biblioteca Pública Municipal, pois uma passagem da ata nº 8, de 10 de junho de 2008, chamou-me a atenção, quando indica que: “As bibliotecas comunitárias são uma empreitada histórica e deverão fazer com que a leitura se difunda ainda mais”. É interessante em virtude de que é uma frase solta no meio da ata, entre uma justificativa de não comparecimento de uma das pessoas que faziam parte do grupo fundador das bibliotecas e da projeção de volume de acervo de cada unidade, como se o registro fosse um desejo de quem escrevia a ata.

O *fazer pesquisa* pode/deve ser encarado como um trabalho arqueológico, no qual vamos escavando as informações para tentar montar um quebra-cabeça a partir do que temos de fontes e montando-o e analisando junto aos contextos, aos documentos (produzidos e encontrados ao longo da pesquisa) e aos sociais e políticos do campo de pesquisa. A ‘empreitada histórica’ citada seria de quem, afinal? Ao que os documentos e entrevistas indicam, da Prefeitura Municipal, a partir da empreitada de levar a cabo a criação das bibliotecas comunitárias como um projeto mais do que um mero desejo, afinal se concretizou na prática, mesmo que não tenha se tornado parte de uma política pública de longa duração.

Nesse sentido, de acordo com a ata nº 3, de 10 de abril de 2008, no início das discussões e das tratativas para instalação das primeiras dez bibliotecas comunitárias “Luiza Motta ficou encarregada de consultar o setor jurídico sobre os trâmites legais para instalação das bibliotecas nos centros comunitários”, o que evidencia o vínculo e o cuidado de demonstrar ou não a ligação do poder público municipal com as bibliotecas comunitárias, mais do que apenas na criação, já que as inaugurações foram divulgadas como projetos da Prefeitura, demonstrando, assim, preocupação de relacionar as comunitárias como pertencentes ao poder público, o que geraria a necessidade de manutenção destas. Há também de se observar que parte do grupo fundador das unidades é de servidores/as públicos/as, das secretarias de Cultura e Educação, e não membros/as da sociedade civil ou das comunidades que receberiam as unidades.

Na reunião seguinte (ata nº 4, de 16 de abril de 2008), o então secretário de Cultura Antonio Feldmann manifestou a confiança do poder público no projeto das bibliotecas comunitárias, acreditando que seria uma referência na área cultural para outros municípios. O secretário ainda se referiu que as dez primeiras bibliotecas eram apenas o início do que ainda viria nesse projeto. Já a então diretora do PPEL Luiza Motta pontuou que o objetivo do programa era colocar o livro ao alcance da população e destacou em sua fala que a leitura ajuda na saúde mental e no conforto à muitas pessoas e contribui para a afetividade entre famílias.

Conforme a referida ata, Motta citou a “[...] importância das lideranças reconhecidas pelo Érico [presidente das associações de bairros] que os indicou, junto com o Prefeito Sartori, as pessoas pioneiras para divulgar e manter esse projeto” das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul e disse que até julho de 2008 entraria todo o dinheiro para instalar as bibliotecas, sem se referir à origem dos

recursos, se seriam de fato a partir da LIC municipal como se tem posto. Chama a atenção que as comunidades em si não foram convidadas para participar da elaboração do projeto, apesar da presença dos/as presidentes/as dos bairros na reunião de abril de 2008 para compreenderem o que seria proposto após a escolha dos dez bairros que receberiam as unidades.

Outro ponto ainda que pode não passar despercebido é que a Prefeitura deixou a cargo do presidente das associações de bairros a indicação das comunidades que poderiam receber uma biblioteca. Essa decisão poderia ter sido tomada em coletivo, apesar de haverem critérios estabelecidos para as escolhas, conforme já relatei, mas a indicação de uma única pessoa permite o questionamento de que talvez relações políticas possam ter influenciado o estabelecimento dos critérios e da triagem, pois há um ganho de capital político para o/a presidente/a de bairro que teria em sua comunidade uma biblioteca e para o poder público que estaria presente nos territórios, levando um serviço ao público (apesar de não ser exatamente um serviço público).

A partir do mergulho em campo, com os diferentes documentos aos quais tive contato e as entrevistas realizadas, observo que as bibliotecas comunitárias na cidade de Caxias do Sul se constituem, conforme aponto no título da seção, como um desejo de muitas pessoas que passaram pelo poder público municipal. Desde a servidora que na década de 1990 já almejava planejar tais espaços, mas também de uma série de outros/as agentes públicos/as que encamparam essa ideia, fomentando essa intenção para que não se tornasse de uma ou duas pessoas, mas de um conjunto, que unindo esforços em prol do acesso à leitura e à informação fizeram com que o desejo da cidade em contar com bibliotecas descentralizadas chegasse a um número maior de pessoas.

Sobre o desejo do poder público na criação das unidades a partir de diferentes esforços no município, o Agente público 1 descreve este contexto:

Alguns bairros já tinham essa intenção, já tinham algumas iniciativas isoladas nesse sentido, então acho que foi isso, sim: tinha uma vontade do poder público, de pessoas que estavam atuando no poder público, tinha alguma vontade em algum ponto ali, algum bairro, alguma comunidade da cidade, e tinha um contexto nacional que favorecia, e no próprio município também tinha isso. Então acho que são algumas iniciativas individuais que se articulam dentro do poder público e tem ali um contexto que favorece que isso aconteça (AP1, 2020, p. 8).

O agente destaca que a iniciativa coincide com o período que Caxias do Sul foi reconhecida como Capital Brasileira da Cultura, conforme já ressaltado neste texto, período em que a cidade buscava desenvolver ações culturais em diferentes segmentos. É importante destacar que o Agente público 1 chegou à Prefeitura em 2011, portanto não participou da elaboração do projeto das bibliotecas comunitárias nem da implantação dos primeiros espaços, sendo que assume a assessoria das bibliotecas somente em 2013, mantendo-se no posto ao menos até 2021, durante a escrita deste texto.

Ao questionar a Agente pública 2 se as bibliotecas comunitárias surgem pelas mãos do poder público municipal, tenho a seguinte resposta: “Uma ação da Prefeitura, da Secretaria Municipal da Cultura, que criou esse programa de leitura [PPEL] e dentro desse programa tinha esse projeto das bibliotecas comunitárias” (AP2, 2020, p. 3). E na entrevista ainda a questiono se, na compreensão dela, as comunidades teriam criado as bibliotecas sem o apoio do poder público: “Não, nosso projeto muito mais direto, de jeito nenhum, realmente, de uma coisa assim de um projeto de leitura mesmo, né” (AP2, 2020, p. 4), seja a criação das bibliotecas em si no bairro ou ainda diante da dimensão e do total de unidades implantadas. A servidora demonstra crença que sem o papel ativo do poder público as comunidades não teriam criado as unidades, ao menos na dimensão em que foram implantadas na cidade.

Já o Agente público 1 expõe que, na compreensão dele, o principal papel do município não teria sido o de criação das bibliotecas, mas sim de articulação entre diferentes ações e agentes:

E a questão de o poder público estar tão envolvido é porque eu acredito que para fazer uma biblioteca comunitária sozinha, uma comunidade faz. Agora, pra fazer uma rede de bibliotecas comunitárias é mais complexo, um pouco, então, pra coisa andar, eu acredito, é necessário ter uma articulação maior, ter... enfim, algum ente que articule isso, que trabalhe nessa questão de mais bibliotecas comunitárias juntas ao mesmo tempo. Em Caxias do Sul foi a Prefeitura Municipal através do... enfim, da Secretaria da Cultura. Em alguns outros lugares normalmente isso é feito por ONGs (AP1, 2020, p. 8).

A questão central é que a rede nunca se constituiu. De certo modo, acabou se formando uma rede a partir do (pouco) convívio entre agentes de leitura e públicos/as e de dependência das bibliotecas para com o poder público, não que

este comandasse ou objetivasse controlar as unidades de forma direta (isso não se evidenciou de forma clara com a pesquisa). Mas observo um certo conformismo, no sentido de acomodação dos/as agentes de leitura, que não precisaram, sentiram necessidade ou souberam se articular para construir uma rede, talvez esperando que a Prefeitura assim o fizesse, ou ainda já se entendendo como grupo e rede, mas para essa efetivação outras questões teriam sido necessárias, até para poderem participar dos editais da LIC municipal sem necessitar da participação de uma instituição como proponente, gerindo, assim, seus próprios recursos.

Conjecturo que se formou uma rede de contatos e apoio, mas que esta não se efetivava com trocas e idas de pessoal entre as bibliotecas, por exemplo, por uma questão de logística e distância entre elas, assim como de empréstimo de obras ou proposição de ações coletivas. As articulações eram moldadas pelos/as servidores/as nos momentos das reuniões mensais, nos períodos que houveram. O ente que articularia as unidades deveria ser constituído pelos/as próprios/as agentes de leitura, em um processo de autogestão, mesmo que com a parceria de uma ONG criada pelos/as agentes ou mesmo externa, visando à captação de recursos.

Desse modo, as bibliotecas comunitárias caxienses se tornaram mais do que desejo, um projeto do poder público para com as comunidades, elaborando como aconteceria as ações, escolhendo os territórios que receberiam os equipamentos culturais e de fato implementando o projeto na prática, instalando as bibliotecas. Em muitos casos o projeto do poder público passou a ser também um projeto da comunidade, que abraçou a biblioteca e desenvolveu o enraizamento comunitário, construindo vínculos entre as pessoas e as bibliotecas, permitindo que resistissem ao tempo e às adversidades de portas abertas.

Contudo, não foram em todas as comunidades que as bibliotecas comunitárias foram acolhidas, haja vista os espaços que fecharam após a sua inauguração – por mais que tenham sobrevivido alguns anos em alguns casos, não estão mais ativos, isso antes mesmo da pandemia. A Agente pública 2 destaca as relações entre parte das comunidades e as suas bibliotecas:

Algumas foi bem difícil de implementar, houve a briga porque eles queriam as bibliotecas, mas, na verdade, em alguns lugares não foi muito intenso o pessoal, de cuidar, de abrir, de... mas nos primeiros tempos a maioria funcionou muito bem, muito bem mesmo! Claro que vão trocando as pessoas, os presidentes das associações, a coisa vai mudando, vai... (AP2, 2020, p. 3).

Além desse relato, outro ponto que destaco e que me permite a compreensão de que nem todas as comunidades abraçaram as suas bibliotecas ao ponto de mantê-las ativas por um longo período – parto da experiência em campo, estudando as três bibliotecas que abriram as portas para serem meus estudos de casos neste estudo, assim como as entrevistas realizadas, especialmente as com as agentes de leitura que atuam nessas unidades, e o fato que, aliado à pandemia, fez com que esta tese tivesse novos contornos – que é a inexistência de práticas educativas nos espaços analisados.

Mas quais seriam os motivos para que as bibliotecas comunitárias estudadas não ofertassem tais práticas? A resposta pode não ser única, afinal foram três bibliotecas que participaram do estudo, mas em todas observei duas faltas em especial: de forte vínculo entre comunidade e biblioteca e de políticas públicas que abarcassem as bibliotecas comunitárias, tornando-as ativas por longo prazo. Esses dois pontos guardarei retomar no próximo capítulo, por ora sigo com um terceiro destaque: as relações que se estabeleceram ao longo do tempo entre o poder público e as unidades para além do desejo e do projeto de criação e consolidação desses espaços.

7.3 RELAÇÕES ENTRE AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E O PODER PÚBLICO

Como já vimos, leitoras e leitores, as relações entre as bibliotecas comunitárias e o poder público caxiense se estabelecem em diferentes ordens e momentos ao longo das últimas décadas, mesmo antes da criação efetiva desses espaços, quando a Lei Orgânica do município já constava a intenção de ‘bibliotecas descentralizadas’. Esta terceira seção busca trazer novos elementos que reforçam essa vinculação, como as costuras e os emaranhados feitos pelo tempo, os/as agentes envolvidos/as em diferentes esferas e as suas práticas.

Ao comemorar mais um ano do PPEL em 2008, o órgão festejou as ações em prol do incentivo à leitura, como o projeto das bibliotecas comunitárias criadas e entregues à comunidade. Conforme reportagem publicada no *site* da Prefeitura Municipal:

Neste ano, mais três importantes projetos foram criados: Biblioteca da Estação e Jardim da Leitura, Bibliotecas Comunitárias e Biblioteca da Estação vai à Escola. Eles juntam-se às Malas de Leitura, Fábrica de Leitura, Tapete Mágico, Passaporte da Leitura, PROLER e Feira do Livro, já consolidados na cidade (CAXIAS DO SUL, 2008b, não paginado).

Segundo a reportagem, cerca de 400 mil pessoas foram impactadas com algum desses projetos do poder público e 4 mil livros foram adquiridos por meio de recursos externos à Prefeitura para os projetos, inclusive as bibliotecas comunitárias. A prática de obter recursos por meio da LIC municipal é/era recorrente, o projeto 'Passaporte da Leitura 2021' foi contemplado também em 2021, tendo o mesmo proponente do projeto das bibliotecas comunitárias, a Associação dos Livreiros Caxienses, que em um determinado momento não pôde mais submeter projetos representando as comunitárias, mas que continuou acessando-os para outros projetos sob gestão da própria Prefeitura, sendo que o Passaporte da Leitura também é gerenciado pelo PPEL e o Departamento do Livro e da Leitura, subordinado à Secretária de Cultura do Município.

Em outras palavras, escolheu-se o projeto que a ALCA iria submeter à LIC, o das bibliotecas comunitárias não sendo priorizado nesse processo e sim o projeto 'Passaporte da Leitura' submetido e aprovado na LIC municipal nos últimos anos, tendo como proponente a ALCA e arrecadando R\$ 69.776,71 e R\$ 68.359,46 em 2020 e 2021, respectivamente. O último projeto submetido relacionado às bibliotecas comunitárias na LIC foi aprovado em 2017.

As bibliotecas comunitárias como projeto vinculado ao poder público visava também a contribuir para o desenvolvimento dos territórios em diferentes formas, como pontuou o prefeito Sartori ao entregar o Centro Comunitário no loteamento Portinari, junto ao bairro De Lazzer, espaço que deveria servir de referência à comunidade: "E a iniciativa de colocar uma biblioteca dando a oportunidade de leitura aos moradores promove uma cultura de paz, uma cultura de não violência" (CAXIAS DO SUL, 2008c, não paginado), pontuou o prefeito, servindo como um braço do Município estendido e presente na comunidade.

É importante destacar que o bairro De Lazzer foi selecionado como suplente na inauguração das dez primeiras bibliotecas em 2008, assim como a biblioteca comunitária da Vila Ipiranga (inaugurada ainda em 2008), a do Parque das Rosas II e a do Parque dos Vinhedos (ambas inauguradas em 2011), que tiveram os espaços

instalados naquele mesmo ano ou em vindouros. Porém, a partir do livro de atas que descreve o projeto das bibliotecas junto à Biblioteca Pública, não há menção a essa inauguração – ou seria a proposta de criação de outra biblioteca no mesmo bairro (De Lazzer), em outro espaço? Isso se deve ao fato de a biblioteca do loteamento Portinari ter sido entregue à comunidade em 30 de janeiro de 2008 e as primeiras bibliotecas pertencentes ao projeto terem sido entregues a partir de 23 de agosto de 2008, o que me permite questionar se outros centros comunitários podem ter sido inaugurados já com a presença de bibliotecas, mas não constaram nos registros oficiais como pertencentes ao projeto em si.

A Prefeitura, através do PPEL, recebeu em abril de 2009 o ‘Troféu Amigo do Livro’ pelo conjunto de seus projetos no campo da leitura. Ao receber a premiação, a diretora do órgão Luiza Motta se orgulha: “É uma grande distinção, pois a Câmara Rio-Grandense é uma entidade respeitada no Brasil inteiro. [...] Só como exemplo, agora eles estão pensando nas Bibliotecas Comunitárias lá [Porto Alegre], que aqui já temos implantadas em dez bairros” (CAXIAS DO SUL, 2009e, não paginado). O projeto das bibliotecas comunitárias ganha visibilidade e reconhecimento estadual, assim como o Município, que se aproveita da visibilidade e capital político ao poder público como realizador de ações às comunidades.

Em setembro de 2009, ao inaugurar a biblioteca no Restaurante Comunitário II, o prefeito Sartori pontua: “É uma alegria poder colocar uma biblioteca à disposição das pessoas neste restaurante” (CAXIAS DO SUL, 2009f, não paginado), e ainda na mesma ocasião “[...] a Diretora da Biblioteca Municipal, Maria Cristina Pisoni, comemorou o investimento que o município faz no incentivo à leitura”. Ambas as falas reforçam o quanto o projeto das bibliotecas comunitárias era do poder público, ao menos da gestão do então prefeito e sua equipe, já que os governantes que o sucederam não demonstraram o mesmo interesse em dar continuidade às ações ou mesmo qualificar ou ampliar os espaços, além de rechaçar qualquer vínculo existente entre Prefeitura e bibliotecas comunitárias, como um apagamento do passado. Há de se considerar que quando um/a prefeito/a assume o cargo a cidade não inicia do zero, devendo arcar com ou descontinuar as ações e os projetos criados e firmados pelas gestões anteriores.

Em 2010, em mais uma inauguração de biblioteca comunitária, dessa vez no bairro Villa Lobos, a diretora do PPEL assinala os esforços do município na implantação das unidades e, nesse sentido, o secretário de Cultura reforça: “A partir

de hoje os livros são de vocês. Cuidem bem da biblioteca” (CAXIAS DO SUL, 2010d, não paginado). Ainda no mesmo ano, ao entregar a biblioteca para o bairro Cidade Nova, com a presença do prefeito e da diretora do PPEL, expõe-se à comunidade que “O projeto é uma iniciativa da Secretaria Municipal da Cultura, por meio do Programa Permanente de Estímulo à Leitura/Livro Meu [...]” (CAXIAS DO SUL, 2010e, não paginado), portanto, uma ação do município descentralizando o acesso ao livro e o levando para diferentes regiões da cidade.

Não é impossível imaginar que as comunidades continuaram esperando que o poder público avançasse na gestão e qualificação dos espaços como um bem da Prefeitura e, portanto, seria por ela mantido. É o que acontece quando o poder público vai à comunidade e inaugura um posto de saúde ou uma escola: espera-se que enviem médicos/as e professores/as, não que a própria comunidade atenda os/as enfermos/as e ensine as crianças, não é mesmo?

Em 2011 uma sequência de novas inaugurações de bibliotecas comunitárias e falas dos/as agentes e servidores/as públicos/as enfatiza a relação tecidas entre poder público e projeto. Trago a seguir apenas alguns recortes, para não tornar o texto enfadonho, pois são muitas declarações, não apenas nesse período. Ao entregar uma biblioteca no bairro Rosário II, o secretário de Cultura Feldmann indicou que o PPEL é o gestor do projeto das bibliotecas comunitárias e que é responsabilidade do Município ações que melhorem a vida das pessoas (CAXIAS DO SUL, 2011a) e na inauguração da unidade no bairro Rio Branco o secretário de Cultura e o prefeito fazem coro ao pedirem que as pessoas preservem a biblioteca que estava sendo entregue à comunidade, pelas mãos do poder público (CAXIAS DO SUL, 2011b).

O discurso parecia de praxe, pois o prefeito Sartori também pediu que os moradores do Núcleo Habitacional Flor da Serra preservassem o espaço na inauguração do Centro Comunitário já com uma biblioteca instalada em 2011, momento em que o secretário Feldmann declara a relação do Município com o projeto: “A nossa intenção é essa, descentralizar o acesso ao livro e à leitura. Inaugurar bibliotecas nos bairros tornou-se um hábito” (CAXIAS DO SUL, 2011c, não paginado), ao menos no período em que foi secretário, sendo que nos anos futuros, na qualidade de vice-prefeito e colhendo os frutos políticos plantados nos anos anteriores, poucos espaços foram inaugurados.

O poder público municipal, ao longo dos anos, conforme venho discorrendo neste capítulo, coloca-se inúmeras vezes como o promotor dos projetos das bibliotecas comunitárias diante da sociedade, inclusive em diferentes gestões, mesmo que de diferentes formas. Em 2011, ao publicizar a ida da equipe da Secretaria de Cultura à Cuba para representar as ações do PPEL em um evento internacional, a Assessoria de comunicação do Município reforça: “Para que o livro e a leitura estejam cada vez mais próximos e presentes na vida da comunidade de Caxias, a Prefeitura realiza uma série de ações, entre elas a instalação de 20 Bibliotecas Comunitárias nos bairros e no interior [...]” (CAXIAS DO SUL, 2011f, não paginado) como projeto do governo Sartori, em discurso oficial, publicizado para quem quisesse ler.

Contudo, mesmo com o distanciamento tomado pela nova gestão em 2013, o projeto das bibliotecas comunitárias ainda se manteve próximo do poder público, agora por meio do Departamento do Livro e da Leitura, criado para abrigar o PPEL e o Sistema de Bibliotecas Públicas. Ao fazer um balanço do primeiro ano da gestão (2013) do prefeito Alceu Barbosa Velho e da criação do departamento, a então diretora Daniela Ribeiro especifica as ações desenvolvidas, dentre elas as “[...] 19 Bibliotecas Comunitárias estão sendo revitalizadas em bairros da cidade, com acervos de aproximadamente 1 mil livros cada, o que configura em ótima opção para as leituras de férias nessas comunidades” (CAXIAS DO SUL, 2013c, não paginado), portanto, o poder público estaria investindo, se não dinheiro, esforços nas unidades que considerava ainda um projeto seu, caso contrário o assunto nem deveria ser discutido, já que seriam espaços das comunidades.

Na virada de governo, um novo servidor público assume o posto de assessor das bibliotecas comunitárias, sendo que foi com ele que realizei a minha primeira entrevista entre os/as agentes públicos/as. O Agente público 1 resumiu a trajetória das unidades até a sua chegada, em 2013:

Então a questão da atividade é mais ou menos essa: em 2008 começam com bastante engajamento, até extra, bibliotecas, tem pessoal da Academia Caxiense de Letras, eu acho que tá junto, enfim. Hã... e aí depois segue assim: é 2008-2009, aí 2010 tem mais uma leva de instalação de bibliotecas, e até onde eu consigo lembrar e ter esse registro, 2011-2012 que elas param, e, assim, para ali as atas, né, tem um certa... não sei se **distanciamento** seria a palavra, mas enfim, por parte da administração pública, que apoia as bibliotecas, mas algumas continuam funcionando, algumas

bibliotecas comunitárias ali, elas continuam... Umas realmente param, tem alguns casos mais específicos, tem outros que entra mais assim, geral de a galera dar uma **desanimada por falta do apoio público** (AP1, 2020, p. 2, grifos meus).

A forma que as bibliotecas foram criadas pode nos indicar a manutenção delas ao longo dos anos contribuindo para que tivessem uma comunidade mais ou menos próxima e atuante conforme cada espaço e ao longo dos anos. O poder público estimulou, até certo ponto, que as bibliotecas fossem criadas, mas o distanciamento tomado, como aponta o Agente público 1, também percebido por mim ao longo da pesquisa, ocasiona certo desestímulo aos/às agentes em dar continuidade aos trabalhos, uma vez que, ao menos em parte, as comunidades viam as bibliotecas como sendo do poder público e não como algo delas, já que não foram elas as criadoras, o que pode ser observado com o fechamento de algumas delas quando o poder público muda de posicionamento, buscando imprimir o papel de assessoria e se mantendo a uma certa distância, evitando que aconteça o que já estava posto: a relação de dependência, não em todas as bibliotecas, mas em parte delas, mesmo nas que continuaram ativas, o que não quer dizer que estavam bem e atuantes.

Em 2014 o *site* da Prefeitura de Caxias do Sul continuou por meio de sua Assessoria de comunicação a publicar reportagens sobre as bibliotecas comunitárias, as quais deveriam contar com apoio da equipe do Sistema de Bibliotecas da Secretaria de Cultura na escrita dos textos em virtude dos detalhes trazidos. Na série de publicações, quase todas relatando as reuniões que aconteceram durante o ano e as atividades junto à ONG Cirandar, uma reportagem de 11 de novembro de 2014 chama a atenção, especialmente por alguns trechos, como: “A Prefeitura de Caxias do Sul, por meio da Secretaria da Cultura e do Sistema de Bibliotecas, informa que os Agentes de Leitura que atuam em Bibliotecas Comunitárias do Município participaram [...]” e “A rede de Bibliotecas Comunitárias de Caxias do Sul foi convidada a compartilhar [...]” (CAXIAS DO SUL, 2014a, não paginado, grifos meus). As bibliotecas seriam do município? Atuariam em rede? A trajetória da pesquisa não confirma esses dois pontos. Reforço que em 2014 a nova gestão e o servidor que a assessorava já cuidavam das bibliotecas, mas o discurso até esse momento ainda mantém o poder público próximo das comunitárias.

Por mais que tenham sido equívocos de escrita, apesar de as informações para a produção do texto da reportagem terem sido dadas pelo bibliotecário do município, já que foi ele quem acompanhou os/as agentes nas idas à Porto Alegre para participarem das ações da ONG Cirandar (também assunto da referida reportagem), os trechos refletem o discurso e o sentimento do poder público, ou de parte dele, em relação ao projeto das bibliotecas comunitárias, desenvolvido desde o início pela Prefeitura, isto é, em certos momentos e falas as bibliotecas são do município, já em outros deveriam se desenvolver sozinhas, afinal, seriam das comunidades, mesmo assim, até 2019, servidores/as do município, com a ALCA como proponente, geriram recursos financeiros, já que as bibliotecas não se constituíram uma rede que pudesse, sozinha, participar dos editais e arrecadar verbas junto às empresas.

Esse movimento de afastamento do poder público em relação às bibliotecas comunitárias, conforme já descrevi, se dá a partir de 2013, com a nova gestão municipal, a criação do Departamento do Livro e da Leitura e a mudança de nomes no comando das ações e assessoria das unidades. Mexeram-se as cadeiras junto aos desejos e às intenções quanto ao projeto. Contudo, as relações continuaram muito estreitas, ao ponto de a Associação de Livreiros Caxienses, proponente de parte dos projetos submetidos à LIC municipal, deixar a cargo da Secretaria de Cultura a gestão e o encaminhamento dos recursos.

Conforme o livro de atas das bibliotecas comunitárias, a última reunião de 2016 (em 30 de novembro) iniciou com a explanação do motivo de não haver pagamentos de bolsas-auxílio nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro daquele ano:

Cássio explicou em linhas gerais como funciona a Lei Municipal de Incentivo à Cultura (LIC) e o projeto das Bibliotecas Comunitárias, financiado a partir da LIC. Mostrando a planilha de previsão de gastos do projeto, indicou que quando esse projeto é apresentado/aprovado, já existe a previsão exata de quanto dinheiro será destinado para cada item. Chamou a atenção para o fato de o projeto ter sido de um ano, mas a execução de dois anos, acarretando em mais pagamentos dos que os inicialmente orçados e dessa forma esgotando (e extrapolando) o recurso previsto. Ponderou que o fato de esgotar e extrapolar o valor previsto foi um erro administrativo da parte financeira.

O texto continua enfatizando que: “Houveram manifestações de contrariedade e crítica à condução da gestão financeira deste recurso”. Há de se destacar que, apesar de a ALCA ser a proponente dos projetos que arrecadavam recursos por meio da LIC municipal, a parte da gestão financeira era realizada por um servidor público da Prefeitura pertencente ao quadro da Secretaria de Cultura que costumava fazer os pagamentos por meio de cheques, enquanto houvesse verba, durante as reuniões mensais dos/as agentes de leituras realizadas nas dependências da Biblioteca Pública Municipal.

Além disso, como bem expressam os/as agentes na ata, não me parece que a gestão dos recursos era bem articulada, afinal os/as agentes foram pegos/as de surpresa pelo não pagamento dos valores de bolsa-auxílio, sendo que isso deveria estar previsto e ter sido comunicado, até mesmo para organização pessoal dos/as envolvidos/as, e caso tenha sido, ao que descreve a ata, nem todos/as os/as agentes estavam conscientes sobre a gestão de um recurso que não era do poder público e sim das bibliotecas.

Ainda sobre as relações das bibliotecas com o poder público, no capítulo anterior discorri de maneira breve sobre a relação do prefeito Daniel Guerra, que assumiu o cargo em janeiro de 2017 e o deixou via processo de *impeachment* em dezembro de 2019, com a área da cultura. Boa parte das bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul foram instaladas em centros comunitários gerenciados pelas AMOBs e que até 2016 estavam sob a estrutura administrativa da Secretaria de Cultura, passando em 2017 ao Gabinete do Prefeito.

No segundo semestre de 2017 o então prefeito tenta retirar os prédios dos centros comunitários (construídos pela prefeitura) de suas comunidades e das AMOBs, que passariam a ser gerenciados diretamente pelo poder público municipal (leia-se: seu gabinete particular). Em reunião do grupo de agentes de leitura com a equipe do DLL e da Biblioteca Pública, em 09 de novembro de 2017 (em 2016 as atas deixaram de ser numeradas, apesar de ainda manuscritas no mesmo livro), houve a discussão sobre o futuro das bibliotecas comunitárias, afinal a Prefeitura desejava ocupar os prédios e, pelo que expõem, retirar as bibliotecas dos espaços com o pretexto de que elas seriam da comunidade e, portanto, o município não teria relações com as bibliotecas, os acervos, os mobiliários e as ações que realizassem. Traduzindo em outras palavras, as bibliotecas que procurassem outros espaços se desejassem continuar existindo.

Nesse diálogo, o bibliotecário do Sistema de Bibliotecas do município, que presta assessoria às comunitárias, registrou em ata os dois projetos que teriam relação com a Secretaria de Cultura e os centros comunitários, que seriam os Pontos de Cultura (que já não teriam mais relação direta com a pasta da cultura) e as bibliotecas comunitárias. O servidor aproveita o momento na reunião para discorrer sobre a relação do poder público e tais bibliotecas, conforme relatado em ata:

Retomou também a organização e dinâmica de funcionamento de uma rede de Bibliotecas Comunitárias estabelecida em Caxias do Sul, apontando que, ainda que tenham surgido eminentemente por iniciativa da Prefeitura/SMC, elas pertencem à comunidade. Esclareceu novamente que o financiamento (pagamento do auxílio mensal, compra de livros, etc) se dá através de projeto de Lei de Incentivo à Cultura (LIC), apresentado pela Associação dos Livreiros Caxienses (ALCA) e com recursos arrecadados por renúncia fiscal. Exemplificou que neste ano [2017], a Unimed, a Racon e a Prolar, ao invés de pagar todo o imposto devido ao município decidiram, e foram autorizadas, a destinar uma porcentagem deste valor ao projeto de LIC das Bibliotecas Comunitárias. Ponderou que, ainda que sejam realizadas reuniões, pagamentos, compra de livros, etc, no âmbito e por funcionários do Sistema de Bibliotecas, o vínculo entre Prefeitura (através do Sistema de Bibliotecas) e as Bibliotecas Comunitárias é de apoio técnico. Enfatizou que não há nenhuma relação administrativa ou subordinação. Finalizou a explicação dizendo que se uma comunidade, pelo motivo que for, manifestar não querer mais a Biblioteca Comunitária, a SMC vai procurar recolher o material e mobiliário e disponibilizá-los à outra comunidade interessada (Ata de reunião de 09 de novembro de 2017).

Reforço que em Caxias do Sul não há formalizada uma rede de bibliotecas comunitárias, como já pontuei, e quem dá uma certa unidade ao conjunto é o próprio poder público, com os recursos advindos da LIC municipal, mas, sobretudo, dá o caráter próximo a uma rede quando organiza reuniões mensais com os/as agentes de leitura, caso contrário, não foi identificada nenhuma outra ação sistêmica entre as bibliotecas sem o estímulo da Secretaria de Cultura. O Sistema de Bibliotecas era o órgão que ficava responsável por adquirir e distribuir quase que os mesmos exemplares a todas as bibliotecas, que não atuam em rede e por isso não realizam autogestão, como se oferecessem as mesmas atividades e tivessem o mesmo público e os mesmos interesses de materiais.

Compreendo o apoio e o assessoramento técnico ofertado por servidores/as da Prefeitura às bibliotecas comunitárias ao longo dos anos e por diferentes servidores/as, mas o fato de ter seus/suas agentes se intitulando coordenadores do projeto, inclusive representando as bibliotecas comunitárias em eventos internacionais, como já trouxe exemplos na tese, permite a compreensão do real vínculo entre o poder público e as bibliotecas comunitárias. Se essa separação entre o que o poder público poderia fazer pelas bibliotecas comunitárias fosse um assunto tão claro para os/as agentes de leitura, como o funcionamento dos projetos aprovados pela LIC, não haveria necessidade de o tema ser debatido em várias reuniões, como registra o livro de atas ao longo dos anos, seja a respeito dos valores financeiros em si ou os pedidos de que a Prefeitura investisse recursos próprios assim como a presença de pessoas (servidores/as ou terceirizados/as) nas bibliotecas para propor atividades às comunidades.

Ainda há de se destacar que os mobiliários e acervos de cada biblioteca comunitária que fechou ao longo de mais de uma década, desde a inauguração das dez primeiras, deveriam ser destinados à abertura de outra unidade, em outro bairro, uma vez que foram adquiridos com fundos da LIC municipal, portanto não são recursos públicos. O poder público não poderia assumir esses materiais, que deveriam ser gerenciados pela ALCA, já que é a proponente dos projetos (ao menos nos últimos anos, quatro projetos de 2011 a 2017) e deveria gerenciar os materiais, visto que a rede de bibliotecas nunca existiu. Porém, mobiliários e acervos sempre foram recolhidos e reencaminhados pela Prefeitura.

Nesse ponto, o poder público municipal continuou determinando ao longo dos anos qual bairro receberia ou não uma biblioteca em detrimento de outros que poderiam requerê-las. Para cada unidade que fechou, outra abriu herdando seus materiais. Esse também é um tipo de relação de poder, inclusive político, vinculando ações relacionadas ao poder público a recursos que não eram seus de forma direta para servirem de capital para beneficiar determinadas regiões da cidade, podendo manipular e se utilizar do projeto das bibliotecas comunitárias para criar laços com lideranças locais e comunidades contempladas com o equipamento cultural. Reforço: foram instaladas, na maioria dos casos, em prédios construídos pela Prefeitura, mas que com o tempo e as gestões municipais, passou-se a dissociar o seu nome na qualidade de agente criador.

Na próxima seção trago novos elementos que demonstram além de relações, mas também vínculos e subordinações estabelecidas entre as bibliotecas comunitárias, por meio de seus/suas agentes, e o poder público, por meio de seus/suas servidores/as.

7.4 VÍNCULOS E SUBORNIZAÇÃO: TÊNUES RELAÇÕES

Os vínculos e a subordinação da Prefeitura para com as bibliotecas comunitárias não precisam ocorrer apenas de maneira formal e oficializada, mas pode(ria) ser no dia a dia, com a presença de prefeitos e secretários de Cultura inaugurando unidades, desde as primeiras instaladas em 2008, em prédios construídos pelo poder público, o apoio às atividades desenvolvidas pelas bibliotecas, as reuniões mensais com lista de presença assim como o recebimento de valores financeiros por parte dos/as agentes das mãos de um servidor público dentro de prédio público etc.

As relações e os vínculos têm sido evidenciados neste texto de tese, já a subordinação beira a uma linha mais tênue. Não falo de uma subordinação na qual a Prefeitura diz de forma explícita o que as bibliotecas têm que fazer, mas a partir do momento que as bibliotecas são instaladas em prédios do poder público municipal dos quais a comunidade não possui a chave, que costumam ficar a cargo dos/as presidentes/as de bairro e dos/as agentes de leitura, por exemplo, não se pode dizer que as bibliotecas são de fato da comunidade. Se as pessoas não podem tomar a biblioteca para si, abrindo-a e fechando-a conforme o desejo da coletividade, já há uma subordinação posta – em linha tênue, mas existe e não contribui para o enraizamento comunitário, tornando o espaço de seus/as moradores/as, sendo vista como a 'biblioteca da Prefeitura', assim como as Unidades Básicas de Saúde, as escolas e os outros equipamentos públicos nos bairros.

Nesse sentido, diferentes discursos e falas foram me tomando ao longo do estudo, os quais fui anotando e tentando encaixar na pesquisa, mas também, na minha cabeça durante esta trajetória em relação aos campos, portanto, hei de considerar o meu olhar externo às vivências, tendo tido acesso aos fatos a partir dos diversos documentos e entrevistas realizadas neste percurso.

Retomo o livro de atas das bibliotecas comunitárias, que me foi basilar nesta pesquisa, no qual a ata nº 01/2014 chamou-me a atenção por duas passagens, a primeira quando traz que: “O Sr. Cássio iniciou a reunião dando as boas-vindas, agradecendo as presenças e comunicando que estas reuniões serão mensais”. Seriam reuniões de presença obrigatórias? Mas a Biblioteca Pública não prestaria somente assessoria? Como seus/suas representantes dizem o que os/as agentes de leituras devem fazer? E como ‘obrigar’ que os/as agentes participem sem ao menos interroga-los/as sobre como gostariam que as reuniões fossem realizadas (e se haveria necessidade de tê-las)? Não estou dizendo que o servidor de fato ‘obrigava’ os/as agentes a estarem presentes, mas quando ‘comunica’ sobre as reuniões indica que eles/as deveriam seguir o comunicado.

A última pergunta é respondida em parte pelo outro trecho destacado da mesma ata: “Aproveitou [o bibliotecário] para explicar que as Bibliotecas não obedecem a um calendário rígido e que podem ocorrer pausas para férias e que o projeto da Lei de Incentivo à Cultura, expondo que há o pagamento de dez salários por ano”⁴⁰. A ALCA foi a proponente dos projetos aprovados por meio dos editais da LIC municipal⁴¹ em 2017, 2015, 2013 e 2011⁴², portanto deveria ser ela a esclarecer e cobrar os pré-requisitos às bibliotecas comunitárias e seus/suas agentes de leitura, como indicando o calendário com períodos de abertura e férias das bibliotecas e a atuação dos/as agentes, o que também não se configura de fato como ‘férias’, pois até então o trabalho era voluntário.

Quando é assinalado ‘salário’ no texto da ata, na verdade é uma ajuda de custo aos/às agentes de leitura, de R\$ 123,00 a R\$ 150,00 mensais, variando conforme projeto aprovado pela LIC e seu orçamento, para que as bibliotecas ficassem abertas entre duas e quatro horas semanais. Esse valor oriundo do projeto da LIC e que tinha seus recursos gerenciados por um servidor público da Prefeitura. Era ele quem preenchia os cheques aos/às agentes, sendo este um dos motivos de acontecerem reuniões mensais para recebimento do valor e roda de conversa com o

⁴⁰ A frase é truncada mesmo, transcrita conforme está na ata nº 01/2014.

⁴¹ CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Projetos culturais**: apresentação. 2021c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/lei-de-incentivo-a-cultura/projetos-culturais>. Acesso em: 18 jul. 2021.

⁴² Em 2011 o projeto aprovado pela ALCA por meio da LIC municipal é intitulado “Formação de agentes de leitura”, mas não deixa claro se seriam os/as agentes das bibliotecas comunitárias de fato. O site da Prefeitura não permite acesso aos projetos.

bibliotecário assessor das bibliotecas comunitárias, as quais aconteciam em sua maioria nas instalações da Biblioteca Pública Municipal.

A ata nº 01/2014 ainda relata que os/as agentes, ao tirarem férias, deveriam avisar as associações de bairro, a comunidade e o grupo nos encontros. Ainda na mesma reunião: “Foi explicado como se faz o registro dos livros, a classificação e a sinalização da lombada dos livros [...]”, um trabalho cabível à assessoria, mas que ganha contorno especial devido ao seu contexto, onde e por quem a assessoria é ofertada, em prédio público e por servidor público, que organiza reuniões e toma nota do que cada agente propõe e realiza na biblioteca em que atua, havendo assim, uma prestação de contas.

Para mim ficam evidentes as relações de vínculo e subordinação do poder público em relação às bibliotecas comunitárias, por mais que o discurso oficial seja de assessoria e não de comando. A equipe da Biblioteca Pública se coloca, conforme as atas, como coordenadora do projeto, apesar deste não estar vinculado ao seu setor e sim ao PPEL desde a implantação do Plano Municipal de Cultura na virada de 2012 para 2013.

Torna-se importante esclarecer que os/as agentes de leitura são, em sua maioria, senhoras aposentadas e/ou donas de casa que, por terem bom relacionamento nos bairros e/ou serem lideranças comunitárias nos territórios, além do apreço à leitura, doavam de forma voluntária seu tempo ao projeto das bibliotecas comunitárias. Há de se reverenciar o bom acolhimento por parte do PPEL e da equipe da Biblioteca Pública para como os/as agentes de leitura, ao menos conforme as três agentes entrevistadas para este estudo.

Quando um grupo de senhoras (nem todas as agentes eram senhoras, mas boa parte delas) é convidado pelo poder público e pelos/as presidentes/as do bairro a participar do projeto das bibliotecas comunitárias, é bem acolhido, motivado a algo que gosta e recebe um valor mensal com a explicação de que precisa comparecer todo mês a uma reunião, passo a considerar um vínculo de subordinação, tênue, é verdade, como identificado, mas existente, cumprindo agenda com dia e hora para abertura da biblioteca e participações mensais das reuniões.

Aliado às presenças nas reuniões (por motivos como acolher, rever amigos/as, conversar sobre leitura e receber o cheque mensal), ficaram a cargo do poder público as relações de organização das bibliotecas, se não em cada unidade, mas de orientações de como dinamizar o espaço, formações sobre leitura, viagens

para conhecer outros projetos, realização de atividades, ações de como classificar o acervo, formas de receber ou não doações, instruções de como realizar os empréstimos etc., uma série de ações presentes nas atas de 2008 a 2018 promovidas e/ou provocadas pelo PPEL e, após, pela Biblioteca Pública Municipal com relação às bibliotecas comunitárias e aos/às agentes a elas vinculadas.

Não identifiquei no percurso da pesquisa a obrigatoriedade de os/as agentes de leitura terem que fazer determinada ação conforme indicação dos/as agentes públicos para não serem desligados/as das bibliotecas ou qualquer outra sanção do tipo, porém a subordinação não está apenas na determinação de uma ordem expressa ou não, podendo também estar nos vínculos criados – como quem organiza e comanda uma reunião – na presença de prefeitos e demais gestores/as na inauguração de uma biblioteca ou no recebimento de recursos.

Ao iniciar este estudo, eu almejava identificar as práticas educativas realizadas pelas bibliotecas comunitárias caxienses e compreender como tais ações impactavam a comunidade nas questões de cidadania, autonomia e desenvolvimento dos territórios. As idas aos três campos de análise, mas sobretudo a documentação inicial (livro de atas), a construída em campo (entrevistas e diários de campo) e a escavada ao longo do percurso (reportagens veiculadas no *site* da Prefeitura e conjunto de ordenamentos jurídicos), proporcionaram-me um novo olhar sobre essas bibliotecas, em um primeiro momento pela não realização de práticas educativas, mas especialmente pela não configuração de bibliotecas comunitárias dentro do que se entende por esse conceito e sim caracterizando-as como bibliotecas negligenciadas pelo poder público, que as criou, ‘chamou de filhas’ e após, abriu as portas de casa, esperando que sozinhas se emancipassem. O que não aconteceu.

Uma passagem no início da ata nº 3/2014 descreve que foi realizada “[...] uma reunião com os coordenadores das Bibliotecas Comunitárias, Maria Cristina Pisoni e Cássio Felipe Immig e agentes das Bibliotecas Comunitárias, para tratar dos assuntos [...]”, mas dentro do quadro da Secretaria de Cultura era (ou deveria ser) o PPEL o responsável pelas bibliotecas e um servidor da Biblioteca Pública atuaria apenas assessorando as questões técnicas e não coordenando, em parceria com outra servidora, tais espaços. Chama a atenção também os servidores vinculados à Biblioteca Pública serem intitulados ‘coordenadores das bibliotecas comunitárias’,

mas, afinal, não existiria a rede para atuar com autogestão? O poder público que coordenaria esses espaços? Pelo discurso oficial, não.

Trago esse exemplo para ressaltar o quanto a documentação reflete sobre essa relação ora de aproximação, ora de afastamento do poder público e as bibliotecas comunitárias, como um desejo (in)consciente de que poder público não assumisse essas bibliotecas para a sua plena gestão como fazem com as bibliotecas públicas. Em virtude disso, era a ALCA que acessava os recursos financeiros por meio da LIC municipal, já que a própria Prefeitura não poderia o fazê-lo, ou, no caso, a Secretaria de Cultura, para evitar o vínculo do município submetendo projetos à e acessando recursos que seriam dele próprio, além da vinculação das bibliotecas comunitárias como entidades vinculadas ao poder público, ficando este obrigado a dar continuidade às suas ações no presente e no futuro.

Em outra ata, nº 01/2015, é descrita a primeira reunião do ano (26 de março), que foi marcada para a atualização de dados das bibliotecas comunitárias, como a alteração de horários de atendimento, em lista passada pela equipe da Biblioteca Pública como forma de gestão daqueles espaços. Quem deveria pedir esse tipo de informação, quanto ao funcionamento dos espaços, seria a ALCA ou as próprias comunidades, não o poder público. Ainda na reunião, as ausências foram justificadas (o que era requerido, e quando não, os/as agentes sentiam a necessidade de assim fazer) e houveram manifestações e solicitações de materiais por parte dos/as agentes de leitura aos/às servidores/as públicos/as, como fichas de inscrição de usuários e pedidos de livros diversos. Não havia autonomia direta nem para a composição dos acervos, tudo deveria ser pedido à Biblioteca Pública, que avaliaria o pedido e a disponibilidade de recursos para aquisição bem como o equilíbrio de divisão de compras entre todas as bibliotecas.

Às bibliotecas cabiam a seleção de obras via doação da própria comunidade ou externa, sob orientação dos/as servidores/as públicos/as, do que aceitar ou não para manter a qualidade dos acervos, algo que quem deveria determinar seria a própria comunidade, dizendo o que é de seu interesse ou não.

Trago essa ata (nº 01/2015), pois ela demonstra a relação estabelecida entre os/as agentes e o poder público, com estes tendo que ou sentindo a necessidade de informar a troca de horários e ausências e fazendo pedidos, sendo que pelo discurso oficial as bibliotecas comunitárias não seriam da Prefeitura e a ligação seria pelo

PPEL, que coordena os projetos de leitura, mas quem toma a frente é o Sistema de Bibliotecas do município, tanto que as reuniões são realizadas pela sua equipe, o livro de atas fica sob sua guarda, a distribuição de livros e outros materiais adquiridos por meio da LIC municipal se dá na e pela equipe da Biblioteca Pública e os pagamentos mensais aos/às agentes são realizados nesse espaço e por um servidor público vinculado à Secretaria de Cultura.

E a pergunta que me fiz ao longo da pesquisa: onde estão os/as membros/as da ALCA que elaboram um projeto (com auxílio de equipe da Biblioteca Pública), submetem-no e têm aprovação, mas deixam os recursos para serem gerenciados pelo poder público, assim como a organização da equipe de agentes?

Há estabelecido o vínculo e há a subordinação entre as bibliotecas comunitárias e o poder público, por mais que não aberta e taxativa, mas o poder público se coloca(va) e assim foi sentido pelos/as agentes de leitura e as bibliotecas comunitárias: como um porto seguro a se recorrer, além de quem organiza reuniões e se encarrega, com a ALCA, dos projetos submetidos à LIC. Foi ainda o poder público que criou as bibliotecas comunitárias e, num determinado ponto e por movimentos políticos e internos na Secretaria de Cultura, optou por se reposicionar em relação às bibliotecas comunitárias, sem abrir mão de manter um olhar atento às ações realizadas pelos espaços nas comunidades, afinal, quando convinha ao poder público, o projeto ia para a 'vitrine', era apresentado em eventos, fomentava prêmios ganhos ou servia de discurso e capital político das ações realizadas pelas gestões, caindo na conta de quem estivesse no poder e demonstrando a presença política em benefício dos territórios.

A ata nº 02 de 2015 (12 de maio) cita a aprovação de mais um projeto por meio da LIC, sem especificar detalhes, no qual estavam previstos dez pagamentos de R\$ 123,00⁴³ a cada agente voluntário/a que cuidasse das bibliotecas comunitárias, como bolsa-auxílio para a realização de atividades e a abertura semanal dos espaços. Os pagamentos foram realizados mensalmente ao longo do ano nas reuniões na Biblioteca Pública Municipal. É importante destacar que as bolsas-auxílio eram efetivadas via entrega de cheques, oriundos do fundo do projeto da LIC proposto pela ALCA, mas que em todo ou em parte não gerenciava a

⁴³ No projeto de 2015 o valor da bolsa-auxílio foi de R\$ 123,00, já no projeto aprovado por meio da LIC municipal o valor foi atualizado para R\$ 150,00.

totalidade dos recursos, pois ficava a cargo de um servidor da Prefeitura o controle e a entrega dos auxílios.

Porém, os pagamentos não foram muito longe naquele ano, já que em reunião de 22 de julho de 2015 (ata nº 04/2015) o bibliotecário da Biblioteca Pública explicou aos/às agentes de leitura presentes na reunião que:

[...] em linhas gerais o funcionamento da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Caxias do Sul (LIC Municipal) e contextualizou o projeto das Bibliotecas Comunitárias nesse instrumento. A partir disso, explicou as dificuldades na captação de recursos para projetos financiados pela LIC Municipal, incluindo o das Bibliotecas Comunitárias. Assim, justificou a não realização do pagamento da bolsa-auxílio referente ao mês de julho aos agentes de leitura que atuam nas Bibliotecas Comunitárias.

Também foi dito que, tão logo sejam captados os recursos previstos, os pagamentos serão retomados, com efeito retroativo, bem como a aquisição de livros e demais investimentos previstos no projeto e enquadrado na LIC Municipal.

Ainda segundo a ata, “O grupo de agentes de leitura presente se mostrou compreensivo com a situação, não havendo qualquer questionamento”. Eu, em meu papel de pesquisador, devo refletir sobre vários aspectos do campo estudado sem afirmar, neste caso em específico, pois não tenho dados, mas me questionando se o grupo não fez qualquer questionamento pela compreensão em si do ocorrido ou pela relação estabelecida entre as partes – quem iria contra o poder público? As linhas são muito tênues e por isso reflito, mesmo sem conseguir afirmar, sobre o papel do poder público acessando recursos que seriam destinados ao poder público (em forma de impostos), mas que passam a ser destinados a projetos culturais sem que com isso as bibliotecas comunitárias se configurem como parte do poder público, mesmo sendo o poder público que as tenha criado.

Ainda sobre a relação que envolvia o poder público e o pagamento de bolsas-auxílio advindo do projeto da LIC municipal, em ata nº 05, de 26 de agosto de 2015, temos:

A coordenadora do Sistema Municipal de Bibliotecas, Maria Cristina Tiburi Pisoni, explicou aos presentes que o pagamento da bolsa auxílio dos meses de julho e agosto seria realizado, porém haviam apenas 9 folhas de cheque, e por isso nem todos poderiam receber nesta data. Foi pedido que se desse prioridade aos que residem mais longe do centro. Com os demais foi combinado que contatassem o

sr. Carlos Prux, responsável pelo setor Financeiro do Dept. Livro Leitura, a partir do dia 27 de agosto para acertar o pagamento.

Alguns pontos dessa passagem da ata podem ser destacados, como o atraso de recursos ao projeto via LIC, que foi capitaneando recursos ao longo da execução deste, por isso os atrasos no pagamento das bolsas aos/às agentes de leitura e possivelmente compra de materiais. Essa questão dos cheques fica um pouco mais clara (ou não) quando, na ata nº 04/2016 (14 de julho), o bibliotecário da Biblioteca Pública Municipal, que coordena (ou melhor, assessora) as bibliotecas comunitárias, explica que:

[...] a não realização de pagamento nesta reunião também estava relacionada a mudanças na diretoria da ALCA, pois esta mudança alterou um dos responsáveis por assinar os cheques do projeto e isto precisaria ser protocolado no(s) banco(s) emissor(es) das folhas de cheques, e toda questão burocrática concernente.

Em reunião anterior, em 28 de abril, já não haviam sido pagas as bolsas-auxílio, como explica a ata nº02/2016 da reunião:

[...] ele [o servidor] disse que fez uma pequena confusão e pagou uma conta de um projeto financiado por Lei de Incentivo à Cultura (LIC) com uma folha de cheque de outro projeto de LIC e que esta troca deu um problema no banco, bloqueando temporariamente as movimentações dos projetos envolvidos.

Sendo assim, o referido servidor gerenciava mais de uma conta, de mais de um projeto aprovado por meio da LIC Municipal, por mais que a ALCA controlasse as entradas e as saídas de dinheiro, como imagino que fizesse, ponderando que eram seu nome e CNPJ dispostos à Prefeitura e à sociedade civil (inclusive juridicamente) nesse processo, sendo que na prática a associação se colocava como uma organização com a possibilidade de participar dos editais da LIC, pois é um agente externo, já que o Departamento do Livro e da Leitura, como órgão público, não podia acessar tais recursos em um mecanismo de fomento do próprio município.

É importante ainda ressaltar, que a ALCA submete projetos à LIC municipal (pelo menos até 2021) também para outros projetos do próprio poder público caxiense. Um exemplo é o 'Passaporte da Leitura', projeto da Secretaria de Cultura,

por meio do PPEL, que organiza tal ação, mas tem financiamento, em parte ou totalmente, financiado pela LIC, com projetos aprovados em 2011, 2013-2014 e 2017-2021⁴⁴ (CAXIAS DO SUL, 2021c).

Em entrevista com o Agente público 1, este narra sobre as assinaturas dos cheques, que eram realizadas pela ALCA e por outro servidor público que era, ao que parece, o intermediário nesse processo. Sobre esse servidor e as suas relações com a parte financeira do projeto, o entrevistado esclarece:

Ele é funcionário, era funcionário de carreira, ele vai pro Departamento ali por 2013, eu acredito, pra fazer a parte de financeiro. E aí ele faz toda essa parte de financeiro do Departamento do Livro e da Leitura, que incluí então, todos esses projetos de Lei de Incentivo à Cultura Municipal em parceria com a ALCA, Biblioteca Comunitária, Feira do Livro, Passaporte da Leitura e outras questões também da gestão financeira do Departamento. Ele fazia a parte financeira, mais burocrática, enfim. Ele fazia o contato com o presidente, o tesoureiro da ALCA de então, pra pegar assinaturas nos cheques, acompanhava a movimentação das contas bancárias, fazia prestação de contas junto com a ALCA desses projetos, era mais essa parte assim de financeiro. Com o grupo das Bibliotecas o contato dele era mais esse assim, era intermediar esse pagamento. Porque era inviável ter alguém da Associação dos Livreiros Caxienses fazendo isso; então, sempre foi grande parte foi colocado pessoal da Prefeitura, que era justamente um questionamento que surgiu na comunidade cultural ao longo do tempo, então, o [cita o nome do servidor] até o momento ali até 2000 e... a eleição em 2017... até o final de 2016 ele tem este papel de financeiro do Departamento que contempla também junto os projetos de Lei de Incentivo à Cultura. Dentro dessa parceria a Prefeitura – ALCA (AP1, 2020, p. 7).

Ainda sobre a gestão dos recursos financeiros dos projetos das bibliotecas comunitárias financiados por meio da LIC municipal, pontuo ser importante destacar que o bibliotecário que assessora as unidades era o responsável pela compra de livros, como especifica a ata nº 03/2016, quando se discute a necessidade de obras para atender ao público infantil: “A diretora Daniela assinalou ao bibliotecário Cássio para dar atenção à aquisição de livros infantis na próxima compra de livros para as Bibliotecas Comunitárias”. É importante frisar que o bibliotecário buscava atender às sugestões e aos pedidos dos/as agentes de leitura para as compras e composição

⁴⁴ O projeto Passaporte da Leitura acessou recursos por meio da LIC municipal via outros proponentes, como em 2007 e 2008, com a Academia Caxiense e Letras; 2009, com a Associação dos Amigos do Centro de Cultura Dr. Henrique Ordovás Filho; e 2005, com a Associação dos Amigos da Casa de Cultura Percy Vargas de Abreu e Lima (CAXIAS DO SUL, 2021C).

de acervos, mas a decisão final era sua, inclusive pelo olhar tido como técnico, devido à sua formação e ao respeito que tinham dos/as agentes, que acolhiam os títulos sugeridos, mas que também tinham liberdade de apresentarem suas demandas, que eram atendidas dentro do possível, fosse por compra ou repasses de doações recebidas pela Biblioteca Pública.

As atas de reuniões de 2015 ainda registram as relações entre os/as agentes de leitura e a equipe da Biblioteca Pública, nas qual os/as primeiros/as sempre informavam trocas de horários de funcionamento das bibliotecas, justificavam ausência nas reuniões e comunicavam troca de agentes de leitura à frente de alguma unidade, sendo que o livro de atas também faz o registro de quem estava presente ou não em cada encontro. O que não se configura diretamente como um controle, mas não deixava de ser.

Chama a atenção que algumas dessas manifestações, como expor justificativa para troca de horário de funcionamento das unidades, deveriam ser apresentadas às comunidades de cada biblioteca, já que seriam os/as interessados/as diretamente em sua abertura. Afinal, se são unidades comunitárias e o poder público presta apenas assessoria a elas, não haveria necessidade de controle de funcionamento dos espaços e dos/as agentes que estariam às suas frentes, havendo, assim, a autogestão do espaço pela própria comunidade ou mesmo pela ALCA, que provinha os pagamentos de bolsas-auxílio aos/às agentes, cabendo ao poder público atender demandas técnicas quando requerido, por meio de uma parceria com a rede de bibliotecas, caso tivesse sido formada ao longo dos anos.

Além disso, é comum que outras bibliotecas comunitárias pelo Brasil afora tenham mais de um/a agente ou mediador/a de leitura, inclusive para revezamento de horários e atividades realizadas, o que não acontece nas unidades caxienses. A comunidade não pode ter a chave desses espaços, por estes serem compartilhados com outras entidades (Centro Comunitários, Unidades Básicas de Saúde, Núcleo de Capacitação etc. ligados ao poder público), estando instaladas em espaços públicos em sua grande maioria.

Outro exemplo de vínculo e subordinação dos/as agentes de leitura e das bibliotecas comunitárias em relação ao poder público, por meio da Secretaria de Cultura e do Sistema de Bibliotecas, acontece na última reunião de 2017 (ano que um novo governante assume o município, é importante lembrar), quando o

bibliotecário expõe que o vínculo e a subordinação não existiriam. Se houve a necessidade desse tipo de explicação, algo motivou tal pauta, seja por parte dos/as agentes de leitura e/ou do próprio poder público, pois como já havia sido assinalado em outras reuniões (em diferentes anos a partir de 2013) e cujos alguns trechos eu trouxe nesta tese, a reafirmação era a mesma, ao menos no discurso oficial: de assessoria, tão somente.

Na ata nº 01/2018 uma agente de leitura requer e é realizada reunião na Biblioteca Pública com a diretora do Departamento do Livro e da Leitura e o coordenador do Sistema de Bibliotecas para “[...] a desvinculação da Sra. [cita o nome da agente] da Biblioteca Comunitária da Vila Ipiranga, de forma oficial e frente ao Departamento do Livro e da Leitura”. Na sequência da ata, “Nesta reunião, a Sra. [cita o nome da agente] entrega ao DLL as chaves dos armários da referida Biblioteca. Como forma de relatório de fim de gestão, a Sra. [...] enviou fotos das instalações da Biblioteca”.

Fica explícita para mim a relação de vínculo e subordinação, mesmo que não formalizada, pois se a biblioteca é da comunidade, outra pessoa da comunidade deveria ficar com as chaves e dar continuidade ao trabalho voluntário (com ou sem bolsa). Essas relações ficam evidentes quando a agente de leitura faz questão da reunião para a entrega das chaves, demonstrando o estado em que está entregando a unidade e, mais do que isso, como forma de demonstrar o seu papel frente ao espaço para aqueles que ela considera uma referência em relação à biblioteca, inclusive como forma de deixar ‘às claras’ o seu compromisso perante o poder público a quem considera vinculada por meio da biblioteca, evitando que seja cobrada no futuro por algum dano que o espaço viesse a sofrer.

A mesma situação volta a acontecer em 2018, quando, aos nove dias do mês de agosto (ata não numerada), o coordenador do Sistema de Bibliotecas se reúne com as duas agentes de leitura da Biblioteca Comunitária da Vila Gauchinha para “[...] oficializar o desligamento das senhoras supracitadas das funções de agentes de leitura [...]”. O texto da ata continua informando que: “Desta forma, a partir da presente data, a referida Biblioteca deixa de estar ativa, por não haverem mais agentes de leitura a ela vinculadas”. O enraizamento comunitário não se mostrava forte, afinal eram mãe e filha tomando conta da biblioteca e não a comunidade se apropriando do que deveria ser dela por direito, quando se discute o conceito de biblioteca comunitária.

Finaliza-se a ata com a informação de que os materiais continuariam no Centro Comunitário até que se confirmasse se haveria novo/a voluntário/a para assumir a atividade de agente de leitura. Mais uma vez, o poder público é referência para a comunicação quando agentes de leitura optam por se desligar de suas funções junto à biblioteca e à comunidade. Não ficam claros nas duas ocasiões citadas os motivos pelos quais as agentes optaram pelo desligamento, se por questões pessoais ou forças políticas internas e/ou externas aos bairros, como a precarização da área cultural cidadina no período do prefeito Guerra.

Em última ata de 2018, o fechamento da biblioteca comunitária da Vila Gauchinha se confirma, não havendo pessoas na comunidade interessadas em atuar como agente de leitura. O acervo e mobiliário foram recolhidos pelo DLL, ficando à disposição do poder público. Não localizei informação do destino final dos materiais, mas entendo que, como foram adquiridos com recursos via LIC municipal, toda biblioteca comunitária que fecha as suas portas deve/deveria repassar os materiais a outras unidades novas ou existente, já que não foram adquiridos com recursos públicos.

Preciso salientar que, conforme o livro de atas, todas ou quase todas as bibliotecas que fecharam tiveram seus materiais aproveitados para aberturas de novas unidades, porém a partir de 2019 nenhuma biblioteca nova foi inaugurada, portanto os materiais que compunham a biblioteca da Vila Gauchinha devem ter sido destinados a outra biblioteca já existente ou estão/estavam junto à Secretaria de Cultura do município, aguardando novo destino, haja vista também o período de pandemia.

Mas as relações mudaram a partir de 2017, como já relatei no capítulo anterior. A Secretaria de Cultura prestava assessoria às bibliotecas, mas a partir do governo do então prefeito Daniel Guerra as ações foram diminuindo, inclusive as reuniões organizadas pela Biblioteca Pública e os/as agentes de leitura vinculados/as às bibliotecas comunitárias, coincidindo com a não submissão de projetos à LIC Municipal e a conseqüente falta de recursos. Sobre essa relação entre bibliotecas comunitárias e poder público, a Agente de leitura 2 alerta na entrevista realizada: “E esse ano meio que se perdeu tudo isso, assim foi... muitas percas e esse ano [2019] meio que assim estagnou total, não tivemos mais investimento na biblioteca... reunião, orientação, nada” (AL2, 2019, p. 8).

A busca por melhorias para as bibliotecas comunitárias, a falta de investimento por parte da gestão do ex-prefeito Guerra, mesmo com recursos de projetos via LIC, e o assessoramento levou a um distanciamento da equipe de servidores/as da Biblioteca Pública em relação a essas bibliotecas. Não ficou claro no percurso se por ordem do prefeito ou mesmo do volume de trabalho no exercício de cargos públicos na unidade municipal, sendo que esse afastamento pode ter relação com o pedido para que a ALCA não submetesse projetos visando os fundos da LIC municipal, como se fosse ao longo dos anos se estabelecendo uma percepção de que as bibliotecas comunitárias não eram ligadas ao poder público, ficando subentendido que o afastamento era uma boa opção quanto à necessidade de arcar com suas manutenções e assim evitando-se que a sociedade civil relacionasse as bibliotecas comunitárias à Prefeitura e pudesse requerer que o poder público mantivesse-as.

Aliado a esse contexto político na cidade, no final de 2019 houve o *impeachment* do então prefeito Guerra e no ano seguinte, início de 2020, o início da pandemia de COVID-19 e, conseqüentemente, a não realização de reuniões com os/as agentes de leitura das bibliotecas comunitárias.

A falta de apoio é muito marcada no ano de 2019 na realização das entrevistas com as três agentes de leitura, como se o sentimento fosse de abandono do poder público para com as bibliotecas comunitárias. Enquanto pesquisador, fiquei pensando que talvez um dos problemas fosse o não trabalho de desapego, ou seja, se aos poucos o poder público tivesse trabalhado essa questão com os/as agentes e as comunidades, pois acabou deixando tudo muito solto e no ar, cada qual se virou da sua maneira, como possível no contexto de sua comunidade. Reforço a questão da limitação da comunidade em utilizar as bibliotecas, afinal têm/tinham horários restritos, estando a maioria delas dentro de prédios públicos, dos quais alguém tem a chave e determina quando e se abre, o que dificulta o envolvimento da comunidade e os sentimentos de pertencimento e enraizamento.

Não houve uma preparação para a ruptura. Iniciou-se uma nova gestão no município (2017) que solicitou que a ALCA não mais acessasse recursos públicos para projetos e assim, com o contexto estabelecido, a falta de recursos e a não necessidade de realização de reuniões mensais em virtude da não entrega dos cheques, o contato começou a se perder, inclusive pelo contexto político estabelecido com a saída de Guerra até o período pandêmico em 2020.

É interessante destacar que foi recomendado que a ALCA não submetesse mais projetos à LIC para os projetos das bibliotecas comunitárias, mas foi permitido que submetesse projetos para o 'Passaporte da leitura', isso para mim é muito marcante, pois é um projeto oficial do município. No discurso, o primeiro projeto não seria de responsabilidade do poder público municipal, já o segundo possuía a sua marca e era uma de suas bandeiras no setor cultural. Se a ALCA não devia submeter algum dos projetos à LIC, seria o da Prefeitura e não o das bibliotecas comunitárias, já que em tese seria uma organização da sociedade civil buscando recursos para um projeto da comunidade. Essa questão apenas reforça o quanto o poder público se vê/via vinculado às bibliotecas comunitárias e optou por não as qualificar e manter os recursos para um projeto que deveria ser financiado pelo município, já que é seu – ou da comunidade, como é posto.

A Secretaria de Cultura, por meio da Biblioteca Pública, atuava se envolvendo e contribuindo com as bibliotecas e os/as agentes, como e a partir de formações, o que também gerava unidade e sentimento de identidade no grupo de agentes de leituras (ou uma suposta caracterização de trabalho em rede). Aos poucos os posicionamentos tomados pelas diferentes gestões no município e a falta de recursos fizeram com que os membros do grupo, ou parte deles, se desmotivassem e se afastassem uns/umas dos outros/as, mas também do poder público, muito também em virtude das reuniões que eram promovidas e deixaram se ser organizadas conforme o último projeto da LIC municipal se encerrou.

O discurso do poder público em 2020, na realização da entrevista com o Agente público 1, que presta assessoria às bibliotecas comunitárias, é marcado pela intencionalidade de afastar os vínculos e a possível subordinação:

Assim, como eu entrei no decorrer do processo, eu sempre procurei ter um cuidado de não me meter no que tava ali funcionando. Então de minha parte, a partir de 2013, eu sempre procurei conduzir esse processo no sentido de... o que vai ser melhor pra cada local. Se o local tá se adequando com o que tem, da forma que tá organizado, ótimo, segue assim. Se eu acho, enfim, quando principalmente na época que a gente fez diagnóstico, e eventuais visitas depois, se eu vi alguma coisa de organização, ou o que que fosse, que pudesse ser melhorada, eu dava sugestão, mas nunca foi imposto. Até porque essas bibliotecas não são subordinadas ao Departamento de Leitura ou Sistema de Bibliotecas, nunca foram subordinadas – elas sempre foram uma parceria (AP1, 2020, p. 9).

Chamou-me a atenção o discurso de ‘parceria’ do poder público com as bibliotecas comunitárias, pois como tenho discutido nesta tese, inclusive com as entrevistas com ex-servidoras do município e os documentos, como livro de atas, legislações e reportagens da própria Prefeitura, a relação estabelecida desde 2008 não foi de ‘parceria’, já que o poder público criou essas bibliotecas, não apenas foi assessorar espaços já existentes e criados pela comunidade – se a realidade fosse essa, poderíamos entender como ‘parceria’ do poder público com as unidades, o que não se caracteriza na prática.

Compreendo o contexto da fala do interlocutor, de respeito às comunidades e da intenção de não se responsabilizar enquanto servidor público ou mesmo o próprio Município, sobretudo em um momento em que o poder público já havia sido cobrado por parte da sociedade civil pelo acesso da Prefeitura a recursos da LIC municipal para o projeto das bibliotecas comunitárias e o cenário político estava conturbado na cidade, em especial na área cultural, mas, de fato, a relação não se caracteriza apenas como ‘parceria’.

Este capítulo teve por objetivo revelar os vínculos entre o poder público e as bibliotecas comunitárias, além da subordinação posta, em linha tênue e discreta, mas presente nas relações estabelecidas entre os/as servidores/as públicos/as e os/as agentes de leitura. Os antecedentes de criação das bibliotecas comunitárias para antes do início oficial do projeto, em 2008, com a inauguração dos primeiros espaços na cidade, também foram abordados, assim como refleti a respeito das bibliotecas comunitárias como desejo e projeto do poder público, mas que não chegou a se tornar uma política pública, tema que inicia o próximo capítulo. Vamos a ele?

8 AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES EXISTEM E RESISTEM: ATÉ QUANDO?

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 2017b, p. 108).

Não é no silêncio que os seres humanos se fazem, mas na palavra e na ação... Parafraseio Freire para iniciar este último capítulo, escrito a partir de minhas vivências na trajetória de pesquisa, não apenas nas três bibliotecas participantes do estudo como também em outros espaços, relações e conversas que mantive, mesmo que não diretamente ligados à pesquisa, mas que foram importantes na busca de tentar compreender as bibliotecas comunitárias caxienses.

Sobretudo, alicerço-me nesta escrita nas análises e reflexões realizadas nos campos a partir das entrevistas e dos dados construídos e escavados nos documentos. Como pontuei na introdução desta tese, o período de doutoramento é longo, mas em certos momentos pareceu muito curto, seja pelo período pandêmico e outras demandas que ele nos trouxe, seja pelos contornos que precisei realizar a partir dos achados nos campos da pesquisa.

Já compreendemos até aqui que as unidades denominadas ‘comunitárias’ em Caxias do Sul, de acordo com a literatura científica, não se encaixam nesse conceito, uma vez que possuem o poder público como agente que as criou. Algumas dessas bibliotecas foram abraçadas pela sua comunidade, outras não... e as que ainda existem, como resistem? Que relações pude estabelecer entre elas e as políticas públicas (ou falta delas) que as subsidiassem (ou não)? E qual o futuro delas após o atravessamento da pandemia e do distanciamento já tomado anteriormente pelo poder público?

Talvez eu não tenha todas as respostas na completude que possa ser esperada, mas após este longo período de pesquisa e diante das reflexões realizadas trago alguns apontamentos para refletirmos juntos. Seja pelo período destinado ao doutorado ou o cansaço que se desponta, os encerramentos de ciclos

são necessários e a pesquisa não necessariamente se conclui. Compreendo que (re)cortes se tornam indispensáveis para que, após, novos mergulhos possam ser dados nessas ou em outras águas.

8.1 (A FALTA DE) POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O LIVRO, A LEITURA E AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS EM CAXIAS DO SUL

É comum ouvirmos dizer que o/a brasileiro/a lê pouco a partir dos padrões e das expectativas que a pesquisa X ou a instituição Y consideram como (bons/boas) leitores/as. Caberia, nesse assunto, uma série de caminhos em torno dos aspectos sociais e culturais da leitura enquanto processo e ação humana. Essa não é a proposta de meu texto de tese, mas são assuntos que não posso deixar de tangenciar, mesmo que de forma breve, correndo o risco de ser leviano diante da complexidade do tema.

Retomo a minha experiência de vida, que contribuiu para delinear esta proposta de doutoramento, com a necessidade de realizar uma atividade escolar e que não bastaria consultar a biblioteca existente na escola. Em um primeiro olhar temos a precarização das bibliotecas escolares, em especial nas redes públicas de ensino, o que não pode ser generalizado, mas é um relato constante de estudantes e docentes da Educação Básica, e inclusive de bibliotecários/as que atuam nesses espaços, como eu, que já atuei e vivi profissionalmente de perto essa realidade em três bibliotecas escolares – além do período estudantil, tendo cursado os ensinos Fundamental e Médio também na rede pública.

Faltam espaços, que costumam ser pequenos, adaptados e utilizados também como depósitos. Quando existem espaços, carecem de acervos, mobiliários, materiais e pessoas qualificadas para atuarem nas bibliotecas escolares. E recursos humanos, aqui, entendo como ideal a parceria entre bibliotecários/as e professores/as no ambiente da escola, compartilhando ações, experiências e esforços. A biblioteca escolar, que costuma ser o primeiro acesso aos livros para muitas pessoas, quando relegada a segundo plano, não consegue cumprir o seu papel de incentivo à leitura e acesso ao conhecimento.

A biblioteca pública, que também deveria proporcionar acesso ao mundo dos livros e da leitura, ainda antes do ingresso ao contexto escolar até a velhice,

conforme apresentei no segundo capítulo desta tese, apresenta inúmeros e distintos obstáculos para executar a sua nobre missão de atender indistintamente a todos/as. Em minha experiência juvenil narrada, precisei ir até a biblioteca pública de minha cidade e naquele momento tive condições financeiras e liberação de minha mãe, apesar de ela não considerar que aquele espaço fosse para nós, mas em nome da 'educação do filho' não criou barreiras para a minha ida.

Outras tantas barreiras podemos encontrar para o acesso à leitura e à informação, como, por exemplo, a falta de recursos financeiros para frequentar bibliotecas públicas que costumam se localizar nos centros das cidades, o não sentimento de pertencimento ao mundo letrado, o que pode contribuir para muitas pessoas não frequentarem esses espaços, ou ainda a parcela de módicas bibliotecas, sobretudo nas cidades pequenas. Todos esses pontos contribuem para o imaginário coletivo de que o/a brasileiro/a lê pouco.

Não estou dizendo que enquanto nação lemos muito ou que os dados de diferentes estudos não representam o cenário brasileiro, mas proponho algumas questões para refletimos, as quais não almejo responder neste texto:

- 1) O que de fato pode ser considerado como leitura? Somente o livro físico ou os/as autores/as tidos como clássicos/as? O livro inteiro ou partes dele também valem e são mensuráveis? O quanto lemos no dia a dia, mesmo que por meio do toque dos dedos pela tela do celular, por exemplo? Isso não seria também leitura? Caso sim, como medir esse 'ler'? E mais, seria necessário medir?
- 2) O/a brasileiro/a não lê por que não quer ou seria uma série de fatores que o/a afastam da leitura, como a correria cotidiana em torno de fazermos sempre mais em um dia que continua tendo 24 horas? E ainda, se houvesse mais e maior acesso à leitura, desde bibliotecas físicas espalhadas não apenas nos centros das cidades e também redes de *internet*, não democratizaríamos ao menos o acesso? E como trabalharmos para um contexto em que se ofereça, além do acesso, um uso eficiente e competente da leitura e da informação de uma forma geral?

Esses dois pontos levam-me para a necessidade de políticas públicas em torno do livro, da leitura e das bibliotecas, ou mesmo a falta delas em diferentes instâncias: federal, estadual e municipal. As políticas públicas surgem a partir da

identificação de uma problemática social, na qual, na busca de resoluções, avalia-se a atual situação e reflete-se o ideal de como ela seria, para isso elaboram-se meios para tal, o que pode se constituir em uma política. Essa questão social precisa ser identificada como um problema pela coletividade, e a partir dessa compressão busca-se o Estado, que na função de promover o bem-estar social empenha-se (ou assim deveria ser) em assegurar um determinado direito à coletividade.

As políticas públicas “[...] são ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade e convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana” (DIAS; MATOS, 2012, p. 12). Essas ações não costumam ser ‘dadas’ e sim conquistadas a partir de diálogos e embates, na esfera política partidária ou não, devendo ser ações de Estado, mas que muitas vezes são tomadas como ações de governos, não oferecendo a continuidade que pode ser necessária para a resolução dos problemas que, por não serem simples, costumam exigir a elaboração de uma política pública que garanta a continuidade e o investimento ao invés de ações pontuais.

Conforme apontam Secchi, Coelho e Pires (2020) há alguns nós no conceito de política pública que precisam ser analisados, considerando que não há uma uniformização no campo científico. Três desses nós são: 1) a discussão se essas políticas seriam elaboradas somente pelo Estado ou seria papel também de organizações privadas e não governamentais, por exemplo; 2) se uma política pública pode ser entendida apenas como o plano de ação elaborado ou se a omissão e/ou a negligência também podem ser encaradas como uma política de manutenção do *status quo*; e 3) se as políticas públicas seriam apenas estratégias macro a nível nacional, por exemplo, cabendo a programas e projetos a sua operacionalização ou se políticas regionais, estaduais e municipais também seriam políticas ou não devido à dimensão de seus possíveis impactos.

A partir dessas questões, apesar de não serem consenso na literatura, destaco as minhas compreensões a respeito do tema. Entendo que políticas públicas são diretrizes elaboradas pelo Estado com o objetivo de enfrentar um problema que é público, portanto atinge a coletividade ou mesmo, grupos dentro do conjunto. Não apenas o governo federal deve ser responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas, cabendo também aos estados e municípios

agirem, seja em questões macro ou micro, conforme a proporção do problema a ser enfrentado e a responsabilidade que cabe a cada ente.

A ação (ou o objetivo de agir, em sua elaboração) pode ser entendida como uma política pública assim como a omissão também é uma ação, ou seja, um movimento político, pois ‘não fazer nada’ é uma forma de agir, mesmo que negligenciando um problema que aflige no todo ou parte da população. As políticas públicas podem tomar forma de diferentes maneiras, como leis, projetos, programas, campanhas nas mídias, subsídios governamentais etc., cabendo a atores de diferentes posições e níveis hierárquicos e políticos a trajetória de uma política pública, desde a concepção da ideia até que seus reflexos sejam percebidos pelos grupos evidenciados com o problema que motivou a política.

A partir da compreensão de que a “[...] finalidade de uma política pública é o enfrentamento, diminuição e até mesmo a resolução do problema pública” (SECCHI, 2016, p. 5), trago elementos no Quadro 13 para refletirmos sobre a criação das bibliotecas comunitárias caxienses a partir dos quatro elementos das políticas públicas apontados por Secchi (2016), a saber: problema encontrado, ações realizadas, instrumentos e atores sociais.

Quadro 13 – Bibliotecas comunitárias caxienses como política pública?

Problema	Ação realizada	Instrumentos	Atores sociais
O acesso centralizado à leitura e à informação no centro da cidade, onde se situa a Biblioteca Pública.	Criação de bibliotecas comunitárias nos bairros da cidade e do interior a partir de 2008.	Projetos submetidos e aprovados por meio da LIC municipal para captação de recursos e posteriores investimentos.	Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de Cultura e parceiros, como a ALCA, proponente de parte dos projetos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Em um primeiro olhar, o projeto das bibliotecas comunitárias caxienses se aproxima dos elementos constitutivos de uma política pública, mas duas questões se relacionam e são importantes de serem discutidas: 1) a falta de continuidade e investimento nas ações, incluindo planejamento em longo prazo; e 2) o poder público caxiense não oficializa as bibliotecas comunitárias como equipamentos culturais vinculados a si, mantendo o discurso de apoio, mas, como aponte ao longo da pesquisa, criar e expor o projeto, auferindo inclusive capital político quando é de seu interesse, como para apresentá-lo em eventos ou colocá-lo como ação

importante ao receber prêmios, além da visibilidade das gestões que estavam no poder junto às comunidades e à sociedade em geral.

A contribuição do poder público foi com a criação das bibliotecas comunitárias, entregando-as para as comunidades, esperando que estas abraçassem-nas, mas em muitos casos sem terem como mantê-las ou mesmo sem o desejo de terem-nas, seja por desinteresse ou falta de entendimento de como a unidade poderia contribuir com o território – faltaram ações do poder público para vincular comunidades e bibliotecas. Há também de se considerar o não ou pouco trabalho de criação de vínculos entre a biblioteca e a sua comunidade, papel que poderia ter sido desenvolvido pelo poder público, já que este criou os espaços sem a intenção de mantê-los no futuro, ao menos de uma forma geral, visto que o governo municipal de Sartori demonstra intenções com as comunitárias em leis durante seus dois mandatos.

Retomo um exemplo já discutido na tese: a comunidade não tem a chave do local, portanto o acesso é limitado. Se não podia usar o espaço quando desejava, quando utilizaria? É como se sempre fosse a casa do outro, que precisasse pedir licença ao entrar – o que não é muito distante, já que os prédios não eram das comunidades e sim, em sua maioria, do próprio poder público. Como se apropriar de algo que não é da comunidade, de fato? E talvez, em alguns casos, nem era demanda da comunidade, ao menos não uma demanda explícita, sendo esta dos/as gestores/as públicos/as, que motivaram os/as presidentes de bairro a requererem uma biblioteca em sua comunidade.

Para que haja ou se crie o enraizamento comunitário pela biblioteca é preciso, dentre outros fatores, investimentos, e não somente o financeiro, mas de divulgação e recepção da comunidade, inclusive. Isso até foi feito de uma maneira geral, muito por meio dos/as agentes de leitura que tiveram formações no âmbito da leitura, mesmo que poucas e espaçadas ao longo dos anos, mas nem sempre dispunham do tempo necessário para que isso acontecesse, como, por exemplo, os/as que atuaram em certos períodos por duas horas semanais – que trabalho comunitário é possível se desenvolver em tão pouco tempo?

Como convencer um morador que trabalha, estuda e/ou tem diferentes afazeres a ir à biblioteca dia de semana, no período na tarde, por exemplo? Além do acesso ao espaço em si, a limitação de horários e de práticas também contribui para que parcelas da comunidade não se utilizem da biblioteca nem proponham ou

realizem certas práticas de incentivo e mediação. Isso sem contar que suas demandas literárias e informacionais não diretamente se refletiam nos acervos, já que as compras de obras eram feitas pelo poder público, a partir do olhar considerado técnico de um bibliotecário.

Não basta que o/a agente atuante no local tenha uma formação no campo da leitura, é preciso que tenha perfil, que goste do que faz, sobretudo incentivando e estimulando a comunidade à leitura, mas também ao uso do espaço, afinal cada biblioteca é/deveria ser da sua comunidade. Isso também me leva a refletir sobre os/as agentes precisarem estar eles/as próprios/as estimulados/as para proporem e realizarem as ações, seja pelo poder público ou pelas comunidades, abraçando a biblioteca e demonstrando interesse pelo espaço, ou ainda pela rede que nunca se constituiu.

Antonio Candido (2011, p. 193) nos declara que: “Uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável”. Trago a questão do direito à literatura, mas também do direito ao acesso e ao uso da leitura e da informação, para destacar que o poder público municipal foi percebendo ao longo dos anos a necessidade de criação de espaços descentralizados, expandindo oportunidades, como discorri neste texto, desde a Lei Orgânica do Município, o Plano Plurianual, no qual constava a intenção de criação das bibliotecas comunitárias, e a entrevista das agentes públicas 2 e 3, que evidenciam essa necessidade e intenção antes da elaboração do projeto e da implantação das unidades em 2008.

Aprofundo-me refletindo sobre o quanto o projeto das bibliotecas comunitárias, tendo elementos de uma política pública, mas não se constituindo como uma, contribuiu para que essa necessidade percebida e transformada em desejo e projeto do poder público permitisse que, ao menos em parte, o acesso à leitura e à informação se ampliasse no município sem que, com isso, os governantes precisassem dar continuidade ao projeto, tornando-o verdadeiramente uma política pública do campo cultural na cidade. Há, em tese, um benefício social e cultural da criação das bibliotecas, mas que se esvazia quando o poder público não as assume e algumas comunidades não acolhem as unidades, tornando-as, de fato, comunitárias.

Em campo durante a pesquisa, as agentes de leitura entrevistadas expuseram as dificuldades enfrentadas para manter as bibliotecas comunitárias visitadas e sob suas responsabilidades, sobretudo com os anos da gestão do prefeito Daniel Guerra, que coincide com o fim dos projetos via LIC municipal. A Agente de leitura 1 narra a relação das bibliotecas com o poder público, também de dependência para a existência das próprias unidades. Quando questionada sobre o apoio por parte da Prefeitura, ela afirma: “Só da Biblioteca Pública. Eles tinham um projeto de Bibliotecas Comunitárias. Encerrou... É, agora depende de nós gostar de continuar, se não fecha” (AL1, 2019, p. 5). Com o encerramento do projeto via LIC, cessaram-se os recursos e houve um distanciamento das comunitárias com a Biblioteca Pública, já tecido neste estudo, também fortalecido pela pandemia.

Ainda segundo as interlocutoras, a Agente de leitura 2 expõe seu desalento com os rumos do projeto:

E esse ano, meio que se perdeu tudo isso, assim foi... Veio num... de muitas percas e esse ano meio que assim estagnou total, não tivemos mais investimento, na biblioteca, a reunião, orientação, nada. [...] vai [que] uma hora muda, volta as coisas boas, elas têm que... Vamos acreditar que vai... (AL2, 2019, p. 8).

Nesse sentido, a Agente de leitura 2 ressalta o afastamento do poder público e das bibliotecas comunitárias, em especial em 2019, na realização da entrevista, mas que já vinha acontecendo desde 2013, conforme discuti aqui na tese:

O poder público com a Secretaria da Cultura comprou, todos esses [livros], todos não, que depois a gente ganhou muito. Mas comprou os primeiros livros e depois... Na época, nos qualificou assim com as formações e tal, mas era um outro governo, era uma outra gestão, era uma outra mentalidade. Não se vê isso atualmente, não tem a mesma proposta, tipo, agora... livro é perda de tempo (AL2, 2019, p. 17).

A mudança de posicionamento das gestões municipais também foi evidenciada pela Agente de leitura 3, quando ela aponta que o poder público contribuiu apenas com acervo para a Biblioteca Comunitária 3 e que em 2019 poucos materiais haviam chegado. Esse pouco envio foi devido ao término do último projeto aprovado por meio da LIC municipal em 2017 e que já havia se encerrado,

sendo que as obras que chegaram no ano da entrevista foram originadas das doações que a Biblioteca Pública recebe e encaminha o excedente às comunitárias.

As falas das três agentes de leitura podiam ser diferentes caso Caxias do Sul mantivesse outras relações com esses espaços. Compreendo que as bibliotecas comunitárias caxienses não se enquadram dentro de uma política pública, pois o discurso oficial não reconhece tais espaços como seus, dessa forma não haveria necessidade de serem contempladas em ações do município. Contudo, meu posicionamento a partir da pesquisa realizada é o de que o poder público não estaria desresponsabilizado de tais bibliotecas diante das relações e vínculos que construiu e manteve com os espaços, seus/suas agentes e os territórios.

Alicerço-me nos dados da pesquisa e aqui apresentados e discutidos para assinalar que entendo as bibliotecas comunitárias caxienses como bibliotecas públicas negligenciadas pelo poder público, que a partir desse projeto estendeu serviços às comunidades, principalmente por meio dos/as agentes de leitura que atuavam voluntariamente, mas também com a presença de servidores/as públicos/as visitando, apoiando e assessorando as bibliotecas.

Nesse sentido, compreendo que as bibliotecas comunitárias seriam bibliotecas de bairro (portanto, públicas), conceito que ainda não foi muito discutido na literatura, pois sempre remete ao conceito geral de ‘biblioteca pública’. Cidades como São Paulo/SP⁴⁵ e Uberaba/MG⁴⁶ utilizam o termo ‘biblioteca de bairro’ para evidenciar as bibliotecas públicas que não estão localizadas nas regiões centrais da cidade e sim nos bairros, como uma forma de proporcionar acesso à leitura e à informação a um maior número de pessoas, buscando a democratização de acesso ao conhecimento, semelhante ao que aconteceu em Caxias do Sul, porém sem se constituírem como bibliotecas municipais.

No contexto das políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas, no cenário nacional é importante destacar a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que cria a Política Nacional do Livro (PNL), e, dentre as suas diretrizes, destaco: “I – assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro” – chama-me a atenção que quase 20 anos após a assinatura dessa lei o direito à leitura e à

⁴⁵ SÃO PAULO (Cidade). **Bibliotecas de bairro no Facebook e no Instagram**. 2020. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/index.php?p=27859. Acesso em: 20 set. 2021.

⁴⁶ UBERABA (Cidade). **Biblioteca de Bairro comemora aniversário e apresenta resultados positivos para a comunidade**. 2019. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,46783>. Acesso em: 20 set. 2021.

informação ainda precisa ser uma luta constante. A diretriz IX tem relação direta com a minha proposta inicial de tese, quando deveria prever “[...] capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda”, como a partir da garantia de promoção da autonomia e da cidadania ao público das bibliotecas comunitárias.

Em 2006 o Governo Federal lança o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), que tem por objetivo:

[...] assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja no nível individual, seja no âmbito coletivo (BRASIL, 2006, p. 25).

O PNLL foi provocado por ações da UNESCO e outras instituições no contexto Ibero-Americano em 2005, sendo que o Brasil, a partir dos seus ministérios da Cultura e da Educação, elaborou o plano nacional no ano seguinte, contando com a participação da sociedade civil. Nesse sentido, Machado (2010) aponta que a criação do PNLL foi um processo que contou com a participação de diferentes atores sociais que se reuniram nos âmbitos nacional e regional para discussão e formulação do plano. O PNLL foi articulado em quatro eixos, a saber: 1) democratização do acesso; 2) fortalecimento da rede atual de bibliotecas; 3) instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas; e 4) conquista de novos espaços de leitura.

Por ser um plano nacional, União, estados e municípios devem ser responsáveis pelo seu cumprimento. Diante disso, alguns pontos merecem destaque, como o eixo 1, subeixo 1.1, quando prevê: “Apoio à abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc.)”. No percurso da pesquisa foram encontrados muitos nós, alguns que não consegui desfazer por completo, como se a criação das bibliotecas comunitárias teria alguma relação direta ou motivada pelo PNLL. Mesmo sem conseguir afirmar, parece-me que o plano pode ter de alguma forma incentivado a proposta que já pairava no município acerca da descentralização do acesso à leitura e à informação, assim como o PNLL pode ter contribuído para a criação do Programa Permanente de Estímulo à Leitura do município.

Ainda em torno do livro e da leitura, é importante destacar a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, apesar de esta não trazer menção direta às bibliotecas comunitárias no seu texto. No art. 2, a subseção II traz como diretriz “[...] o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, [...] as condições para exercer plenamente a cidadania, [...]”, ressaltando o entendimento da leitura como direito humano e servindo como um importante instrumento de democratização do acesso ao livro e à leitura.

No contexto cultural, saliento a Política Nacional de Cultura (PNC), instituída a partir da Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010. Entre as suas estratégias e ações prevista, a 3.1.18 cita as bibliotecas comunitárias ao prever a implantação e manutenção de bibliotecas “[...] atualizando e diversificando a rede de bibliotecas públicas e comunitárias e abastecendo-as com os acervos mínimos recomendados pela Unesco [...]”. Apesar de ser a única menção às comunitárias, a PNC também é importante por estimular a criação dos planos municipais de Cultura, conforme ocorreu em 2011, em Caxias do Sul, como abordarei em seguida. O PNC deveria ter sido revisado em 2020, o que ainda não aconteceu e não surpreende, uma vez que no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro há um notório desprezo pela cultura nacional e suas manifestações, haja vista a pasta ser uma secretaria subordinada ao Ministério do Turismo, como se cultura fosse e servisse apenas como atração e entretenimento turístico.

No contexto estadual, a Lei nº 11.670, de 19 de setembro de 2001, estabelece a Política Estadual do Livro (PEL/RS) e o decreto nº 43.036, de 20 de abril de 2004, evidencia a criação dos planos anuais de difusão do livro. Dentre as diretrizes do PEL estão à democratização do livro e a promoção do hábito de leitura, sendo que parte da política é focada no mercado editorial e na compra de livros.

Chamou-me a atenção o art. 24, quando especifica que: “Todo estabelecimento público escolar é obrigado a manter uma biblioteca cuja utilização será franqueada à comunidade, observada a compatibilidade com o funcionamento regular do estabelecimento” (RIO GRANDE DO SUL, 2001). Apesar de as bibliotecas escolares não serem o foco desta tese, não poderia deixar de registrar que o governo do estado está há mais de 20 anos sem realizar concursos para bibliotecários/as, sendo que em 2018 apenas 20 destes/as profissionais atuavam nas mais de 2.500 escolas estaduais (JORNAL DO COMÉRCIO, 2018). Se mal há

bibliotecas para os/as estudantes da rede estadual, quem dirá espaços, acervos e recursos humanos para atender as comunidades em torno das escolas.

Na esfera cultural, o Rio Grande do Sul ainda conta com a Lei nº 14.778, de 4 de dezembro de 2015, que institui o Plano Estadual da Cultura (PEC/RS), com duração prevista até 2025. Ao abordar as bibliotecas, traz redação semelhante à PNC, quando menciona como ação expandir, atualizar e diversificar “[...] a rede de bibliotecas públicas e comunitárias do Estado, dando especial atenção aos portadores de necessidades especiais, abastecendo-as com os acervos mínimos recomendados pela Unesco” (RIO GRANDE DO SUL, 2015), sendo esta a única menção a bibliotecas comunitárias.

Esse breve panorama dos cenários nacional e estadual objetivam alicerçar o contexto de Caxias do Sul, onde não há política ou plano municipal estabelecido para o livro e a leitura e em especial que inclua as bibliotecas. Não estou afirmando que a cidade não tem projetos e ações nesse campo, mas, além de não possuir política ou plano firmado, as bibliotecas comunitárias não são contempladas nas ações desenvolvidas, já que não teriam relações com o município.

A Secretaria Municipal de Cultura, por meio do Departamento do Livro e da Leitura, possui o Programa Permanente de Estímulo à Leitura, que está presente em boa parte desta tese por ter desenvolvido o projeto das bibliotecas comunitárias, assim como ficou responsável pela sua implantação e acompanhamento ao longo dos anos. Contudo, o PPEL não é uma política ou plano e sim um programa ‘guarda-chuva’ para abrigar ações em torno do livro e da leitura, sendo que, de acordo com o *site* da Prefeitura⁴⁷, em 2021 seis projetos estão ativos: Passaporte da Leitura, Escritor na comunidade, Maratona de Contação de histórias, Círculos de leitura, Leitura em movimento e Leituras compartilhadas.

Ainda na área cultural caxiense, a Lei nº 7.376, de 7 de dezembro de 2011, aprova o Plano Municipal de Cultura, com duração de dez anos, portanto, até o final de 2021. O documento que constitui esse plano está dividido por seções e a que se refere à ‘Biblioteca e Incentivo à leitura’ aborda alguns temas para o segmento, dentre eles: a criação de uma nova biblioteca pública; a instalação de um setor de restauração na Biblioteca Pública Municipal; a possibilidade da instituição de ônibus-

⁴⁷ CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Programa Permanente de Estímulo a Leitura**. 2021d. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/livro-e-leitura/programa-permanente-de-estimulo-a-leitura>. Acesso em: 21 set. 2021.

bibliotecas para atender as comunidades do interior, demanda bastante antiga; a criação do cargo de mediadores/as de leitura para posterior realização de concurso público; a aquisição permanente de livros e materiais - acredito que somente para as bibliotecas públicas; e a implantação do programa PILAR para incentivo à leitura para bebês e crianças, ação descontinuada e já encerrada. Nessa seção não há menção às bibliotecas comunitárias.

Dentre as demais seções está a de 'Literatura', que aponta, em seu item 2, a intenção do poder público com as comunitárias:

Criar e/ou melhorar bibliotecas comunitárias nos distritos e periferias, fazendo-as constar no organograma da SMC. Essas bibliotecas deverão ser atendidas por profissionais da área e coordenadas por especialista concursado que monitorará, de maneira contínua, o seu funcionamento (CAXIAS DO SUL, 2011i).

Chama-me a atenção alguns pontos a partir do fragmento desse plano:

- 1) o desejo de criar novas bibliotecas comunitárias (assim nomeadas, não deixando margem de confundi-las com as públicas) e melhorar as já existentes, expandindo e descentralizando o acesso à leitura e à informação para distritos e periferias;
- 2) a intenção de que as bibliotecas comunitárias fossem de fato abraçadas e assumidas pelo poder público, uma vez que, segundo o plano, deveria constar no organograma da Secretaria de Cultura, ou seja, o objetivo não era apenas um assessoramento – desejo das gestões do prefeito Sartori, mas não das que lhe sucederam;
- 3) o atendimento nas bibliotecas deveria ocorrer por 'profissionais da área', não deixando claro se seriam os/as agentes de leitura, como sempre foi, de forma voluntária ou com auxílio de bolsa com recursos via LIC, como aconteceu em alguns momentos, ou ainda se haveria o intento de que profissionais da Secretaria de Cultura cuidassem desses espaços – provavelmente não seriam bibliotecários/as, já que no sistema municipal de ensino há apenas um profissional para as mais de 80 escolas da rede e,
- 4) o propósito que a coordenação das bibliotecas comunitárias fosse de servidor/a concursado/a da Prefeitura, que de maneira contínua prestasse atendimento aos espaços, portanto o papel de assessoria prestado por servidores/as da Biblioteca Pública Municipal está previsto no Plano

Municipal de Cultura vigente, não se constituindo como um ‘trabalho extra’ e sim uma das atribuições da Secretaria de Cultura.

Mais duas intenções da seção da ‘Literatura’ dizem respeito às bibliotecas, como no item 3 a criação de “[...] um Sistema de Municipal de Redes de Bibliotecas (do Município) [...]” (CAXIAS DO SUL, 2011i), o que em um primeiro momento pode remeter às bibliotecas públicas, porém no item 2 previu-se a incorporação das comunitárias à Prefeitura, então entendo que esse sistema deveria atender todas as unidades, públicas e comunitárias. O item 4 aborda a contratação de servidores/as, “[...] ampliando o número de bibliotecários, incluindo outros cargos de apoio [...] de forma a atender adequadamente às Bibliotecas do Sistema Municipal de Rede de Bibliotecas (do município)” (CAXIAS DO SUL, 2011i), objetivando contribuir também o item 2 com profissionais para atender as bibliotecas comunitárias, já que deveriam fazer parte do organograma da pasta da cultura.

É importante destacar que o Plano Municipal de Cultura foi elaborado e aprovado durante o segundo mandato do prefeito José Ivo Sartori, entusiasta das bibliotecas comunitárias. Contudo, o plano deveria ser seguido pelo município por 10 anos a partir da assinatura da Lei nº 7.376/2011, de 7 de dezembro de 2011, que aprovou o documento e as suas intenções no segmento da cultura, portanto foi um compromisso assumido pelo poder público posto naquele momento, mas que deveria ter sido cumprido independentemente do governante que estivesse à frente da Prefeitura Municipal.

A respeito da Secretaria de Cultura do município, o Decreto nº 21.628, de 5 de julho de 2021, aprova seu regimento interno. O Departamento do Livro e da Leitura passa a se chamar ‘Diretoria’ e a contar com a ‘Gerência do Programa Permanente de Estímulo à Leitura’, assim como as demais áreas da pasta. No art. 25, referente às competências da Diretoria do Livro e da Leitura, está: “[...] controle, conservação, movimentação e manutenção preventiva do acervo literário da Biblioteca Pública Municipal Dr. Demétrio Niederauer, da Biblioteca da Estação e outras bibliotecas que forem criadas pela Secretaria da Cultura [...]” (CAXIAS DO SUL, 2021f), sendo que não há menção às comunitárias, já que o poder público ora se responsabiliza por tais espaços, ora age como se não tivesse relações com eles.

Vocês, leitoras ou leitores, devem estar se questionando ao longo deste capítulo: Onde as bibliotecas comunitárias se encaixam nisso tudo? Mais do que um

desejo, essas bibliotecas se constituíram como um projeto de um governo, conforme já discorri, e foram, ao longo dos anos e dos governos que o sucederam, sendo deixadas de lado, uma vez que o discurso oficial é de assessoramento, apesar de o poder público ter criado os espaços.

O Plano Municipal de Cultura, conforme apresentei, evidencia a intenção de incorporação das bibliotecas comunitárias ao organograma da Secretaria de Cultura, tornando-as, portanto, parte da Prefeitura como bibliotecas de bairro, como um braço estendido do poder público às comunidades. Apesar da criação e das relações estabelecidas, inclusive de subordinação, mesmo que em linha tênue, o poder público municipal nunca chegou a tomar para si as comunitárias como sua real responsabilidade, mas, além disso, não visualizou a proposta como uma ação efetiva que o poder público poderia fazer para a cidade e seus/suas moradores/as.

A aprovação do Plano Municipal de Cultura ocorreu no final de 2011, iniciando a vigorar de fato em 2012, último ano do governo Sartori e momento de agito político na cidade, quando o secretário de Cultura à época, Antonio Feldmann, se preparava para disputar as eleições no cargo de vice-prefeito na chapa de Alceu Barboza Velho, que foi vice-prefeito nas duas gestões de Sartori. Como já pontuei na tese, na dança das cadeiras alguns tiveram lugares garantidos, menos as bibliotecas comunitárias, já que a intenção do Plano Municipal de Cultura da incorporação pelo município não se concretizou. A nova gestão trouxe novos ares à cidade, mesmo que alguns dos personagens não tenham mudado, o que acarretou posicionamento diferente da nova gestão quanto às comunitárias (de assessoramento), conforme narrei no capítulo 6, já não havendo espaço e entendimento de que as comunitárias teriam uma relação tão próxima com o Município.

Para finalizar esta seção refletindo a respeito da existência ou da falta de políticas públicas para o livro e a leitura em Caxias do Sul, ressalto que a cidade não conta com Plano Municipal nessa seara diretamente, ficando a cargo do Plano Municipal de Cultura contemplar ações. No que tange às bibliotecas comunitárias, o plano as cita de forma direta e intenção clara, mas faltam políticas públicas para essas bibliotecas, já que após 2013, com a nova gestão, um distanciamento foi percebido, fazendo com que o Plano Municipal de Cultura, no que tange às comunitárias, não fosse cumprido e a partir de 2017, com uma nova gestão, praticamente todos os setores da área cultural tiveram impactos, mesmo com a existência do PMC.

Apesar do relevante legado deixado pelas duas gestões do prefeito Sartori às bibliotecas comunitárias, com a criação do projeto e a implantação de mais de duas dezenas de unidades nos bairros e distritos do município, considero que o governante poderia ter feito mais, como ter concretizado a intenção de incorporar esses espaços à Prefeitura como bibliotecas de bairros, de estilo público, descentralizando o acesso à leitura e à informação. Não sei se por falta de tempo, arrojo ou implicações políticas e/ou jurídicas para a não efetivação do que está posto no plano, hoje poderíamos ter bibliotecas comunitárias, mesmo que apenas de nome, presentes nos territórios da cidade, para quem sabe a minha proposta de pesquisa ter sido efetivada, se não com 'comunitárias', mas com bibliotecas 'públicas' ou de 'bairro', podendo assim ter investigado as suas práticas educativas e possíveis contribuições às comunidades e aos territórios.

O que se tem foi a não articulação de políticas públicas que contemplassem as bibliotecas comunitárias assim como o não acolhimento desses espaços pelo poder público, como era intenção do Plano Municipal de Cultura, de diferentes servidores/as públicos/as e de muitas das comunidades que abraçaram as bibliotecas instaladas em seus territórios. Conforme a perspectiva que se observa: não são 'públicas' nem 'comunitárias', são espaços, às vezes abertos, com livros para acesso de quem desejar. Poderiam ser mais... e assim parto para a próxima seção.

8.2 O QUE FAZEM AS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS CAXIENSES?

É importante destacar que esse 'fazer' refere-se a dois panoramas de observação: a partir das três unidades visitadas em 2019, que foram meus estudos de caso, e da entrevista realizada em 2020 com o bibliotecário que assessora(va) as bibliotecas comunitárias. Não trago dados do 'passado', pois o estudo mostrou que em anos anteriores diferentes ações já haviam sido realizadas, mas não tiveram continuidade ao longo do tempo por motivos diversos. Não posso relatar sobre as bibliotecas não visitadas por mim, portanto apresento um recorte, haja vista os dois horizontes examinados.

Em visita à Biblioteca Comunitária 1, sua agente de leitura pontuou que em 2019 ofertava apenas empréstimo domiciliar de obras, sem prazo estabelecido para

as devoluções. A abertura da unidade se dava uma vez por semana, por duas horas do período da tarde, mas ela pontuou que parte da comunidade tinha seu contato de *WhatsApp* e assim poderia solicitar que a abrisse em outros momentos, já que reside próxima ao Centro Comunitário que abriga a biblioteca, apesar de a comunidade não costumar solicitar a abertura do espaço.

A Agente de leitura 1 descreveu que outras ações já foram realizadas em anos anteriores, como um clube de leitura com jovens do bairro, mas conforme os/as jovens cresciam e tinham outras questões, como a continuidade dos estudos fora do bairro, foram perdendo interesse ou mesmo tempo hábil – a leitura não seria mais uma prioridade para aquele grupo. Dessa forma, o clube de leitura descontinuou por falta de público.

A agente mencionou a intenção de implantação de novos projetos com a comunidade a partir da biblioteca, como a realização de piqueniques com as mães e as crianças pequenas, já que a unidade fica em frente a uma praça com espaço de recreação, parquinho e quadras de esporte. A ação seria realizada a partir de 2020, mas com a pandemia e a necessidade de fechamento dos espaços e o distanciamento social não foi possível realizar a atividade até então.

O cenário é muito semelhante na Biblioteca Comunitária 2, cuja agente de leitura, em entrevista, expõe que a oferta da unidade à comunidade em 2019 era de empréstimo de obras e utilização do espaço para leitura no local. A biblioteca ficava aberta durante o expediente do espaço, das 8h às 14h, sem necessidade de reserva de horário, mas a agente se dividia no atendimento a comunidade com as suas atividades profissionais como servidora pública, nem sempre podendo se dedicar ao atendimento no que tange à leitura.

A Secretaria de Cultura, em anos anteriores, contribuiu mais com a biblioteca, como com o envio de contadores/as de história, conforme a Agente de leitura 2, mas essa ação não teve continuidade por um longo período, sendo que a sua própria mãe, professora aposentada, ainda contava histórias em momentos esporádicos na biblioteca. Reuniões e oficinas com os/as beneficiários/as do programa de alimentação ofertado pelo Núcleo de Capacitação e Cozinha Comunitária também eram realizadas, nas quais eram utilizadas histórias de literatura infantil com os/as adultos/as como forma de estímulo e resgate à leitura e aos/às leitores/as que talvez não tivessem oportunidades anteriores, propiciando que fossem introduzidos outros temas nas conversas.

Quando da realização da entrevista havia o projeto de realização de um varal de leitura com mensagens natalinas que fomentassem a importância religiosa da época, não como uma data voltada ao consumo. No mais, diante do cenário cultural e político da cidade, não havia a perspectiva de novas ações na e pela biblioteca para 2020.

Registro que a Agente de leitura 2 se aposentou durante a pandemia e que no momento desta escrita a biblioteca ainda estava fechada, não sendo possível mensurar a respeito da continuidade e manutenção da unidade. Além disso, a Cozinha Comunitária também encerrou suas atividades, sendo a comunidade atendida com almoços feitos no centro da cidade e enviados em marmitas para atender a demanda do local.

Na Biblioteca Comunitária 3 o contexto é um pouco diferente, pois, apesar de estar aberta à toda a comunidade na realização da entrevista (2019), quem de fato costumava utilizar o espaço eram as crianças, os jovens e os adultos que participavam de ações mobilizadas pelo Ponto de Cultura em que a unidade estava instalada. A própria agente de leitura narra na entrevista, conforme apresentei no capítulo 6, que a intenção inicial de implantação da biblioteca foi para suprimir as demandas dos cursos e atividades culturais ofertadas no espaço como forma de propiciar acesso à leitura e à informação para esse público em específico, apesar de estar disponível aos/às moradores/as do distrito nos horários em que o Ponto de Cultura está em atividade.

Além de propiciar acervo para as atividades das ações ofertadas pelo Ponto de Cultura, a biblioteca oferecia empréstimo à comunidade em geral, apesar da baixa procura. Não estavam sendo realizadas outras práticas no espaço, pois não era uma demanda da comunidade, segundo a agente, e assim não haveria necessidade da oferta de ações ou serviços além do empréstimo e do uso do acervo no local, apesar de dentro da biblioteca em si não haver mesas e cadeiras. No passado outras ações foram ofertadas pela biblioteca, como contação de histórias às escolas da região, mas eram realizadas por voluntários/as e não pela agente de leitura, portanto aconteciam em certos momentos de acordo com a disponibilidade, tanto de voluntários/as quanto de interessados/as.

A entrevista com o bibliotecário que assessora(va) as bibliotecas comunitárias foi realizada no contexto da pandemia, em maio de 2020, quando os espaços estavam fechados. Ressalto que conversei com o bibliotecário a respeito das

unidades em momentos anteriores, antes da aprovação da pesquisa junto ao CEP-UCS, portanto não foi possível registrar as conversas e utilizá-las no estudo. O Agente Público 1 descreve (em entrevista após a aprovação no CEP-UCS) como estava a sua relação na qualidade de representante do poder público com as agentes de leitura naquele momento (maio de 2020):

Tá meio distante assim, tá um pouco parada. No momento exato é por causa, é literalmente por causa da pandemia. Por causa da questão da COVID-19, porque assim: desde o início o aporte, acho que a gente já conversou disso – o aporte financeiro para as bibliotecas comunitárias ele sempre veio por Lei de Incentivo à Cultura – a Lei Municipal de Incentivo à Cultura – em projetos propostos pela Associação Caxiense, Associação dos Livreiros Caxienses – ALCA. Ainda que tem uma forte participação, intermediação do poder público, da Prefeitura Municipal disso, no momento que entrasse dinheiro público, não seria mais biblioteca comunitária.

Seria biblioteca ramal, seria outra coisa e nunca foi esta exatamente a proposta. Então sempre foi a sociedade civil organizada através da ALCA em parceria com o poder público. Então teve lá em 2008, 2009, teve 2000... acho que 2010, 2011, e depois, 2012, até 2013, não, ou 2011 até 2013 enfim. Teve alguns projetos assim, e na prática começou a acontecer isso: esses projetos, eles acabaram sendo bianuais. O último que **a gente propôs e conseguiu aprovação** e captou o recurso e comprou livros e fez cursos etc., foi em 2017, que foi estendido até o começo de 2019, com pagamento de bolsa-auxílio, enfim. Depois ele parou, as reuniões foram rareando também, a partir ali de 2019 por vários, várias questões, vários motivos (AP1, 2020, p. 4-5, grifos meus).

O período pandêmico não prejudicou apenas a minha ida aos campos como também o contato que o poder público mantinha com os/as agentes de leitura atuantes nos territórios. Contudo, ainda antes da pandemia as relações já estavam distantes, especialmente em virtude do término do último projeto aprovado na LIC municipal (2017), que proporcionou recursos às comunitárias além dos encontros mensais para recebimento do valor da bolsa-auxílio, a qual necessitava da ida dos/as agentes à Biblioteca Pública, momento que também era aproveitado para reuniões com o Agente público 1 e demais servidores/as do Departamento do Livro e da Leitura para, entre outras ações, poderem contar um pouco sobre como estavam indo as bibliotecas comunitárias em que eram agentes.

A pandemia também contribuiu para esse afastamento, mas, além da questão do projeto via LIC, o cenário cultural e político da cidade favorecia o distanciamento, haja vista o discurso das três agentes de leitura entrevistadas, que descreveram

sentir que a Cultura não era uma prioridade no período da gestão municipal de 2017 a 2019. Ainda, a Agente de leitura 2, que também foi servidora pública municipal, narra na entrevista que parte dos/as servidores/as do município estava sobrecarregada de tarefas dentro de suas funções em virtude da diminuição pelo então prefeito de cargos de confiança e estagiários/as na Prefeitura, o que gerou maior carga de trabalho aos/às servidores/as e motivou, conforme explicação do Agente público 1, menos tempo para estes/as se dedicarem à prestação de assessoria às comunitárias em virtude de suas demandas com a Biblioteca Pública.

Desse trecho de sua fala, ainda destaco a preocupação em reforçar que as comunitárias não seriam subordinadas ao poder público, discurso que tomou força desde 2013, quando termina a gestão do prefeito Sartori, momento em que o Agente público 1 começa a acompanhar as bibliotecas comunitárias, conforme já pontuei neste estudo. Trago grifada a fala do agente quando sinaliza que ‘a gente’ propôs o projeto e arrecadou os recursos por meio da LIC municipal, já que era ele que elaborava tais propostas (a partir de 2013) que seriam submetidos pela ALCA, corpo da sociedade civil que poderia enviar projetos, portanto servia como representante, já que a própria Prefeitura não poderia submeter às propostas, mantendo assim o discurso de que as bibliotecas seriam das comunidades e não bibliotecas de bairro ou ramais nos moldes de bibliotecas públicas.

O dinheiro seria do poder público municipal caso as empresas pagassem os impostos ao poder público ao invés de destiná-lo por meio da Lei de Incentivo, mas como os valores não entravam nos cofres públicos e a titular dos projetos era supostamente a ALCA, não se configurariam como espaços públicos. Contudo, conforme já descrevi em capítulo anterior, parte do setor cultural questionou a Prefeitura acerca dessa relação mais do que estreita com a ALCA, que desde 2017 não acessou mais recursos por meio da LIC para as bibliotecas comunitárias, mas continua submetendo projetos para o ‘Passaporte da leitura’, portanto a relação estreita se mantém, apenas não contempla mais as bibliotecas comunitárias.

Em 2019 poucas reuniões entre os/as servidores/as da Biblioteca Pública e os/as agentes de leitura foram realizadas em virtude do distanciamento e da não necessidade de encontros para pagamento das bolsas, sendo que sequer uma reunião de encerramento do ano foi realizada, como era costume. Na entrevista com o Agente público 1, ele sinaliza que o desejo era de retomar o contato com o grupo em março de 2020:

É, justamente no dia 18 de... dia 18 de março tava marcada a reunião, com as bibliotecas comunitárias, que a gente ia então vê como é que tá, como é que tinha sido o 2019, aquele tempo que a gente ficou sem conversar, **vê como é que era o momento atual, quem queria continuar, quem não queria mais**, explicar a situação de este ano novamente a gente não ter um projeto de LIC com remuneração, enfim, e ouvir elas também. Só que daí fomos atropelados pela situação da pandemia que, bem naquela semana foi ver a recomendação de não fazer reuniões, evitar, enfim, afastamento social, e boa parte do grupo das agentes de leitura, elas são já senhoras mais idosas, mais velhas. Então seria também grupo de risco, não tinha condições da gente manter essa reunião, então se cancelou e a ideia é, quando voltarmos a normalidade, possibilidade de reuniões sociais, chamar elas pra conversar. Mas no momento a orientação é essa: a gente tá sem contato mais próximo (AP1, 2020, p. 5, grifos meus).

O texto grifado evidencia, mais uma vez, a percepção da relação que se estabelece entre as bibliotecas comunitárias e o poder público, afinal não deveria ser papel do poder público identificar os/as agentes que continuariam atuando nas unidades mesmo sem a bolsa-auxílio, considerando que se fossem comunitárias essa preocupação deveria ser das suas comunidades se auto organizando em torno de seus espaços. Provavelmente esse levantamento serviria à gestão da Secretaria de Cultura e da Biblioteca Pública, como aconteceu em outros momentos quando uma biblioteca encerrava suas atividades e os acervos e os mobiliários eram recolhidos pela Prefeitura, que abrigava os materiais e os destinava à criação de uma nova biblioteca.

Sem projeto aprovado e valor da bolsa-auxílio, os/as agentes de leitura atuariam nas bibliotecas pela satisfação de contribuir com as suas comunidades ou pelo suporte financeiro, apesar de muito baixo? Como pesquisador, em especial a partir das conversas com as três agentes de leitura entrevistadas, todas enfatizam que atuavam para contribuir, desempenhando um papel social que proporcionava satisfação pessoal, mas para o Agente público 1 imaginar que alguma biblioteca poderia fechar sem a bolsa mensal... Pus-me a refletir, consciente de que não teria a resposta.

Isso me levou à marca do enraizamento comunitário ou não nessas unidades em diferentes níveis, conforme cada biblioteca e o sentimento de que o espaço seria da comunidade, sem a mediação do poder público, já que os/as agentes precisariam confirmar suas intenções de manterem os espaços ou não, explicando-se a um servidor público, apesar do discurso oficial ser apenas de auxílio técnico. Vale ainda

mencionar que nem todos/as os/as agentes residiam nas comunidades em que atuavam, como muitas vezes encontramos em outras bibliotecas criadas por suas comunidades e de fato comunitárias.

Antes da pandemia as três bibliotecas comunitárias investigadas neste estudo praticamente apenas emprestavam livros, não realizando práticas educativas, o que inviabilizaria a minha proposta inicial com esta tese. O ano de 2020, com o atravessamento da pandemia de COVID-19, obrigou o fechamento dos espaços e a não realização de reuniões entre poder público e agentes de leitura, além de me fazer delinear novos contornos para este estudo. Se já não havia as práticas, a partir de março daquele ano nem bibliotecas abertas teríamos, ao menos até a normalização do cotidiano ou o surgimento de um 'novo normal', algo que ainda não aconteceu até o fechamento deste ciclo, a conclusão da pesquisa de doutoramento.

As bibliotecas investigadas não se configuram como comunitárias dentro do que o conceito estabelecido no meio acadêmico nos diz (apesar de não ser um consenso), mas também não são consideradas públicas pelo poder público municipal. Não oferecem práticas educativas devido a diversos fatores, como a ausência de políticas públicas, mais pessoas engajadas no projeto, recursos financeiros e, sobretudo, enraizamento comunitário forte a ponto de a comunidade tomar para si a missão de dar continuidade aos espaços. Saliento que nem todas as bibliotecas são iguais, visto que em umas mais do que outras parte da comunidade apoia os espaços, apesar de não necessariamente atuar para que estes permaneçam ativos. Dentro desse cenário, fica a questão título da próxima seção...

8.3 O QUE FALTA PARA SEREM DE FATO COMUNITÁRIAS?

A escassez de aportes financeiros acaba sendo um grande entrave para a continuidade das bibliotecas comunitárias caxienses, apesar de não único e determinante fator para a não continuidade. Primeiramente destaco a questão dos projetos aprovados por meio da LIC municipal submetidos pela ALCA, que até 2017 prestava apoio ao projeto, única fonte de receita. Em entrevista, o Agente público 1 esclareceu a relação entre os projetos das bibliotecas comunitárias, a ALCA e a descontinuidade de acesso a recursos:

Havia um entendimento por parte de parte, de repente até uma parte expressiva tu pode dizer da comunidade cultural de Caxias do Sul, de que isso não era uma coisa muito correta, que tava sendo feita, porque, no entendimento desse pessoal, era a Prefeitura, através do Departamento do Livro e da Leitura, se valendo da sociedade civil organizada pra acessar recursos da Prefeitura, através de Lei de Incentivo à Cultura que é renúncia fiscal.

No entendimento, colocado então por esse grupo, o correto seria a Prefeitura arrecadar os seus impostos e bancar todos aqueles projeto; e não fazer parceria com a Associação dos Livreiros e acessar a renúncia fiscal. Eles achavam que esse volume, que a Prefeitura tava acessando, tava sendo tirado de outros projetos, de outros produtores culturais. Esse é um debate que, não é novo, ele vem de anos e ele foi, cada vez mais se aprofundando e se radicalizando.

Até que, chegou um momento, em 2017 pra 18, que isso ficou bastante, enfim, evidente e debate bastante forte e o então secretário da cultura – o Joelmir da Silva Neto – se comprometeu com esse grupo, basicamente representado pelo Conselho Municipal de Cultura então; quando ele assumiu, eu acredito que ele assumiu no final de 2017, ele se comprometeu então que orientaria o Departamento do Livro e da Leitura a não procurar mais, enfim, que a gente não fizesse mais tantas parcerias com a ALCA ou ente, associação organização da sociedade civil que fosse, não faria mais tantos pra acessar a LIC.

Que não teria mais, não teria mais nada e depois se flexibilizou essa negociação pra apenas um, que é o Passaporte da Leitura, que se não for, pelo formato do projeto, pela dinâmica que ele propõe, é muito difícil fazê-lo com recurso público, porque envolve aquisição de livros, distribuição desses livros pra escolas, contratação de autores que precisa ter a hospedagem, passagem aérea, que é muito complicado de conseguir isso – pra não dizer impossível – através do poder público atualmente (AP1, 2020, p. 5-6).

Reforço que a ALCA atuou como instrumento do poder público para acessar recursos a partir de valores que seriam impostos das empresas, das quais a Prefeitura faria a renúncia fiscal, para que fossem apoiados projetos culturais, dentre eles o das bibliotecas comunitárias, ao menos até 2017 (último projeto aprovado) e seguindo ao menos até 2021 com o ‘Passaporte da Leitura’, ação escolhida pelo próprio poder público para continuar submeter projetos visando os recursos por meio da LIC municipal, e até 2020 a associação também era a proponente do projeto da Feira do Livro da cidade.

É importante esclarecer que os/as agentes de leitura não faziam parte da ALCA, tão pouco a ALCA era formada por moradores/as desses bairros que participavam ativamente da associação, ou seja, não vinha diretamente dos bairros o interesse pela manutenção das bibliotecas (ao menos não de forma organizada) e

sim do poder público em manter tais unidades até a gestão do prefeito Guerra, quando na verdade o poder público em si desejava criar bibliotecas ramais, como posto do Plano Municipal de Cultura, apesar de não prever investimentos para mantê-las.

Ainda sobre os projetos para as bibliotecas comunitárias submetidos à LIC, o Agente público 1 pontuou ser quem colaborava com a elaboração destes, pois tinha os contatos com os/as agentes – e assim conhecia a realidade de cada biblioteca comunitária –, além do conhecimento técnico para fundamentar e justificar a relevância dos projetos.

Outros dois pontos também devem ser analisados a partir da fala do Agente público 1: 1) o reconhecimento de parte da comunidade cultural caxiense de que as bibliotecas tinham uma relação muito estreita com o poder público, a ponto de sugerirem que a Prefeitura recebesse os impostos ao invés de liberá-los para a LIC e assim pudesse manter as (suas) bibliotecas comunitárias; e 2) apesar de ser um servidor público em atividade e do cuidado tomado com as palavras, a crítica ao governo do então prefeito Guerra, no momento da entrevista já fora do executivo, se fez presente pela dificuldade que o projeto ‘Passaporte da leitura’ teria de ser justificado durante aquele governo, já que apesar da burocracia existente nos setores públicos isso nunca havia o impedido de ser executado.

Após 2017, com o acordo entre Prefeitura e agentes culturais da cidade, o projeto das bibliotecas comunitárias ficou sem recursos para compra de materiais, fomento à formação dos/as agentes de leitura e pagamento do auxílio, como expõe o Agente público 1:

Então se fez esse acordo: nisto então se perdeu a possibilidade que se tinha historicamente – eu acho que desde ali, o começo dos anos 2000, provavelmente, 2008 no mínimo, talvez antes, de fazer vários projetos de LIC ou dois ou três, pra acessar um recurso de renúncia fiscal através da ALCA, revertido pra ações vinculadas ao Departamento do Livro e da Leitura, nessa parceria. Então foi por isso de as Bibliotecas Comunitárias tavam nesse pacote de projetos que se acordou não mais fazer, pra que não caracterizasse isso que os produtores culturais e comunidade cultural – parte dela –, pelo menos, interpretavam como uma intromissão do poder público numa fonte de recursos que seria da sociedade civil organizada, dos produtores culturais. Então entra nisso, o projeto das bibliotecas comunitárias ele deixa de ser apresentado, deixa de ser elaborado e apresentado pra recursos de LIC devido a isso. E a gente tentou em alguns outros momentos – mais recentemente não – eu acho que a última vez que se tentou alguma coisa assim,

deve ter sido em 2018, mas a gente tentou lá atrás em 2013-14 outros editais, outras fontes, mas a gente não obteve sucesso. A gente tentou, acho que foi em 2013 ou 2014 um edital do... a gente eu digo o grupo das bibliotecas comunitárias, porque a Prefeitura, o poder público, não pode acessar isso. Eu lembro que foi em 2013-2014 que saiu um edital do governo federal pra bibliotecas comunitárias, que a gente conversou com o grupo, mas ninguém... não chegou a fazer projeto, até onde eu lembro assim, o pessoal não se empolgou muito, assim não foi muito atrás.

Então, por isso assim, principalmente porque a gente não aquilo que era feito lá, desde 2008, de parceria com a ALCA pra acessar a LIC Municipal, isso foi de alguma forma vetado, por forças ativas da cidade aí, acordo, entendimento de que não era o ideal e não se conseguiu nada alternativo até então (AP1, 2020, p. 6).

O secretário de Cultura à época, pressionado pelo Conselho Municipal de Cultura da cidade, resolveu 'proibir' que a Biblioteca Pública ficasse responsável por elaborar ou contribuir com os projetos em parceria com a ALCA, pois poderiam ter problemas no futuro, fosse administrativo ou jurídico, considerando que, quando aprovados os projetos da própria Prefeitura, outros/as produtores/as culturais teriam seus projetos não aprovados em virtude do montante que poderia ser investido na LIC, pois era o poder público avaliando como positivos os seus próprios projetos e, assim, importantes para recolherem recursos.

A linha estabelecida entre o Agente público 1 e o grupo de agentes de leituras é muito tênue, como fica evidenciado em sua fala. Ele se coloca como pertencente ao grupo, como se se colocasse como responsável pela continuidade das bibliotecas, quando o seu papel seria o de assessoria técnica com esses espaços. Acredito, a partir das conversas que tivemos, que a manutenção das unidades é um desejo pessoal seu como cidadão, mas também, talvez, uma missão como agente público responsável pelas bibliotecas comunitárias, até por uma possível cobrança para que as unidades deem resultado, haja visto que as bibliotecas constam até no *site* da Prefeitura como ação do Departamento do Livro e da Leitura, ao mesmo tempo que o poder público diz que não é responsável por elas. Neste texto eu trouxe diversas passagens de quanto o projeto das bibliotecas comunitárias já foi para a vitrine, como se diz, quando o poder público se alicerça nele para apresentá-lo em eventos ou mesmo receber premiações por seus projetos em torno do livro e da leitura, sendo que as comunitárias sempre foram citadas e reconhecidas como importantes nesses momentos.

Diante dessa relação, destaco que única fonte de recursos das bibliotecas comunitárias era a LIC municipal, sendo que sem ter acesso e permissão para participar dos editais o grupo formado pela ALCA e o Departamento do Livro e da Leitura não conseguiu mais garantia de recursos a partir de outros editais, mesmo de níveis federal ou estadual. Tem-se que quem deveria tentar submeter projetos à LIC seria o grupo de agentes das bibliotecas comunitárias organizado, caso tivesse se constituído como uma rede ou ONG, ou mesmo a ALCA por si, sem a necessidade de vínculo ou suporte da equipe da Prefeitura, servindo de elo entre as comunidades e os editais a partir dos seus conhecimentos técnicos sobre gestão cultural e do acesso a recursos públicos ou privados de incentivo à cultura.

A necessidade de recursos financeiros é um dos pontos a ser destacado, além da questão de o grupo de agentes de leituras atuar disperso geograficamente, diz muito sobre as relações e os vínculos estabelecidos com e a partir do poder público, conforme discuti no capítulo anterior enquanto agente agregador desses espaços. Esse fato leva à relação de subordinação e dependência dos/as agentes em esperar que os/as servidores/as da Prefeitura organizassem os projetos, submetesse-os à LIC, recebessem e gerenciassem os recursos e encaminhassem as ações às bibliotecas comunitárias.

Não culpo os/as agentes de leitura pela não articulação de uma rede, pois não os/as acompanhei desde as primeiras inaugurações dos espaços, mas observo que se assim tivessem feito poderiam continuar submetendo projetos à LIC caxiense e mesmo outros projetos de financiamento cultural em outras esferas. Em meu olhar como pesquisador, bibliotecário e sociólogo, entendo que a relação posta com o poder público e talvez o desconhecimento em como se articular contribuíram para a não formação do grupo de maneira una, atuando como uma rede, além do aparente baixo envolvimento da comunidade com as bibliotecas, não fortalecendo os espaços e os/as próprios/as agentes de leitura como seus/suas representantes.

Outra questão que leva a essa desarticulação é o baixo enraizamento das bibliotecas em suas comunidades, desde a restrita procura dos/as moradores/as nas unidades até a presença quase que exclusiva dos/as agentes de leitura atuando nos espaços, ou seja, as comunidades ou parte delas não foram incluídas ao ponto de adentrarem os espaços e os construírem coletivamente, sempre ficando essa responsabilidade à Prefeitura, como se as bibliotecas fossem suas. O poder público criou as unidades, mas entendo que não fomentou (ao menos até o ponto

necessário) que as comunidades tomassem para si o projeto, dentre os vários fatores que podem ter contribuído, como eu trouxe neste texto, está a questão de as chaves dos espaços ficarem nas mãos dos/as agentes de leitura e/ou presidentes/as de bairro e mesmo, em alguns espaços, de servidores/as públicos/as, não podendo a comunidade se utilizar das bibliotecas fora dos horários estipulados.

A falta de ou o baixo enraizamento comunitário *a priori* não é uma crítica direta às comunidades, apesar de elas terem suas parcelas de responsabilidade nesse ponto. O desestímulo à leitura é algo que encontramos nas diferentes regiões do País em diversos níveis, conforme as questões que cercam os/as sujeitos/as. Não reconhecer a biblioteca de seu bairro como aparelho cultural que possa contribuir e melhorar a sua vida não pode ser uma responsabilidade da comunidade por si só, mas de uma série de fatores histórico, sócio e culturais em torno da Educação e da Cultura, tendo a leitura como eixo transversal nessa análise.

Assim como não devemos culpar o analfabeto por não saber ler, não devemos estigmatizar o/a não leitor/a pela não leitura, uma vez que muitas vezes esse mundo não lhe foi apresentado, como seria um direito seu. Da mesma forma, pelo que pude depreender ao longo do estudo, os/as agentes de leitura buscaram fomentar o incentivo à leitura e, por consequência, mesmo que não de forma direta e sistematizada, o enraizamento comunitário a partir das tentativas de aproximação da comunidade com a biblioteca. Mesmo que nem sempre os objetivos tenham sido alcançados, entendo que todos os esforços foram bem-vindos.

Compreendo que essas duas missões não são fáceis (incentivar a leitura e estimular o enraizamento comunitário) por diversas razões, como parte do público não ser leitor, os horários e as ações realizadas pela biblioteca, além do uso contínuo e frequente das tecnologias de comunicação e informação, que se tornam desafios (e também aliadas) de diferentes tipologias de bibliotecas na conquista de público leitor. Há de se destacar também que nessa empreitada os/as agentes de leitura quase em sua totalidade são pessoas das comunidades, em parte senhoras donas de casa ou aposentadas que passam a se constituir agentes com a abertura das bibliotecas, tendo poucas formações no campo da leitura nos últimos anos oriundas dos projetos da LIC e organizadas pela Secretaria de Cultura, ou seja, não necessariamente essas pessoas estavam preparadas para propor práticas educativas e culturais que aproximassem a comunidade dos espaços.

Entendo que seria papel do poder público estimular que as comunidades participassem mais ativamente das bibliotecas, tomando para si a gestão dos espaços e do que iriam oferecer, o que poderia fomentar a articulação esperada e contribuir para a constituição da rede de bibliotecas comunitárias caxienses, não precisando se desarticular do poder público, já que a relação é histórica pela criação desses espaços, mas estimulando a relação de parceria e não de dependência e subordinação, mesmo que em linha tênue. Não digo que o poder público não fez nenhum movimento nesse sentido, contudo, ao que as fontes e as entrevistas me revelaram não se mostram suficientes, já que alguns espaços fecharam logo após a sua criação e não houve a efetivação de uma rede em mais de uma década do projeto.

Para concluir a seção, destaco com base nos dados construídos e analisados quatro pontos, a respeito do que falta às bibliotecas caxienses para estas serem na prática comunitárias:

- 1) resgate da relação histórica de criação das unidades pelo poder público ao invés de pelas comunidades, o que já se configura fora do conceito de biblioteca comunitária, sendo necessária uma espécie de apresentação desses espaços às comunidades ou parte delas, que não a conhecem ou utilizam, explicitando a sua importância e possíveis contribuições;
- 2) estabelecimento de vínculos das comunidades com as suas unidades, perpassando a dificuldade encontrada em alguns locais das bibliotecas estarem dentro de prédios públicos, o que não contribui para o uso dos espaços e, como já descrevi neste texto, acarreta a sua pouca utilização e até mesmo a compreensão de parte da coletividade de que as bibliotecas são do poder público, portanto aguarda-se pelo que pode ser ofertado ao invés de a comunidade abraçar e ela mesmo propor ações para dinamizar a biblioteca que é ou deveria ser sua;
- 3) movimentos de articulações externos, mas sobretudo internos, dos territórios e de seus/suas moradores/as em torno da sua biblioteca para serem desenvolvidas ações e tomado para si o que é seu inclusive pelo discurso oficial do poder público, além da construção de conexões entre os/as agentes de leituras das demais bibliotecas da cidade como forma de fortalecimento das ações e da coletividade com interesses semelhantes,

além de ser firmada parceria com outras organizações culturais e redes de bibliotecas comunitárias do estado; e,

- 4) constituição da rede de bibliotecas comunitárias caxienses - entidade civil que de forma articulada e popular possa buscar alternativas e meios para manutenção e ampliação dos espaços e do que estes oferecem às suas comunidades, inclusive podendo participar coletivamente de editais de fomento à cultura nas esferas municipal, estadual e federal e buscar parcerias com outras entidades e empresas para investimentos, sem a necessidade de ter o poder público como elo entre as bibliotecas e os recursos financeiros ou entidades como a ALCA gerenciando como serão os gastos e os recursos.

Não obstante, para que esses pontos sejam alcançados assim como a autonomia das bibliotecas comunitárias caxienses, é imprescindível que estas continuem existindo. As relações estabelecidas desde a criação dos espaços estavam se desgastando nos últimos anos, aliando-se à gestão que assumiu a cidade em 2017 e contribuiu para que o projeto das comunitárias não fosse mais submetido à LIC, ao fim dos aportes de recursos (o que acarretou também as poucas e até as não reuniões realizadas mensalmente) e, o último atravessamento que obrigou o fechamento dos espaços, à pandemia. Nessa conjuntura, como será o futuro das bibliotecas comunitárias caxienses?

8.4 O FUTURO: O QUE SE DESEJA ÀS BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS?

Ah, o futuro... é incerto! Não cabe a mim e a esta tese, localizada em tempo e espaço definidos, estabelecermos ou mesmo prevermos como será o futuro das bibliotecas comunitárias caxienses, sobretudo as três que compuseram meus campos de pesquisa. Para esta última seção de escrita, trago os desejos dos/as agentes públicos/as e das agentes de leitura que entrevistei nesse percurso de doutoramento e após reflito sobre o que eu próprio desejo a esses espaços.

Volto à entrevista com a Agente pública 3, que participou do início do projeto das bibliotecas comunitárias, mas que se tornou assessora técnica por um breve período, já que atuava como bibliotecária da Biblioteca Pública. Essa servidora foi, a

princípio, quem trouxe a ideia de unidades descentralizadas, ofertando acesso à leitura e à informação às comunidades, que por diferentes motivos não costumavam utilizar da biblioteca central, conforme ela percebeu em sua atuação e relatou na entrevista.

A Agente pública 3 está aposentada e afastada do poder público há alguns anos, mas quando questionada sobre os seus desejos para o futuro das bibliotecas comunitárias, pontuou:

Olha, eu gosto muito de ler e eu acho que, tem pessoas que quando a gente lê é mais difícil da gente ser... quando a gente lê e pensa sobre o que leu, é mais difícil da gente ser, manipulado, ser iludido. Que cada vez as pessoas tenham mais acesso a bibliotecas com bons livros, com literatura de qualidade. [...] a gente tem instituições não funcionais de muita qualidade, então que o futuro, que as bibliotecas possam crescer cada vez mais, e ter um público cada vez mais atuante, não só, que vá lá lê o jornal e coisa assim - não, mas que, que se envolva, que diga, que questione, que participe das atividades, que assista os talentos, que converse com pessoas justamente pra ter outros pontos de vista. E eu acho que a biblioteca tem que ser um espaço de encontro, um espaço de aprendizagem, um espaço de conhecimento, de cultura... que a biblioteca permaneça viva por muito e muito tempo (AP3, 2020, p. 6).

Entre os desejos da Agente pública 3 está que o público, portanto que as comunidades sejam mais atuantes nos espaços e tomem as bibliotecas para si, reconhecendo a leitura como a chave para a autonomia e a constituição do pensamento crítico. Bibliotecas como espaços de encontro e aprendizagem é o que todos/as nós desejamos às comunitárias, públicas e escolares, por exemplo, e que não apenas a sociedade reconheça os potenciais das bibliotecas, mas também os poderes públicos, com investimentos não apenas financeiros, mas de apoio e fomento a ações que podem ser realizadas.

A Agente pública 2, em entrevista, não apresentou seus desejos para o futuro das bibliotecas comunitárias, mas frisou que se desligou do poder público no final de 2012 por questões políticas com o governo que assumiu o executivo em 2013, aposentando-se após 38 anos de serviços públicos realizados. Relembro que foi essa agente pública que iniciou o projeto das bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul, inaugurando duas dezenas de espaços no período de sua atuação à frente da criação do PPEL.

Para concluir as entrevistas com os/as agentes públicos/as, discuto os desejos apresentados pelo Agente público 1, que atua desde 2013 até o momento com as bibliotecas comunitárias e é servidor público do município desde 2011:

Olha, desde que eu assumi essa parte em 2013, o meu desejo era de autonomia, que elas conseguissem uma autonomia que não dependessem tanto dessa... desse apoio ou dessa mediação do poder público pra conseguir apoio. Eu acho que sim, é papel do poder público apoiar bibliotecas comunitárias, mas, é papel das bibliotecas comunitárias também buscar autonomia e outras, enfim outras formas de apoio. Então o meu desejo aqui pro grupo de Caixas do Sul sempre foi esse, que elas buscassem e conseguissem uma maior autonomia, uma autogestão, digamos assim, uma organização delas próprias. Infelizmente eu não vi isso acontecer (AP1, 2020, p. 11).

O Agente público 1 destaca o que já havia trazido na entrevista e discutido neste texto, da sua intenção de que as unidades se organizassem em uma rede, desvinculando-se do poder público inclusive para alcançar recursos visando às suas manutenções, além da gestão das próprias unidades. Volto ao ponto das relações das comunidades com as bibliotecas e a observância de poucas raízes firmes e mesmo de reconhecimento do potencial desses espaços nos territórios e as suas possíveis contribuições sociais e culturais.

A respeito do futuro e da continuidade de ações das bibliotecas, o Agente público considera:

Então assim, a perspectiva que eu tenho em relação às bibliotecas comunitárias de Caxias do Sul é que vão seguir aquelas que já são mais engajadas, que já tem mais um, uma... uma relação com a comunidade de fato, que sempre dependeram menos do poder público para as suas ações – ainda que o poder público tenha através, sempre através da ALCA, eventualmente através de doações, enfim, mas ainda que o poder público, tenha provido algum... auxílio material e técnico, sempre teve algumas que iam além disso. Eu acho que essas- essas têm perspectiva de seguir, porque já estão mais orgânicas nas suas comunidades. E eu acho que as demais, que não conseguiram esse nível de envolvimento, de engajamento do entorno, a tendência é cessar, enfim, fechar, ou daqui a pouco ficar um tempo parado até alguém... olhar pra aquilo de novo. Mas no curto prazo, como toda a área da cultura, eu acho que as perspectivas não são boas (AP1, 2020, p. 11).

Reforço que na minha compreensão o poder público, até mesmo a partir dos projetos e recursos via LIC, poderia ter investido de forma direcionada e profunda na

formação política e de agentes culturais nas comunidades, não apenas de uma ou duas pessoas por biblioteca no tocante a ações de incentivo à leitura. Poderia também ter investido na constituição de um corpo sólido de moradores/as que pudessem atuar nos territórios, não apenas, mas talvez a partir das bibliotecas comunitárias, porém que buscassem e trouxessem ganhos em diferentes esferas, além do fortalecimento das próprias comunidades, podendo, assim, o poder público passar de forma efetiva o bastão, como se diz, das bibliotecas às suas comunidades.

Retorna-se à necessidade de criação de uma rede de bibliotecas comunitárias em Caxias do Sul constituída pelos/as agentes de leitura que atuam ou possam atuar nas unidades em funcionamento ou a serem criadas, pela Prefeitura ou pelas mãos das próprias comunidades, sem a dependência do poder público. O Agente público 1 ainda acentua que uma rede poderia ser aqui formada ou ainda alguma organização já existente seria capaz de abraçar as unidades, como, por exemplo, a Cirandar, à qual as bibliotecas caxienses já estiveram próximas em meados de 2014 para conhecerem como atua uma rede de bibliotecas na prática.

Ou mesmo – apesar de eu não considerar ideal, já que o poder deveria vir e se concentrar nos territórios – outra organização no campo da Cultura poderia não vir a se constituir uma rede, mas acolher as comunitárias, ao menos para submeter projetos pela LIC municipal e outros meios, como acontecia com a ALCA como proponente, mas agora sem um vínculo tão próximo do poder público que levantasse descontentamento de parte da classe cultural cidadina. Uma questão que se desponta desse tipo de vínculo e que pode ter sido considerada para que nenhuma organização da cidade tenha se interessado em acolher as bibliotecas comunitárias é a necessidade e importância de prestação de contas, o que gera um trabalho que deve ser cuidadoso, afinal são recursos privados, mas que poderiam ser públicos se não destinados a projetos culturais.

Dos desejos dos/as agentes públicos/as que se manifestaram nas entrevistas, a Agente pública 3 apresenta intenção generalista e um pouco romantizada do papel social das bibliotecas, talvez por não ter acompanhado por um longo período as unidades comunitárias, já que esteve no embrião de suas criações, sem ter vivenciado o dia a dia e as dificuldades enfrentadas por esses espaços. Já o Agente público 1, por estar próximo das bibliotecas e dos/as agentes de leitura desde 2013, apresenta como perspectiva a ênfase de desvincular as bibliotecas do poder público,

ressaltando que estas pertencem às comunidades e seu papel seria de assessoria, tão somente. Nesse quadro, seu desejo para o futuro é de manutenção das bibliotecas, mas que estas não se alicercem e dependam do poder público, que nada mais poderia fazer para a continuidade dos espaços.

A partir das falas dos/as agentes públicos/as, dirijo-me às visões e percepções das agentes de leitura que atuam nas bibliotecas comunitárias e conhecem as suas realidades, carências e potencialidades. A Agente de leitura 1, que atua desde 2011 na Biblioteca Comunitária 1, tem opinião pragmática da situação enfrentada:

Aí eu vou te dizer que eu gostaria que as pessoas viessem pegar... Por que ah, eu digo 'olha, eu acho que eu me fechava aqui e eu lia tudo', porque que a gente gosta, né... Digo, ali tem tanta coisa, tem tanto livro, tem tanta coisa boa pra tu ler, até os infantis, se tu pegar uma historinha ali tu adora! Os desenhos... mas é difícil. Vamos ver, a gente não perde a esperança, vai que um dia, venha mais de três (AL1, 2019, p. 7).

A agente de leitura se mostra desesperançada quanto ao futuro da biblioteca, uma vez que a comunidade não demonstra interesse por ela, assim para com a leitura de uma forma geral. Essa questão já havia surgido quando a agente indica que a unidade ofertava, em 2019, apenas empréstimo de obras para leitura domiciliar sem data fixa para devolução, pois isso desestimulava que levassem materiais e a não cobrança de multas seria uma estratégia para que a comunidade se interessasse pela leitura.

Sua fala também é marcada pelo desalento quanto aos hábitos de leitura dos/as poucos/as frequentadores/as da biblioteca e do avanço tecnológico, que segundo sua visão acaba tomando tempo e interesse das pessoas em relação às práticas leitoras, além do não apoio por parte do poder público para com as comunitárias como tivera em anos anteriores. Saliento ainda que por ela ter sido presidenta do bairro e conhecer parte dos bastidores políticos da cidade suas expectativas quanto ao governo do momento da entrevista (em 2019), em especial ao tocante cultural, desmotivava-a a seguir em frente, mas foi firme ao ser questionada a respeito da continuidade da biblioteca: "É complicado, mas é que a gente não desiste. [...] Eu digo: eu não vou desistir!" (AL1, 2019, p. 13).

A Agente de leitura 2, que atua na biblioteca desde 2009, mas que também era, na época da entrevista, servidora pública municipal em atividade, considera que o futuro do espaço dependeria de investimentos para a sua continuidade:

Ai! Pois é, resgatar aquilo que a gente perdeu no decorrer, desconstruir essa ideia no gestor público de que literatura, de que livro, de que biblioteca é uma coisa supérflua e é perda de tempo. Porque se os nossos gestores não entendem como um investimento, como uma coisa... uma oportunidade de mudança, de transformação... vai ficar complicado. Então, que sociedade que a gente vai ter se a gente criar só massa de manobra, robô, 'vai pra esquerda, pra direita'. Então assim os investimentos na qualificação, no tempo e não tô nem pensando em mim, assim, se tem uma outra pessoa que pode tá fazendo este trabalho aqui nessa biblioteca, de tá fazendo esses varais... é porque todas as propostas que a gente trouxe pra comunidade, ela acolheu. Então assim, não é que eles não querem, é porque nós não conseguimos fazer. Então, que a gente possa ter mais tempo, qualifica o estagiário pra que ele possa trabalhar essas questões de mediação de leitura, ou manda uma vez por semana, duas, sei lá, mas resgatar [atividades], não só essa mas as outras são importante, que vale a pena que vamos pensar na teoria do caos, a borboleta bateu asa lá e aconteceu aqui uma brisa, então mesmo que seja um trabalho das asinhas da borboleta, precisamos começar e aí o desafio maior é de convencer o gestor público, o ordenador de despesa de que isso não é um prejuízo, não é uma perda de tempo. Ele é investimento, um investimento na vida, na qualidade de vida e na própria segurança, porque aí o menino cresce aqui, ele tem pouco acesso às coisas que a mídia mostra e então de que forma, ele pode ser um infrator daqui a pouco, ele pode entrar no mundo da criminalidade, da droga... (AL2, 2019, p. 20).

O contexto político da cidade, no período da entrevista, aparece também no discurso da Agente de leitura 2, quando esta evidencia a necessidade de os gestores públicos compreenderem que investir nas bibliotecas é plantar para colher no futuro diante dos potenciais que podem existir nos territórios onde estão localizadas, como a Biblioteca Comunitária 2, presente em uma das regiões mais carentes e com altas taxas de criminalidade da cidade. A agente traz essa questão de que a leitura pode contribuir para a constituição de uma sociedade consciente de seus direitos e deveres, além de ser um instrumento que abre portas e oportuniza novos e melhores caminhos de vida.

Destaco ainda a compreensão da agente de leitura de que o poder público deveria investir nas comunitárias, já que foi o ente público que criou a unidade na comunidade, pensamento que não se restringe às agentes, mas também em parte do público das unidades. Essa visão também pode ter relação pelo fato de a agente

ser servidora pública, já que solicitava recursos para as suas outras atividades que realizava no espaço, aguardando também investimentos na biblioteca que compõe o rol de serviços públicos ofertados naquele território, estes sim oriundos de políticas públicas municipais.

A agente também evidencia o seu desejo de fazer mais pela comunidade por meio da biblioteca, mas a falta de recursos e de tempo pessoal se tornavam obstáculos no dia a dia até mesmo pelas suas outras tarefas no espaço. As práticas de mediação com a comunidade poderiam ser realizadas pelo estagiário que havia na época, um jovem da própria comunidade que cursava o Ensino Médio, mas lhe carecia de qualificação para atuar nessa seara e a agente aguardava que a Biblioteca Pública ofertasse formações a ele.

O desejo de continuidade da biblioteca estava presente na fala da Agente de leitura 2, contudo ela se aposentou durante o período da pandemia, momento em que o espaço estava fechado ao público. Uma das principais atividades desenvolvidas era a de segurança alimentar de parte da comunidade, com a realização e distribuição de refeições diárias, serviço que se encerrou no local também durante a pandemia, sendo que desde então os/as moradores/as recebem marmitas preparadas no Restaurante Popular de Caxias do Sul localizado no centro da cidade.

O uso das tecnologias de informação e comunicação, com destaque para a *internet*, é um ponto também salientado pela Agente de leitura 3, que observa a diminuição das práticas de leitura na comunidade, ao menos relacionadas ao livro físico, material disponível na biblioteca em que atua desde 2014, quando foi inaugurada, período que se mantém como agente no espaço. Entre os outros desejos para o futuro da unidade, a agente pondera:

Bom, eu gostaria que essa biblioteca te tivesse ali um acervo de... sei lá, 50.000 títulos e que o povo todo frequentasse. Porque a gente sabe que a realidade é diferente, não existe um frequentar e retirar títulos e tudo mais. Mas esse seria o sonho. Porém, a gente sabe que isso está distante devido à questão da *internet*, tantas outras coisas. Mas acredito que se a gente conseguir manter, o jeito que está já está ótimo! (AL3, 2019, p. 10).

Entre as suas percepções destaco o anseio de qualificar os acervos disponíveis, formado quase por doações (dos projetos via LIC, da Biblioteca Pública

ou mesmo da comunidade), e o de fidelizar o público, mesmo o já existente, sem necessariamente ampliá-lo, segundo sua compreensão. Observo que na entrevista a Agente de leitura 3 ressaltou que a motivação de existência da biblioteca é para atender os/as participantes das ações ofertadas pelo Ponto de Cultura, mas que o espaço está aberto a toda a comunidade, apesar de haver outras bibliotecas no bairro e de a agente enfatizar que parte dos/as moradores prefere adquirir seus próprios livros do que retirá-los na biblioteca.

A partir da entrevista com as três responsáveis pelas bibliotecas comunitárias quanto ao futuro e à continuidade dos espaços a Agente de leitura 1 se mostra um tanto desesperançosa, mas de uma forma geral com o cenário político da cidade, além dos hábitos de leitura das pessoas, principalmente dos/as jovens, mas se revela confiante com a razão e os propósitos da biblioteca e de sua importância na comunidade, evidenciando que permaneceria atuante no território enquanto fosse possível e houvesse interesse dos/as moradores/as.

Dois desejos principais podem ser destacados na fala da Agente de Leitura 2: a necessidade de investimentos por parte do poder público na biblioteca e o potencial de benefícios que a leitura e a biblioteca poder trazer à comunidade. A agente se mostrava ativa e disposta a continuar o trabalho que já vinha realizando e confiante que novos gestores públicos lançariam novos olhos à biblioteca, reconhecendo o espaço e investindo para que novas ações pudessem ser realizadas e assim, que o território pudesse se desenvolver beneficiando a todos/as.

Já a fala da Agente de leitura 3 é mais distante das outras duas, tendo em vista as condições socioeconômicas da sua comunidade, que conhece e valoriza a biblioteca, mas cujo espaço não é o único no bairro ou ainda a única forma de acesso à leitura e à informação. Com a existência da biblioteca motivada existir para atender preferencialmente um público específico, a agente parece não planejar um crescimento grande para a unidade, pois estaria dando os resultados esperados, apesar de reconhecer a importância da leitura para a sociedade e a biblioteca no bairro como um instrumento para tal.

Após as idas a campo, o tratamento e a análise dos dados construídos e coletados na pesquisa, como entrevistas e documentos, desde livro de atas até projetos aprovados na LIC municipal, legislações e reportagens sobre ou que tangenciam as bibliotecas comunitárias, em especial a questão que fiz aos/as interlocutores/as a respeito dos desejos para o futuro das unidades, pus-me a refletir

sobre os meus anseios a esses espaços. Diante dos mergulhos efetuados ao longo desses anos na pesquisa, o que eu poderia desejar às bibliotecas comunitárias caxienses?

Caras leitoras e caros leitores, vocês me acompanham nesta reta final do texto? Guardarei meus desejos ao futuro das bibliotecas para a próxima seção, visto que não me pronunciarei apenas como um pesquisador dentro do rigor acadêmico de uma tese, mas também de um cidadão ávido por justiça e equidade social, pois quando um “[...] sonhador se junta a outro sonhador [...] eles encurtam a distância entre sonho e a vida sonhada” (FREIRE; NOGUEIRA, 1993, p. 44), e acredito que a Educação e as bibliotecas comunitárias podem transformar vidas...

Finalizo o capítulo com frases de duas personalidades políticas que admiro e que possuem relação com o poder social das bibliotecas: “Eu sei que tem muita gente que acha que pessoas com a minha origem não tem capacidade para ser presidente da República” (SILVA, 2018)⁴⁸, mas, “Yes, we can!” (OBAMA, 2008)⁴⁹. Não precisamos ser presidentes/as para entendermos que devemos ser todos/as donos/as de nós mesmos, sermos autônomos/as em relação ‘aos outros’ e conscientes de nosso inacabamento.

⁴⁸ Frase de Marina Silva, então candidata à Presidência da República Federativa do Brasil, em entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo em 30 de agosto de 2018.

⁴⁹ “Sim, nós podemos”, *slogan* de campanha de Barack Obama, em 2008, quando concorreu a sua primeira eleição para presidente dos Estados Unidos da América.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. “Não sou esperançoso”, disse certa vez, por pura teimosia, mas por exigência ontológica (FREIRE, 2017a, p. 57).

A esperança atua como guia na trajetória de quem acredita em um mundo cada vez mais humanizado, solidário e justo, no qual todos/as tenham os mesmos direitos e as mesmas condições de chegarem aonde desejam, alcançando seus sonhos. Assim como Freire, consciente da minha inconclusão, tenho na Educação a força e a potência do meu esperar e do meu fazer e, como pontuei na introdução deste texto, entendo serem as bibliotecas importantes elementos de transformação social, ainda mais após chegar ao final desta trajetória, ou melhor dizendo, momento de colocar um ponto final e encerrar um ciclo, pois este estudo assim como meu apreço pelo pesquisar poderiam (e vão, em outras dimensões) continuar por um longo tempo, como um compromisso com a vida.

Caras leitoras e caros leitores, ao finalizar este texto, poderia eu responder ao meu problema inicial de pesquisa? Relembro: *Quais as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias para o local, em especial, na promoção da autonomia e da cidadania dos/as usuários/as e dos territórios?* O esperado de um texto de tese que ‘deu certo’ seria responder de forma minuciosa os objetivos apresentados, geral e específicos, e resolver o ‘problema’ chave do estudo. Se não consigo, após o percurso da pesquisa, solucionar o que propus é sinal que a tese ‘deu errado’? Mas e o que seria o pesquisar, o percurso ou o resultado considerado esperado? Há resultado esperado quando se inicia uma pesquisa longa como a de um doutoramento?

O fazer pesquisa de longa duração (sim, considero quatro anos um longo período) pode sofrer atravessamentos, internos e externos, ao estudo. Começo descrevendo o externo, que se enviesou na vida de todos/as nós: a pandemia de

COVID-19 em um momento que eu tinha feito as primeiras idas aos campos do estudo, impossibilitando-me de retornar a eles, não apenas por estarem fechados no período, mas pela necessidade primeira de assegurar e preservar vidas, não apenas a minha, mas também as dos/as interlocutores/as e das comunidades.

Entretanto a pandemia não foi o principal motivo da ‘não solução’ de meu problema de pesquisa e sim outros dois atravessamentos internos, um que eu já tinha como hipótese no início do percurso e se evidenciou no momento da qualificação da pesquisa e outro que me surpreendeu e entristeceu, mas foi descoberto somente com a ida aos campos.

Primeiramente, as bibliotecas não são de fato comunitárias. Não há como não se ater à criação desses espaços pelo poder público, que mesmo antes da elaboração da ideia e implantação das unidades já almejava criá-las como estratégia de alcançar o público que não era abrangido pela Biblioteca Pública por diferentes motivos e que residia em áreas distantes do centro da urbe, mas não apenas regiões periféricas, já que bibliotecas foram instaladas em distritos (interior da cidade) e em bairros tidos como de classe média.

Para mim essa foi a grande descoberta desta trajetória, não em relação ao envolvimento do poder público com as bibliotecas comunitárias, o que pus como hipótese mesmo que de forma breve no início da pesquisa, mas por meio do ato de pesquisar em si com a realização das entrevistas e o exame da documentação. Não apenas aponto a relação estabelecida, mas o entrelaçamento dos fios que se cruzam nos vínculos com a Prefeitura de Caxias do Sul em diferentes gestões à frente do paço municipal, em que procurei fios em um novelo embolado, o que me permitiu encontrar e problematizar diversos encadeamentos que foram estabelecidos ao longo dos anos na criação e na consolidação das bibliotecas.

Já o segundo atravessamento interno ao estudo (e que me entristeceu) foi que apesar das origens das bibliotecas, indiferente neste momento se pelas mãos das comunidades ou do poder público, eu esperançava que estas estivessem ativas, podendo contribuir com as pessoas e os territórios, mais do que um anseio como pesquisador, mas um desejo inclusive de cunho pessoal, como cidadão. Contudo, ao chegar às três bibliotecas que fizeram parte de meu estudo, especialmente, mas algo que identifiquei acontecer em outras unidades semelhantes, encarei a realidade vivida pelas agentes de leitura e as suas comunidades: não havia práticas educativas sendo realizadas.

Se não seriam bibliotecas comunitárias como se tem estabelecido na literatura acadêmica e se não há práticas educativas nos espaços, o que eu teria para continuar o estudo no meio dessas reflexões, por ora inquietantes, quando adentramos a pandemia, portanto sem idas aos campos investigados? Mas se não tinham práticas, o que outras imersões me trariam? Sinceramente, não consigo responder, mas sei que, como eu trouxe em algum momento da tese, um bom marinheiro precisa continuar navegando, seja em águas mansas ou mares agitados.

A partir do contexto vivido e dos fios encontrados nesse novelo de histórias curtas e nem sempre bem contadas/completas, pus-me a investigar, afinal, que espaços seriam esses, se contribuiriam e de que forma para os territórios. Mesmo que no meio do percurso o problema de pesquisa não pudesse mais ser respondido na íntegra, compreendi que o percurso com suas curvas, subidas e descidas me permitira investigar sobre outras pontas (soltas) do novelo, buscando emendar partes da trajetória das bibliotecas comunitárias e de suas possíveis contribuições à sociedade caxiense.

Conceitualmente, temos no meio acadêmico que as bibliotecas comunitárias são espaços criados e mantidos pelas comunidades a partir da compreensão de suas carências, sobretudo de aparelhos culturais nos territórios que muitas vezes são relegados pelos poderes públicos. As exclusões sociais podem ser de inúmeras ordens, e uma bastante significativa é a econômica, que empurra para os cordões das cidades as pessoas com menor poder aquisitivo, e mais do que isso, onde nem sempre encontram as mesmas condições de acesso a diversos programas e políticas sociais, como o acesso à leitura e à informação.

A luta e o reconhecimento de direitos levam à cidadania, individual e coletiva, permitindo que estratégias sejam postas em prática visando à conquista da autonomia dos/as cidadãos/ãs, pelas mãos do Estado ou pelas das próprias comunidades a partir da consciência de que são dignos/as dos mesmos direitos. Compreender a sua realidade pode contribuir para o desenvolvimento do poder de agir, mesmo que enfrentando mais obstáculos que outros/as moradores/as da cidade, o que também possibilita o fortalecimento da identidade do e no local.

Entendo as bibliotecas comunitárias como importantes instrumentos para o desenvolvimento dos territórios e de quem neles habitam, onde o acesso à leitura e à informação permitem a leitura de suas vivências e do mundo, reverberando em uma leitura crítica do contexto vivido, agindo e transformando o lugar e a si

próprios/as. Apesar de admirável e necessário o movimento de construção de bibliotecas comunitárias, é preciso refletir sobre o papel não cumprido pelo Estado nas diferentes esferas, federal, estadual e municipal, visto que os esforços da comunidade para a implantação desses espaços poderiam ser direcionados a outras questões internas nos territórios.

É preciso ter um olhar atento ao discurso do ‘empreendedorismo’ e do ‘não fique sentado/a e haja por sua conta’, pensamento que nos leva à relação bem posta pelo termo ‘uberização’, conceito cunhado no tocante à precarização do trabalho, mas que relaciono nessa conjuntura da tese quando se entende que criar uma biblioteca na comunidade desresponsabilizaria (em parte dos discursos) os poderes públicos de cumprirem os seus papéis, estendendo seus braços a todos/as, em especial pela pouca ou falta de políticas públicas ou ainda pela escolha de onde e quem elas alcançarão.

Evidencio que a crítica não é sobre a criação dos espaços ou as comunidades, mas a compreensão de que isso bastaria, visto que pessoas à frente das bibliotecas precisam lutar cotidianamente para dar continuidade às ações desenvolvidas, ficando apenas a cargo das comunidades a manutenção de algo que lhes deveria ser provido: equidade de acesso a serviços essenciais, como, por exemplo, escolas de qualidade, postos de saúde, saneamento básico e, claro, bibliotecas.

O conceito de ‘biblioteca comunitária’ também me fez refletir muito durante o percurso do estudo: teriam os/as agentes públicos/as que criaram as unidades o mesmo entendimento que se tem na academia? Conceito que também trago para a tese, pois é o posto (mesmo que com diferentes vieses) na área da Biblioteconomia acerca de espaços criados pelas comunidades e não pelo poder público ou organizações privadas.

Como discuti nos últimos capítulos, entendo que as bibliotecas ganharam o termo ‘comunitária’ por serem implantadas nas comunidades, mas se constituíam como bibliotecas de bairro, ramais próximos ao que entendemos por bibliotecas públicas, já que a intenção inicial do governo Sartori, em suas duas gestões, presente nos discursos e registrado em leis, era a de ‘criador e criaturas’ com a proposta de implantação de uma rede que fizesse parte da Secretaria de Cultura, como revelou a pesquisa. Pontos que não chegaram a se concretizar e as novas gestões que sucederam abandonaram tal proposta.

O projeto das bibliotecas comunitárias de 2008 até 2012 foi gerenciado pela diretora do PPEL, professora hoje aposentada e que, conforme entrevista concedida tinha nessa ação a perspectiva de alcançar as comunidades não atendidas pelo poder público, aprimorando por meio de projeto vinculado à Prefeitura a promoção do acesso à leitura, foco do órgão que esteve sob seu comando. A partir de 2013, com a troca de gestão, as bibliotecas comunitárias passaram a ser coordenadas ou, como o poder público prefere chamar a partir de seus representantes, assessoradas pela Secretaria de Cultura por meio da Biblioteca Pública.

Retomo essa questão em razão de que tomo como relevante os perfis dos/as agentes públicos/as destacados e que foram interlocutores de meu estudo, AP2 e AP1, uma professora e um bibliotecário, com olhares e estando em contextos diferentes. 'Biblioteca na comunidade' e 'biblioteca comunitária' podem (e devem) ser interpretados como conceitos distintos: o primeiro aponta para algum tipo de biblioteca presente em uma determinada comunidade, o segundo caracteriza um tipo de unidade específica, ao menos no campo da Biblioteconomia, formação tida pelo Agente Público 1, que ao assumir o projeto em uma nova gestão (e um novo posicionamento) estabelece em seu discurso o que entendemos por biblioteca comunitária como aquela criada pela comunidade e na qual o poder público nada ou pouco poderia fazer além de oferecer assessoria técnica, o que o servidor se propôs a fazer, já que seria uma das suas atividades no município.

Enquanto biblioteca comunitária, a comunidade que se deveria se propor ou não a manter o espaço, já que se fossem consideradas bibliotecas públicas de bairro caberia à Prefeitura as suas manutenções, apesar da intenção inicial, conforme retomo em seguida.

Nesse entremeio, comunitárias sem recursos e não de bairro com apoio, encontrei as três bibliotecas que fizeram parte do estudo. A Biblioteca Comunitária 1 localiza-se em um loteamento na zona norte da cidade, sendo a única biblioteca do território e cujo espaço é compartilhado no Centro Comunitário, em um ambiente dividido pelas estantes e cortina, o que também limita a autonomia da sua agente de leitura, pois nem sempre ela e a comunidade podem utilizar o espaço como desejam. A entrevistada evidenciou o pouco uso da biblioteca assim como o não oferecimento de práticas educativas no local, sendo que o empréstimo domiciliar de obras era a única atividade em 2019. Entretanto foi ela que se mostrou com mais

disposição em dar continuidade à biblioteca, mesmo com a falta de público e sem recursos.

A Biblioteca Comunitária 2, também localizada na zona norte da cidade, mas em uma área de loteamento em condições mais vulneráveis socialmente, estava localizada em um prédio público que ofereceria outras ações do município à comunidade, ficando sob responsabilidade de uma servidora pública que também desempenhava o papel de agente de leitura. A estrutura da biblioteca era boa, à parte das demais ações desenvolvidas no local, com mesas, cadeiras e poltronas para os/as leitores/as, porém oferecia apenas empréstimo domiciliar e utilizava obras literárias em reuniões e rodas de conversa com a comunidade, visando a estimular a leitura. Contudo, além do período pandêmico, a biblioteca viu a sua agente se aposentar de suas atividades profissionais e uma das principais ações do poder público no local, que era a Cozinha Comunitária, encerrar as suas atividades no ano de 2020.

Já a Biblioteca Comunitária 3 se distingue das outras duas por estar localizada em um bairro tido como distrito em que o ritmo de vida soa como mais sossegado, contando com boa estrutura, inclusive de serviços públicos. Apesar disso, não era a única biblioteca da localidade e, segundo a sua agente de leitura, poucas pessoas da comunidade se interessavam pelo empréstimo de obras, único serviço ofertado na época da entrevista, pois preferiam comprar seus próprios livros (o poder aquisitivo do bairro de uma forma geral é melhor do que nas bibliotecas 1 e 2). Essa unidade, ao que me parece, seria a com melhores condições de oferecer outras ações, pois está inserida junto à estrutura de um Ponto de Cultura no qual diversas atividades culturais são realizadas e podem inserir a biblioteca. Destaco ainda que a unidade foi instalada para atender ao público do Ponto de Cultura especificamente, mas que estaria aberto a todos/as do distrito.

O fazer pesquisa, sobretudo qualitativa nas Ciências Humanas e Sociais, se assemelha ao trabalho de um/a arqueólogo/a, escavando as camadas de informações e seus contextos, buscando compreender as partes e o todo do objeto analisado. A partir da presença nas bibliotecas comunitárias 1, 2 e 3 e do exame das documentações foi possível chegar a três fases estabelecidas neste estudo:

fase 1) criação e consolidação das primeiras unidades em Caxias do Sul pelas mãos do poder público, entre 2008 e 2012;

fase 2) a mudança na gestão municipal, apesar de continuarem quase os mesmos atores locais, período marcado pela posição de assessoria por parte do poder público e pelo desejo de emancipação das bibliotecas, de 2013 a 2016; e,

fase 3) uma nova mudança na gestão pública, agora com um político empresário que se dizia fora da política tradicional, provocando períodos algumas vezes tumultuados, sobretudo na área cultural, com a escassez de recursos e o veto de que o poder público esteve próximo das bibliotecas comunitárias no que tange ao acesso a recursos por meio da LIC municipal, o que levou a um afastamento entre agentes públicos/as e agentes de leitura atuantes naqueles espaços.

Contudo, ao continuar as escavações em busca de vestígios mais antigos, explorando diferentes quadrículas e peneirando os achados, os indícios encontrados me levaram a dados e fontes anteriores a 2008, quando oficialmente as primeiras bibliotecas são inauguradas na cidade. Diferentes documentos oficiais que trazem as comunitárias são: 1) Lei orgânica do município (n. 0.000/1990), que cita a proposta de criação de bibliotecas públicas descentralizadas; 2) Lei 5.150/1999, que ao apresentar as diretrizes orçamentárias para o ano seguinte prevê formular e implementar o projeto das bibliotecas comunitárias; 3) Lei 6.387/2005, o PPA 2006-2009, que informa a criação de uma rede de dez bibliotecas do município; 4) Lei 6.953/2009, o PPA 2010-2013, que propõe a continuidade de implantação das bibliotecas nos centros comunitários e passar de dez para vinte unidades no período; 5) Decreto 17.018/2014, que cria o projeto PILAR, indica as comunitárias para auxiliar na formação de mediadores de leitura e estuda a criação de bibliotecas públicas e comunitárias descentralizadas; e 6) Lei 8.192/2017, o PPA 2018-2021, que intenciona ampliar a rede de bibliotecas do município, apesar de não citar se seriam apenas as públicas ou incluiria as comunitárias.

A partir desses dados, ficam evidenciados os vínculos do poder público com as bibliotecas comunitárias, apesar de a subordinação ser em linha tênue, não confirmada diretamente nas entrevistas, mas observada nos discursos e também nas documentações seja por meio do livro de atas, reportagens publicadas pela Prefeitura ou entrevistas.

O prefeito Sartori, em suas duas gestões à frente do município, criou o PPEL, programa guarda-chuva que abriga diferentes projetos em torno da leitura, quando observou a viabilidade de realizar um antigo desejo, o de criação de bibliotecas nos bairros, intituladas 'comunitárias', que tomou forma a partir de recursos da LIC municipal. Diferentes associações se prontificaram a serem proponentes do projeto específico das comunitárias, sendo que as últimas iniciativas tiveram a ALCA como organização, que submeteu e teve aprovado projeto à arrecadação de recursos, mas em 2017 foi levada pelo poder público da época a se desvincular dessa iniciativa, mas com liberação para continuar submetendo outros projetos da Prefeitura à LIC municipal.

A LIC é uma forma de o poder público induzir as empresas a financiarem parte de seus projetos culturais, ficando o saldo político positivo a ele próprio. Ao mesmo tempo em que esses valores, caso não fossem destinados à LIC, deveriam vir ao município em forma de impostos que poderiam ser revertidos à cultura ou não. O mecanismo funciona bem e gera vantagens ao setor cultural, ou menos em parte, já que se a Prefeitura não submetesse seus próprios projetos, financiando-os com investimentos públicos, ficaria mais recursos para financiar ações da sociedade civil, o que já foi questionado na cidade e por isso o poder público escolheu diminuir os acessos à LIC, priorizando determinadas ações.

Diante desse cenário, vislumbra-se a falta de políticas públicas no município que abarquem as bibliotecas comunitárias, afinal, como assinala o discurso oficial, esses espaços não teriam relações com o município e dessa forma o poder público pouco poderia ajudar. Há programas que envolvam a leitura e o livro em Caxias do Sul, mas estes não dão conta das demandas nos bairros, sobretudo os periféricos e do interior, sendo que a LIC é uma política de fomento à cultura que nos últimos anos não atingiu as comunitárias, em parte pela falta de organizações que propusessem projetos a ela.

Não posso concluir este texto sem mencionar que as comunidades têm uma parcela de responsabilidade na manutenção das bibliotecas, em especial em relação à LIC, pois, se acostumaram a depender do poder público para acesso aos recursos da lei para a compra de livros e manutenção dos espaços, aos quais, também por estarem em sua maioria em locais públicos, a Prefeitura contribuiria com reparos. A questão não é responsabilizar as comunidades ou seus/suas agentes, mas estes/as foram estimulados/as não apenas pelo poder público à formação de uma rede,

constituindo um coletivo no município, mas entre 2014 e 2015 estiveram em contato com a ONG Cirandar, ou seja, puderam ver de perto o que era e como se constituía uma rede e apesar disso não seguiram o exemplo aqui na cidade. Contudo, também compreendo que o poder público poderia ter se empenhado mais na ação de estímulo à criação da rede assim como a própria ALCA, que se submetia a emprestar seu nome (razão social) e CNPJ para que a Prefeitura acessasse os recursos via submissão de projetos à LIC.

Retomo a discussão da inexistência ou do pouco enraizamento comunitário, o que não contribui para a manutenção e continuidade das unidades, assim como do apoio aos/às agentes e do envolvimento na criação de uma rede de bibliotecas comunitárias. Compreendo a criação dos espaços e os contextos sócio, histórico e cultural do País, no qual a Educação e a Cultura não são valorizadas como deveriam, mas assim ficam as bibliotecas caxienses em um limbo, ora um pouco do poder público e um pouco das comunidades, ora sem ninguém olhando por elas como mereciam.

Estar neste percurso em um programa de pós-graduação em Educação me oportunizou muitas conquistas e reflexões, não apenas pela pesquisa em si, mas pelas convivências e estudos realizados, sobretudo no campo da Educação não-formal, no qual me encontro como bibliotecário e sociólogo, percurso formativo que percorri junto com o doutoramento, mas também como professor com reverberações no meu fazer docente durante e após o encerramento deste ciclo. Espero que este estudo contribua de alguma forma com o campo da Educação e da Biblioteconomia e, claro, com as bibliotecas comunitárias, em especial as caxienses.

Para finalizar, em virtude do adiantado da hora e da necessidade de concluir este ciclo, pontuo os meus dois desejos às bibliotecas comunitárias caxienses:

- 1) que as comunidades fossem estimuladas a valorizar ainda mais as suas unidades, seja um movimento interno ou externo, provocando-as a olharem para si, seu território e sua biblioteca, reconhecendo as potenciais práticas educativas e culturais que ali podem ser desenvolvidas, tanto para as pessoas em suas vidas particulares quanto para a comunidade; e,
- 2) que o poder público cumprisse os compromissos assumidos enquanto órgão para com a sociedade nas inaugurações das unidades nos bairros, seja por meio de leis e desenvolvimento de políticas públicas, seja como uma missão de estender os seus braços a todos/as, independentemente se

moradores/as do centro ou dos bairros, cumprindo a tarefa de proporcionar acesso equitativo à leitura e à informação assim como já realiza (ou deveria) com a Educação, Cultura, Saúde, Segurança etc.

Nem tudo que parece é... tenho as bibliotecas comunitárias caxienses como bibliotecas públicas de bairro, negligenciadas pelo poder público, cujas relações se construíram desde a proposta inicial de suas criações. Nesse sentido, entendo que a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul não pode se abster de acompanhar as unidades, pois, além de constituírem-se como essenciais ao acesso à leitura e à informação de populações muitas vezes excluídas e marginalizadas, assumiu compromisso público ao instalar e inaugurar cada biblioteca ao longo de mais de uma década, missão não apenas de uma gestão, mas sim do poder público municipal.

E quanto ao futuro das bibliotecas comunitárias caxienses, leitoras e leitores... espero que meus desejos e muitos outros se realizem, que elas continuem abertas às suas comunidades, que novas ações sejam fomentadas e que eu possa acompanhá-las, mesmo que não resida mais em Caxias do Sul, mas ainda com esperança de uma sociedade com justiça social e garantia dos Direitos Humanos, tendo a Educação e as bibliotecas como pilares.

REFERÊNCIAS

ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul**. 2. ed. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2000.

AGENTE DE LEITURA 1. [Entrevista concedida a] João Paulo Borges da Silveira em 09 de dezembro de 2019. (Realizada durante esta pesquisa de doutorado).

AGENTE DE LEITURA 2. [Entrevista concedida a] João Paulo Borges da Silveira em 10 de dezembro de 2019. (Realizada durante esta pesquisa de doutorado).

AGENTE DE LEITURA 3. [Entrevista concedida a] João Paulo Borges da Silveira em 12 de dezembro de 2019. (Realizada durante esta pesquisa de doutorado).

AGENTE PÚBLICA 2. [Entrevista concedida a] João Paulo Borges da Silveira em 06 de maio de 2020. (Realizada durante esta pesquisa de doutorado).

AGENTE PÚBLICA 3. [Entrevista concedida a] João Paulo Borges da Silveira em 23 de junho de 2020. (Realizada durante esta pesquisa de doutorado).

AGENTE PÚBLICO 1. [Entrevista concedida a] João Paulo Borges da Silveira em 05 de maio de 2020. (Realizada durante esta pesquisa de doutorado).

ALBURQUERQUE, Francisco; COSTAMAGNA, Pablo, FERRARO, Carlo. **Desarrollo local, descentralización y democracia: ideas para un cambio**. Buenos Aires: UNSAM, 2008.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de; MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias em pauta**. [São Paulo]: Itaú Cultural, 2006.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: Eduel, 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Sociedade e Biblioteconomia**. São Paulo: Polis; APB, 1997.

ALVES, Mariana de Souza. **Práticas leitoras e informacionais nas bibliotecas comunitárias em Rede da Releitura – PE**. 2017. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25344>. Acesso em: 2018.

ALVES, Mariana de Souza; CORREIA, Anna Elizabeth Galvão Coutinho; SALCEDO, Diego Andres. Práticas leitoras e informacionais nas Bibliotecas Comunitárias em rede da Releitura-PE. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 211-237, jan./abr., 2018. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650064>. Acesso em: 28 ago. 2018.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A pós-verdade como desafio central para a Ciência da Informação contemporânea. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 13-29, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/101666/59067>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIBLIOTECA PÚBLICA: princípios e diretrizes. 2 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BRAGA, Márcio. Índios de nossa terra. In: PAZ, Dinarte et al (Orgs.). **Histórias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Secretaria de Cultura, 2012. p. 25-30.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Círculo de Cultura. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 69-70.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura Popular. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 103-107.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; FAGUNDES, Maurício César Vitória. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freiriana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, jul./set. 2016. Acesso em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n61/1984-0411-er-61-00089.pdf>. Disponível em: 27 jan. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992**. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0519.htm. Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018.** Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/L13696.htm. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional do Livro e Leitura.** Brasília, DF: MINC, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença.** Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria da Cultura. **Cultura Viva: saiba mais!** 2021. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/saiba-mais/>. Acesso em: 24 maio. 2021.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAXIAS DO SUL. **Vereador Gustavo Toigo solicita continuidade do programa PILAR.** Reportagem publicada em 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/noticias/index/13155>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CANDIDO, Antonio. **Vários escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011. p. 171-193.

CARRIÈRE, Jean-Paul; CAZELLA, Ademir Antonio. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. esp., p. 26-47. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf. Acesso em: 05 maio 2021.

CASTELLS, Manuel. **Era da informação:** economia, sociedade e cultura – o poder da identidade. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

CASTRILLÓN, Silvia. A biblioteca comunitária: uma oportunidade (prefácio). In: FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa Campos; Rosa, Ester. **O Brasil que lê:** bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Olinda: CCLF; Brasil: RNBC, 2018. p. 8-11.

CAVALCANTE, Lidia Eugênia; FEITOSA, Luiz Tadeu. Bibliotecas comunitárias: mediações, sociabilidades e cidadania. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 121-130, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3292>. Acesso em: 22 jan. 2019.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Agentes de Leitura de Caxias do Sul participam de evento na Feira do Livro de Porto Alegre.** Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 11 de novembro de 2014a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2014/11/agentes-de-leitura-de-caxias-do-sul-participam-de-evento-na-feira-do-livro-de-porto-alegre>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Ampliação do acesso à Leitura: Biblioteca Comunitária é inaugurada no Cântion.** Reportagem publicado no *site* da Prefeitura em 25 de setembro de 2009d. Disponível em:

<https://caxias.rs.gov.br/noticias/2009/09/ampliacao-do-acesso-a-leitura-biblioteca-comunitaria-e-inaugurada-no-canyon>. Acesso em 12 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Bairro Cidade Nova ganha sua Biblioteca Comunitária**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 30 de agosto de 2010e. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2010/08/bairro-cidade-nova-ganha-sua-biblioteca-comunitaria>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Bairro Vila Ipiranga: ampliação do Centro Comunitário será inaugurada no domingo**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 08 de abril de 2010c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2010/04/bairro-vila-ipuranga-ampliacao-do-centro-comunitario-sera-inaugurada-no-domingo>. Acesso em: 27 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Biblioteca Comunitária Sonho Real é inaugurada no bairro Villa Lobos**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 31 de julho de 2010d. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2010/07/biblioteca-comunitaria-sonho-real-e-inaugurada-no-bairro-villa-lobos>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Bibliotecas Comunitárias serão revitalizadas**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 27 de maio de 2013a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2013/05/bibliotecas-comunitarias-serao-revitalizadas>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Bibliotecas comunitárias**. 2021a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/livro-e-leitura/bibliotecas-comunitarias>. Acesso em: 11 maio 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Caxias do Sul é destaque em Congresso de Leitura em Cuba**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 27 de outubro de 2011f. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2011/10/caxias-do-sul-e-destaque-em-congresso-de-leitura-em-cuba>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Caxias é a Capital Brasileira da Cultura**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 03 de julho de 2007a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2007/07/caxias-e-a-capital-brasileira-da-cultura>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Caxias é destaque por programa de estímulo a leitura**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 08 de novembro de 2005. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2005/11/caxias-e-destaque-por-programa-de-estimulo-a-leitura>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 17.018, de 11 de junho de 2014c**. Cria o Programa Primeira Infância Leitora (PILAR) no Município de Caxias do Sul. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?from=resultados&leild=19946>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 21.628, de 5 de julho de 2021f.** Aprova o Regimento Interno da Secretaria Municipal da Cultura, nos termos da Lei Complementar nº 321, de 22 de dezembro de 2008, e revoga o Decreto nº 20.927, de 29 de abril de 2020. Disponível em:

<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=28543&from=resultados>. Acesso em: 22set. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Departamento do Livro e da Leitura realiza reunião com responsáveis pelas Bibliotecas Comunitárias.** Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 13 de dezembro de 2013b. Disponível em:

<https://caxias.rs.gov.br/noticias/2013/12/departamento-do-livro-e-da-leitura-realiza-reuniao-com-responsaveis-pelas-bibliotecas-comunitarias>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Financiarte - apresentação.** 2021b.

Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/financiarte>. Acesso em: 06 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Forqueta terá Biblioteca Comunitária.**

Reportagem publicado no *site* da Prefeitura em 14 maio 2014b. disponível em:

<https://caxias.rs.gov.br/noticias/2014/05/forqueta-tera-biblioteca-comunitaria>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Inaugurada Biblioteca Comunitária do Rosário II.**

Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 23 de março de 2011a.

Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2011/03/inaugurada-biblioteca-comunitaria-do-rosario-ii>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Inaugurada Biblioteca Comunitária do Bairro Rio Branco.**

Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 14 de julho de 2011b.

Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2011/07/inaugurada-biblioteca-comunitaria-do-bairro-rio-branco>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Inaugurada primeira Biblioteca Comunitária no interior.**

Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 17 de julho de 2010a.

Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2010/07/inaugurada-primeira-biblioteca-comunitaria-no-interior>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei de Incentivo à Cultura – apresentação.**

Site institucional. 2021g. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/lei-de-incentivo-a-cultura>. Acesso em: 11 ago. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 0.000, de 04 de abril de 1990.** Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul/RS. Disponível em:

<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/Leis/RM/RM-00000At.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 4.516, de 15 de julho de 1996.**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1997 e dá outras

providências. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=5984&from=resultados>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 4.592, de 18 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais no âmbito do Município de Caxias do Sul. Disponível em:

<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=6068&from=resultados>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 4.675, de 02 de julho de 1997.** Dispõe sobre a programação plurianual do setor público do Município de Caxias do Sul, englobando a Administração Direta e Indireta, para os exercícios de 1998 a 2001. Disponível em:

<http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=6144&from=resultados>.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 5.150, de 06 de julho de 1999.**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 2000 e dá outras providências. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=6618&from=resultados>. Acesso em: 15 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 6.387, de 01 de julho de 2005.**

Dispõe sobre a Programação Plurianual do Setor Público do Município de Caxias do Sul, englobando a Administração Direta e Indireta para os exercícios de 2006 a 2009. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=7842&from=resultados>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 7.376, de 7 de dezembro de 2011.**

Aprova o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências. 2011g.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 8.192, de 05 de junho de 2017.**

Dispõe sobre a Programação Plurianual do Setor Público do Município de Caxias do Sul, englobando a Administração Direta e Indireta para os exercícios de 2018 a 2021. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=11465&from=resultados>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 8.664, de 30 de junho de 2021e.**

Dispõe sobre a Programação Plurianual do Setor Público do Município de Caxias do Sul, englobando a Administração Direta e Indireta para os exercícios de 2022 a 2025. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=28531&from=resultados>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 7.376, de 7 de dezembro de 2011h.**

Aprova o Plano Municipal de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=8838&from=resultados#>. Acesso em: 22 set. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 5.759, de 05 de dezembro de 2001.**

Dispõe sobre a programação plurianual do setor público do Município de Caxias do Sul, englobando a Administração Direta e Indireta, para os exercícios de 2002 a 2005. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=7243&from=resultados>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 6.953, de 30 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Programação Plurianual do Setor Público do Município de Caxias do Sul, englobando a Administração Direta e Indireta para os exercícios de 2010 a 2013. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=8410&from=resultados>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Lei nº 7.600, de 4 de junho de 2013.** Dispõe sobre a Programação Plurianual do Setor Público do Município de Caxias do Sul, englobando a Administração Direta e Indireta para os exercícios de 2014 a 2017. Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=9266&from=resultados>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Livro de atas com registro das bibliotecas comunitárias caxienses – 2008 – 2018.** (Material não publicado).

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Moradores do núcleo habitacional Flor da Serra ganham Centro e Biblioteca Comunitária.** Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 13 de agosto de 2011c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2011/08/moradores-do-nucleo-habitacional-flor-da-serra-ganham-centro-e-biblioteca-comunitaria>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Novo Departamento do Livro e da Leitura da Secretaria da Cultura encerra o ano com saldo positivo de ações.** Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 30 de dezembro de 2013c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2013/12/novo-departamento-do-livro-e-da-leitura-da-secretaria-da-cultura-encerra-o-ano-com-saldo-positivo-de-acoas>. Acesso em: 29 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Núcleo de Capacitação Cântion ganha Biblioteca Comunitária.** Reportagem publicado no *site* da Prefeitura em 23 de setembro de 2009c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2009/09/nucleo-de-capacitacao-canyon-ganha-biblioteca-comunitaria>. Acesso em: 12 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Cultura, 2011i.** Disponível em: <http://hamurabi.camaracaxias.rs.gov.br/Hamurabi-faces/externo/exibicao.jsf?leild=8838&from=resultados#>. Acesso em: 22 set. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **PPEL comemora um ano de bons resultados.** Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 11 de dezembro de 2008b. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2008/12/ppel-comemora-um-ano-de-bons-resultados>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **PPEL da Secretaria de Cultura será agraciado com o Troféu Amigo do Livro.** Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 16 de abril de 2009e. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2009/04/ppel-da-secretaria-da-cultura-sera-agraciado-com-o-trofeu-amigo-do-livro>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **PPEL realiza Curso de Formação de Agentes de Leitura.** Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 21 de junho de

2012b. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2012/06/ppel-realiza-curso-de-formacao-de-agentes-de-leitura>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **PPEL realizou II Encontro de Formação de Agentes de Leitura**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 11 de dezembro de 2012c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2012/12/ppel-realizou-ii-encontro-de-formacao-de-agentes-de-leitura>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **PPEL reúne representantes das Bibliotecas Comunitárias**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 31 de maio de 2012a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2012/05/ppel-reune-representantes-das-bibliotecas-comunitarias>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Prefeito inaugura Biblioteca no Restaurante Comunitário II**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 17 de setembro de 2009f. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2009/09/prefeito-inaugura-biblioteca-no-restaurante-comunitario-ii>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Prefeito Sartori entrega Centro Comunitário no Portinari**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 30 de janeiro de 2008c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2008/01/prefeito-sartori-entrega-centro-comunitario-no-portinari>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Prefeitura inaugura Biblioteca Comunitária no Loteamento Moinhos de Vento**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 09 de agosto de 2010b. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2010/08/prefeitura-inaugura-biblioteca-comunitaria-no-loteamento-moinhos-de-vento>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Prefeitura inaugura Biblioteca Comunitária no Loteamento Parque dos Vinhedos**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 18 de agosto de 2011d. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2011/08/prefeitura-inaugura-biblioteca-comunitaria-no-loteamento-parque-dos-vinhedos>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Prefeitura inaugura Biblioteca Comunitária no Parque dos Vinhedos**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 19 de agosto de 2011e. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2011/08/prefeitura-inaugura-biblioteca-comunitaria-no-parque-dos-vinhedos>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Programa Permanente de Estímulo à Leitura**. 2021d. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/livro-e-leitura/programa-permanente-de-estimulo-a-leitura>. Acesso em: 21 set. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Projeto do PPEL capacita profissionais das Bibliotecas Comunitárias**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 09 de dezembro de 2009b. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2009/12/projeto-do-ppel-capacita-profissionais-das-bibliotecas-comunitarias>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Projetos culturais**: apresentação. 2021c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/lei-de-incentivo-a-cultura/projetos-culturais>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Reforma do Centro comunitário da Vila Ipiranga é entregue à comunidade**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 13 de fevereiro de 2017c. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2007/02/reforma-do-centro-comunitario-da-vila-ipuranga-e-entregue-a-comunidade>. Acesso em: 17 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Secretaria da Cultura inicia formação de Agentes de Leitura na cidade**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 28 de maio de 2009a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2009/05/secretaria-da-cultura-inicia-formacao-de-agentes-de-leitura-na-cidade>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Verão cultural na Capital Brasileira da Cultura**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 28 de dezembro de 2007b. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2007/12/verao-cultural-na-capital-brasileira-da-cultura>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. **Vila Ipiranga tem Biblioteca comunitária**. Reportagem publicada no *site* da Prefeitura em 26 de agosto de 2008a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2008/08/vila-ipuranga-tem-biblioteca-comunitaria>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CAXIAS DO SUL. Prefeitura Municipal. Programa Permanente de Estímulo à Leitura. **Bibliotecas comunitárias**: incentivando a leitura nas comunidades. 2010. (Material não publicado).

CIRANDAR. **Projetos anteriores**, 2021. Disponível em: <https://cirandar.org.br/projetosanteriores/>. Acesso em: 12 maio 2021.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Verbetes Desenvolvimento. 2019. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FÁVERO, Osmar. Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 614-617, maio/ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n99/a17v2899.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

FELDMANN, Antonio. **Entrevista concedida ao jornal Pioneiro**, publicada em 05 de novembro de 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2018/11/pioneiro-70-anos-quando-caxias-virou-capital-da-cultura-10635939.html>. Acesso em: 18 jul. 2021.

FERNANDES, Walisson Pereira; AQUINO, Alysson Eduardo de Carvalho. **Movimentos sociais**: um apanhado geral de sua influência e sua importância para o Serviço Social. Curitiba: InterSaberes, 2016.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas públicas**: um equipamento cultural para o desenvolvimento local. Recife: Centro de Desenvolvimento e Cidadania, 2016.

FERNANDEZ, Cida; MACHADO, Elisa Campos; Rosa, Ester. **O Brasil que lê**: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores. Olinda: CCLF; Brasil: RNBC, 2018.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. especial, p.18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2280>. Acesso em: 18 nov. 2019.

FERREIRA, Vitor Sérgio. Artes de entrevistar: composição, criatividade e improvisação a duas vozes. In: TORRES, Leonor Lima; Palhares, José Augusto. **Metodologia de investigação em ciências sociais da educação**. Famalicão, Portugal: Húmus, 2014. p. 165-195.

FLUSSER, Victor. Uma biblioteca verdadeiramente pública. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 131-138, set. 1980. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/75955>. Acesso em: 12 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se complementam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 64. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017b.

FREIRE, Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se faz caminhando**: conversas sobre educação e mudança social. 6. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2018.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática em Educação Popular. 4. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1993.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista**

Diálogos: pesquisa em extensão universitária, Brasília, v.18, n.1, dez, 2012.
Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2001.

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias: origens**. Porto Alegre: Ed. EST, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica**. Caxias do Sul: Prefeitura Municipal, Universidade de Caxias do Sul, 1977.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. revis. São Paulo: Cortez, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 44, p. 333-361. maio/ago., 2011.
Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 02 out. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GOROSITO LÓPEZ, Antonio. La biblioteca centro del que-hacer comunitario. Serie Bibliotecología y Gestión de Información, Santiago/Chile, n. 49, out, 2009. Disponível em: http://eprints.rclis.org/13533/1/Serie_N%C2%BA_49-October_N%C2%B02009_-_Gorosito.pdf. Acesso em: 15 fev. 2009.

GUEDES, Roger de Miranda. Bibliotecas comunitárias e espaços públicos de informação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **Cultura informacional e liderança comunitária: concepções e práticas**. Belo Horizonte: Porex/UFMG, 2011. p. 75-79.

GUSTSACK, Felipe. Invasão cultural. In: _____. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 233-234.

HERBERT, Sérgio Pedro. Cidadania. In: _____. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 67.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; E economia imigrante no desenvolvimento da cidade. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **Caxias Centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. p. 115- 132.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Bibliotecários ‘desaparecem’ de escolas gaúchas.** Reportagem publicada no jornal em 17 de julho de 2018. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/geral/2018/07/638489-bibliotecarios-desaparecem-de-escolas-gauchas.html>. Acesso em: 14 ago. 2021.

JORNAL PIONEIRO. Para muitos moradores de Caxias do Sul, superação da miséria começa pelo prato de comida. Reportagem publicada no jornal em 15 de outubro de 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2014/10/para-muitos-moradores-de-caxias-do-sul-superacao-da-miseria-comeca-pelo-prato-de-comida-4621487.html>. Acesso em: 17 maio 2017.

KNOPP, Glauco da Costa. **Cultura e desenvolvimento local:** um estudo do Programa Bairro-escola da cidade de Nova Iguaçu. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3304>. Acesso em: 03 mar. 2019.

LUCHESE, Terciane Ângela. **Relações de poder:** autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde D’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves (1975-1889). Curitiba: CRV, 2009.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307/45978>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil.** 2008. 184 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-07012009-172507/pt-br.php>. Acesso em: 14 jul. 2018.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de Biblioteca Comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976>. Acesso em: 22 jan. 2018.

MADELLA, Rosangela. **Bibliotecas comunitárias:** espaços de interação social e desenvolvimento pessoal. 2010. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93628>. Acesso em: 12 set. 2018.

MADELLA, Rosangela; SOUZA, Francisco das Chagas de. Bibliotecas comunitárias em Florianópolis-SC: o olhar de seus agentes. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 171-195, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/24324>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MANIFESTO IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas. 1994. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela Análise Textual Discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru/SP, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/04.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

NÖEL, Jean-Christophe. Justiça/Justiça social. In: _____. STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 235-237.

OLIVEIRA, Denize Cristina. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-76, out./dez. 2008. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

OSÓRIO VARGAS, Jorge. Educação popular: a atualização do desafio de construir o bem comum na sociedade. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006. p. 189-194.

PALUDO, Conceição. **Educação popular e movimentos sociais**. In: Formação para o controle social do SUS: materiais. [2005]. Disponível em: <https://rest.formacontrolesocial.org.br/materials/conceicao-paludo.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2019.

PALUDO, Conceição. Educação Popular. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 139-141.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n96/1678-7110-ccedes-35-96-00219.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas**: uma leitura desde o Campo Democrático Popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MACHADO, Érico Ribas. Pedagogia: concepções e práticas em transformação. **Educar**, Curitiba, n. 35, p. 223-236, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n35/n35a17.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

PAULO, Fernanda Santos; NACHTIGALL, Nara Rosana Godfried; GÕES, Taís Pereira. Educação popular e educação social a partir de Paulo Freire: conceitos em disputas ou complementares? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 1, p. 43-62, 2019. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/viewFile/4535/2693>. Acesso em: 17 abr. 2019.

PAZ, Dinarte et al (Orgs.). **Histórias de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Secretaria de Cultura, 2012.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina Grande/PB, v. 24, n. 1-2, p. 10-22. jan./dez., 2005. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243/225>. Acesso em 05 maio 2021.

PORTAL LEOUVE. **Feldmann assume prefeitura e não se diz arrependido**. Reportagem publicada em 13 de junho de 2013. Disponível em: <https://leouve.com.br/memoria-leouve/feldmann-assume-prefeitura-e-nao-se-diz-arrependido>. Acesso em: 21 jul. 2021.

POZENATO, Kenia Maria Menegotto; GIRON, Loraine Slomp. Identidade: cultura e memória. **Revista Métis**, Caxias do Sul, v. 4, n. 8, p. 245-256, 2005. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/840/597>. Acesso em: 24 abr. 2019.

PRADO, Geraldo Moreira. A biblioteca comunitária como agente de inclusão/integração do cidadão na sociedade da informação. **Inclusão & Sociedade**, Brasília, v. 3, n. 2, p.139-145, jan./jun., 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1638>. Acesso em: 14 jul. 2018.

PROJETO CULTURAL da Associação dos Livreiros Caxienses (ALCA) submetido e aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS, 2013. (Material não publicado).

PROJETO CULTURAL da Associação dos Livreiros Caxienses (ALCA) submetido e aprovado pela Lei de Incentivo à Cultura da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul/RS, 2017. (Material não publicado).

QUINTERO CASTRO, Nathalia; BORNACELLY CASTRO, Jaime Alberto. Memórias colectivas de las Bibliotecas populares y comunitarias de la zona Noroccidental de Medellín - Colombia: una huella para el futuro. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 41, n. 1, jan./jun., 2018.

RÁDIO MIRIAM CARAVAGGIO. Cooperativa Vinícola Forqueta celebra 90 anos de história na Serra gaúcha. Publicado em 09 de agosto de 2019. Disponível em:

<https://miriamcaravaggio.com.br/cooperativa-vinicola-forqueta-celebra-90-anos-de-historia-na-serra-gaucha/>. Acesso em: 27 maio. 2021.

REDE NACIONAL DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS (RNBC). **Conheça a RNBC**. 2019. Disponível em: <https://www.rnbc.org.br/p/conheca-rnbc.html>. Acesso em: 22 fev. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 43.036, de 20 de abril de 2004**. Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.670, de 19 de setembro de 2001, que estabelece a Política Estadual do Livro e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=47489&hTexto=&Hid_IDNorma=47489. Acesso em: 14 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.670, de 19 de setembro de 2001**. Estabelece a Política Estadual do Livro e dá outras providências. Disponível em: http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=1582&hTexto=&Hid_IDNorma=1582. Acesso em: 14 jul. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.778, de 4 de dezembro de 2015**. Institui o Plano Estadual de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/upload/arquivos/carga20191145/14154504-lei-do-plano-estadual-de-cultura.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

RODRIGUES, Jimmy. **Anotações de história de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

SALCEDO, Diego Andres; ALVES, Mariana. O papel da biblioteca comunitária na construção dos Direitos Humanos. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v, 13, n, 3, p. 561-578, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8635770>. Acesso em: 05 ago. 2018.

SALOMÓN, Leticia. O papel da sociedade civil na construção da democracia. In: PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006. p. 19-32.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e a política na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Maria Jose Veloso da Costa; SENNA, Ana Maria; MIRANDA, Maria de Fátima. Biblioteca Comunitária Escritor Lima Barreto: espaço para práticas de mudanças sociais. **PontodeAcesso**, Salvador, v .4, n. 3, p. 32-44, dez. 2010. Disponível em:

<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4687/3563>. Acesso em: 16 jan. 2018.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANZ CASADO, Elías. **Manual de estudios de usuarios**. Madri: Pirámide, 1994.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo Loyola, 1996.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage, 2016.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A dimensão ética da investigação científica. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5927/0>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SILVA, Vera Lúcia Mangas da. **Cultura e informação**: um estudo da rede de bibliotecas populares da Cidade do Rio de Janeiro. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IBICT_e246782c8c2e94f00e66d822b178afd8. Acesso em: 14 ago. 2018.

STECANELA, Nilda. A escolha do método e a identidade do pesquisador. ____ (Org.). **Diálogos com a Educação**: a escolha do método e a identidade do pesquisador. Caxias do Sul: EDUCS, 2012. p. 15-32.

STRECK, Danilo. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, maio/ago., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a07.pdf>. Acesso em: 30 set. 2018.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade de informação. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**; desempenho e perspectivas. São Paulo: Lisa, 1980.

THOMAZI, Áurea Regina Guimarães; GONÇALVES, Raquel Garcia; MACHADO, Gilmara Cássia; BACELAR, Gleice Matias. Biblioteca comunitária: ação alternativa em face da política pública de leitura. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 1066-1088, set./dez. 2016. Disponível em:

<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/5466>. Acesso em: 12 ago. 2018.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org). **Educação formal e não-formal**. São Paulo: Summus, 2008. p. 15-58.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de Educação em Paulo Freire**. 6. ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2014.

VERRI, Gilda Maria Wjiter. **Templários da ausência em bibliotecas populares**: Recife: Ed. UFPE, 1996.

VIEIRA, Heloisa Maria. **Bibliotecas comunitárias em Belo Horizonte**: atores em cena. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2007. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ECID-79CNHN>. Acesso em: 14 out. 2018.

VIEIRA, Rita Cintia Pinto. **Bibliotecas comunitárias**: espaços alternativos de acesso aos saberes registrados em Manaus. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura da Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5480>. Acesso em: 14 out. 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Página 1 de 5

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Práticas educativas por meio do acesso à informação em bibliotecas comunitárias

Pesquisador responsável: João Paulo Borges da Silveira

Orientadora: Profª Drª Flávia Brocchetto Ramos

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEdu/UCS)

Telefone celular do pesquisador responsável: [REDACTED]

CPF do pesquisador: [REDACTED]

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa de doutorado intitulada: “Práticas educativas por meio do acesso à informação”, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Caxias do Sul (PPGEDU/UCS). A pesquisa tem por objetivo analisar as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias relacionadas ao acesso à informação, para a conquista de autonomia e de cidadania aos usuários.

Participantes da Pesquisa: Membros da comunidade que utilizam a biblioteca e agentes de leituras.

Procedimentos: Serão elaboradas entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos envolvidos com as bibliotecas comunitárias caxienses, bem como observação direta das práticas realizadas. O material produzido ficará sob a guarda do pesquisador responsável pelo período de cinco (5) anos e, após esse prazo, será totalmente destruído/apagado/inutilizado.

1. **Dúvidas e esclarecimentos:** por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar através do telefone: [REDACTED] e/ou e-mail: jpbsilveira@ucs.br (contatos do pesquisador responsável) e/ou do **Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul (CEP/UCS)**: Universidade de Caxias do Sul (UCS), Campus Caxias, Bloco M, sala 306, telefone: (54) 3218-2829, e-mail: ndkling@ucs.br. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu/UCS

Campus Universidade de Caxias do Sul – Bloco E, sala 306 - Telefone: (54) 3218-2824

Pesquisador responsável: João Paulo Borges da Silveira. E-mail: jpbsilveira@ucs.br.

Orientadora: Profª Drª Flávia Brocchetto Ramos E-mail: fbramos@ucs.br.



prejuízo. Em caso de retirada de seu consentimento, todas as informações que você tenha, até então, fornecido serão descartadas.

2. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. No entanto, pode haver algum desconforto ou constrangimento da parte do(a) entrevistado(a) ao responder às perguntas na entrevista, nesses casos, se houverem o(a) respondente não precisa responder. O pesquisador tomará todas as providências para prevenir esses riscos e responsabiliza-se por repará-los em caso de eventuais danos. Você terá total liberdade para não responder a qualquer pergunta que o/a faça se sentir desconfortável.

3. **Benefícios:** os benefícios desta pesquisa não se aplicarão diretamente aos participantes, mas à comunidade acadêmica na qual a pesquisa está inserida. No entanto, vale destacar que a discussão sobre as bibliotecas comunitárias torna-se de interesse não apenas acadêmica, mas coletivo da sociedade, enquanto espaços de busca de justiça social e promoção do acesso à informação e ao conhecimento.

4. **Pagamento:** sua participação na pesquisa voluntária e não gerará nenhum tipo de pagamento.

5. **Despesas com a participação:** não haverá nenhum tipo de despesa para participar da pesquisa.

6. **Confidencialidade:** as identidades serão mantidas no mais rigoroso sigilo, não havendo identificação do participante em nenhuma publicação que resultar desse estudo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificar os participantes. Os dados da pesquisa poderão ser vistos exclusivamente pelo pesquisador e sua orientadora. Nomes ou materiais que indiquem a sua participação não serão liberados sem sua permissão. O pesquisador e sua orientadora certificaram que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e as informações publicadas somente em eventos ou periódicos científicos.

7. **Comitê de Ética:** esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul (CEP/ UCS), colegiado interdisciplinar e independente, criado para aprovar ética e cientificamente as pesquisas envolvendo seres humanos, bem como acompanhar e contribuir com o seu desenvolvimento.

8. Serão assegurados os direitos previstos nas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do CNS.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu/UCS

Campus Universidade de Caxias do Sul – Bloco E, sala 306 - Telefone: (54) 3218-2824

Pesquisador responsável: João Paulo Borges da Silveira. E-mail: jpbsilveira@ucs.br.

Orientadora: Profª Drª Flávia Brocchetto Ramos E-mail: fbramos@ucs.br.



parte do estudo, assine ao final deste documento que está em duas vias originais. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável por um período de cinco anos. Ao término desse período de guarda todos os documentos (gravações, transcrições e imagens fotográficas) serão totalmente destruídos/inutilizados.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu/UCS

Campus Universidade de Caxias do Sul – Bloco E, sala 306 - Telefone: (54) 3218-2824

Pesquisador responsável: João Paulo Borges da Silveira. E-mail: jpbsilveira@ucs.br.

Orientadora: Profª Drª Flávia Brocchetto Ramos E-mail: fbramos@ucs.br.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente instrumento, eu, _____, _____, abaixo-assinado, concordo em participar da pesquisa intitulada “Práticas educativas por meio do acesso à informação em bibliotecas comunitárias” realizada por João Paulo Borges da Silveira, pesquisador em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEdu/UCS).

Declaro que fui informado(a) pelo pesquisador sobre os objetivos e os procedimentos da pesquisa. Declaro, também, que fui informado(a) que a referida pesquisa não gerará despesas, nem pagamentos para a instituição e a nenhum dos envolvidos nos trabalhos realizados durante a pesquisa. E que, em caso de retirada de seu consentimento, todas as informações que eu tenha, até então fornecido, serão descartadas.

Declaro que fui informado(a) de que posso esclarecer dúvidas a qualquer momento através dos contatos da pesquisadora e do CEP/UCS.

Declaro estar ciente de que os procedimentos realizados nesta pesquisa, oferecem riscos mínimos aos participantes.

Declaro estar ciente de que, de acordo com as Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016, serão assegurados os direitos previstos nos documentos citados, dentre os quais:

1. Garantia de assentimento ou consentimento dos participantes da pesquisa, esclarecidos sobre seu sentido e implicações;
2. Garantia da confidencialidade das informações, da privacidade dos participantes e da proteção de sua identidade, inclusive do uso de sua imagem e voz; e
3. Garantia da não utilização, por parte do pesquisador, das informações obtidas na pesquisa em prejuízo dos seus participantes.

Caxias do Sul, ____ de _____ de 20__.

Nome por extenso e assinatura do(a) participante

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu/UCS
Campus Universidade de Caxias do Sul – Bloco E, sala 306 - Telefone: (54) 3218-2824
Pesquisador responsável: João Paulo Borges da Silveira. E-mail: jpbsilveira@ucs.br.
Orientadora: Profª Drª Flávia Brocchetto Ramos E-mail: fbramos@ucs.br.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Título do Projeto: Práticas educativas por meio do acesso à informação em bibliotecas comunitárias

Pesquisador responsável: João Paulo Borges da Silveira, Doutorando em Educação

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Flávia Brocchetto Ramos

Instituição: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (PPGEdu/UCS)

Telefone celular do pesquisador responsável: [REDACTED]

CPF do pesquisador: [REDACTED]

Eu, **João Paulo Borges da Silveira**, pesquisador responsável pelo presente projeto comprometo-me a preservar a privacidade e o anonimato dos sujeitos da pesquisa. Concordo, igualmente, que essas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas preservando o anonimato dos sujeitos e serão mantidas em poder do responsável pela pesquisa, pesquisador João Paulo Borges da Silveira, por um período de 5 anos. Após esse período, os dados serão destruídos.

Caxias do Sul, ____ de _____ de 20__.

João Paulo Borges da Silveira
Pesquisador responsável

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEdu/UCS

Campus Universidade de Caxias do Sul – Bloco E, sala 306 - Telefone: (54) 3218-2824

Pesquisador responsável: João Paulo Borges da Silveira. E-mail: jpbsilveira@ucs.br.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Flávia Brocchetto Ramos E-mail: fbramos@ucs.br.

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Práticas educativas por meio do acesso a informação em bibliotecas comunitárias

Pesquisador: JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20721919.8.0000.5341

Instituição Proponente: Fundação Universidade de Caxias do Sul - FUCS/RS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.721.260

Apresentação do Projeto:

O presente projeto tem por objetivo refletir sobre a construção e manutenção de bibliotecas comunitárias enquanto movimento da sociedade em prol de uma educação que seja considerada popular e que beneficie e dialogue com a própria comunidade. O conceito de bibliotecas comunitárias encontra embasamento na discussão apresentada por Paulo Freire quando aborda as bibliotecas popular, em seu livro A importância do ato de ler em três artigos que se complementam. As bibliotecas comunitárias surgem ou podem vir a surgir, sem generalizar, considerando a multiplicidade de motivações possíveis para as suas criações, como movimentos sociais, especificamente populares, que reivindicam entre diferentes questões o acesso à informação, à educação e à cidadania, ou seja, essas bibliotecas são frutos e se constituem pelas vias da educação popular. Dessa forma, proponho uma reflexão a respeito da criação e manutenção de bibliotecas comunitárias enquanto ações oriundas de movimentos emergidos da sociedade, que com suas práticas de cunho educacionais e culturais por vias da educação popular podem contribuir com o desenvolvimento da comunidade, em um sentido amplo, conforme as ações desenvolvidas e o propósito central da unidade. O estudo é de natureza qualitativa. Quanto ao nível, esta pesquisa é explicativa. O estudo assume dois delineamentos: a) pesquisa bibliográfica, pois se baseará na produção do conhecimento científico sobre os temas pesquisados, como sustentação da segunda etapa, compreendida como; b) pesquisa como estudo de caso. Enquanto estudo de caso, a minha pesquisa é de campo. Os

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



Continuação do Parecer: 3.721.260

procedimentos de construção de dados em estudos de campo: pesquisa documental, observação direta e entrevistas semi estruturadas. O campo de pesquisa é constituído de três bibliotecas comunitárias presentes na cidade de Caxias do Sul, elas: Biblioteca Comunitária Canyon, localizada na R. Da Esperança, 435, Bairro Cândia; Biblioteca Comunitária Parque dos Vinhedos, localizada na Rua Honeyde Bertussi, 604, Loteamento Parque dos Vinhedos; e, Biblioteca Comunitária Forqueta, localizada na Av. Luiz Franciosi Sério, 350, Bairro Forqueta. As entrevistas serão realizada com cinco agentes de leitura, um de cada biblioteca, que é responsável pela gestão do espaço. Além disso, a previsão é de entrevistar cinco pessoas de utilizam cada uma das bibliotecas, somando ao total de 15 pessoas, todas maiores de 18 anos.

Após a construção dos dados por meio das observações e entrevistas com diferentes personagens, é chegada a hora da análise e interpretação, prevendo o estabelecimento de categorias, a codificação, as inferências e as interpretações dos dados. Para esta pesquisa optei por utilizar a Análise Textual Discursiva (ATD) de Moraes e Galiazzi (2007), considerando que por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a mesma possibilita “[...] aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão” (MORAES, 2003, p. 191). Segundo seus idealizadores, a Análise Textual Discursiva (ATD) tem por característica ser uma metodologia para análise de dados de natureza qualitativa, visando produzir compreensões sobre os fenômenos e discursos. A proposta de análise escolhida insere-se “[...] entre os extremos da análise de conteúdo tradicional e a análise de discurso, representando um movimento interpretativo de caráter hermenêutico” (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 7). A Análise Textual Discursiva (ATD) apresenta um processo auto organizado, compreendendo três momentos que compõem um ciclo para interpretação dos dados construídos em campo, a saber: desmontagem dos textos (examinando e fragmentando o texto, até chegar em unidades e enunciados sobre o fenômeno estudado), estabelecimento de relações (constituição de relações entre as unidades identificadas, as combinando e classificando para a formação de categorias) e a captando o novo emergente (processos de comunicação, crítica e validação da compreensão obtida a partir da categorização, construindo um metatexto) MORAES, GALIAZZI, 2007). Um quarto processo institui-se no ciclo de interpretação de dados que constitui a ATD chamado de Um processo auto organizado. A partir dessa etapa novas compreensões vão sendo obtidas, cujos resultados finais, mesmo que criativos e originais, não podem ser previstos, considerando que “[...] é essencial o esforço de preparação e impregnação para que a emergência do novo possa se concretizar (MORAES, GALIAZZI, 2007, p. 12). No campo da Educação, a ATD tem sido amplamente

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



Continuação do Parecer: 3.721.260

utilizada, sua intenção é compreender e reconstruir conhecimentos, pois “[...] mais do que um conjunto de procedimentos definidos constitui metodologia aberta, caminho para um pensamento investigativo, processo de colocar-se no movimento das verdades, participando de sua reconstrução” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p.119). A ATD exige constantemente que o pesquisador revise os caminhos que a pesquisa está percorrendo, requerendo assim trabalho árduo e envolvimento intenso na análise e interpretação dos dados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as potencialidades das práticas educativas desenvolvidas em bibliotecas comunitárias relacionadas ao acesso à informação, para a conquista de autonomia e de cidadania aos usuários.

Objetivo Secundário:

- a) Caracterizar a trajetória de criação das bibliotecas comunitárias pertencentes ao estudo, a partir de um olhar sobre do fortalecimento social do grupo e de sua cultura popular;
- b) Observar espaços, acervos, produtos e serviços informacionais disponibilizados pelas bibliotecas comunitárias visitadas;
- c) Refletir acerca de práticas educativas realizadas nas bibliotecas comunitárias, a fim de apontar as suas potencialidades e aplicabilidades em outros espaços;
- d) Investigar os perfis de agentes de leitura e usuários(as) das bibliotecas comunitárias estudadas para compreender ao menos em parte, as suas necessidades de informação;
- e) Compreender como as bibliotecas comunitárias podem contribuir para o desenvolvimento do território e a conquista de autonomia dos usuários enquanto processo de liberdade e ato de cidadania.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Assim o projeto apresenta os riscos e benefícios da pesquisa:

Riscos: A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. No entanto, pode haver algum desconforto ou constrangimento da parte do entrevistado ao responder às perguntas da entrevista (riscos mínimos). Eventualmente, poderá haver perda de sigilo dos dados das entrevistas em razão dos limites das ferramentas tecnológicas utilizadas. O pesquisador tomará todas as providências para prevenir esses riscos e responsabiliza-se por repará-los em caso de eventuais danos. Você terá total liberdade para não responder a qualquer pergunta que o/a faça se sentir desconfortável. A entrevista apresenta um risco mínimo, semelhante ao que se está sujeito em um dia a dia

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS CEP: 95.070-560
UF: RS Município: CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 Fax: (54)3218-2100 E-mail: cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



Continuação do Parecer: 3.721.260

normal.

Benefícios: Os benefícios desta pesquisa não se aplicarão diretamente aos participantes, mas à comunidade acadêmica na qual a pesquisa está inserida.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa ocupa-se de tema de relevância científica e social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto – presente de modo adequado;

Projeto de pesquisa completo – presente de modo adequado;

Cronograma – presente de modo adequado;

Orçamento – presente de modo adequado;

Instrumentos de coleta de dados – roteiros de entrevistas presentes de modo adequado;

Termo de Anuência Institucional (TAI) – constam autorizações de três agentes de bibliotecas comunitárias, presentes de modo adequado;

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – presente de modo adequado;

Termo de Sigilo e Confidencialidade (TSC) – presente de modo adequado.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Caxias do Sul aprova o projeto.

Emendas devem ser apresentadas em documento postado na opção OUTROS, com o nome Justificativa da Emenda.

É dever do CEP acompanhar o desenvolvimento da pesquisa por meio de relatórios parciais e final. Os relatórios devem contemplar o andamento, alterações no protocolo, cancelamento, encerramento, publicações decorrentes da pesquisa e outras informações pertinentes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1413300.pdf	08/11/2019 14:23:57		Aceito

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



Continuação do Parecer: 3.721.260

Outros	Carta_resposta_com_assinaturas_pesquisador_e_orientadora.pdf	08/11/2019 14:13:43	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Carta_resposta.pdf	08/11/2019 14:13:00	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_nova_apos_CEP.pdf	08/11/2019 10:45:54	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_11_Projeto_de_pesquisa_apos_parecer_CEP.pdf	07/11/2019 11:07:11	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_10_Resumo_do_projeto_de_pesquisa_conforme_apresentado_na_Plataforma_Brasil.pdf	07/11/2019 11:06:04	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_9_Termo_de_confidencialidade_e_sigilo_assinado_pela_orientadora.pdf	07/11/2019 11:05:17	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_8_Termo_de_confidencialidade_e_sigilo_assinado_pelo_pesquisador.pdf	07/11/2019 11:04:32	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_7_Autorizacao_institucional_da_Biblioteca_Comunitaria_do_Bairro_Floresta.pdf	07/11/2019 11:03:06	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_6_Autorizacao_Institucional_da_Biblioteca_Comunitaria_do_Loteamento Parque dos Vinhedos.pdf	07/11/2019 11:01:51	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_5_Autorizacao_institucional_da_Biblioteca_Comunitaria_do_Bairro_Canon.pdf	07/11/2019 11:01:00	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_4_Ata_de_exame_de_qualificacao.pdf	07/11/2019 10:59:05	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_3_Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido_TCLE.pdf	07/11/2019 10:57:51	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_2_Roteiro_para_entrevistas_com agentes_de_leitura.pdf	07/11/2019 10:55:42	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Outros	Apendice_1_Roteiro_para_entrevistas_com_usuarios.pdf	07/11/2019 10:54:28	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Brochura Pesquisa	Ata_de_qualificacao.pdf	12/09/2019 16:49:14	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	TCLE.pdf	12/09/2019 16:47:12	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS CEP: 95.070-560
UF: RS Município: CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 Fax: (54)3218-2100 E-mail: cep-ucs@ucs.br

UNIVERSIDADE DE CAXIAS
DO SUL - RS



Continuação do Parecer: 3.721.260

Ausência	TCLE.pdf	12/09/2019 16:47:12	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Texto_de_qualificacao.pdf	12/09/2019 16:46:37	JOAO PAULO BORGES DA SILVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAXIAS DO SUL, 23 de Novembro de 2019

Assinado por:
Maria Helena Wagner Rossi
(Coordenador(a))

Endereço: FRANCISCO GETULIO VARGAS
Bairro: PETROPOLIS **CEP:** 95.070-560
UF: RS **Município:** CAXIAS DO SUL
Telefone: (54)3218-2829 **Fax:** (54)3218-2100 **E-mail:** cep-ucs@ucs.br